

# O Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada: uma proposta de valorização patrimonial em diálogo com a comunidade

Dissertação de Mestrado

Hélio Nuno Santos Soares

Mestrado em  
**Património, Museologia  
e Desenvolvimento**



# O Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada: uma proposta de valorização patrimonial em diálogo com a comunidade

Dissertação de Mestrado

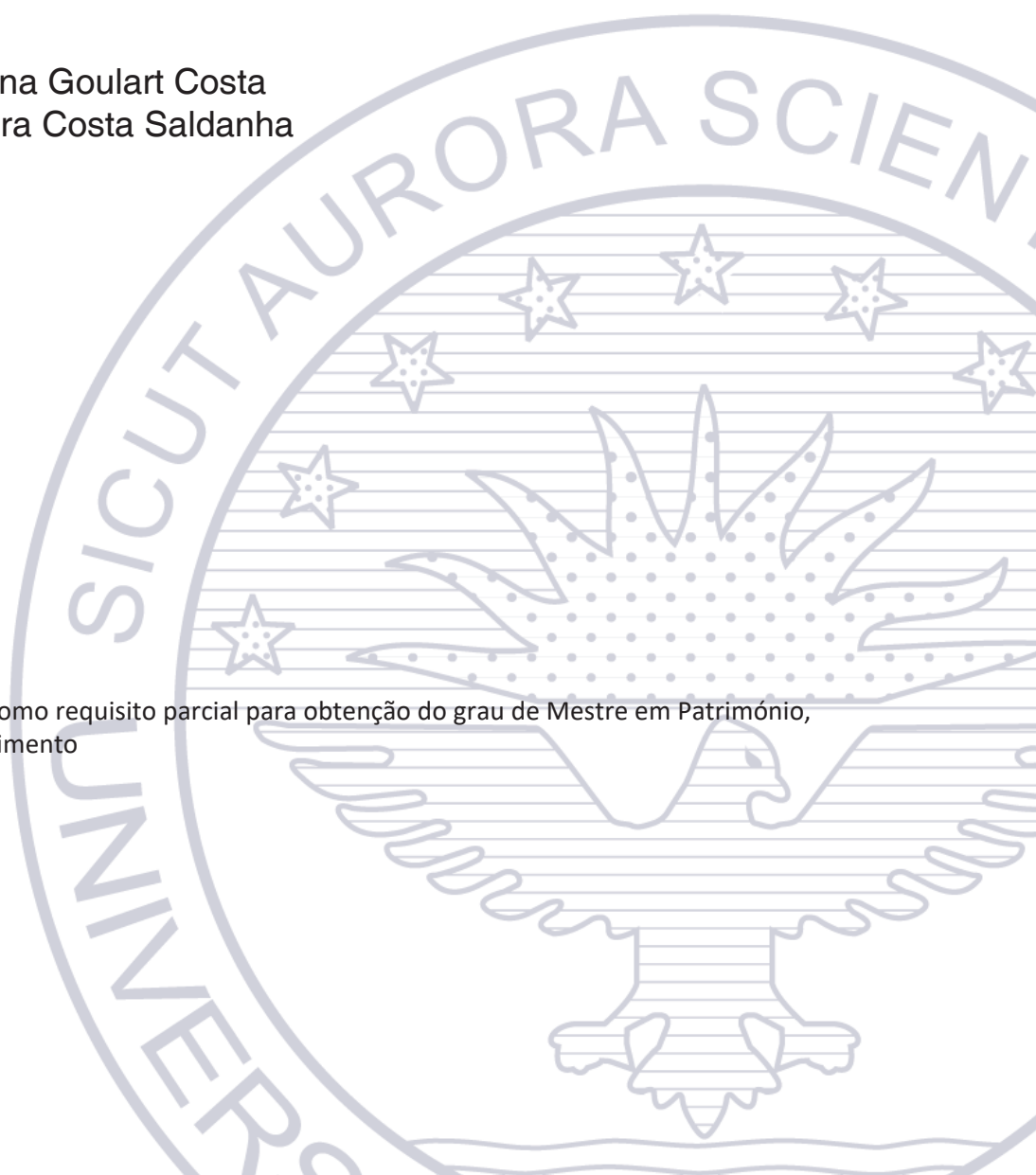
Hélio Nuno Santos Soares

## **Orientadoras:**

Prof. Doutora Susana Goulart Costa

Prof. Doutora Sandra Costa Saldanha

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Património,  
Museologia e Desenvolvimento



*(...) a autêntica beleza abre o coração humano à nostalgia, ao desejo profundo de conhecer, de amar, de ir para o Alto, para o Além de si (...)*

*In Discurso do Papa Bento XVI por ocasião do encontro com os artistas na Capela Sistina (21-11-2009)*

## Índice

Lista de figuras .....	5
Agradecimentos .....	6
Resumo .....	7
Abstract.....	7
Siglas e Abreviaturas .....	8
Introdução.....	10
1. A Origem da Ordem dos Frades Menores .....	15
1.1. O Franciscanismo em Portugal .....	16
1.2. A fundação da Ordem de Santa Clara.....	17
1.1.1. A Ordem de Santa Clara em Portugal .....	19
1.1.2. A Ordem de Santa Clara nos Açores .....	19
1.1.3. A vida religiosa e a arquitetura.....	21
2. O Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança: da fundação à atualidade .....	24
2.1. O complexo monacal .....	27
2.2. Uma comunidade religiosa .....	31
2.3. Os locais de intimidade com Deus.....	33
2.3.1. A igreja .....	33
2.3.2. A sacristia .....	42
2.3.3. O coro alto .....	44
2.3.4. O coro baixo .....	49
2.3.5. A capela de Nossa Senhora da Paz.....	52
2.3.6. Os dormitórios e as celas .....	54
2.3.7. O noviciado .....	57
2.4. Os espaços utilitários .....	57
2.4.1. A portaria e a roda .....	57
2.4.2. O claustro.....	58
2.4.3. O mirante ou torreão, os parlatórios e a torre .....	60
2.4.4. A enfermaria .....	63
2.4.5. A cozinha, o refeitório e a alimentação .....	64
2.4.6. O granel, a atafona e as hortas .....	68
2.4.7. A cisterna .....	69
2.4.8. O açougue .....	71
2.4.9. A casa das latrinas .....	71
2.4.10. O cemitério .....	71
2.4.11. A sala do capítulo .....	72

2.5.	A extinção do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança.....	72
2.5.1.	A dispersão do património fundiário.....	77
2.5.2.	O processo de inventariação do património móvel e imóvel.....	78
2.6.	De Mosteiro a novas funcionalidades.....	79
2.6.1.	As propostas para novas utilizações do edifício.....	84
3.	O património tangível e intangível da Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres.....	87
3.1.	Algumas dimensões do culto e da devoção.....	90
3.1.1.	O culto oficial.....	91
3.1.2.	As capelas.....	93
3.1.3.	A Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres.....	99
3.1.4.	A devoção popular.....	101
3.1.5.	A função terapêutica da capa.....	102
3.1.6.	As “reliquias” da capa do Senhor Santo Cristo dos Milagres.....	103
3.1.7.	A madre Teresa da Anunciada: a promotora do “Senhor”.....	105
3.2.	A Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres e os seus dons.....	107
3.2.1.	A Imagem.....	108
3.2.2.	A corda.....	109
3.2.3.	O cetro.....	109
3.2.4.	A coroa de espinhos.....	110
3.2.5.	O resplendor.....	110
3.2.6.	O relicário.....	112
3.2.7.	A capa.....	113
4.	Uma proposta museal para dialogar com a comunidade.....	115
4.1.	Os princípios orientadores.....	117
4.1.1.	Os museus.....	117
4.1.2.	Os bens culturais da Igreja como expressão da identidade religiosa.....	119
4.1.3.	A Igreja e os museus eclesiásticos.....	122
4.1.4.	A Coleção Visitável do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança.....	125
4.1.5.	A comunidade.....	128
4.2.	O plano técnico.....	132
4.2.1.	O conceito expositivo.....	132
4.2.2.	O programa educativo dialogante.....	135
4.2.3.	O percurso museal da coleção visitável.....	137
	E1 - O claustro.....	141
	E2 - A cela.....	142
	E3 - O coro alto.....	143

E4 - O mirante e os parlatórios.....	144
E5 - O coro baixo e capela do Senhor Santo Cristo .....	146
E6 - A igreja e a sacristia.....	146
E7 – A cozinha antiga.....	146
E8 - O refeitório.....	147
E9 - A cozinha nova .....	150
E10 - A sala de exposições temporárias .....	152
E11 - A capela de Nossa Senhora da Paz .....	152
E12 - A cisterna .....	153
Conclusão .....	154
Fontes e Bibliografia .....	157
I. Fontes manuscritas .....	157
Arquivo e Biblioteca Digital do Ministério das Finanças .....	157
Arquivo da Biblioteca da Universidade dos Açores.....	157
Arquivo Digital do Ministério das Finanças .....	157
Arquivo da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres .....	157
Arquivo Municipal de Ponta Delgada .....	158
Arquivo Nacional da Torre de Tombo .....	158
Arquivo do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança .....	160
Arquivo Municipal de Ponta Delgada .....	163
Arquivo Secreto do Vaticano .....	163
Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.....	163
Centro de Informação e Documentação da Secretaria Regional dos Transportes o Obras Públicas .....	164
II. Fontes impressas.....	165
III. Fontes orais.....	168
IV. Legislação.....	168
V. Sites consultados .....	169
VI. Bibliografia.....	171
Anexos.....	189
1. AMNSE, Despesa que se fez com a Capela do Senhor Santo Cristo (1771 atr.) 189	
2. AMNSE, Obras na Capela do Senhor Santo Cristo (1771 atr.).....	190
3. ANTT, Primeiro inventário do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (16-06- 1860).....	191
4. ANTT, Segundo inventário do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (24-01- 1895).....	195

5. ANTT, Repartição de fazenda do Districto de Ponta Delgada, Instruções para a extinção do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (08/02/1895) .....	205
6. AMNSE, Memorando das obras na Capela do Senhor Santo Cristo e respetiva transladação da Imagem do Senhor Santo Cristo (03-03- 1900).....	207
7. ANTT, Ofício confidencial do Governador do Distrito de Ponta Delgada sobre o Convento de Nossa Senhora da Esperança (22/10/1942).....	208
8. Gravura do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (autor desconhecido, meados séc. XIX atr.) .....	209
9. Foto da Igreja de N. Sr. <sup>a</sup> da Esperança (2013).....	209
10. Foto do altar de Belém ou de Jesus, Maria e José (2016) .....	210
11. Foto do coro alto (2017) .....	211
12. Foto da capela do Senhor Santo Cristo (2017).....	211
13. Foto do interior da Igreja de N. Sr. <sup>a</sup> da Esperança (2017).....	212
14. Foto do pátio do granel e Capela de N. Sr. <sup>a</sup> da Paz (2017) .....	212
15. Foto do pátio da figueira (2017) .....	213
16. Foto do claustro (2017).....	213
17. Foto da cozinha nova (2017) .....	214
18. Planta Geral do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (1895) .....	215

## **Lista de figuras**

Figura 1 - Levantamento topográfico do Mosteiro de N. Sr. <sup>a</sup> da Esperança.....	29
Figura 2 - Planta Geral do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (1895) .....	30
Figura 3 - Planta dos espaços do percurso museal no piso 0 .....	136
Figura 4 - Planta dos espaços do percurso museal no piso 1 .....	137

## **Agradecimentos**

Aos meus familiares e amigos

Colegas de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento

D. Carlos Azevedo

Doutor Francisco Queiroz

Doutora Maria Luísa Jacquinet

Doutora Maria Margarida Lalanda

Doutora Maria do Rosário Salema

Doutora Sandra Costa Saldanha

Doutora Susana Costa Goulart

Dr.<sup>a</sup> Ana Fernandes

Dr.<sup>a</sup> Cláudia Emanuel

Dr.<sup>a</sup> Isabel Garcia

Dr. Pedro Pascoal

Dr. João Luís Cogumbreiro

Ir. Margarida Borges

Ir. Margarida Pimentel

Ir. Zilda Melo

Pe. Doutor António Manuel de Saldanha e Albuquerque

Pe. Doutor Henrique Rema

Pe. Dr. Adriano Manuel Torres Borges

Pe. Dr. Augusto Cabral

Pe. Dr. Jorge Lopes Ferreira

Funcionários do Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres

Funcionários da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

## Resumo

Este trabalho de dissertação incide sobre o Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança da cidade de Ponta Delgada, Açores. O qual pretende ser uma reflexão histórica e patrimonial sobre este imóvel, colocando-o em diálogo com a comunidade através de uma proposta museal, à luz das novas perspetivas museológicas e orientações da Igreja para os museus. É nosso propósito revelar e valorizar o património cultural deste complexo monacal, procurando perceber o *modus vivendi* das religiosas no seu contexto social e histórico, na sua caminhada pelos séculos até à atualidade, através de espaços e objetos, realizando a sua interpretação e valorização.

O património existente neste complexo monacal é resultante da espiritualidade da Ordem das Clarissas, quer nos seus aspetos funcionais quer devocionais, detendo características intrínsecas de uma comunidade religiosa que vivia em clausura. É neste quadro da espiritualidade que surge a devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, a qual foi projetada para fora dos muros monacais, gerando um conjunto de rituais individuais e coletivos com dimensões tangíveis e intangíveis.

**Palavras-chave:** Património, Museologia, Clarissas, Mosteiro da Esperança e Senhor Santo Cristo dos Milagres.

## Abstract

My dissertation addresses a historical and cultural heritage reflexion about Our Lady of Hope Monastery, *Mosteiro Nossa Senhora da Esperança*, located in Ponta Delgada, Azores.

On this regard this building interacts with local religious community according to new museum tendencies under the Catholic Church orientations to museum governance. It's my aim to reveal and to enhance this huge cultural and religious monastic complex, trying to understand the Clare's Order religious women and their *modus vivendi* under their social and historical context throughout the past centuries until the present time, and also making an interpretation and reviewing the legacy of their personal objects and way of life.

This heritage reveals the high spirituality of Clare's Ecclesiastic Order, either regarding their daily life or their religious devotion under a typical religious community living in closure.

Within this reality emerges the devotion to the Ecce Homo Image of *Senhor Santo Cristo dos Milagres* – Lord of Holy Christ of Miracles, over taking the convent dimension to new individual and group rituals touching new tangible and intangible dimensions.

**Keys-words:** Heritage, Museum, Clare's Order, Our Lady of Hope Monastery, Lord of Holy Christ of the Miracles.

## Siglas e Abreviaturas

### Siglas

ABDMF – Arquivo Digital do Ministério das Finanças  
AFICPD - Arquivo Fotográfico do Instituto Cultural de Ponta Delgada  
AISSC – Arquivo da Irmandade do Senhor Santo Cristo  
AMPD – Arquivo Municipal de Ponta Delgada  
AMNSE – Arquivo do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança  
ANTT – Arquivo Nacional da Torre de Tombo  
ASV – Arquivo Secreto do Vaticano  
BEA – Boletim Eclesiástico dos Açores  
BIHIT – Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira  
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal  
BPARPD – Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada  
CIDSRTOP – Centro de Informação e Documentação da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas  
FEC - Fundo Ernesto do Canto  
ICOM - International Council of Museums  
MON- Monásticos  
MNEJ – Ministério dos Negócios Eclesi

### Abreviaturas

ar.<sup>o</sup> - artigo  
atr. - atribuído  
cf. – conferir  
cap. - capítulo  
cx. - caixa  
coord. – coordenação  
dir. – direção  
diret. – diretor (a)  
doc. - documento  
ed. – edição  
fl. – fólio  
fls. - fólhos  
lv. – livro  
mç. – maço  
n.<sup>o</sup> – número  
p. – página  
pref. – prefácio  
r. – reis  
S. – São  
St. - Santo  
s.d. – sem data  
s.l. – sem local  
s.n. – sem indicação do editor  
ss. – seguintes  
v. – verso  
vol. (s) – volume (s)



## Introdução

Este estudo de dissertação incide sobre o Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança da cidade de Ponta Delgada (ilha de São Miguel-Açores)<sup>1</sup>, visa a obtenção do grau académico de mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento na Universidade dos Açores, procurando que a estrutura deste estudo reflita os objetivos do próprio mestrado, a nível pessoal e de contributo social.

A escolha do título tem a ver com a minha sensibilidade pessoal, formação de base em teologia e história, bem como a consciência da lacuna na investigação científica sobre o património religioso identitário dos açorianos, seja material na sua arquitetura, mas com a imaterialidade da fé cristã subjacente. Não há, por exemplo, uma monografia sobre o Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança. É neste contexto que este trabalho procura contribuir para um maior conhecimento e fruição do complexo monástico em apreço.

A reflexão atual sobre o património cultural promovida por diversos organismos nacionais e internacionais enfatiza a necessidade de diálogo entre o Homem e o património cultural. A mais recente recomendação do ICOM apresenta *os museus, como espaços para a transmissão cultural, o diálogo intercultural, a aprendizagem, a discussão e a formação, desempenham também um importante papel na educação e na promoção da coesão social e do desenvolvimento sustentável*<sup>2</sup>. É nesta reflexão geral que procuramos enquadrar o título da nossa dissertação: *O Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada: uma proposta de valorização patrimonial em diálogo com a comunidade*. Pretende ser uma reflexão histórica e patrimonial sobre este imóvel classificado como Imóvel de Interesse Público<sup>3</sup>, em 1953, que se assume como um relevante património histórico e cultural, nas dimensões tangível e intangível, de modo a promovermos a sua valorização.

---

<sup>1</sup> Começo por esclarecer que optei pela designação de mosteiro por dois motivos: primeiro, por ser a terminologia comumente aceite para as religiosas ou religiosos que vivem em total reclusão de vida contemplativa (cf. Fontoura, 2000: 21; Chorão, 2001: 274-279 e Silva, 2008: 47-49); em segundo, porque a própria comunidade religiosa das clarissas em estudo usa esta terminologia na maioria da sua documentação. A designação de convento convencionou-se no decurso do século XIX e, sobretudo, após a extinção da Ordem das Clarissas, em 29 de dezembro de 1894. Para uma maior fluidez do texto utilizarei, por vezes, a designação de Mosteiro da Esperança ou simplesmente Mosteiro para me referir ao imóvel em estudo.

<sup>2</sup> UNESCO, 2015: n.º 2.

<sup>3</sup> Cf. Decreto n.º 39 175 de 17 Ab. I-077-1953. Em 1942 o Diretor dos Monumentos Nacionaes visitou o Distrito de Ponta Delgada. Segundo o governador do Distrito, é na sequência deste visita que surgiu a proposta de classificação do imóvel (cf. Ofício do Governador do Distrito de Ponta Delgada ao Director Geral da Fazenda Pública).

No que respeita à investigação já realizada, de modo específico sobre o Mosteiro, na primeira metade do séc. XX Luís Bernardo Ataíde contribuiu com diversos estudos, sobretudo do âmbito etnográfico<sup>4</sup>. No segundo quartel do séc. XX, o destaque vai para Hugo Moreira, sendo este o investigador que mais estudou os arquivos, mas limitou-se a publicações de jornal, recolhidas numa publicação no ano 2000, com notórias falhas quanto ao método utilizado na investigação<sup>5</sup>. Para a área da arquitetura, denote-se o estudo de Nestor de Sousa, que analisa a arquitetura Religiosa da cidade de Ponta Delgada<sup>6</sup>. De modo geral há uma preponderância pelo culto e tesouro da Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, para os quais recorro o artigo de Jacinto Monteiro sobre a Imagem<sup>7</sup> e de António Filipe Pimentel que refletem sobre a Imagem e o seu tesouro. Mas o próprio tesouro não possui uma publicação acessível ao público em geral, apesar de diversos investigadores já terem analisado as peças<sup>8</sup>. Outras publicações têm saído do prelo, mas sempre sem investigação arquivística e análise do património<sup>9</sup>. No âmbito das festas anuais ao Senhor Santo Cristo inúmeras notícias e artigos de opinião são publicadas nos jornais locais; todavia cingem-se a muitas considerações e opiniões repetindo um discurso já tradicional, sem se avançar no estudo científico do fenómeno em si<sup>10</sup>. Maria Margarida Lalanda<sup>11</sup> e Maria Fernanda Enes<sup>12</sup> tiveram a preocupação de fazer um enquadramento científico de algumas questões do culto, que servem de base ao nosso estudo.

No âmbito mais artístico, mais uma vez se constata a carência de investigação. Denote-se algumas referências aos azulejos do coro baixo, da autoria de António de Oliveira Bernardes, referenciados em alguns estudos de carácter genérico<sup>13</sup>. Para o demais património integrado simplesmente nos deparamos com o silêncio de eventuais pesquisas.

---

<sup>4</sup> Cf. Ataíde, 2011, I e IV.

<sup>5</sup> Cf. Moreira, 2000. Na maior parte dos artigos desta coletânea o autor não apresenta as suas fontes. Este erro metodológico não permite a confirmação da informação.

<sup>6</sup> Sousa, 1986.

<sup>7</sup> Monteiro, 1998.

<sup>8</sup> Sobre a joalharia e ourivesaria cf. Braga e Ferreira, 2014. Carvalho, 2009; Franco, 2015; Moreira, 2000 e Pimentel, 2000.

<sup>9</sup> Cf. Andrade e Rodrigues, 2011 e 2013; Andrade, 2015; Mello, 2012; Sá, 2009.

<sup>10</sup> Cf. Por exemplo, o suplemento do jornal *Correio dos Açores*, de 19 de maio de 2017, com o título *Senhor Santo Cristo 2017*. Nesta edição são diversos os autores que dão a sua opinião sobre os diferentes assuntos relacionados com o culto e devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo.

<sup>11</sup> Lalanda, 2005/2006 e 2007;

<sup>12</sup> Enes, 2010.

<sup>13</sup> A título de exemplo Cf. Câmara e Carvalho, 2012: 34; Meco, 1985: 50 e Simões, 1963: 65.

Na base deste estudo está uma investigação arquivística em distintos arquivos. A dispersão da documentação deve-se a quem a produziu ou a diferentes destinatários, mas também, é resultante de decisões políticas e administrativas. A investigação procurou respeitar a autenticidade do Mosteiro, comunicando a sua importância histórica e os seus valores culturais, pretendendo ser um facilitador da compreensão, valorização e da interpretação do complexo monacal, de modo a aumentar a sensibilidade do público e a melhorar a compreensão do mesmo. Devido à quantidade de documentos sem tratamento arquivístico, a investigação prolongou-se por um ano, com a conciliação com outras responsabilidades pessoais e profissionais. Foi um desafio! Os arquivos a que tivemos acesso foram: o Arquivo da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres, o Arquivo do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, o Arquivo Nacional da Torre de Tombo, o Arquivo Secreto do Vaticano e a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, a par de diversas bases de dados digitais. Todos mereceram pesquisa presencial, exceto o Arquivo Secreto do Vaticano que, por consulta dos índices e das regras de consulta, se decidiu ser mais prático solicitar a digitalização dos documentos por intermédio de um funcionário da Santa Sé, devidamente acreditado. Outras fontes ficaram por explorar, como por exemplo, os jornais para os séculos XIX e XX, o fundo arquivístico do extinto Distrito de Ponta Delgada e da Alfândega de Ponta Delgada ou o arquivo da Diocese de Angra.

De modo a delimitar o campo de pesquisa, a investigação arquivística incidiu sobre documentos que tratassem aspetos mais administrativos, embora na documentação encontremos espelhada a vida religiosa do quotidiano das religiosas clarissas<sup>14</sup>. Para delimitar cronologicamente a análise da documentação, privilegiamos a pesquisa e reflexão a partir da documentação produzida no Mosteiro da Esperança, enquanto comunidade de clarissas desde a fundação à sua extinção (1541-1894), embora alguma da documentação produzida no século XX tenha sido objeto de consulta, o que possibilitou a apresentação genérica da ocupação do Mosteiro e as suas diferentes utilizações até à atualidade. A principal dificuldade foi encontrar na documentação referências diretas relacionadas com o património, sobretudo o património integrado, praticamente omisso, salvo algumas exceções. O que nos leva a questionar o modo de incorporação do mesmo. Por outro lado, também se verificam muitas lacunas na

---

<sup>14</sup> Sobre a temática da vida religiosa feminina na época moderna nos Açores, a título de exemplo consulte-se os de Margarida Lalanda (1987, 1995, 1998, 2000, 2005/2006, 2008 e 2014) e para outros estudos sobre clarissas (Silva, 2008; Enes, 2010; Silva, R., 2011; Jacquinet, 2008 e 2014).

documentação, com o desaparecimento de diversos documentos, que sabemos serem obrigatórios nos mosteiros, por exemplo os livros de contas. Outra dificuldade foi sintetizar a informação recolhida e a análise técnica do património existente. Por falta de espaço e tempo não é possível fazer uma análise histórica e artística do vasto património existente, sobretudo do património integrado e arquivístico, por este motivo, foi nossa opção, em alguns espaços e peças, somente apresentar algum do património integrado existente a título exemplificativo.

Este estudo estrutura-se em quatro capítulos: o primeiro aborda a origem e difusão da Ordem de Santa Clara, com algumas das características da sua espiritualidade e arquitetura no contexto da família franciscana; o segundo estuda o Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança numa dimensão histórica e patrimonial; o terceiro aborda o culto e devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres e no quarto apresentamos uma proposta museal de alguns espaços do Mosteiro da Esperança. Este último capítulo pretende ser uma proposta de valorização histórica e patrimonial a partir de diversos espaços passíveis de acolher uma proposta museal, reconstruindo a memória histórica das áreas existentes à luz da investigação arquivística e da espiritualidade da Ordem das Clarissas que determinou tudo o que chegou até nós, tanto material como imaterial. Assim procurará incentivar, dinamizar e educar para esta valorização, que passa pelo conhecimento histórico do imóvel, gerando motivação, interação e experiência no contexto próprio da vivência, permitindo a construção de um discurso educativo e autoeducativo. No entanto, a proposta museal não esgota a mediação que se realiza intencionalmente ou não nos espaços propostos. Por exemplo, os atos de culto e de manifestação e vivência da fé são formas de diálogo e de valorização, gerando identificação com um sentido de pertença.

Desejamos esclarecer o motivo da impossibilidade de uma proposta de musealização, o instrumento base de um processo de musealização é um inventário do património imóvel e móvel existente. Considerando que para o Santuário do Senhor Santo Cristo, entidade proprietária, não possui inventário, o que do ponto de vista científico é uma lacuna, não se pode avançar com uma proposta de musealização concreta.

Portanto, vamos procurar descortinar e valorizar o património cultural do Mosteiro da Esperança, como um conjunto de recursos herdados do passado, que são reflexo e expressão de valores presentes na sociedade açoriana de matriz cristã, percebendo o seu contexto social e histórico da Idade Moderna à atualidade.



## 1. A Origem da Ordem dos Frades Menores

A sociedade dos finais do século XII vive grandes mutações, fruto do desenvolvimento das técnicas agrícolas, comerciais e bancárias. Inaugura-se uma época de prosperidade que se prolongou por todo o século XIII<sup>15</sup>. A cidade medieval atrai grande número de pessoas vindas dos campos, que nela procuram a sobrevivência, fugindo ao domínio dos senhores feudais. Este ambiente proporcionava à Igreja um novo desafio. As cidades ofereciam, assim, um outro campo de evangelização, onde existiam novos grupos sociais, alguns em franca ascensão e que reclamavam um lugar na *Cristianitas* medieval. Estes desafios obrigaram a Igreja a repensar a sua atuação e organização, suscitando reformas promovidas pela hierarquia eclesiástica<sup>16</sup>.

Até ao século XII o monaquismo era a forma de vida religiosa adotada pela maioria das comunidades. Este tipo de organização de vida comunitária proliferou desde o século IV, sendo influenciado pela chamada Regra de S. Bento de Núrsia (480-547)<sup>17</sup>. Esta Regra estava alicerçada nos princípios da pobreza, castidade, obediência, oração e trabalho, com a célebre máxima *Ora et labora*, à qual se associava o ideal de vida contemplativa com o devido afastamento do mundo e organização em comunidades auto-suficientes<sup>18</sup>.

Numa Europa movida por convulsões sociais, políticas, económicas e sociais começa-se a questionar o descrédito da sociedade eclesiástica corrompida. Assim, no século XII, surge o movimento mendicante composto por leigos e clérigos que se opunham a este conceito de vida institucionalizado. Esta nova visão propõe uma vida consagrada à pobreza, penitência e pregação urbana. É neste contexto, que vive Francisco (1182-1226)<sup>19</sup>. Francisco renunciou aos privilégios do mundo para servir o ideal da pobreza. Junto da capela de N. Sr.<sup>a</sup> da Porciúncula, em 1208, com onze jovens formou a primeira comunidade, exortando à penitência e despojamento material, vivendo de esmola e dádivas<sup>20</sup>. Em 16 de abril de 1209 a Ordem dos Frades Menores começou a existir oficialmente com a aprovação oral da Regra pelo Papa Inocêncio III.

---

<sup>15</sup> Sobre o desenvolvimento das cidades e do sector secundário nos séc. XI a XIII (cf. Fourquin, 1997: 239-247).

<sup>16</sup> Nos séc. XI e XII a hierarquia eclesiástica promoveu diversas reformas, que ficaram conhecidas como sendo a reforma gregoriana (cf. Sánchez Herrero, 2005: 207-256).

<sup>17</sup> A Regra define a natureza e finalidade de uma ordem ou congregação religiosa (cf. Triviño, 2011: 6.).

<sup>18</sup> Cf. Dias, 2012.

<sup>19</sup> Sobre a vida de São Francisco (cf. <http://www.familiafranciscana.pt/s-francisco-e-santa-clara-de-assis/sao-francisco-de-assis>).

<sup>20</sup> Sobre a origem e difusão da Primeira Ordem Franciscana (cf. <http://www.familiafranciscana.pt/> e Andrade, 2010).

Em 1217 reuniu o capítulo geral para tomar decisões mais administrativas, uma das quais foi a extensão da Ordem para fora de Itália e a sua organização em províncias. Com este rápido crescimento em membros e difusão geográfica, Francisco foi obrigado a redigir uma Regra Bulada, a qual foi aprovada a 28 de novembro de 1223, por Honório III<sup>21</sup>.

### **1.1. O Franciscanismo em Portugal**

A introdução do franciscanismo em Portugal data de 1216, com a fundação dos conventos em Alenquer, Guimarães e Lisboa, em 1217<sup>22</sup>. Desde então, a família franciscana viu a sua observância diversificada através da criação da segunda Ordem (Regra de Santa Clara - 1253) e terceira Ordem de S. Francisco (1289) e da Regra Concecionista (1511), assim como a ordem dos Capuchinhos (1528)<sup>23</sup>.

O objetivo dos franciscanos era claro: iniciar o apostolado em eremitérios e gradualmente estabelecerem-se nos centros mais populosos do reino. Rapidamente foram-se fundando conventos nos principais centros urbanos, com apoio da realeza, os quais atraíam os fiéis pelo dinamismo pastoral da sua presença.

O povoamento dos Açores ficou dependente, a nível temporal e espiritual, da Ordem de Cristo, passando em 1514 para a jurisdição da Diocese do Funchal. Em 1534 foi criada a Diocese de Angra<sup>24</sup>. Contudo, os Franciscanos chegaram com as caravelas, desempenhando um importante papel de apoio espiritual aos primeiros povoadores, na assistência aos mais carenciados e, mais tarde, na criação do sistema de ensino<sup>25</sup>.

No que concerne à sua administração, até 1568, estavam sob a obediência da Província dos Claustrais, fazendo parte da Custódia entre Douro e Minho. Extintos os claustrais passam a estar sob a obediência dos Observantes. Em 1594 são integrados na Província de S. João Evangelista dos Algarves, sendo constituídos em Custódia dos Açores a partir de 1638, com obediência à referida Província<sup>26</sup>. Em 1639 é criada a Província de S. João Evangelista dos Açores, por Breve de Urbano VIII<sup>27</sup>, com sede no

---

<sup>21</sup> Para leitura do texto integral da Regra (cf. Fontes Franciscanas, 2005, I: 167-172).

<sup>22</sup> Andrade, 2010: 161.

<sup>23</sup> Cf. Franco, 2015: 7-53.

<sup>24</sup> Cf. Lalanda, 2000: 67-79 e Costa, 2008: 173-198.

<sup>25</sup> Para a perceção da implantação da Ordem Franciscana nos Açores (cf. Costa, 2014).

<sup>26</sup> Cf. Franco, 2015: 44.

<sup>27</sup> Monte Alverne, 1986, I: 111 e 112. Frei Agostinho de Monte Alverne (1629-1726) nasceu e morreu na Vila da Ribeira Grande, ilha de São Miguel. Segundo Reis Leite *professou no convento [Nossa Senhora do Guadalupe] da Ribeira Grande, onde iniciou os seus estudos com os frades franciscanos, (...), sendo porém pregador de merecimento e gozando da fama de frade virtuoso, o que lhe valeu a escolha para comissário da Ordem Terceira da cidade de Ponta Delgada, em 1699 (...). Deixou como obra uma crónica da província franciscana dos Açores cujo título completo é um verdadeiro programa Crónica da*

Convento de S. Francisco de Angra. No ano de 1717 a Província divide-se em duas Custódias, por Breve de Clemente XI: a da Terceira, que engloba as ilhas do grupo central e ocidental e a Custódia da Santíssima Conceição da Regular Observância, com sede no Convento de N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição de Ponta Delgada, dependente hierarquicamente do Ministro Geral da Ordem, com jurisdição para as ilhas de S. Miguel e Santa Maria<sup>28</sup>. Em suma, os Açores, na primeira metade do século XVIII, possuem vinte e seis conventos franciscanos dispersos por todas as ilhas, à exceção da ilha do Corvo<sup>29</sup>.

## 1.2. A fundação da Ordem de Santa Clara

Clara de Assis nasceu em 1194, no seio de uma família nobre<sup>30</sup>. Aos dezassete anos os pais quiseram dá-la em casamento, como era tradição, mas recusou. Desejava consagrar-se a Cristo, na simplicidade, sem bens materiais, segundo o ideal de Francisco. Abandona o mundo para viver em clausura<sup>31</sup>, numa experiência de total abandono a Deus e imitação de Cristo, não já pela ação no mundo, mas pela contemplação no interior do claustro, ligada, contudo, à ação apostólica dos irmãos franciscanos. É um novo estilo de *vida pobre, em fraternidade e serviço, humilde e simples, em amorosa contemplação de Deus e em sintonia com a humanidade sofredora*<sup>32</sup>. De modo não formal, podemos dizer que a 18 de março de 1212, nasceu a Segunda Ordem Franciscana. Neste contexto espiritual, desenvolve-se a segunda Ordem

---

*província de S. João Evangelista, das ilhas dos Açores, da Ordem de S. Francisco, em que se dá relação como foram descobertas as ilhas de S. Miguel e Santa Maria e da criação de suas vilas e cidades, com suas ermidas, freguesias, e pessoas de confissão, fundação de seus conventos, mosteiros e recolhimentos e do estado dos conventos e mosteiros, em tempo de comissão, custódio e província, das cousas da Misericórdia e suas rendas, e das cousas notáveis que tem acontecido e das pessoas que em virtude floresceram até ao ano de 1695 (cf. Leite, [s.d.]).*

<sup>28</sup> Chaves, 2013: 41.

<sup>29</sup> Teixeira, 2015: 44-45.

<sup>30</sup> Clara de Offreduccio nasceu em Assis, na Itália em 1193-1194. Pertencia a uma nobre família. Ao deparar-se com a pobreza evangélica vivida por Francisco de Assis passou a admirá-lo. Depois de muitas conversas com Francisco, a 18 de março de 1212 (Domingo de Ramos), saiu de casa, acompanhada apenas de sua prima Pacífica de Guelfuccio e de outra fiel amiga, e foi procurar Francisco na Igreja de Santa Maria dos Anjos. Posteriormente foi conduzida ao Mosteiro de Beneditinas de S. Paulo de Bastia e depois ao de Santo Ângelo de Panzo. Finalmente fixou-se no edifício contíguo à capelinha de São Damião, nos arredores de Assis. Ali com sua irmã Inês e com algumas companheiras deu início a uma vida de oração e silêncio, na clausura e no recato (cf. <http://www.familiafranciscana.pt/s-francisco-e-santa-clara-de-assis/santa-clara-de-assis>).

<sup>31</sup> Origem etimológica do latim *clausura,ae*, que se aplica a tudo o que serve para fechar: fechadura, fecho, praça fortificada (cf. Franco, Houaiss e Villar, 2015, II: 1011). Entende-se por clausura, neste contexto, o *recinto fechado de um mosteiro que define o espaço reservado aos religiosos da comunidade e inacessível aos visitantes; lei canónica que proíbe a entrada e saída deste recinto* (cf. “clausura”. In Oliveira, 2009, V: 1819). A clausura pode classificar-se como ativa ou interna, com a proibição das religiosas de saírem do interior do mosteiro; clausura passiva ou externa, ou seja, a impossibilidade de qualquer pessoa estranha penetrar no interior do mosteiro (cf. Rodríguez Núñez, 1996: 95).

<sup>32</sup> Fontoura, 2010: 360.

Franciscana: as clarissas, tendo como centro fundador o eremitério de São Damião, em Assis, que no ano de 1238 já contava com cinquenta religiosas<sup>33</sup>.

Os mosteiros na Idade Média asseguravam a sua subsistência com base nas rendas e dotes. Porém Santa Clara e as suas companheiras renunciavam a tudo. Viviam do trabalho, como expressão da oração, da comunhão com os pobres, e se necessário recorriam à ajuda dos fiéis. No fundo viviam na pobreza. Santa Clara procura tornar como norma esta sua opção. Para isso surgem dois documentos basilares: em 1216, o chamado *Privilégio de Pobreza*<sup>34</sup>, permitindo a renúncia a qualquer espécie de propriedade e a *Regra ou Forma de Vida*, inspirando-se na Regra bulada dos Frades Menores de 1223. Com este documento, Santa Clara ditou as bases da espiritualidade das clarissas<sup>35</sup>.

A morte de Santa Clara em 1253 e a sua canonização em 1255, pelo papa Alexandre IV, abrem um período de rápida difusão do seu modo de vida e das comunidades de Damas Pobres. A Regra Urbaniana elaborada pelo cardeal protetor Gaetano Orsini e promulgada, em 1263, por Urbano IV, ordena a todas as religiosas de inspiração damianita, que se agrupem sob a designação de *Ordem de Santa Clara*, determinando a obrigatoriedade de vida em clausura e permitindo aos mosteiros *receber, possuir e reter em comum rendas e possessões*<sup>36</sup>. Desta promulgação resultou a coexistência das duas Regras: a Primeira Regra, a de Santa Clara, e a Segunda Regra ou Urbaniana, distanciada do carisma que Santa Clara desejou implementar. Ao longo dos séculos, por razões diversas, a maior parte dos mosteiros seguiu a Segunda Regra.

Nos séculos XVII e XVIII, a Ordem de Santa Clara teve o seu apogeu de expansão, em número de religiosas e em exemplos de santidade. No ano de 1680 calcula-se que havia no mundo mais de 70.000 clarissas com 814 conventos sob a jurisdição dos Frades Menores<sup>37</sup>.

Na Idade Moderna, época que estamos a tratar, a vida contemplativa foi a única expressão de vida religiosa feminina. Pela Constituição *Circa pastoralis officii*, de S. Pio V, em 29 de maio de 1566, decretou-se a universalidade da clausura no seio do clero regular feminino<sup>38</sup>.

---

<sup>33</sup> *Idem*, 2010: 361.

<sup>34</sup> Cf. Pereira, 1996: 293-294

<sup>35</sup> Cf. Fontes Franciscanas, 1996, II.

<sup>36</sup> Cf. Regra Urbaniana, Capítulo XXI, n.º 34 (cf. Pereira, 1996: 362).

<sup>37</sup> Triviño Monrabal, 2011: 22.

<sup>38</sup> Cf. Jacquinet, 2015: 232.

### **1.1.1. A Ordem de Santa Clara em Portugal**

As Irmãs Clarissas chegaram a Portugal pouco depois da morte de Santa Clara, em 1254<sup>39</sup>. A primeira comunidade instalou-se em Lamego, em 1258, passando em 1259 para Santarém, residência habitual da corte. O rei Afonso III construiu um cenóbio de raiz, o Mosteiro de Santa Clara. O século XVI foi o período de maior desenvolvimento, com 41 fundações, 11 das quais nos Açores<sup>40</sup>. Em 1639 havia 65 mosteiros, dos quais 53 seguiam a regra de Urbano IV e 12 a regra de Santa Clara<sup>41</sup>. Em 1650, existiam cerca de 4500 clarissas em Portugal<sup>42</sup>.

Em síntese, desde a entrada da Ordem em Portugal, em 1258, até à extinção com o liberalismo, fundaram-se 75 mosteiros, dos quais 56 no continente, 16 nos Açores e 3 na Madeira<sup>43</sup>.

### **1.1.2. A Ordem de Santa Clara nos Açores**

As Clarissas foram as únicas formas de vida religiosa feminina nos Açores até ao século XIX. Os motivos poderão ser de ordem diversa, mas o certo é que a presença franciscana nos Açores chegou com os povoadores quatrocentistas. Este fato não resulta somente da estratégia de expansão da Segunda Ordem Franciscana, mas também da conjugação de circunstâncias diversas, como a atuação e vontade de intervenientes externos<sup>44</sup>. Por outro lado, a fundação dos primeiros mosteiros nos Açores está ligada ao Convento de N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição do Funchal, que no início do século XVI é já uma comunidade numerosa. Esta situação possibilitou que fosse fonte de irradiação da Ordem para o arquipélago dos Açores. Provavelmente para a fundação do Convento de N. Sr.<sup>a</sup> da Luz, na Vila da Praia, ilha Terceira, com as primeiras religiosas provenientes

---

<sup>39</sup> Cf. Lalanda, 2000: 353-354.

<sup>40</sup> Cf. Fontoura, 2010: 363.

<sup>41</sup> Cf. Silva, 2008: 63-64.

<sup>42</sup> Cf. *Idem*: 62.

<sup>43</sup> Fontoura, 2010: 363. A autora segue a tradicional inclusão do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Ponta Delgada na Ordem das Clarissas. Se a execução do Breve de Clemente IX, de 14 de maio de 1664 ocorreu (cf. Monte Alverne, 1994, II: 461- 465), confirmado por outro documento de 6 de janeiro de 1773, o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição pertenceu à Ordem da Imaculada Conceição, também conhecidas por Concecionistas Franciscanas (cf. BPARPD, Livro das Escrituras do Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição de Ponta Delgada (1662-1724), fls. 17-21). Todavia, as religiosas fundadoras foram deslocadas dos Mosteiros da Esperança, de Santo André de Ponta Delgada e de Santo André da Vila Franca em 1671. Aquando da extinção, em 1832, as religiosas deste Mosteiro são integradas no Mosteiro da Esperança. Denote-se que os historiadores desta Ordem não reclamam qualquer mosteiro açoriano como pertencente à Ordem fundada por santa Beatriz da Silva (cf. Vieira, 2000: 405). Portanto, é uma situação que requer uma investigação para clarificação.

<sup>44</sup> Cf. Lalanda, 2014: 574.

do Funchal (1512). No total existiram nos Açores, entre o séc. XVI e a legislação liberal do séc. XIX, dezasseis mosteiros femininos, sendo sete na ilha de S. Miguel<sup>45</sup>.

Em 1523 é fundado o Convento de Conceição de Vale de Cabaços, ilha de São Miguel, sendo a primeira religiosa Petronilda da Mota<sup>46</sup>. Contudo pelo isolamento do local e o perigo dos piratas franceses motivaram o abandono do Convento<sup>47</sup>. Uma parte significativa da comunidade ingressou no recém-edificado Convento de Santo André da Vila Franca (1533), fundado expressamente para o efeito a partir de uma ermida erigida por André Gonçalves Sampaio<sup>48</sup>. Em 1541 as restantes freiras de Vale de Cabaços que, por serem pobres não tinham lugar em Santo André, ingressam no primeiro mosteiro da Vila de Ponta Delgada, o Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança<sup>49</sup>.

No contexto das sociedades europeias, a sociedade açoriana era profundamente religiosa, sendo o fator religioso indissociável da vida do quotidiano, a par do patrocínio das elites e das suas dinâmicas sociais próprias, bem como a presença de conventos masculinos nos centros urbanos favorecem as fundações de mosteiros. Os ricos instituidores, movidos pela adesão aos valores da vida contemplativa, legavam os seus bens em vínculo às novas instituições religiosas, em regra com a condição do sustento de familiares aí presentes conduzindo ao enobrecimento destas casas monásticas.

A superioridade do número de freiras em relação aos frades é um fato, refletindo uma *estratégia de enclausurar a parentela feminina, perceptível desde a fundação dos primeiros mosteiros*, como observa Susana Costa<sup>50</sup>. Nesta opção está presente a opção da consolidação de interesses sociais e materiais negociados à margem da vontade feminina, como consequência do morgadio<sup>51</sup>, que vinculava o melhor do património familiar ao filho mais velho. A decisão de fazer entrar estas mulheres era feita logo na infância, sendo criadas *para freiras*<sup>52</sup>. Observando-se que a mulher

---

<sup>45</sup> Apresentamos a listagem de fundações de mosteiros micalenses elencada por Margarida Lalanda, mas como já foi referido na nota 41, a mesma poderá ser revista se investigações futuras assim o ditarem. Os mosteiros de Clarissas na ilha de S. Miguel foram: Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição de Vale de Cabaços (1523); Mosteiro de St. André na Vila Franca do Campo (1533); Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança de P. Delgada (1541); Mosteiro do St. Nome de Jesus da Ribeira Grande (1555); Mosteiro de St. André de P. Delgada (1567); Mosteiro de S. João Evangelista de P. Delgada (1602) e o Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição (1671) (cf. Lalanda, 2014: 573-577).

<sup>46</sup> Cf. Monte Alverne, 1994, II: 67 e Dias, 1950: 249.

<sup>47</sup> Frutuoso, 2011, IV: 305.

<sup>48</sup> Cf. Monte Alverne, 1994, II: 469 - 472.

<sup>49</sup> Monte Alverne, 1994, II: 72.

<sup>50</sup> Costa, 2008: 188.

<sup>51</sup> O “Morgadio” é um *vínculo indivisível e inalienável de certos bens legados por herança ao primogénito, que ficava por sua vez obrigado a determinados deveres familiares e sociais* (cf. Oliveira, 2012, XIII: 5082).

<sup>52</sup> Sá, 2011: 279.

açoriana seiscentista é posicionada na sociedade de acordo com os elos de ligação que mantém com o elemento masculino<sup>53</sup>. É neste quadro social que se percebe o surgimento de inúmeros mosteiros nas ilhas, e, concretamente na ilha de S. Miguel.

### **1.1.3. A vida religiosa e a arquitetura**

Na época moderna deu-se a proliferação dos mosteiros femininos, na lógica da época de redução da mulher ao espaço privado. A casa, para a mulher casada, e o mosteiro para a solteira, a casada e a viúva, constituíram-se como lugares exemplares na consecução dos ideais relacionados com a preservação da honra feminina e, consequentemente, da família.

Os mosteiros eram locais onde as mulheres professavam determinada regra, a qual enquadrava as suas ações, as suas vontades e o seu quotidiano numa total dedicação a Deus, prezando as virtudes da humildade, penitência, pureza, com o necessário afastamento do mundo secular e despojamento da materialidade da vida vivido em clausura<sup>54</sup>. A principal ocupação da vida religiosa enclausurada é a *oração, à meditação, e ao conhecimento e cumprimento da Palavra de Deus, ou seja, um trabalho de uma freira é rezar, conhecer a doutrina cristã e adaptá-la, de modo consciente e permanente, como o seu único modelo comportamental*<sup>55</sup>. O cristianismo tem como objetivo a salvação da alma, em que todos os batizados são solidários entre si rezando uns pelos outros. As religiosas eram consideradas esposas de Cristo, em que a santidade se obtinha pelo estado de consagração a Deus, o que em termos de ideário, o seu estado era superior ao das mulheres casadas. Assim, a existência destas instituições com comunidades dedicadas à vida espiritual reverte em benefícios para todos.

As religiosas que ingressavam na vida religiosa professavam, após algum tempo de preparação o chamado noviciado, os três votos: pobreza, obediência e castidade. O dia em que professavam era aquele em que morriam para o mundo, celebrando o seu casamento com Cristo. Em 1563 saiu um decreto, emanado da XXV Sessão do Concílio de Trento, especialmente dedicado aos *Regulares e às monjas*. Este decreto conciliar sublinhava essencialmente a livre aceitação da profissão religiosa, estabelecendo a idade mínima para a profissão nos 16 anos, após um ano de noviciado<sup>56</sup>. Com esta norma pretendia-se evitar vocações forçadas. Ao nível disciplinar a clausura assumiu um maior

---

<sup>53</sup> Costa, 2008: 1031.

<sup>54</sup> Lalanda, 2000: 353.

<sup>55</sup> Costa, 2008: 1055.

<sup>56</sup> Conde, 2015: 236.

rigor, numa dimensão de quase voto, sendo objeto de legislação régia e eclesiástica<sup>57</sup>. Assim, conforme as interpretações atuais, a vida monástica é analisada a partir dos conceitos de lugar de santidade e oração, e no seu oposto, controlo e repressão, no qual se apresenta o claustro como um paraíso e um inferno, porque as elites locais, que pretendiam integrar nelas as suas familiares, realizando uma hábil política de controlo de casamentos não só para as gerações mais novas, mas também como recolhimento.

Porém, a historiografia atual não considera a clausura como barreira intransponível, que corta os laços com a família e a sociedade. Pelo contrário, a clausura era permeável para o interior e para o exterior. Uma religiosa que vivesse em clausura continuava a exercer influência sobre a família<sup>58</sup>.

Dentro dos muros de uma casa monástica habitavam mulheres que não professavam, nomeadamente mulheres piedosas que voluntariamente aderiam à regra, por vezes marcadas por um mau casamento. Outras ingressavam após a viuvez<sup>59</sup>. Também se admitiam meninas para serem ensinadas e educadas, e criadas que serviam as religiosas, individualmente ou na comunidade<sup>60</sup>.

A construção de um espaço monacal feminino tinha de espelhar a espiritualidade da vida contemplativa. Por este motivo as regulamentações e determinações internas destinadas a impedir a transgressão comportamental foram ocorrendo ao longo dos tempos. O contato com o século foi regulamentado e por isso a arquitetura procurou criar pontos de contato, proporcionando a abertura da clausura com o devido recato. Mas sempre com a unilateralidade da comunicação, ou seja, os de fora entram, mas as religiosas não podem sair; as religiosas vêm sem serem vistas. A portaria, o locutório e a igreja assumem um papel preponderante. Desdobram-se em “espaço de fora” e “espaço de dentro”<sup>61</sup>. O mirante faz parte da identidade do mosteiro feminino, pois é o único elemento vertical do mosteiro. Normalmente surge em relação com a igreja, e concretamente com o coro, permitindo uma visão do exterior, *interferindo na privacidade de todos, sem no entanto serem vistas*<sup>62</sup>, diz Lígia Nunes.

---

<sup>57</sup> As intervenções dos poderes régios e eclesiásticos foram uma constante em finais do séc. XVI e durante o séc. XVII, o que na opinião de Antónia Fialho Conde deu à clausura estrita a força de voto (cf. Conde, 2015: 256). A propósito da clausura veja-se o estudo de Ricardo Silva sobre a temática religiosa na cidade de Braga (cf. Silva, R., 2011).

<sup>58</sup> Conde, 2015: 237.

<sup>59</sup> Sá, 2011: 280. Por exemplo a D. Filipa Coutinho, viúva de D. Rodrigo da Câmara, 5.º capitão do donatário da ilha de S. Miguel, que patrocinou a construção do Mosteiro da Esperança de Ponta Delgada recolheu-se numa casa junto a este Mosteiro entre 1541 e 1551 (cf. Monte Alverne, 1994, II: 72).

<sup>60</sup> Sobre a admissão de criadas seculares (cf. *Constituições Geraes*, 1693: 129).

<sup>61</sup> Jaquinet, 2013: 53.

<sup>62</sup> Nunes, 2011: 94.

A arquitetura monástica feminina pode caracterizar-se como um sistema, cuja função é fazer a mediação entre o interior e o exterior, o século e a religião, o privado e o público, bem como corpo e alma, material e espiritual<sup>63</sup>. Para concretizar estes objetivos criaram-se espaços de mediação. O mosteiro assume-se como a materialização do ideário de vivência espiritual num *estrito funcionalismo (...) e intrínseca funcionalidade*<sup>64</sup>. A separação deseja-se absoluta, sem permitir a proximidade física ou visual com o exterior, pois o elemento feminino deve ser resguardado e preservado. Foi essa a tônica das reformas do séc. XVI e XVII. Estas reformas estavam preocupadas com o cumprimento do voto de castidade, em detrimento da pobreza e da obediência<sup>65</sup>. Assim, acentuou-se a vigilância sobre a administração do património dos mosteiros, seja móvel, imóvel ou fundiário.

Para Lígia Silva, o mosteiro representa *um sistema de espaços que interagem, cada um referente a uma ou mais funções, que em conjunto adquirem uma forma, que por sua vez depende simultaneamente desse somatório de espaços decorrentes destas funções e da forma da cidade (...) reproduz uma casa, um local que se habita e que representa a ideia de Domestico*<sup>66</sup>. É a cidade de Deus no meio dos homens, a Nova Jerusalém antecipada, construída e vivida na sociedade terrena, mas apartada dela. O mosteiro também é visto como ilustrativo do universo; é concebido à imagem do céu e da terra, conceitos presentes no discurso arquitetónico através da simbologia dos elementos primordiais e das representações da natureza, assim como da inclusão dos mesmos na respetiva iconografia<sup>67</sup>. Portanto, para a sociedade do Antigo Regime, cada mosteiro é um pequeno paraíso terreno, no qual se constrói a santidade. Os mosteiros femininos respondiam às necessidades das suas comunidades, refletiam também o papel que a sociedade atribuía às mulheres. Assim, pelo fato de somente residirem mulheres não fazia dos mosteiros, por si só, um espaço exclusivamente feminino, porque nele entram homens: visitantes, confessores, médicos, jornalistas, pedreiros, carpinteiros, entre outros.

No interior do complexo monástico a disposição é funcional, em que os diversos espaços são dispostos em torno do claustro. Comum a quase todas as ordens e

---

<sup>63</sup> Jaquinet, 2015: 230.

<sup>64</sup> *Idem*, 2013: 50.

<sup>65</sup> As *Constituições Geraes* de 1693 proibiam as religiosas de possuir *bens moveis, ou de raiz, juros (...) nem dinheiros*, mas autorizava a aceitar *esmolas, ou pecúlios particulares, que seus parentes, ou bemfeitores lhes hão sinalado cada anno* (cf. *Constituições Geraes*, 1693: 95).

<sup>66</sup> Silva, 2008: 117.

<sup>67</sup> *Idem*: 20.

congregações religiosas, este tem a função de distribuir os espaços em torno de si: de um dos lados, a sala do capítulo, onde se reunia a comunidade. Noutra parte situava-se o refeitório e a cozinha, onde perto havia uma fonte algures no claustro, e em outro lado a igreja<sup>68</sup>. No claustro faziam-se procissões, oração, meditação e enterramentos das religiosas.

Há uma clara distinção hierárquica entre as diferentes dependências por relação às funções que desempenham. Os espaços litúrgicos e de oração, como a igreja e os coros assumem uma maior preponderância, em relação aos espaços domésticos, como a cozinha, o refeitório, os dormitórios e os espaços de comunicação com o exterior e lazer, o claustro, a cerca, a portaria e os locutórios.

A vida social interna ocorre em espaços a isso dedicados ou autorizados, como os claustros e jardins, mas também os parlatórios. A separação entre o mundo secular e o mosteiro era compensada por atividades individuais ou coletivas de devoção. É neste quadro que se insere a aprendizagem da música e do canto, que fizeram dos mosteiros pólos de excelência fora do contexto litúrgico ou das festas dos patronos<sup>69</sup>.

O Mosteiro da Esperança, que a seguir analisaremos, foi-se construindo gradualmente, procurando certamente, como os demais congéneres, que a arquitetura desse resposta às orientações espirituais da Ordem das Clarissas, bem como às orientações régias e eclesiásticas emanadas para todo o reino e territórios ultramarinos.

## **2. O Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança: da fundação à atualidade**

As fundações das comunidades femininas localizam-se maioritariamente nos centros urbanos por diversos motivos, aos quais podemos acrescentar a segurança. Também neste aspeto o mosteiro de Nossa Senhora da Esperança não é exceção, dado que um dos motivos da saída das religiosas de Vale de Cabaços foi este: *como estava junto ao mar e remoto dos moradores da vila [Água de Pau], temendo os franceses, corsários e hereges, requereram seus parentes que as mudassem dali*<sup>70</sup>. Assim a

---

<sup>68</sup> Silva, 2008: 121. Para uma melhor compreensão dos claustros no Mediterrâneo (cf. Melo e Vairo, 2016).

<sup>69</sup> Conde, 2015: 238.

<sup>70</sup> Monte Alverne, 1994, II: 71. Frei Agostinho de Monte Alverne (1629-1726) nasceu e morreu na Vila da Ribeira Grande, ilha de São Miguel. Segundo Reis Leite *professou no convento [Nossa Senhora do Guadalupe] da Ribeira Grande, onde iniciou os seus estudos com os frades franciscanos, (...), sendo porém pregador de merecimento e gozando da fama de frade virtuoso, o que lhe valeu a escolha para comissário da Ordem Terceira da cidade de Ponta Delgada, em 1699 (...). Deixou como obra uma crónica da província franciscana dos Açores cujo título completo é um verdadeiro programa Crónica da província de S. João Evangelista, das ilhas dos Açores, da Ordem de S. Francisco, em que se dá relação como foram descobertas as ilhas de S. Miguel e Santa Maria e da criação de suas vilas e cidades, com*

comunidade foi dividida entre o Mosteiro de Santo André da Vila Franca (1531) e o Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada (1541).

O Mosteiro foi edificado em terreno doado pelo casal Fernão de Quental<sup>71</sup> e sua esposa Margarida de Matos, por iniciativa do 5.º Capitão do Donatário da ilha, D. Rui Gonçalves da Câmara (1490-1535) e de D. Filipa Coutinho, sua esposa, denominada de *Capitosa Velha*<sup>72</sup>. O Capitão recolheu *as esmolas do povo ajuntar massame para se fazer um mosteiro para se recolherem estas pobres freiras que ficaram em Vale de Cabaços*<sup>73</sup>. O Capitão faleceu em 1535 sem ver iniciada a obra. O seu filho D. Manuel da Câmara (1504-1578)<sup>74</sup> não quis continuar a proteger as religiosas que ainda viviam em Vale de Cabaços, mandando-lhes dizer *se quisessem se fossem casar, e mandou vender a madeira e o mais que para o mosteiro estava*, como podemos ler na sentença da demanda que o mesmo moveu contra o Mosteiro, posteriormente, para se tornar padroeiro<sup>75</sup>. Foram os moradores de Ponta Delgada que juntaram esmolas para a continuação da edificação do Mosteiro. Embora o patrocínio de D. Filipa Coutinho deva ter existido, porque foi ela *quase como mãe*, no dizer de Monte Alverne, assistiu as religiosas até à conclusão das obras de edificação<sup>76</sup>. Por esse motivo a abadessa deu *sítio para junto do mosteiro edificar umas casas, com condição que por sua morte as deixaria ao mosteiro*<sup>77</sup>.

Frei Agostinho de Monte Alverne é da opinião que os Câmara não são padroeiros do Mosteiro e para isso apresenta a sentença da demanda que ocorreu entre as religiosas e o 6.º Capitão do Donatário, D. Manuel da Câmara (1504-1578)<sup>78</sup>. Por sua

---

*suas ermidas, freguesias, e pessoas de confissão, fundação de seus conventos, mosteiros e recolhimentos e do estado dos conventos e mosteiros, em tempo de comissão, custódio e província, das cousas da Misericórdia e suas rendas, e das cousas notáveis que tem acontecido e das pessoas que em virtude floresceram até ao ano de 1695.* (cf. Leite, [s.d.]).

<sup>71</sup> Fernão de Quental foi escudeiro fidalgo, ouvidor de Rui Gonçalves da Câmara, 5.º capitão do donatário de S. Miguel (cf. Frutuoso, IV: 175 e Afonso, 2007: nota n.º 271). Fernão de Quental também fez edificar a capela que serviu de primeiro templo aos franciscanos na vila de Ponta Delgada (cf. Monte Alverne, 1961, II: 67).

<sup>72</sup> Cf. Frutuoso, 2005, IV: 175. Sobre a biografia de Rui Gonçalves da Câmara ler a sua biografia (cf. Rodrigues, 2001).

<sup>73</sup> Monte Alverne, 1994, II: 71.

<sup>74</sup> Para a biografia de D. Manuel Câmara (cf. Rodrigues, 2001).

<sup>75</sup> Monte Alverne, 1994, II: 73 e 74.

<sup>76</sup> *Idem*, 1994, II: 72.

<sup>77</sup> *Ibidem*. Sobre a residência e morte de D. Filipa Coutinho junto aos Mosteiro da Esperança, consulte-se os estudos de Hugo Moreira (cf. Moreira, 2000:263-269).

<sup>78</sup> O capitão do donatário, D. Manuel da Câmara, após a morte de seu pai, D. Rodrigo da Câmara, deixou de atribuir o necessário subsídio para a sustentação das freiras de Vale de Cabaços. Após a fundação do Mosteiro da Esperança, a comunidade começou a crescer, o que motivou D. Manuel a desejar ser padroeiro do Mosteiro. Esta pretensão foi rejeitada pelas religiosas da Esperança. Perante esta recusa, moveu-lhes uma demanda, ou seja, um processo judicial. As religiosas provaram que fundaram o

vez, Frei Diogo das Chagas afirma que as fundadoras foram as primeiras freiras vindas de Vale de Cabaços e não D. Filipa Coutinho, tendo por base também a demanda entre as freiras e o 6.º Capitão do Donatário<sup>79</sup>. Num escrito de Francisco Afonso Chaves e Mello, publicado no Arquivo dos Açores, consta que foi *fundado pelo povo, e nobreza desta cidade no tempo em que era vila*<sup>80</sup>, informação corroborada por José Torres<sup>81</sup>. Segundo Nestor de Sousa, sobre os fundadores pouco se sabe, mas concorda com as informações dos cronistas<sup>82</sup>. A investigadora Maria Margarida Lalandia apresenta como fundadora a *Capitão Velha*<sup>83</sup>. No fundo uma simbiose de interesses e sensibilidades de vários grupos sociais, com objetivos bem distintos.

Quanto ao cronista Gaspar Frutuoso nas Saudades da Terra, somente nos informa que D. Filipa Coutinho, a Capitão, o mandou fazer e que nele tem sepultura. Inscrevendo-se assim na tradição das grandes famílias de patrocinarem estas instituições para nelas recolherem familiares e local para sepultamento dos seus corpos. Contudo não dá qualquer explicação.

As obras principiaram em 1535 e ficaram concluídas em 1545. Continuando a seguir as informações de Monte Alverne, sabemos que ao nível arquitetónico o Mosteiro tinha a seguinte configuração: *estando feita a igreja, de uma água, com um dormitório à parte do poente, com clausura da banda de dentro, que serviu depois de cemitério às freiras, na qual estava encostada a igreja*<sup>84</sup>.

Em 23 de abril de 1541, domingo de Páscoa, as restantes freiras de Vale de Cabaços, *alguas sete, ou oito freiras*<sup>85</sup>, que por serem pobres, não tinham lugar em Santo André da Vila Franca, ingressam no primeiro Mosteiro da Vila de Ponta Delgada, com invocação de Nossa Senhora da Esperança, é o terceiro em fundação na ilha. Por sua vez Gaspar Frutuoso apresenta a data de 23 de abril de 1540<sup>86</sup>. No relatório da visita *ad sacra limina* sobre o estado da diocese de 1901, sobre estas religiosas informa: *em*

---

Mosteiro da Esperança na Vila de Ponta Delgada com as esmolas do povo, porque o donatário recusou sustentá-las. Perante estes fatos D. Manuel Câmara perdeu a demanda (cf. *Idem*, 1994, II: 73 e 74).

<sup>79</sup> Cf. Chagas, 2007: 629-632. Nasceu em Santa Cruz das Flores, em 1584, e morreu em Angra, em 1661. Foi frade franciscano e historiador açoriano. Escreveu a obra *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, uma das principais fontes para o estudo do povoamento dos açores até à Restauração nos Açores após 1640. Em conjunto com o seu irmão, frei Mateus da Conceição, deve-se a elevação da custódia franciscana dos Açores à categoria de Província Franciscana de São João Evangelista dos Açores, em 1638, separando-se da Província Franciscana dos Algarve (cf. Matos, 2001).

<sup>80</sup> Cf. Arquivo dos Açores, I: 205-206.

<sup>81</sup> Torres, [s.d.], IV: 35.

<sup>82</sup> Cf. Sousa, 1986: 209 a 211.

<sup>83</sup> Cf. Lalandia, 1987: 13.

<sup>84</sup> Monte Alverne, 1994, II: 72.

<sup>85</sup> *Ibidem* e Chagas, 2007: 630.

<sup>86</sup> Frutuoso, 2011, IV: 306.

*alguns documentos do século XVI eram conhecidas por freiras do Desterro*<sup>87</sup>. Foi a sua primeira presidente a madre Maria do Espírito Santo, não podendo ser abadessa porque a eleição somente podia ocorrer após vinte anos da fundação<sup>88</sup>.

Como o Mosteiro era de clarissas, aquando da fundação do mesmo, a regra que professavam foi a de Santa Clara. Contudo o problema da sustentabilidade das religiosas é colocado, dado que D. Manuel da Câmara retirou o sustento que o seu pai tinha atribuído às religiosas ainda em Vale de Cabaços, a esta situação acresce-se a carência de esmolas do povo. Por estes dois motivos a Abadessa Maria do Espírito Santo solicita licença ao rei D. João III para obtenção de bens de raiz, a qual é concedida por carta de 19 de Setembro de 1545<sup>89</sup>. Perante este beneplácito régio, podemos depreender que no imediato as clarissas do Mosteiro adotaram a Regra Urbaniana.

## **2.1. O complexo monacal**

A disposição dos edifícios monásticos nas Ordens mendicantes, incluindo a Ordem Dominicana, os Franciscanos, os Carmelitas e os Agostinhos, não seguem geralmente um modelo uniforme, o que deriva também da sua vocação urbana. Estas Ordens nasceram no século XIII com o crescimento das cidades e vilas europeias.

O ideal estético dos Franciscanos tentava, de alguma forma, recorrer à simplicidade estrutural para transmitir a sua aspiração de bondade e beleza, concretizada em espaços luminosos que ligassem a condição terrena do homem à sua aspiração a valores espirituais mais elevados.

A portaria e a roda eram dois espaços de contato com o interior da clausura, porque a fronteira entre o interior e exterior dos mosteiros, no dizer de Lígia Silva, *funciona como uma pele contínua ao longo da qual surgem momentos de alguma permeabilidade controlada, física e espacial*<sup>90</sup>. Os espaços de mediação são a igreja e a portaria, que pode incluir ou não os parlatórios. Estes elementos de mediação são as portas e janelas, num primeiro momento; num segundo momento há as grades e rodas.

---

<sup>87</sup> Suplemento do BEA, 2013: 221.

<sup>88</sup> As demais religiosas que vieram de Vale de Cabaços são: Maria do Espírito Santo, presidente, Clara de Jesus, Inez de Santa Iria e Maria da Madre de Deus, que eram irmãs, Isabel dos Arcanjos, Maria de Santo António, Isabel de Sam Francisco, Catarina da Conceição. As noviças eram: Águeda de Cristo, Isabel de Santiago, Jerónima de Sam Paulo e Isabel de Sam João (cf. Monte Alverne, 1994, II: 72).

<sup>89</sup> Arquivo dos Açores, V: 165. Frutuoso dá uma explicação muito completa quanto às razões da mudança de regra, concretamente para o mosteiro de Santo André da Vila Franca (cf. Frutuoso, 2011, IV: 305-306).

<sup>90</sup> Para uma análise sobre os sistemas arquitetónicos de mediação nos mosteiros femininos (cf. Silva, R. 2011).

O Mosteiro da Esperança principiou a sua construção, como já dissemos, a partir de 1535. Desde essa data até à atualidade tem sofrido diversas alterações na sua arquitetura e espaços monacais, tentando dar resposta às necessidades de cada época.



Figura 1 - Levantamento topográfico do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança  
Fonte: Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2015

O complexo monacal é composto por igreja, claustro, terreiro e vários pátios<sup>91</sup>. Igreja de planta retangular, com capela-mor e nave, e portal principal lateral. Inicialmente era *de uma água, com o dormitório á parte do poente*<sup>92</sup>, tendo coberturas em falsas abóbodas de berço. No que respeita à zona regal, esta desenvolve-se em torno do claustro principal, com três pisos, com arcos em asa de cesto e tanque central. No terreiro, atual pátio da roda, surgem os portais da antiga portaria e porta do carro, em arco abatido e a própria roda. O mirante é quadrangular, avançado da fachada principal com cinco registos. A cerca possui outros pátios, zona de horta, cisterna, antigo granel e a Ermida de Nossa Senhora da Paz.

<sup>91</sup> Cf. Noé, 2013.

<sup>92</sup> Monte Alverne, 1961: 72.

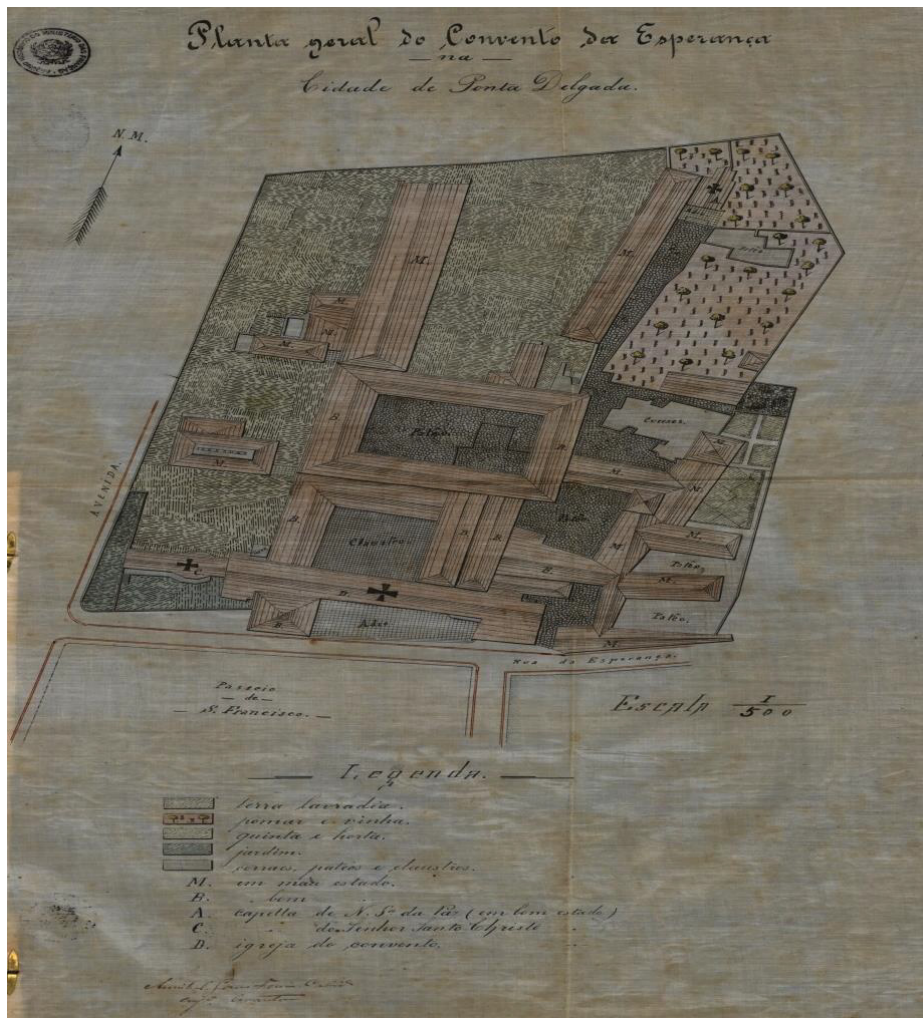


Figura 2: Planta Geral do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (1895)  
 Fonte: Arquivo Nacional da Torre de Tombo

Comparando as duas imagens, podemos denotar algumas alterações que ocorreram, as quais nos referiremos ao tratarmos cada espaço. As transformações mais significativas verificam-se, sobretudo, com a demolição de um dormitório a norte, a redução da área envolvente à capela de N. Sr.<sup>a</sup> da Paz e as alterações na frente sul, na zona da sacristia e portão.

A documentação é parca em informações sobre as obras realizadas ao longo dos tempos. Todavia podemos identificar algumas campanhas de obras, as quais serão tratadas nos próximos subcapítulos. A título de exemplo mencionamos, no primeiro quartel do século XVIII, a construção de duas das três capelas do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Para finais da centúria, o síndico, Dr. António Francisco de Carvalho, numa carta enviada ao Núncio Apostólico, no contexto da polémica que envolveu a sua pessoa, reconhece que encontrou o Mosteiro num estado de degradação, e que por esse

motivo se empenhou *na reedificação do Most.º, que achei em decadência*<sup>93</sup>. Segundo o genérico relatório de contas do mesmo síndico, o *Mosteiro de N. S. da Esperança em conta corrente com o seu síndico Antonio Francisco de Carvalho pelas despesas das Obras da reedificação de o anno de 1781 the ao prezente*<sup>94</sup> ficamos a saber que se realizaram obras profundas em todo o Mosteiro, no período compreendido entre 1781 a 1787, ascenda ao montante de 10.436\$490 reis. Seu financiamento proveio, em parte, pela cobrança de 400\$000 reis de dotes a quinze noviças, do contributo da sacristia, com 400\$00 reis e das esmolas do Senhor Santo Cristo com 77\$800 reis:

*A sachristia contribuiu pella obra da igreja e grade do coro // quatro centos mil reis // a dita do dinheiro com que as esmolas do Senhor Santo Christo contribuíram pella obra que se fes para o seu comodo // setenta e sette mil outo centos reis // a ditto de algumas madeiras e outros sobejos que se venderam*<sup>95</sup>

Estas obras de *reedificação* são mencionadas, de modo genérico, na *Carta de sentença Cível dada pelo Juiz Luís Francisco Rebelo Borges*<sup>96</sup>, que confirma a mesma informação<sup>97</sup>. Também se pode verificar que o síndico investiu na reedificação do Mosteiro, emprestando dinheiro para a mesma obra<sup>98</sup>.

*ultimamente achamos na conta da dispeza e receita das obras e reedificação do convento escriturada a folhas vinte e duas verso the folhas vinte vinte e três dever o convento ao síndico a quantia de três contos ootto centos quarenta e quatro mil cento e trinta e sinco reis // soma o que se deve ao síndico // três contos outo centos quarenta e sinco mil e noventa reis // de que habalida [sic] o que o mesmo síndico esta dezendo com o theor atras*<sup>99</sup>

No séc. XIX, a campanha de obras da década de vinte teve como objetivo a construção do atual mirante, no aumento do dormitório do coro, na cozinha da nova cozinha monacal e do granel. No início da década de 50, a remodelação da fachada da Igreja da Esperança<sup>100</sup>. Entrando no séc. XX, ocorreu a demolição de parte de um dormitório, com o pretexto de construir uma creche, algo que nunca se realizou.

---

<sup>93</sup> ASV, Carta de António Francisco de Carvalho [ao Núncio] dando conta das suas acções em favor do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (1790), fl. 393.

<sup>94</sup> Cf. ASV, Relatório de contas que o Procurador António Francisco de Carvalho deu da administração dos bens do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, Arquivo da Nunciatura em Lisboa, [s.d.], fls. 234v-235.

<sup>95</sup> ASV, Carta de sentença Cível dada pelo Juiz Luís Francisco Rebelo Borges de uns autos sobre as contas do Dr. António Francisco de Carvalho, Síndico do Convento de Nossa Senhora da Esperança (27-02-1790), fls. 367v.

<sup>96</sup> Cf. *Idem*, fl. 343-374.

<sup>97</sup> Cf. *Idem*, fl. 366v – 367.

<sup>98</sup> Cf. *Idem*, fl. 369v – 370.

<sup>99</sup> *Idem*, fl. 370.

<sup>100</sup> Abranches, 1865: 27.

## 2.2. Uma comunidade religiosa

A profissão dos votos materializava o compromisso com Deus. O comprometimento perante o seguimento desses ideais facilitaria a vida no interior do mosteiro e consubstanciaria o respeito pela Regra da Ordem. A assunção de uma nova espiritualidade na vida monacal era facilitada pelo isolamento a que as religiosas estavam sujeitas, bem como pelo programa devocional que deveriam cumprir diariamente.

Os percursos de vida no interior da clausura foram variados e, por vezes, marcados por contrastes que refletiam os diferentes modos de viver a religião e a vida monacal. É verdade que muitas mulheres ingressaram obrigadas nos mosteiros, mas não é menos verdade que muitas o fizeram de livre vontade, pois casavam com Cristo. A participação na vida comunitária, nas suas diferentes dimensões era obrigatória, proporcionando uma antecipação da vida divina já na terra. Na dimensão individual, orações, jejuns, sacrifícios físicos são exemplos de atitudes de inúmeras religiosas. Por exemplo, sempre que algum desentendimento assolava a comunidade, encomendava-se a Deus e rezava para que Este restabelecesse a paz e a harmonia, fazendo-se procissões e novenas<sup>101</sup>.

No que diz respeito ao número de religiosas aquando da fundação, o número fixado foi de 32, segundo Joaquim Cândido Abranches e José Torres<sup>102</sup>. Por sua vez, Agostinho Monte Alverne aponta para 36, número este que foi aumentando gradualmente, conforme apresenta este cronista:

*foi este mosteiro fundado com 36 lugares; o P.<sup>e</sup> Custódio Fr. Domingos do Salvador, em 22 de Janeiro de 1615 o taxou em 57 lugares, o P.<sup>e</sup> Fr. Mateus da Conceição, Provincial desta Provincia o taxou em 62 lugares. Crescem a estes lugares muitos supranumerários que acabam por morte das impetrantes<sup>103</sup>.*

Aquando da redação das *Saudades da Terra* (1586-1590), o número de recolhidas é de *vinte cinco religiosas de véo preto e cinco noviças*<sup>104</sup>. Para o século

---

<sup>101</sup> Sobre os modelos de santidade no interior dos mosteiros (cf. Silva, R., 2011: 466 e ss.).

<sup>102</sup> Abranches, 1869: 26 e Torres, [s.d.], IV: 35.

<sup>103</sup> Monte Alverne, 1994, II: 75.

<sup>104</sup> Frutuoso, 2011, IV: 175. Luís Arruda traça uma biografia Gaspar Frutuoso (1522-1591) que passamos a transcrever algumas passagens: *O autor das Saudades da Terra é considerado o «pai» da história açoriana. Estudou na Universidade de Salamanca entre 1553 e 1558, obtendo o grau de bacharel em Artes e em Teologia neste último ano. Obteve igualmente o grau de doutor, embora se desconheça onde. Durante a frequência da universidade salmantina, beneficiou da atmosfera cultural renascentista que lá se respirava e tomou contacto com autores e obras da Antiguidade Clássica (...). Muita da produção literária e teológica de Gaspar Frutuoso ter-se-á perdido, mas até nós chegou a sua obra maior, embora parcialmente amputada, as Saudades da Terra, manuscrito que teve uma existência atribulada após a morte do autor e que foi objecto de diversas cópias (Rodrigues, 1984). Gaspar Frutuoso, com as Saudades da Terra, pretendeu fazer um elogio aos Açores e às suas gentes, servindo o texto como um*

XVIII, Urbano Mendonça Dias, citando Joaquim Cândido Abranches diz, *este Convento foi fundado para trinta e dois lugares, mas com o tempo foi aumentando, tendo em 1723, religiosas professas cento e duas, noviças, pupilas e servas cincoenta e sete; e em 1821 quarenta e duas professas, trinta e seis seculares sem dispensa, e trinta fâmulas*<sup>105</sup>.

No séc. XVIII, o número foi fixado em 84 religiosas, valor este que terá sido suplantado<sup>106</sup>. Com efeito, Francisco Afonso Chaves e Melo e Joaquim Cândido Abranches, relativamente ao ano de 1723, apresentam o Mosteiro com o maior número de religiosas na cidade de Ponta Delgada, com 102 religiosas professas e sendo a restante população composta por noviças, pupilas e servas, perfazendo 57 no total<sup>107</sup>. José Torres recolheu um documento, não datado, no qual constam 105 religiosas professas, sendo noviças e pupilas em número de 11<sup>108</sup>. Numa outra nota, o mesmo autor referencia 101 religiosas professas, noviças e pupilas 15, servas particulares e comuns 40, perfazendo um total de 156 mulheres no mosteiro<sup>109</sup>. Em 1766, detinha 97 religiosas e 22 famulas<sup>110</sup>. Já no séc. XIX, no ano de 1812, o número de religiosas era de 61 e 30 famulas<sup>111</sup>. Para o ano de 1860 encontramos o Mosteiro com 26 religiosas e 29 famulas<sup>112</sup>. O número decresceu até à extinção do Mosteiro, em 1894, com o falecimento da última religiosa.

O Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança devia obediência aos frades franciscanos do Convento de S. Francisco, seu vizinho. Na década de oitenta do séc. XVIII as relações com os frades franciscanos degradaram-se, com acusações recíprocas. A esta situação aliou-se a polémica em torno do síndico Dr. António Francisco de Carvalho, acusado de violar a clausura e ter uma relação amorosa com uma religiosa. A conjugação de todos estes fatores levaram à mudança de obediência para a tutela do bispo diocesano, com o intuito de apaziguar o ambiente monacal<sup>113</sup>.

---

*instrumento para a promoção do arquipélago junto da corte castelhana. Mobilizando a sua formação intelectual e toda uma vasta rede de contactos, Gaspar Frutuoso produziu uma narrativa no interior da qual as ilhas açorianas surgem devidamente integradas no mundo atlântico e insular de Quinhentos* (cf. Arruda, [s.d.]).

<sup>105</sup> Dias, U., 1950: 267.

<sup>106</sup> Torres, [s.d.], IV: 194.

<sup>107</sup> Cf. Abranches, 1869: 26 e Melo, 1994: 59.

<sup>108</sup> Torres, [s.d.], IV: 35

<sup>109</sup> *Idem*: 194v.

<sup>110</sup> Rosa, 1998: 125.

<sup>111</sup> AMNSE, Livro da despesa diária (1795-1814), fl. 221v.

<sup>112</sup> ANTT, Pessoal do Convento (18-06-1860).

<sup>113</sup> Cf. Azevedo, 2015: 23-27.

## 2.3. Os locais de intimidade com Deus

Como vimos anteriormente, as clarissas tinham o ideal de pobreza. Apesar de este ideal ser deturpado pelas doações régias e da nobreza, e com o subterfúgio de abandono da posse individual de bens a favor da comunidade. Assim, as clarissas produziram os *espaços possíveis, com os meios possíveis em cada momento, ao contrário de outras ordens que estabeleceram as suas regras para a concepção e construção dos seus edifícios*, como diz Lígia Silva<sup>114</sup>. Será esta autora que, no que respeita à arquitetura, seguiremos neste capítulo.

Os locais de culto eram uma necessidade, pois em torno dos mesmos girava toda a vida espiritual da comunidade religiosa. O aperfeiçoamento espiritual, objetivo último dos fiéis, exigia uma prática continuada de virtudes que favorecia o estado de perfeição no seguimento e identificação com Cristo e constituía o símbolo da obediência e da comunhão dos princípios cristãos. Assim, a escuta e leitura da Palavra de Deus e de obras hagiográficas, a participação nos sacramentos e nos atos de piedade favoreciam esta comunhão com Deus. O santo converteu-se em herói, sendo proposto como ideal humano a atingir na vida terrena, o qual era reconhecido e admirado por toda a comunidade dentro e fora dos muros monacais.

### 2.3.1. A igreja

As igrejas dos mosteiros são o principal espaço do complexo monacal, local de mediação entre a terra e o céu. O lugar onde habita Deus na terra. Entrar na igreja é símbolo de realização espiritual pessoal e comunitária, na participação na Redenção de Cristo.

O templo assume uma dimensão pública, mas também de mediação entre a clausura e o exterior. Porque as igrejas dos mosteiros de clarissas, como de todas as ordens contemplativas, estão divididas em duas partes denominadas de nave e coro ou de igreja de dentro e igreja de fora. Estas designações provêm do fato de a chamada igreja de fora estar em contacto com o exterior, dimensão pública, enquanto a de dentro está em contacto com o interior do mosteiro, como continuação com o espaço destinado à clausura. Por este motivo, surgem associados ao espaço da igreja, dispositivos de transição entre a igreja e o exterior do mosteiro, e de transição entre a igreja e o interior

---

<sup>114</sup> Silva, 2008: 123.

do mosteiro<sup>115</sup>. A Igreja da Esperança está de acordo com este critério. A igreja e o coro tinham uma leitura espacial independente, apesar de formarem um edifício comum.

A sua posição tradicional, segundo as características medievais, seria a norte do claustro em contacto com este, o que não se verifica no caso em apreço. No que diz respeito à configuração, o habitual é a igreja com uma só nave e planta retangular, sem transepto<sup>116</sup>. Aos pés da igreja, de frente da capela-mor, usualmente a oeste, surge o coro, espaço de grande carga no mosteiro por aí se efectuar o ofício, estando a igreja da Esperança em conformidade. Lígia Silva faz uma observação sobre as igrejas de clarissas de finais do séc. XVII:

*uma característica singular da arquitectura portuguesa da época, que se traduz no designado “barroco português”, com características únicas em todo o mundo católico. Estas igrejas tinham uma planta rectangular sem capelas laterais com uma capela-mor profunda, a nave era coberta com abóbada de canhão pintada a brutesco e as paredes eram revestidas a azulejo azul e branco com altares de talha dourada<sup>117</sup>*

A primitiva igreja, descrita por Fr. Agostinho de Monte Alverne, que provavelmente a conheceu era um templo de estilo chão, como classifica Nestor de Sousa<sup>118</sup>. A igreja é de planta retangular, com eixo longitudinal interno e entrada lateral, composta por nave e capela-mor na lógica espacial do estilo chão, com anexos adossados ao lado direito. As intervenções de que foi objeto terão transfigurado a sua caixa mural, sem alterar a espacialidade inicial. A documentação atual é omissa quanto a épocas mais recuadas, e mesmo a existente é parca na informação dada. Em 25 de fevereiro de 1730 retiraram-se 204\$000 reis do arquivo para as obras da igreja e portão do carro<sup>119</sup>, repetindo-se este levantamento em 15 de março de 1730, com o montante 126\$000 reis e 204\$000 reis para as obras da igreja<sup>120</sup>. O mesmo aconteceu, para o mesmo fim, a 30 de setembro com o montante de 519\$200 reis<sup>121</sup>. Pelos montantes podemos depreender que foram intervenções significativas. Em fevereiro de 1759 são efetuados diversos pagamentos: *Sinco vigas de secopira p.<sup>a</sup> as portas da igreja 20\$500 reis<sup>122</sup>, Trinta taboas de pinho da Olanda 20\$000 reis<sup>123</sup> e 76 carretos de faya a \$060 reis cada húm 4\$560 reis<sup>124</sup>*. Por estes pagamentos verificamos a realização de uma

---

<sup>115</sup> Cf. Silva, 2008: 135 e ss.

<sup>116</sup> *Idem*: 123.

<sup>117</sup> Cf. *Idem*: 24 - 25.

<sup>118</sup> Sousa, 1986: 218.

<sup>119</sup> AMNSE, Livro de receitas e despesas do Arquivo (1728-1755), fl. 29v.

<sup>120</sup> *Idem*, fl. 30.

<sup>121</sup> *Ibidem*, fl. 30v

<sup>122</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 29.

<sup>123</sup> *Ibidem*.

<sup>124</sup> *Ibidem*.

campanha de obras profunda, dado que não se limitam a meras obras de manutenção. Esta intervenção abrangeu a sacristia, que nos referiremos mais à frente. Também encontramos pagamentos de reparações de manutenção regulares, como por exemplo, o *conserto das vidrassas da igreja*, em abril de 1762, por 23\$470 reis<sup>125</sup>. Denote-se que o Mosteiro prima pela compra de materiais nobres, como a madeira de secopira e pinho da Holanda que são madeiras de excelente qualidade.

No que concerne à fachada (Cf. anexo 9), foi sempre valorizada a discrição, embora se destacasse do resto do conjunto, por aí se notar marcada a entrada<sup>126</sup>. A atual fachada é de meados do séc. XIX, segundo Joaquim Cândido Abranches, considerando que em 1854 houve melhoramentos na fachada com o objetivo de dar uma dimensão mais urbana à Igreja<sup>127</sup>. Francisco Maria Supico dá nota, a partir de uma notícia de jornal, da colocação da cruz que encima a fachada, em 17 de janeiro de 1852: *acabam de me noticiar que as roqueiras que se estão ouvindo estalar são por motivos de se estar colocando a cruz nova no frontispício arremendado da igreja velha*<sup>128</sup>. Denota-se a crítica à obra, que é mais explícita numa notícia do dia 24 seguinte: *pôs-se a cruz na Esperança; tantas deformidades em obra tão pequena nunca se viram, é mesmo um pascar*<sup>129</sup>. Pela análise da gravura de José Torres<sup>130</sup>, a atual fachada e sacristia resultam de um projeto de remodelação oitocentista, que numa primeira fase somente resultou na intervenção na fachada, porque pela análise de uma foto da década de noventa do séc. XIX, a sacristia e o portão ainda não tinham sofrido a desejada transformação<sup>131</sup>. Todavia, mantém-se o anonimato da autoria e executores do projeto. A atual fachada é o resultado desta intervenção oitocentista, a qual, no dizer de Igor França, fez o *desenvolvimento em planimetria, com três vãos no piso térreo, possuindo o central maior dimensão, encimados por outros vãos em igual número*<sup>132</sup>. Uma intervenção que, do ponto de vista administrativo, nos leva a questionar sobre quem foi o promotor desta empreitada, dado que o Mosteiro tinha perdido para o Estado todos os rendimentos

---

<sup>125</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 51.

<sup>126</sup> Silva, 2008: 45. A autora, citando Paulo Varela Gomes, dá o exemplo das Igrejas monacais de Ponta Delgada com fachadas laterais que parecem frontais por apresentarem três entradas (cf. *Apud* Silva, 2008: 25).

<sup>127</sup> Abranches, 1869: 27.

<sup>128</sup> Supico, 1995, I: 299.

<sup>129</sup> *Ibidem*.

<sup>130</sup> BPARPD, *Variedades Açorianas*, tomo IV, fl. 49. (cf. CDISRTOP, Gravura do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança).

<sup>131</sup> Cf. AFICPD, Vista panorâmica do Campo de São Francisco, por ocasião das festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres (1890 – 1900): PT/ICPD/CFD.00381.

<sup>132</sup> França, 2008: 86.

fundiários, subsistindo somente com as esmolas do Senhor Santo Cristo e o subsídio anual do Estado no valor de 800.000\$00 reis. Contudo, a nossa investigação não conseguiu responder a esta questão.

A atual fachada é descrita por Paula Noé:

Fachadas rebocadas e pintadas de branco, percorridas por embasamento bastante avançado. Fachada principal da nave virada a sul., de três panos definidos por pilastras e terminada em friso e cornija sobre a qual se desenvolve espaldar recortado, definido por volutas e aletas, coroado por cruz latina de cantaria sobre acrotério e decorado por cartela concheada com âncora, símbolo da Esperança, sobre falsa mísula e, lateralmente, por elementos de cantaria relevados; sobre as pilastras exteriores surgem pináculos. É rasgada por três portais, em arco de volta perfeita, o central maior, sobre duas colunas e de intercolúnios côncavos, e os laterais sobre pilastras, encimados por elemento de cantaria com motivos vegetalista nos seguintes, rematado em cornija; sobre os portais rasgam-se três janelas retilíneas, com as molduras encimadas por cornija reta e elementos de cantaria que se prolongam pelo espaldar<sup>133</sup>.

Verifica-se a aplicação de motivos arquitetónicos barrocos, que do ponto de vista estilístico são anacrónicos tendo em conta que já estamos em meados de novecentos, eventualmente explicada pelas referências locais das igrejas setecentistas e oitocentistas.

No que se refere ao interior, convém recordar que as reformas tridentinas visavam a estimulação da devoção através da imagem. No corpo da igreja, o altar-mor e o seu retábulo constituem um dos elementos essenciais do espaço interior, pois nele se consagra e expõe o Cristo consagrado na hóstia. Por isso, tudo deve convergir na sua direção. Se o acessório e o decorativo antes de Trento eram secundários, após este Concílio assumem predominância. A atenção deslocou-se do altar para o retábulo, pois este tende a recriar a visão do céu. O retábulo barroco português pretende transportar o crente para a esfera do transcendente.

Em Portugal, o barroco chega após a restauração da independência por D. João IV (1640). Através da arte também se procurou-se legitimar a nova dinastia. O barroco português afirma-se no interior dos edifícios, na talha dourada e na azulejaria. Esta dicotomia entre o interior e exterior inscreve-se no projeto doutrinário pós Trento, de distinção entre corpo e alma. O corpo pobre e despojado contrasta com a alma rica da graça de Deus, por conseguinte o interior dos edifícios religiosos procura exaltar a glória de Deus. Devemos perceber estas ideias no contexto da reforma católica operada por Trento. A arte devia chegar a todos os estratos sociais, que todos pudessem perceber.

---

<sup>133</sup> Noé, 2013.

Os retábulos foram um dos meios mais eficazes que a Igreja da reforma católica utilizou para instruir as massas populares. Neste contexto, o papel da talha, como a arte de trabalhar e esculpir a madeira, foi fundamental. A sua introdução na Península Ibérica deve-se, provavelmente, à influência flamenga<sup>134</sup>, transformando-se na mais genuína característica do barroco português. Juan Plazaola chama a atenção para o papel da Igreja nos séculos subsequentes ao Concílio de Trento na promoção da arte:

*O Concílio de Trento avivou na hierarquia da Igreja a consciência de que, para a obra reformista que se pretendia, a arte constituía um instrumento de extrema importância. A arte devia instruir o povo, confirmá-lo na sua adesão à fé, e estimular a prática da moral cristã. A arte devia estimular o amor e o serviço a Deus, devia prevenir contra os erros da heresia, devia ser didática e sedutora para induzir no caminho da salvação<sup>135</sup>.*

*Encomendadores e artistas nos séculos do barroco sentiram que a arte devia chegar ao povo, instruindo-o, comovendo-o e consola-lo, elevando as suas mentes e persuadindo as suas vontades. Para a isso a arte devia sobretudo conquistar a sua atenção, cativar o olhar, e assombrar<sup>136</sup>.*

No fundo, podemos afirmar que a Igreja tomou as rédeas da arte, programando as temáticas e em grande parte condicionando a forma como era utilizada e aplicada nos edifícios, sobretudo religiosos.

No que concerne aos retábulos, é preciso entender as alterações na liturgia e na iconografia barrocas, emanadas do Concílio de Trento, para percebermos a importância do retábulo na estética ornamental. As normas saídas de Trento, a par do novo estilo artístico, permitiram o surgimento de uma nova perspetiva sobre os retábulos. As reformas litúrgicas operadas visavam a estimulação da devoção através da imagem. O acessório e a decoração, antes completamente secundários, tornam-se no aspeto principal e a atenção deslocou-se do altar para toda a riqueza do retábulo. A escultura foi a arte mais típica do barroco. Na Península Ibérica a escultura predomina nos retábulos e nas imagens em madeira dourada e policromada.

O presbitério da Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança é definido pela balaustrada de madeira do Brasil. Segundo Nestor de Sousa, o retábulo-mor da Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança é de estilo nacional<sup>137</sup>. Este estilo é uma manifestação de finais do séc. XVII que se prolongou pelas primeiras décadas do séc. XVIII<sup>138</sup>. Algumas das características que determinam este estilo são: a coluna de fuste em espiral, chamada de pseudo-salomónica, e o remate de arcos concêntricos, juntando-se as folhas de acanto em alto-

---

<sup>134</sup> Cambotas, Meireles e Pinto, 2006: 606.

<sup>135</sup> Plazaola, 2010: 817.

<sup>136</sup> *Idem*: 819.

<sup>137</sup> Sousa, 1986: 217.

<sup>138</sup> Cf. Smith, 1962: 69-94.

relevo. Esta combinação permitiu que o retábulo assumisse uma dimensão mais escultural e dinâmica em alto-relevo. Nos altares-mores deste estilo, as colunas torsas ou pseudo-salomónicas ladeiam um grande camarim aberto ou tribuna, tendo no seu interior o trono, destinado à Exposição do Santíssimo Sacramento.

O retábulo mor da Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança pode ser descrito do seguinte modo:

o retábulo-mor é de planta côncava e três eixos, definidos por duas finas pilastras exteriores, ornadas de acantos, e por quatro colunas torsas ou pseudo-salomónicas, com capitéis compósitos, assentes em dupla ordem de mísulas, e de capitéis coríntios, que se prolongam pelo ático em quatro arquivoltas, unidas por aduelas e tendo no fecho cartela inscrita envolvida por volutas, cartela oval com âncora, símbolo da Esperança, e a inscrição “SALVE MARIA SPES MEA”. Ao centro, abre-se a tribuna ou trono, interiormente revestida e apainelados de acantos, com cúpula, também com apainelados de acantos e albergando trono de cinco degraus contra curvos com a face de frente visível, abaulada e constituída por três painéis divididos por consolas e decorados com motivos de acanto. Nos eixos laterais surgem mísulas sustentando imagens: S. Francisco de Assis do lado do evangelho e de Santa Clara do lado da epístola. O sacrário tipo templete com colunas nos ângulos, cobertura tronco-piramidal, e porta em prata decorada com elementos alusivos a Cristo<sup>139</sup>.

O teto é em abóbada de berço, de talha relevada, com medalhões delimitados por esquadrias. No que concerne aos elementos ornamentais, predominam os símbolos eucarísticos, de alusão a Cristo ou à Virgem. A estes acrescentam-se os motivos vegetalistas que dominam o retábulo, provavelmente com o objetivo de divinizar o mundo natural. O arco da capela, formado de faces planas, limitadas por colunelos com bases e capitéis é decorado com folhas entrelaçadas numa movimentação naturalista. Segundo Sofia Medeiros, a talha barroca micaelense acompanhou a evolução que ocorreu no resto do país<sup>140</sup>.

No que diz respeito à autoria, segundo Luís Ataíde, o teto da capela-mor era formado por painéis pintados por Manuel Pinheiro Moreira, pintor micaelense, o qual realizou a obras em 1668<sup>141</sup>. Francisco Carreiro da Costa também atribui a este artífice a execução do retábulo-mor e dos painéis, enquanto os restauros posteriores são atribuídos a Gervásio de Araújo de Lima e Augusto de Araújo de Lima<sup>142</sup>. O trono e o camarim foram intervencionados em 1917, como comprovam duas contas de pagamentos. A primeira ao entalhador Pedro Augusto d’Araújo Lima<sup>143</sup> e a segunda ao

---

<sup>139</sup> Noé, 2013.

<sup>140</sup> Medeiros, 2012: 35.

<sup>141</sup> Ataíde, 2011, I: 186.

<sup>142</sup> Costa, 1948.

<sup>143</sup> Cf. AMNSE, Folha da fêria ao entalhador (31-03-1917).

entalhador e carpinteiro, na qual consta os seguintes nomes: Pedro Augusto d'Araújo Lima, José Rodrigues e Manuel de Souza<sup>144</sup>

Na capela-mor da Igreja da Esperança encontramos o silhar de azulejos com cenas da vida da Virgem, lado do evangelho: 1. a Anunciação; 2. a Visitação; 3. o Nascimento de Jesus. Do lado da epístola: 4. a Fuga para o Egito; 5. os Esponsais da Virgem; 6. o Pentecostes; 7. a Ascensão da Virgem. Este conjunto azulejar não se encontra datado nem assinado. Algumas das litánias da virgem encontram-se representadas por anjos que seguram o respetivo símbolo alusivo: rosa (rosa mística), estrela (estrela da manhã), igreja (mãe da Igreja), vaso (vaso honorífico atr.), coroa (rainha), arca (arca da aliança), torre (torre de marfim ou aliança) e porta (porta do céu). Todavia Luís Ataíde informa-nos da encomenda, provavelmente em 1909, ao mestre conimbricense António Augusto Gonçalves, fazendo a seguinte descrição:

*Todos os quadros assentam em silhar e são separados por pilastras, de bases em mascarões, e volutas a susterem nichos com anjos e moldurados por conchas estilizadas que rematam, ao centro, em querubins e, lateralmente, com vasos floridos. (...) A cor única é o azul pouco vigoroso sobre branco, de melhor nuança nas figuras, e menos límpido nos molduramentos e mais acessórios. O desenho é desigual; correcto nas figuras dos painéis imprimindo-lhes movimentação, muito enfraquece, porém, nas restantes dos nichos dos plintos<sup>145</sup>.*

A documentação administrativa do Mosteiro é omissa para este período, como também refere Luís Ataíde. O autor que vimos citando é contemporâneo desta encomenda, o que nos faz crer no conhecimento da atribuição e datação até que nova informação surja.

Junto à balaustrada surgem duas capelas laterais, com retábulos de talha policromada e dourada, de estrutura semelhante. O do lado do Evangelho dedicado ao Senhor atado à coluna, tem num dos nichos a imagem de Santa Gertrudes, proveniente de Lisboa em 1761<sup>146</sup>, e do lado da Epístola, Santa Ana ensinando a Virgem Maria a ler,

---

<sup>144</sup> Cf. AMNSE, Folha da fêria de pagamento ao entalhador e carpinteiro (08-12-1917).

<sup>145</sup> Ataíde, Luís, 2011, IV: 15 - 16. António Augusto Gonçalves Neves (19.12.1848 - 4.11.1932) Nasceu, viveu e morreu na cidade de Coimbra. Foi professor, arqueólogo, artista, crítico e historiador de arte. Era filho do pintor conimbricense António José Gonçalves Neves. Foi fundador da Escola Livre das Artes do Desenho da cidade, em 1878, que funcionou sob a sua direcção. Posteriormente, promoveu a criação de uma fábrica de cerâmica popular, no bairro de Santa Clara. Por sua iniciativa, foi criado em Coimbra, em 1890, um Museu de Arte Industrial. Promoveu o restauro da Sé Velha, cujas obras foram iniciadas em 1893. Reorganizou a partir de 1894 o Museu de Antiguidades do Instituto de Coimbra, que em 1911 deu lugar ao Museu Machado de Castro, sendo o seu primeiro director (1913-1928), promovendo a sua ampliação e reorganização (cf. AA.VV. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, [s.d.]: 551-553). Sobre a sua produção bibliográfica (cf. Madahil, 1947). Era um defensor acérrimo do progresso social através do trabalho e da necessidade das artes na formação integral do cidadão comum. (Pereira, 2012: 20-29).

Disponível em: [https://www.uc.pt/org/historia\\_ciencia\\_na\\_uc/autores/GONCALVES\\_antonioaugusto](https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/GONCALVES_antonioaugusto).

<sup>146</sup> Moreira, 2000: 104.

com as imagens de São José e São Miguel. Os retábulos destas capelas são de planta reta, três eixos definidos por duas pilastras exteriores, assentes em quarteirões. As pilastras de talha, decoradas com acantos e conchas nos capitéis, sustentando cornija com lambrequim, integram retábulos de planta reta, duas colunas torsas interiores, com espiral fitomórfica e terço inferior marcado, assentes em volumosas mísulas que se prolongam pelo ático em igual número de arquivoltas, decoradas por motivos vegetalistas distintos; no fecho têm cartela contendo uma coluna (Evangelho) e um livro (Epístola) envolvida por resplendor, ladeada por motivos vegetalistas; no eixo central possuem nicho em arco de volta perfeita, interiormente pintado de azul e albergando imaginária, e nos laterais surgem nichos sustentando imaginária encimada por baldaquinos com lambrequins; sacrário tipo templete, entre estípites, e com motivos eucarísticos na porta; sob os nichos surgem duas ordens de apainelados com aves e elementos enrolados. Altar tipo urna, com frontal pintado a marmoreados fingidos verdes, ornado por elementos vegetalistas dourados, com moldura de concheados.

O interior da nave apresenta-se com as paredes rebocadas e pintadas de branco. Santos Simões coloca a hipótese da existência, no passado, de azulejos na nave da Igreja, os quais desapareceram<sup>147</sup>. Os azulejos azuis e brancos formam o silhar de composição figurativa, com grinaldas conducentes a cartelas, tendo por remates frisos ornados com figuras e sanefas; sendo divididos por pilastras sustendo urnas estilizadas. Nestas cartelas apresenta-se a iconografia alusiva à vida da Madre Teresa da Anunciada. Os mesmos são assinados por António Tomás da Conceição Silva<sup>148</sup>, com data de 1928, tendo sido produzidos na Fábrica do Arieiro, como constatamos pela inscrição existente: “A.CONCEIÇÃO SILVA / FAIANÇA PORTUGUEZA / ARIEIRO / 1928 / LISBOA”. Estes azulejos são assentes em silhar, em que cada representação iconográfica corresponde a uma cartela. São separados por colunas galbadas, sustentando vasos e superiormente enquadrados por entablamento recortado ao centro,

---

<sup>147</sup> Simões, 1963: 104.

<sup>148</sup> Esta assinatura deve corresponder a António Tomás da Conceição Silva (1869 -1958). Foi um pintor, ceramista e professor universitário que exerceu a sua atividade em Lisboa. Estudou na Escola de Belas Artes de Lisboa. Foi professor do Grémio Artístico de Lisboa, tendo sido escolhido para aplicar a bolsa concedida pela rainha D. Amélia a um aluno e destinado subsidiar estudos em Paris. Exerceu docência na Escola de Belas Artes a partir de 1904. Ficou conhecido pelos seus retratos, como o de Ribeiro Christino e Leopoldo Battistini ou o seu auto-retrato no Museu José Malhoa. No âmbito da temática sacra pintou, por exemplo, o retábulo do altar-mor da Igreja de S. Mamede de Lisboa (Barata e Duarte, 2011). Procurou divulgar a cultura da época, por exemplo, através do semanário *o Branco e Negro* e da colaboração na publicação *Arte portuguesa: revista de aecheologia e arte moderna* (cf. Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>). No campo das artes gráficas encontramos também alguns exemplos, como a gravura *Nossa Senhora da Conceição (Padroeira do Reino)* (cf. BNP. Disponível em: <http://purl.pt/index/geral/aut/PT/263526.html>).

com drapeados a abrir em boca de cena; inferiormente são identificados por inscrições em cartelas. Luis Ataíde esclarece que o intermediário da encomenda foi o professor Arthur May, diretor da Escola Velho Cabral, amigo do pintor, acrescentando que a má qualidade da pintura se deve a um problema de cozedura dos azulejos<sup>149</sup>. No que concerne à datação, Luís Ataíde apresenta a data de 1913, o que não corresponde com a data inscrita nos próprios azulejos<sup>150</sup>.

O pintor provavelmente leu a vida de Madre Teresa, escolhendo momentos chave da vida desta religiosa, exceptuando o painel n.º 4, em que se baseou na gravura de João Silvério Carpinetti, de 1763<sup>151</sup>. Os azulejos revelam diversas imperfeições, nomeadamente ao nível dos rostos e das proporções corporais, embora não seja em todas as representações. O que poderá revelar alguma inexperiência na pintura de azulejo. Para uma melhor identificação veja-se a descrição decorativa do teto:

O teto da nave tem a cobertura desenvolvida sobre friso de acantos e cornija, pintada em três secções com quadraturas laterais, com alegorias à Igreja, plintos com albarradas, festões, cartelas de folhagem nos ângulos com símbolos marianos. Ao centro uma cartela oval com o monograma “AM” (Ave Maria) coroado, envolto por querubins, tendo inferiormente a inscrição “GRATIA PLENA / DOMINUS TECUM” (cheia de graça / o senhor está contigo. Esta cartela é envolvida por motivos vegetalistas e as inscrições Marianas: “SALVE REGINA (salvé rainha); & SPES NOSTRA SALVE, VITA, DULCEDO e MATER MISERICORDIA” (mãe de misericórdia). Há a inscrição de datação de uma intervenção de restauro, no decurso do séc. XX: “RESTAURADO EM 1957”<sup>152</sup>.

No que concerne à datação e autoria, a informação é corroborada por Hugo Moreira, que indica o seu executor como sendo Marcelino Ivo Pereira<sup>153</sup>.

Junto ao arco do coro-alto, a cobertura tem pintado um sol com resplendor, contendo a inscrição “APERIATUR / TERRA / & GERMINET, SALVATOREM”. As janelas da nave possuem o friso envolvente em talha dourada, decorada com elementos vegetalistas.

A parede fundeira da nave comunica com os coros por amplos vãos, retilíneo no coro-baixo e abatido no coro-alto. O vão do coro-baixo tem uma moldura com acantos, concheados, anjos e putis. A grade tem ao centro o comungatório, no qual foi aplicada uma peça de prata lavrada, com perfil recortado, contendo uma custódia envolvida por

---

<sup>149</sup> Ataíde, 2011, IV: 17.

<sup>150</sup> *Ibidem*. Santos Simões confirma a data de 1928, referindo que a data proposta de 1913 foi um lapso de Luis Ataíde (Simões, 1963: 104).

<sup>151</sup> Cf. BNP, Carpinetti, 1963.

<sup>152</sup> Noé, 2013.

<sup>153</sup> Moreira, 2000: 104.

elementos vegetalistas<sup>154</sup>. Em 1759 comprou-se *hua campainha para a grade da igreja* no valor de \$300 reis<sup>155</sup>. Os confessionários embutidos que ladeiam a grade do coro-baixo possuem grade de comunhão em madeira entalhada. A documentação fala-nos na reparação dos confessionários em novembro de 1768, por \$840 reis<sup>156</sup> e na compra de *quatro cadeiras de Nogueira com acentos e costas de Palhinha vindas de L.<sup>xa</sup> no Hiate Sr. Do Alivio p.<sup>a</sup> os confessionários trinta e nove mil quinhentos setenta hum r.<sup>s</sup>*<sup>157</sup>.

No vão de ligação entre a nave e o coro-alto surge cartela pintada com panejamentos vermelhos, tendo ao centro as insígnias da Ordem: dois braços passados em aspa, o braço em barra vestido e o braço em banda nu, rodeado pelo cordão de São Francisco. A grade do coro tem uma moldura de talha, decorada com motivos vegetalistas, com fecho em concha, sob as insígnias da ordem.

No lado do Evangelho, encontra-se o púlpito de bacia retangular, sendo na parte inferior decorado por um florão de talha. A guarda é em balaustrada, sendo o acesso por porta de verga reta, com emoldurado em talha dourada. Esta moldura está decorada com acantos, e é encimada por baldaquino ou dossel de talha, de configuração rectilínea, coroado por pináculos vegetalistas, com lambrequim e resplendor e pomba também em talha, ao gosto da época segundo John Smith<sup>158</sup>.

O lado da epístola é dominado pela porta principal, com o respetivo guarda-vento. É ladeado por pias de água benta, encimadas por pequeno espaldar com aletas e cartela central.

### **2.3.2. A sacristia**

A sacristia não pertence ao espaço da igreja. No entanto é imprescindível ao seu funcionamento por ser através deste espaço que os sacerdotes acedem à igreja para o serviço cultural. Estava colocada normalmente junto à cabeceira da igreja, para um mais fácil acesso ao altar. A ideia de mediação existente na igreja aplica-se também à sacristia, como forma de garantir a salvaguarda da clausura. Nesse sentido, espaços como a sacristia surgem por vezes duplicados espacialmente, surgindo a sacristia de fora, acessível ao sacerdote e a sacristia de dentro, acessível às freiras, se bem que estas necessitam passar à igreja para a cuidar, mas sempre em horários em que a igreja esteja

---

<sup>154</sup> Esta peça foi aplicada por ordem do Pe. Agnelo Soares, administrador do Santuário, na década de oitenta do séc. XX, não sendo possível determinar a data precisa (Ir. Margarida Borges, 02-06-2017)).

<sup>155</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 34v.

<sup>156</sup> BPARPD, *Idem*, fl. 94.

<sup>157</sup> AMNSE, Livro da despesa diária (1795-1814), fl. 243.

<sup>158</sup> Smith, 1963: 159.

fechada aos demais fiéis<sup>159</sup>. A atual sacristia deve ser a terceira. A primeira terá sido edificada aproximadamente aquando da fundação do Mosteiro, contudo não temos dados sobre este espaço. A primeira referência que encontramos data de 1730, para a qual se compra o material necessário, em Lisboa no valor de 180\$000 reis<sup>160</sup>. A segunda sacristia é construída em 1759, quando a anterior fachada *se desmanchou por ser pequena*, e gastando-se 12\$000 reis na compra de *lagens da sancheytia*<sup>161</sup>. Os mestres responsáveis pelas obras foram: o *M<sup>e</sup> pedreyro Jose da Costa*, o carpinteiro *Mathias Rodrigues fez a hobra do tetto da sachestia, janelas e portas*<sup>162</sup>, e o mestre carpinteiro *Manoel de souza da factura dos armários e gavetoens da sancheytia, vidrassas, rodas, talha, das portas da igreja retabulo da Sanchrestia 80\$000 reis*, num total de 200\$000 reis pago ao mesmo<sup>163</sup>. Em junho de 1759 as obras deviam estar a chegar ao seu término, dado que a compra de vernis assim o indica: *meya canada de vernis p.<sup>a</sup> se acabar a sanchrestia a 2\$800*<sup>164</sup>. A preocupação por trazer bons materiais é notória ao comprar-se *pinho da Olanda*, e revelando, mais uma vez, a rede de contatos das religiosas do Mosteiro.

A sacristia nova, como por vezes é designada a atual, a sul da igreja, é resultante de uma intervenção do início do séc. XX, provavelmente da segunda década, conforme podemos comprovar pela fotografia panorâmica do Campo de São Francisco, dando cumprimentos ao projeto de remodelação oitocentista da frente sul do Mosteiro<sup>165</sup>, realizada por Hugo Knobloch & Co.<sup>166</sup>, e pela planta do imóvel constante do inventário de 1911<sup>167</sup>. Destaca-se por estar avançada da nave, com cunhais apilastrados e rematada em cornija e platibanda plena, em cantaria, com o portal de verga reta com moldura sobreposta por friso, cornija e cartela oval, com aletas e motivos vegetalistas. No lado sul possui três janelas retilíneas, gradeadas, de igual moldura. Ao contrário da fachada, que não teve implicações substanciais no interior da igreja, esta intervenção reformulou o espaço da sacristia, sobretudo redimensionando-a. Provavelmente também ocorria a duplicação de espaços aqui, a julgar pela leitura dos inventários: o de 1860 refere a

---

<sup>159</sup> Silva, 2008: 201.

<sup>160</sup> AMNSE, Livro de receitas e despesas do Arquivo (1728-1755), fl. 29v.

<sup>161</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 29.

<sup>162</sup> BPARPD, *Ibidem*, fl. 29.

<sup>163</sup> BPARPD, *Ibidem*, fl. 29.

<sup>164</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 29.

<sup>165</sup> Abranches, 1869: 27.

<sup>166</sup> Cf. AFICPD, Vista panorâmica do Campo de São Francisco (1910-1920): PT/ICPD/CFD.00427.

<sup>167</sup> ANTT, Planta geral do Convento da Esperança na Cidade de Ponta Delgada (1911).

existência de duas sacristias: a interior e exterior<sup>168</sup> e o de 1895 também menciona a existência da sacristia do convento e a sacristia do sul<sup>169</sup>. Atualmente esta é dividida em dois compartimentos, nomeadamente um quarto que dá acesso ao adro e à igreja e a sacristia propriamente dita, que apresenta um arcaz com espaldar pintado com vários painéis alusivos ao Senhor Santo Cristo.

Para o serviço da liturgia encontramos a aquisição, já no séc. XIX, de *2 ferros de gommar a roupa da Igreja, e concerto d'outro* por 2\$560<sup>170</sup>, *um ferro para hóstias vindo de Lisboa* pelo preço de 24\$235<sup>171</sup>, *17 arrateis de incenso bom* 5\$760<sup>172</sup> e *um volante para o Baldaquino da Exposição do Santíssimo Sacramento*<sup>173</sup>. No que concerne a paramentos, somente encontramos a seguinte rubrica com a despesa *feita em tengir damasco para uma Casula, e todas as mais despesas com a d.<sup>1a</sup>* por 9\$800<sup>174</sup>. Para as alfaias litúrgicas a descrição genérica do *feitio do veo da pyxide* a 23\$840<sup>175</sup>, bem como, *a imp.<sup>ca</sup> do custo a despesa do caliz patena e colherina de prata q. veio de L.<sup>xa</sup> [Lisboa] p.<sup>a</sup> serviso do [da igreja] Mostr.<sup>o</sup> quarenta e dois mil quinhentos e trinta reis*<sup>176</sup>. Em 1825, manda-se executar uma das lâmpadas de prata da Igreja, como depreendemos pela compra de luvas para o ourives, sendo pago por 15 alqueires de trigo<sup>177</sup>. Em finais do séc. XIX, compra-se *por 4,80 de damasco de lã a 1850 r para reposteiros das portas da capela mór* no montante de 8\$880 reis<sup>178</sup>, *p.<sup>a</sup> 9 m de chita d'alcoçaba para reposteiro da porta da sacristia* ao preço de 2\$400 reis<sup>179</sup>.

### 2.3.3. O coro alto

A arquitetura dos mosteiros de clarissas colocou a porta principal da igreja na parede lateral, permitindo a existência do coro baixo e coro alto, opostos ao altar-mor, onde as religiosas celebravam e participavam nas celebrações religiosas, separadas dos restantes fiéis por grades. A estes espaços a comunidade clausurada designava igreja de dentro. A separação canónica entre as religiosas e a comunidade dos fiéis e, com ela, o sacerdote celebrante, nem sempre se refletiu igualmente em termos arquitetónicos.

---

<sup>168</sup> ANTT, Primeiro Inventário (1860), fl. 3 e 3v.

<sup>169</sup> ANTT, Segundo Inventário (1895), fl. 11v.

<sup>170</sup> AMNSE, Livro de contas da comunidade (1878-1889), fl. 18.

<sup>171</sup> AMNSE, Livro da despesa diária (1795-1814), fl. 215.

<sup>172</sup> AMNSE, *Idem*, fl. 170v.

<sup>173</sup> AMNSE, Livro de contas da comunidade (1878-1889), fl. 31.

<sup>174</sup> *Idem*, fl. 39.

<sup>175</sup> AMNSE, Livro de contas da comunidade (1878-1889), fl. 41.

<sup>176</sup> AMNSE, Livro de despesa diária (1795-1814), fl. 172v.

<sup>177</sup> AMNSE, Livro da receita e despesa do granel do mosteiro (1770-1834), p. 183.

<sup>178</sup> AMNSE, Livro de contas da comunidade (1878-1889), fl. 20. 06-1882.

<sup>179</sup> *Ibidem*.

Nos mosteiros das clarissas, o coro é um espaço de grande significado em todo o mosteiro, pois é nele que as religiosas passam muitas horas do dia em oração, tornando-se um local muito especial. Encontra-se separado da igreja por uma parede, onde é colocada uma grade de comunicação. A sua configuração é quase sempre retangular e raramente excede a igreja em tamanho. O aparecimento do coro alto, que remonta à época moderna, terá estado na origem da eleição do acesso lateral do templo<sup>180</sup>, facilitando o recato da comunidade religiosa em relação ao corpo da Igreja<sup>181</sup>. Antes do Concílio de Trento as Igrejas somente possuíam um coro. As *Constituições Geraes* determinaram a existência do coro alto<sup>182</sup>.

Em 1729, o mosteiro promoveu obras de beneficiação do coro alto. Assim, *em coatro de O.bro [outubro] de 1729 se retirou do arquivo seis sentos outenta e nove mil e seis sentos r.<sup>s</sup> [689\$600] a saber que se entregaram ao sindico [alferes Joaõ Monis] p.<sup>a</sup> acjstencia da obra em dr.<sup>a</sup> do coro da igrja*<sup>183</sup>. Apesar da descrição não conseguimos determinar quais os melhoramentos resultantes desta intervenção. Pelo valor em causa, depreendemos que tenha sido uma importante intervenção.

Em 1761, o mosteiro manda caiar o coro: *hum pedreyro que caiou o coro por \$250*<sup>184</sup> e o *entierior da grade do coro*<sup>185</sup>. O que permite questionarmos se a obra de remodelação do ano seguinte já estava prevista ou as religiosas simplesmente desejaram dar mais dignidade ao espaço aquando das festas pascais e do Senhor Santo Cristo naquele ano.

Com melhor descrição encontramos as obras ocorridas em 1762, que decorreram sob a orientação do mestre Bartolomeu de Medeyros. Com estas procedeu-se ao *levantar as paredes, janelas e outros q. de novo se fizeram e capelas do d<sup>o</sup> Coro*, com um custo total de 682\$620<sup>186</sup>. Novamente o Mosteiro prima pela compra de madeiras estrangeiras, neste caso madeira exótica do Brasil e madeira de carvalho para assobradar o chão do coro e colocação de cadeiras<sup>187</sup>. As madeiras mais comuns foram adquiridas aos fornecedores locais, como é o caso de Francisco Gomes que forneceu *vários bocados de taboa* com o custo de 6\$400 reis<sup>188</sup>.

---

<sup>180</sup> Jaquinet, 2015: 237.

<sup>181</sup> Fernandes, 1995: 143.

<sup>182</sup> *Constituições Geraes*, 1693: 78.

<sup>183</sup> AMNSE, Livro de receitas e despesas do Arquivo (1728-1755), fl. 29.

<sup>184</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 43v.

<sup>185</sup> BPARPD, *Ibidem*.

<sup>186</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 44.

<sup>187</sup> BPARPD, *Ibidem*.

<sup>188</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 101.

Todavia fica por determinar se o atual cadeiral foi colocado aquando desta intervenção. Esta campanha de obras no coro teve o seu término após o mês de maio, dado que ainda neste mês se pagou 1\$100 reis *a quem pintou as janelas do coro e tintas*<sup>189</sup>. Contudo em 1769 paga-se *a quem serou o taboado p<sup>a</sup> forrar o Coro, carpinteyro q o limparaõ* por 9\$960<sup>190</sup>.

Foi nestes espaços, como diz Maria Luísa Jacquinet, citando Nelson Correia Borges, que muitos mosteiros conceberam *autênticas obras de arte total em que a arquitetura e escultura, a pintura e outras artes se aliam para criar um conjunto unitário de exaltação da religiosidade da ordem*<sup>191</sup>. O coro alto do Mosteiro da Esperança não foi exceção. Que na opinião de Luís Bernardo de Ataíde é um, *museu de arte, mimo de requintada lavra, é hoje uma amálgama poeirento de cadáveres, de coisas que foram vivas, esplêndidas de forma, encantadoras de sentimento e vibrante de cor*<sup>192</sup>.

Na vida comunitária era obrigatória a presença de todas as religiosas no coro durante a récita do ofício divino, as quais eram convocadas pelo sino. Aqui se realizavam dia após dia as horas canónicas, a participação nas celebrações litúrgicas que ocorriam na Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança. Podemos dizer que no coro alto se cruzam diferentes devoções comunitárias e individuais: a eucarística, a principal, que ocorre no altar-mor da Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança, as diferentes devoções domésticas presentes em retábulos, oratórios, capela do Senhor dos Passos e na grande devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, visível através de uma pequena janela oval, com portada, para a respetiva capela (cf. anexo 11).

O coro está circundado por cadeiral de 38 lugares fixos, interrompido por altares e oratórios, com invocação de N. Sr.<sup>a</sup> da Paz, N. Sr.<sup>a</sup> da Piedade, N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição, N. Sr.<sup>a</sup> do Carmo, N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança, Santo António, Santa Ana, Sagrada Família, de Jesus, de Maria e José, altar do Senhor dos Terceiros, de Cristo Crucificado, posteriormente denominado de Santo Cristo Pequeno, e a capela do Senhor dos Passos. Temos a informação genérica que, de março a julho de 1903, os artífices João

---

<sup>189</sup> BPARPD, *Idem*, fl. 51v.

<sup>190</sup> BPARPD, *Idem*, fl. 101v.

<sup>191</sup> Cf. Jacquinet, 2015: 229-237. Presentemente, o coro alto está a ser objeto de uma intervenção de conservação e restauro integral, abrangendo o património móvel, imóvel e artes decorativas existentes. Como resultado desta intervenção haverá a produção do respetivo relatório, que será uma fonte de informação imprescindível para trabalhos futuros.

<sup>192</sup> Ataíde, 2011, I: 183.

de Medeiros Moura e João Raposo executam *trabalho de dourador nos altares do Coro*<sup>193</sup>.

Num estudo como o nosso é impossível apresentar todo o património integrado presente no coro alto. Por conseguinte seleccionamos o altar de Jesus, Maria e José ou de Belém, de modo a apresentarmos um exemplo deste rico património (cf. anexo 10).

O presépio é talvez a mais antiga forma de caracterização do Natal. Sabe-se que foi São Francisco de Assis, na cidade italiana de Greccio, em 1223, o primeiro a usar a manjedoura com figuras esculpidas formando um presépio, tal qual o conhecemos hoje. Seguindo esta tradição, os franciscanos sempre celebraram o Natal com decoro. Celebrar o Natal é indissociável da devoção à sagrada família. Sendo neste contexto que poderemos explicar a existência deste retábulo. Por desconhecimento de fontes primárias, seguimos as informações de Hugo Moreira. Para este autor, foi a madre Apolónia Francisca da Conceição (+1795) que desejando valorizar as imagens do presépio, aproveitou um dos altares existentes no coro alto, o qual tinha a invocação de Jesus, Maria e José, o qual foi renovado<sup>194</sup>.

Seguindo esta linha de pensamento, o retábulo já existia na invocação, contudo a talha é contemporânea da madre Apolónia Francisca da Conceição. No termo de óbito está descrito que *tomou à Sua conta a Capela de Jezu M<sup>a</sup> e Joze, a onde Fabricou um presepe na ultima perfeição, gastando todo o Seu estopendio q. lhe daua aCommunid.e*<sup>195</sup>. O que nos indica que foi a própria que mandou executá-lo, estando de forma implícita a execução do retábulo. Portanto, podemos depreender na ausência de documentação primária, que o mesmo foi executado no decurso da sua vida, ou seja, provavelmente na segunda metade do século XVIII.

O retábulo localiza-se na parede sul, junto à grade do coro. Tem uma disposição tripartida: sota-banco, corpo e ático. Podemos descrever, de forma geral, que a estrutura arquitetónica está organizada num só tramo vertical e planta de perfil reto. O corpo retangular integra, ao centro, um nicho envidraçado, com torres laterais enquadrando-o,

---

<sup>193</sup> AMNSE, Recibos de pagamento a João de Medeiros Moura. (03 e 07-1903).

<sup>194</sup> Moreira, 2000: 8. Sobre a madre Apolónia Francisca da Conceição, Hugo Moreira faz uma pequena biografia, da qual retiramos algumas informações. A madre Apolónia Francisca da Conceição ingressou no Convento da Esperança, como pupila, a 14 de novembro de 1717. O seu nome de batismo era Apolónia Teresa de Santa Quitéria. Filha do Capitão João de Sousa Vasconcelos e de D. Francisca de Amaral Soares, residentes na Bretanha. Madre Apolónia fez a sua profissão religiosa a 1 de junho de 1723, entregando o dote de 420\$000 reis. Faleceu a 12 de abril de 1795 (cf. Moreira, 2000: 11).

<sup>195</sup> Moreira, 2000:12. Para leitura do termo de óbito de madre Apolónia Francisca da Conceição (Cf. AMNSE, Livro de Óbitos, 1699 – 1923, fl. 65v e 66)

em arco de volta perfeita, de moldura que integra catorze relicários envolvidos por motivos vegetalistas e separados por rosas.

A mesa do altar é estreita. O frontal abre para o interior, em uma folha só, contendo dois prateleiros<sup>196</sup>. A decoração tem um fundo de policromia em vermelho, com medalhão em cruz ao centro, com três corações. O primeiro da esquerda está envolto em espinhos. O frontal é ornamentado com mísulas, das quais nascem volutas concavas e convexas, que alternam com conchas ou viseiras.

A predela é composta por dezanove flores, rosas provavelmente, flores-de-lis verdes. Sete das rosas contem uma letra, formando as palavras “*AVE MARIA*”, à exceção de uma das rosas onde lê RI. No nicho de arco de volta inteira, estão expostas as imagens de Jesus, Maria e José. O arco contém pequenos nichos relicários em formato oval, em número de catorze, em dois conjuntos de sete cada. Sendo encimado pela inscrição “*GLÓRIA IN EXCELSIS DEO*”, segurada por sete anjos, em que um aponta para o nicho.

Na composição geral do retábulo, o nicho assemelha-se a uma porta da cidade ou de uma igreja, pois é ladeado por duas torres com campanários e sinos. No seu interior, está ornamentado, sobre fundo azul, com volutas concavas e convexas, bem como por flores. Ao centro tem uma custódia esculpida, que também pode ser um sol, que Hugo Moreira classifica de *feição tipicamente regional*<sup>197</sup>. Esta nasce da base do nicho, com motivos florais, e abrangendo com os seus raios e volutas todo o fundo, sendo rematada por cinco cabeças de anjo. À face do nicho encontra-se um medalhão com a inscrição “AMOR MEU”, ornado por flores e volutas. Cada flor contém uma relíquia, com a legenda “AGNUS DEI”. Ao centro uma pintura de S. Francisco junto à cruz com Maria. Junto às rosas, fechaduras disfarçadas abrem uma gaveta secreta, contendo os restos mortais de Inês de Santa Iria (séc. XVI), uma das fundadoras do mosteiro, e uma pequena caixa prateada com rosas relevadas<sup>198</sup>.

Toda a restante composição do retábulo é ocupada com a disposição de uma cidadela com o casario, com as suas casas e torreões. As igrejas têm os seus respetivos campanários, com sinos. Nos lados do nicho, as edificações tem uma estrutura vertical, enquanto na parte superior, as mesmas tem uma disposição diversa, oblíqua, por exemplo. Imprimindo uma sensação de movimento. Ladeando a cidadela, temos duas

---

<sup>196</sup> *Idem*, 2000: 8.

<sup>197</sup> *Idem*: 10.

<sup>198</sup> Noé, 2013 e Mello, 2012: 50.

pilastras que se prolongam em arco de volta perfeita, que tem no fecho um medalhão com uma estrela de cinco pontas e uma rosa. No cimo do retábulo fazem-se notar a nascente o Sol e a poente a Lua.

O friso é policromado com o mesmo estilo das construções da talha. O remate é prolongado por uma sanefa ou baldaquino, com lambrequim, intercalado por borlas. A sanefa é encimada por um frontão triangular, com uma pomba ao centro e ornado por volutas, folhas de acanto e duas flores.

Neste retábulo de Jesus, Maria e José a sua especificidade é a cidade que envolve o nicho. Toda ela de rica madeira entalhada, policromada de diferentes cores. Um verdadeiro trabalho de entalhador. Os edifícios representados utilizam arcos duplos e trilobados. Algumas janelas são bipartidas ou geminadas, com colunelo.

As imagens deste altar são: Maria, S. José e Jesus, que se encontram de pé e vestidas. A imagem de Maria, em roca, está vestida de vestido cinzento, ao qual se sobrepõe um manto azul. Na cabeça utiliza uma cabeleira, provavelmente natural, coberta por um véu branco. Uma coroa de prata está colocada na cabeça. As mãos são desproporcionais em relação ao corpo. A imagem do Menino Jesus está de pé, com vestido branco. É segurada pelo braço esquerdo de Maria, apresenta-se com o braço direito levantado e o esquerdo rebaixado. As pernas também estão em posições diferentes: a esquerda em posição vertical e a direita ligeiramente flectida. Na cabeça tem um resplendor dourado. Por sua vez, S. José está à direita de Maria. Tem um vestido cor-de-rosa, com manto azul sobreposto. Do lado esquerdo tem prendido um chapéu preto. Na mão direita segura uma vara de prata, encimada por flores e a mão esquerda está paralela ao corpo. Um resplendor de prata adorna a cabeça. Descobrimo a imagem, deparamo-nos com uma peça esculpida em madeira de cedro, não policromado, que provavelmente seria destinada a estar de joelhos, mas em que executaram uns pés totalmente distintos do corpo. Esta adaptação/acrescento permitiu que as imagens de S. José e de Maria detenham a mesma altura.

#### **2.3.4. O coro baixo**

Os coros e a igreja constituem um corpo único. Neste caso o situado ao nível da igreja, é um espaço de mediação espacial, designado, por vezes como sendo a igreja de dentro. O coro continua espacialmente a igreja dos fiéis, mas estão separados por robustos dispositivos, os quais tem por objetivo o afastamento e recato das religiosas em clausura. Esses dispositivos são elementos de mediação entre os dois mundos: as

espessas paredes, as grades, duplas em alguns casos, rodas e postigos<sup>199</sup>. Este espaço relaciona-se, usualmente, com o claustro, o mirante e os dormitórios. Aqui as religiosas reuniam-se para comungar dentro da celebração da missa, mas somente em algumas celebrações, pois não havia o hábito de comungar diariamente<sup>200</sup>. Por este motivo há uma abertura na grade, chamado comungatório, no qual o sacerdote, de pé, dava a comunhão às religiosas, que permaneciam de joelhos. A singularidade deste espaço tem a ver com o fato de ser o único que permite um contacto físico, ainda que limitado, mas que se justificava pelo valor sacramental da Eucaristia.

O Mosteiro da Esperança, provavelmente, não possuía sala do capítulo. Por este motivo a comunidade ao reunir-se em capítulo ou para a eleição da abadessa<sup>201</sup>, provavelmente utilizava este espaço, por ser amplo e permitir a presença do clero na igreja, preservando a clausura.

As religiosas eram sepultadas dentro do Mosteiro, normalmente no claustro, coro baixo e na igreja. Os mosteiros e conventos eram entendidos como solo sagrado; o estado religioso era preferido a qualquer outro na sociedade em matéria de salvação, cuja envolvimento do corpo defunto poderia obter privilégios salvíficos, quer para a comunidade monástica, mas também para os seculares<sup>202</sup>. Sob o atual soalho estão diversas campas, das quais temos algumas notícias de enterramentos, como o da madre Joana Xavier, em 1829<sup>203</sup>. Alguns dos sepultamentos ocorreram já com as leis liberais que proibiam os sepultamentos nas igrejas e mosteiros<sup>204</sup>.

Os mosteiros podiam também funcionar como bíblia ilustrada. Este conceito é aplicado ao Mosteiro da Esperança, estando o coro baixo revestido com um alto silhar de azulejos, com 12 cartelas figurativas atribuídos a António de Oliveira Bernardes<sup>205</sup>. O silhar de azulejos de dois painéis compreendendo 108 azulejos de comprimento por 20 em altura na encomenda original, um na parede sul e outro na parede norte<sup>206</sup>. Na

---

<sup>199</sup> Cf. Nunes, 2008: 197 e ss.

<sup>200</sup> *Constituições Geraes*, 1693: 86.

<sup>201</sup> Sobre a eleição de 11 de setembro de 1737, que ocorreu junto das grades do coro baixo (cf. Moreira, 2000: 282).

<sup>202</sup> Silva, R., 2011: 606.

<sup>203</sup> Ataíde, 201, I: 198.

<sup>204</sup> AMNSE, Ofício do Secretario do Governo Civil à Abadessa do Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança no qual autoriza o sepultamento da madre Maria Isabel do Santo Cristo (1842).

<sup>205</sup> António de Oliveira Bernardes foi um pintor e azulejista português. Integra-se no chamado ciclo dos mestres da produção azulejar portuguesa. Nascido no Alentejo, cidade de Beja, em 1662 e morreu em Lisboa em 1732. Para uma compreensão global e actualizada sobre a investigação da vida e obra de António de Oliveira Bernardes (cf. Carvalho, 2012: 196-272).

<sup>206</sup> Até ao presente, quando se observava os painéis ficava-se com a impressão de a cercadura inferior ter sido removida para colocação de um rodapé em madeira, contudo a intervenção que de conservação e

opinião de Santos Simões são estes painéis que notabilizam o Mosteiro e a azulejaria micaelense<sup>207</sup>. São 12 cartelas da vida de Maria e de Jesus, cada uma contendo 14 azulejos de altura e 12 de largura, separados entre si por cercaduras de 3 azulejos. Estas barras têm uma decoração em acantos enrolados e anjos ao estilo barroco. Aquando da encomenda foram pedidas 14 cartelas, todavia, somente foram aplicadas 12, porque a *autonomização das barras com as cartelas, na fase de concepção associadas a um espaço que possuía vãos de portas, originou a descontextualização e desarticulação das barras com as cartelas figuradas, na fase de colocação*<sup>208</sup>. Para a parede norte foram projetadas 7 cartelas, das quais *A fuga para o Egipto* e *Jesus entre os Doutores do Templo* não foram aplicadas por falta de espaço, embora existam azulejos que comprovam a sua existência<sup>209</sup>. No presente temos as seguintes representações na parede norte: 1. a Anunciação; 2. a Visitação; 3. a Adoração dos Pastores, a qual o anjo segura a filacteria com a inscrição *Gloria in excelsis deo ed in ...*; 4. a Adoração dos Magos, que foi destruída para no seu lugar se colocar o ossário de Madre Francisca do Livramento; 5. a Apresentação de Jesus no Templo. Na parede sul estão: 6. Jesus orando no horto; 7. a Traição de Judas; 8. a Flagelação de Jesus; 9. o Escárnio, possuindo na zona inferior a inscrição *An.<sup>to</sup> de Oliv.<sup>ra</sup> Bd.<sup>es</sup> fecit*; o 9. Ecce Homo; 10. a Queda de Cristo. 11. a Verónica e 12. o Calvário. A narrativa deverá iniciar-se junto à capela do Senhor Santo Cristo, do lado da Epístola com a *Anunciação*. Podemos dizer que é uma leitura circular da narrativa iconográfica. A encomenda destes painéis deve-se ao incremento da devoção ao Senhor Santo Cristo, que à época estava colocado numa capela, de menor dimensão, na parede poente, onde hoje está a entrada da Capela do Senhor Santo Cristo.

No que concerne à datação, muito embora não se conheça o ano da sua execução, a existência no Museu Carlos Machado de um azulejo com a data de 1712, que foi integrado por Luís Ataíde num painel de seis azulejos representando uma cena pastoril, com parte da assinatura do pintor. Este conjunto de azulejos é proveniente do

---

restauro que está decorrer verificou, através das argamassas, que não é possível atestar que se os azulejos foram ou não aplicados (cf. Ferreira, Carta da empresa *Nova Conservação, Lda.*, 20-01-2018).

<sup>207</sup> Simões, 1963: 104.

<sup>208</sup> No dia 20 de abril de 2018 foi concluída a intervenção de conservação e restauro dos azulejos do coro baixo pela empresa *Nova Conservação, Lda.*, intervenção custeada na totalidade pela Câmara Municipal de Ponta Delgada (cf. Ferreira, Carta da empresa *Nova Conservação, Lda.* 20-01-2018. Veja-se a notícia do comunicado da Câmara Municipal de Ponta Delgada. cf. *Correio dos Açores*, 24-11-2017: 13).

<sup>209</sup> Cf. Carta da empresa *Nova Conservação, Lda.*, (20-01-2018).

dormitório do Mosteiro, destruído em 1915<sup>210</sup>. Contudo, Hugo Moreira informa que que em 1729 já estavam aplicados, pois assim o indica uma referência coeva da campa da Madre Joana Xavier, situada perante uma imagem do *Ecce Homo* “formada de azulejo”, como refere Luís Ataíde<sup>211</sup>, mas a nossa consulta ao termo de óbito verificou que esta menção aos azulejos não ocorre. A encomenda deste conjunto azulejar, provavelmente, foi efetuada pelos condes da Ribeira Grande, como defende Luís Bernardo Ataíde<sup>212</sup>, os quais foram escolhidos para serem *intendentes e tesoueiros da obra*<sup>213</sup>.

### 2.3.5. A capela de Nossa Senhora da Paz

O pequeno templo, com a invocação a N. Sr.<sup>a</sup> da Paz, está localizado na cerca do Mosteiro (cf. anexo 14). Fazendo jus às palavras de José Clemente, desde muito cedo houve este espaço de culto na cerca, porque nele estava colocada a Imagem do Senhor Santo Cristo<sup>214</sup>. Em meados do séc. XVIII, como abaixo indicamos, decorreram obras de beneficiação neste espaço, divididas em duas fases, que totalizaram o valor global de 369\$032 reis<sup>215</sup>.

No que respeita ao seu património integrado, as paredes do seu interior encontram-se integralmente azulejadas na zona de nave. Ostenta um dos raros espaços religiosos de revestimento integral na ilha, a par com a capela do Solar das Necessidades, no Livramento. As paredes laterais revestidas a azulejos, com painéis dispostos em dois registos, interligados por molduras de acantos, anjos, querubins, festões e concheados. Do lado do Evangelho encontramos no 1.º registo: 1. a Última Ceia; 2. Jesus no Horto e Beijo de Judas; 3. a Flagelação. No 2.º registo temos: 4. o Ecce Homo; 5. Cristo a caminho do Calvário; 6. a Crucificação. No lado da Epístola no primeiro registo: 1. o Nascimento da Virgem; 2. a Apresentação da Virgem no Templo; 3. a Anunciação. No 2.º registo: 4. os Esponsais; 5. a Adoração dos Pastores e a Adoração dos Magos. Na parede fundeira, também revestida a painéis de azulejos, figura uma Santíssima

---

<sup>210</sup> Ataíde, 2011, II: 100 e IV: 12. O retábulo colateral da Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Luz, com a inscrição *anno de 1713*, também contribui para a referida datação (cf. Simões, 1963: 88 e Ataíde, 2011, II: 101-102).

<sup>211</sup> *Idem*, 2011, I: 198 e cf. *Apud* Câmara e Carvalho, 2015: 34. Para uma consulta do termo de óbito da madre Joana Xavier, cf. AMNSE, Livro de Óbitos (1699-1823), fl. 11.

<sup>212</sup> *Idem*: 197.

<sup>213</sup> Clemente, 2015: 155.

<sup>214</sup> *Idem*, 2015: 110.

<sup>215</sup> AMNSE, folha avulsa [s.d.]. Num outro documento avulso, encontramos a baliza cronológica de 1737 a 1767, para a realização de obras na *Comunid.<sup>e</sup> da S.<sup>ra</sup> da Paz*, ao que depreendemos ser a Ermida de N. Sr.<sup>a</sup> da Paz, mas não totalmente claro, Cf. Nota de despesa Coro Baixo e Ermida de Nossa Senhora da Paz (1737-1767).

Trindade horizontal sobre a porta, ladeada de anjos. Ladeando o portal, na parede fundeira, encontra-se o Santo António com o Menino, no lado do Evangelho, e São Francisco no lado da Epístola.

A capela-mor tem as paredes laterais revestidas também com azulejos azuis e brancos, envolvendo os vãos, com a representação da Sagrada Família no lado do Evangelho; um painel com a Nossa Senhora do Carmo está colocado no lado da Epístola<sup>216</sup>. Sob cada uma das janelas laterais encontra-se um ramalhete de flores.

No que respeita à datação, Santos Simões atribuiu o período aproximado de 1755, justificando a atribuição com a evolução das formas concheadas, que para ele são mais recentes que as do corpo da Igreja<sup>217</sup>. Através da consulta à documentação do arquivo do Mosteiro, sabemos que em agosto de 1759 houve uma despesa de 12\$000 reis *para cal p.<sup>a</sup> sentar azoleyjo de N. S.r<sup>a</sup> da Paz*<sup>218</sup>; num outro documento avulso, sem data, mas provavelmente da mesma época pela semelhança da caligrafia, há indicação da compra de azulejos, com os respetivo preço e proveniência: *Para o Azoleyjo q veio de Lx.<sup>a</sup> com avanço // 215\$432*<sup>219</sup>. Portanto, a atribuição de Santos Simões, apesar de próxima, está incorreta.

Ao nível da temática, há um paralelo com os temas da iconografia dos painéis do coro baixo da igreja, dado que em ambos os casos se puseram em paralelo os mistérios marianos e da vida de Cristo.

Do ponto de vista estilístico, este conjunto pertence a uma fase de transição da chamada grande produção barroca para o período do rococó, época pombalina, com concheados e cercaduras mais fluidos, aliando-se os elementos vegetalistas, por vezes de folhagem assimétrica nas guarnições, porém utiliza o azul e branco. No que concerne à autoria, Santo Simões enquadrou-o no ciclo de Bartolomeu Antunes (1668-1753), que foi um dos mais conhecidos azulejadores, e não pintores, da Grande Produção Joanina, propondo a data de 1745-1750<sup>220</sup>. Pelas informações já apresentadas, a hipótese de Santos Simões está incorreta.

---

<sup>216</sup> Santos Simões atribui a representação de N. Sr.<sup>a</sup> do Desterro, ou seja, a fuga para o Egito da Sagrada Família cf. Simões, 1963: 108.

<sup>217</sup> Simões, 1963: 108

<sup>218</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 33. Despesa do mês de agosto de 1759.

<sup>219</sup> AMNSE, folha avulsa [s.d.].

<sup>220</sup> Simões, 1963: 108.

### 2.3.6. Os dormitórios e as celas

Nos mosteiros os dormitórios eram espaços de extrema importância. Os conventos e mosteiros medievais tinham os seus dormitórios comuns numa das alas do claustro localizadas no piso térreo. Mas com o passar dos séculos, os dormitórios foram divididos em celas individuais e passaram para um segundo piso do claustro<sup>221</sup>, apesar de o princípio geral determinar a existência de um dormitório comum, havendo celas somente por conveniência. Todavia fez-se da exceção a regra: *todas durmão no dormitorio comum; se parecer, que haja dormitorio comum com divisão de alcovas, ou de cellas*<sup>222</sup>.

A cela passa a ser o espaço privado de cada religiosa. É lugar de descanso, local de oração e reflexão em recolhimento. Ela surge-nos um pouco por oposição ao dormitório onde, pelo facto de haver muitas camas, as atitudes de recolhimento são forçosamente menos intensas. A cela evita a promiscuidade, por outro lado, é uma medida de higiene. De uma forma geral a cela de uma clarissa era marcada pela sobriedade. Determinavam as *Constituições Geraes*: *se alguma Religiosa tiver cella particular, procure com todo o cuidado, que respladeça nella a Santa Pobreza, que voluntariamente prometeo a Deos*<sup>223</sup>. O mobiliário era composto por uma cama ou enxerga, eventualmente um banco, às vezes um simples cepo de madeira; para algumas clarissas poderia haver uma pequena mesa. Em alguns casos, cada cela possuía uma pequena cozinha, pois cada religiosa confeccionava as suas refeições<sup>224</sup>. As religiosas provenientes de famílias abastadas possuíam criadas. A este respeito, Lígia Silva tece a seguinte observação: *a determinada altura, mais pareciam apartamentos, com sala, cozinha, etc., como por exemplo em Santa Clara do Porto*<sup>225</sup>. O Mosteiro da Esperança não foi imune a este problema do abandono da espiritualidade promovida por Santa Clara como resposta à política de enclausuramento de jovens pelas elites. O dormitório demolido em 1915 foi considerado como a zona mais antiga do Mosteiro, sendo um exemplo dessa perda da espiritualidade imprimida por Santa Clara: *A parte norte d'este edificio, como data da*

---

<sup>221</sup> Silva, 2008: 121. O Mosteiro de Santa Clara do Porto possui dois dormitórios que datam da sua fundação (1457), a estes acrescentaram-se cento e trinta celas posteriormente (cf. Fernandes, 1992: 31).

<sup>222</sup> *Constituições Geraes*, 1693: 89.

<sup>223</sup> *Idem*: 96.

<sup>224</sup> No Mosteiro de Santa Clara do Porto algumas religiosas possuíam cozinhas particulares (cf. Fernandes, 1992: 31).

<sup>225</sup> Silva, 2008: 125.

sua fundação<sup>226</sup>. Luís Ataíde ao descrever o referido dormitório com as seguintes características:

*na parte do convento ultimamente demolida (...) se à frente das janelas das celas nas quais se suspendiam pequenos e graciosos jardins nascidos em velhas jarras de Estremoz, ou em antigas e variadas faianças da India ou ainda nos rústicos alguidares e nas caçarolas almagradas das olarias de Vila Franca tendo por dossel protector a fresca folhagem do moscatel que a custo trepava do quintal enroscando-se por fim nas gárgulas junto dos beirais<sup>227</sup>.*

*muito característica era essa parte destruída, (...). Era neste ambiente que surgiam os azulejos por toda a parte, em revestimentos parietais, por algumas celas, corredores e cozinhas, pondo notas de coloridos fresco e sadio, que contrastavam com tanta soturnidade. A quase todas as celas correspondia um cubículo inferior, no rés-do-chão, com arremedo de lareira, parecendo esta particularidade indicar não ter havido, talvez, primitivamente comunidade de alimentação, mas sim tratar cada freira da manipulação isolada do seu alimento<sup>228</sup>.*

Em finais do séc. XVIII, o provincial franciscano chama a atenção para a vacância dos espaços e respetivos critérios a aplicar na atribuição de novas ocupantes a celas, cozinhas e galinheiros<sup>229</sup>. O provincial denota a preocupação com a fuga à vida comunitária e, conseqüentemente, à vida espiritual por parte das religiosas. Por uma autorização concedida por D. José Pegado de Azevedo<sup>230</sup>, em 1802, verificamos que aquando da morte da suplicante Madre Ana Pereira Joaquina, as religiosas que a assistem possam herdar o interior da sua cela<sup>231</sup>. Por este documento podemos especular se viviam na mesma cela em conjunto, mas sobretudo que havia a pretensão de heranças individuais. Em bom rigor os bens de uma religiosa seriam para partilhar com a comunidade.

Na campanha de obras da década de vinte do séc. XIX acrescentou-se o dormitório do coro, conforme consta na nota introdutória do designado *1.º Caderno de obras*, sabemos que as obras visaram a *despeza feita com o acrescentamento do Dormitorio do coro, e mais reparos no Mosteiro de N. Sno<sup>a</sup> da Esperança desta cidade de Ponta Delgada*<sup>232</sup>. Este dormitório corresponde, provavelmente, ao atual edifício da

---

<sup>226</sup> ANTT, Primeiro inventário do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (16-06-1860), fl. 4.

<sup>227</sup> Cf. Ataíde, 2011, IV: 154-155.

<sup>228</sup> *Idem*: 9-10.

<sup>229</sup> AMNSE, Livro de Visitações e Patentes (1784-1851), fl. 15 e 15v.

<sup>230</sup> D. José Pegado de Azevedo (1750 - 1812) foi o 24.º bispo de Angra, tendo governado a diocese de 1802 a 1812. O seu episcopado ficou marcado pelo ímpeto reformador no clero diocesano e nas ordens religiosas. O seu episcopado foi marcado por diversas peripécias escandalosas envolvendo as freiras alguns elementos da nobreza, de que resultaram frequentes violações da clausura. A sua atitude interventiva trouxe-lhe diversos dissabores em conflitos com a sociedade civil, mas sobretudo com as ordens religiosas (cf. Drumond, 1990: 206-208 e Azevedo, 2015).

<sup>231</sup> AMNSE, Livro de Visitações e Patentes (1784-1851), fl. 26.

<sup>232</sup> Este caderno de obras principia com a nota introdutória sobre o que irá tratar: *despeza feita com o acrescentamento do Dormitorio do coro, e mais reparos no Mosteiro de N. Sno<sup>a</sup> da Esperança desta cidade de Ponta Delgada*. Contudo, no termo de encerramento, fl. 109, de 24 de setembro de 1825,

portaria do Mosteiro, sendo designado de *Dormitorio de São Gonçallo*<sup>233</sup>. A folha n.º 1, referente ao primeiro pagamento efetuado a 30 de agosto de 1823, informa-nos que o mestre pedreiro encarregado das obras foi Manoel António de Medeiros, tendo um ordenado semanal de 2\$400 reis, por seis dias de trabalho. No pagamento de 6 de setembro de 1823<sup>234</sup> havia 4 carpinteiros. Sendo o carpinteiro responsável Manoel Joaquim Ferreira, auferindo 2\$400 reis e pagou-se aos serradores oito dias de trabalho 3\$200 reis.

O avanço dos trabalhos também se confirma pela presença de pintores no pagamento da fêria de carpinteiro a 10 de julho de 1824<sup>235</sup> e, na semana seguinte, no pagamento de 17 de julho de 1824, estando ao serviço 15 carpinteiros, 2 pintores que auferem por 6 dias de trabalho 3\$300 reis<sup>236</sup>. A possível colocação da cobertura com telha ocorreu após a compra de 2300 telhas da Fábrica de Lisboa<sup>237</sup> e a compra de 16 milheiros de telha vinda de Lisboa no Hiate<sup>238</sup>.

A construção deste dormitório prolongou-se durante várias décadas, como se pode depreender da patente do Deão do cabido catedralício de 18 de junho de 1818. Neste documento o Deão autoriza a continuação das obras do Mosteiro da Esperança, mas ordenando que o dormitório somente tenha um andar de modo a manter a privacidade das religiosas. A discordância sobre a construção do segundo piso do dormitório tinha sido observada por D. José Pegado de Azevedo (1802-1812), aquando da sua visita ao Mosteiro. O mesmo documento remete para a decisão, sobre o mesmo assunto, para a época da obediência aos franciscanos, ou seja, antes de 1790: *e tinha o seu prelado decidido devia ser de hum andar, e que todas as janelas devião ser para o claustro*<sup>239</sup>. Portanto, o projeto de aumento do dormitório é anterior a 1790, sendo objeto de três indeferimentos pelos superiores, mas as religiosas foram pertinazes na sua desobediência. Pelo motivo da pouca privacidade, o Pe. Joze Maria Betencourt Vasconcelos Lemos, governador do bispado, alerta em 1826, que a abadessa *mande*

---

sabemos que *somma a despeza das obras do dormitório novo, o granel, o mirante* (cf. BPARPD, 1.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1823-1825), fl. 1).

<sup>233</sup> BPARPD, Livro das contas Gerais (1821-1833), fl. 71.

<sup>234</sup> BPARPD, 1.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1823-1825), fl. 2.

<sup>235</sup> *Idem*, fl. 46-47.

<sup>236</sup> *Idem*, fl. 47.

<sup>237</sup> *Idem*, fl. 52v.

<sup>238</sup> *Idem*, fl. 59v.

<sup>239</sup> AMNSE, Livro de Visitações e Patentes (1784-1851), fls. 55v-56.

*colocar neles as d.as janelas de sacada de sua competentes rotullas [sic], como é estillo em todas as cazas relligiozas, pelo diâmetro de meio palmo de distancia*<sup>240</sup>.

Como temos verificado, os dormitórios foram divididos em celas individuais e passaram para um segundo piso do claustro em alguns casos. Com o crescimento da comunidade foram-se acrescentando dormitórios. A divisão do dormitório em celas obrigou a um corredor de distribuição e acesso, exigindo uma maior necessidade de espaço para alojar o mesmo número de religiosas de um dormitório único, implicando alterações na arquitetura monástica.

Pela documentação confirma-se que havia celas destinadas a elementos masculinos: *cella do R.do Pe. Vigr.*<sup>241</sup>, *cella do Pe. Confessor*<sup>242</sup>, *cella do Pe. Capellão*<sup>243</sup> e *Caza do Sachristão*<sup>244</sup>. Provavelmente estas celas localizavam-se fora da clausura, por exemplo na zona do pátio da roda.

### **2.3.7. O noviciado**

O noviciado é a condição da religiosa que está em discernimento/formação para celebrar a profissão religiosa, ao assumir os votos inerentes a sua nova condição, denominada de noviça. No nosso caso, refere-se ao espaço que acolhe as noviças, como espaço relativamente independente dentro dos mosteiros. As informações alusivas ao noviciado no Mosteiro da Esperança são parcas e relativamente recentes, isto é, no século XIX. Uma referência à devoção mariana de N. Sr.<sup>a</sup> da Pilar ocorre *rol da irmand.e de N. S.<sup>a</sup> do Pilar q. se Venera no Noviciado da Esperança*<sup>245</sup>; a outra menção ocorre no pagamento do mês de abril de 1834 da *feria de carpinteiros em se arremendar o soalho, e os frontaes do Noviciado*<sup>246</sup>. Considerando estas duas alusões, confirmamos a existência deste espaço, contudo não nos é possível identificá-lo na atualidade.

## **2.4. Os espaços utilitários**

### **2.4.1. A portaria e a roda**

A portaria e a roda localizavam-se nas imediações da porta regal ou porta principal do mosteiro. Nas proximidades da portaria existiam as rodas, engenhos redondos, ocós de madeira, denominados de roda, que eram colocados na espessura da

---

<sup>240</sup> *Idem*, fl. 63-63v.

<sup>241</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 1

<sup>242</sup> *Ibidem*, fl. 1

<sup>243</sup> *Ibidem*, fl. 1v

<sup>244</sup> *Idem*, fl. 14.

<sup>245</sup> AMNSE, Rol da Irmandade de Nossa Senhora do Pilar (1814).

<sup>246</sup> BPARPD, 3.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança (1828-1832), fl. 34.

parede e que ao girar possibilitavam a passagem de pequenos objetos. A portaria, usualmente, dava acesso a um pátio onde estavam os locutórios, nos quais os familiares das religiosas as visitavam ou outros visitantes. Um conjunto de grades impedia o contacto físico, sendo que em alguns casos era colocado um pano escuro que impedia o contacto visual.<sup>247</sup>

No caso do Mosteiro da Esperança há um pátio que dá acesso à portaria, também designada por Casa da Roda<sup>248</sup>, porta regral e portão do carro, o qual já está calçeteado em 1764, pois neste ano foi reparado<sup>249</sup>. O edifício da portaria sofreu uma remodelação em 1771, conforme nota de pagamento: *se pagou dois mil e duzentos e noventa reis de cunhais e alvernaria carretos do concerto da portaria a 2\$290*<sup>250</sup>. Em 1730 são realizadas obras no portão do carro<sup>251</sup>. Posteriormente, o mestre pedreiro José da Costa desmanchou o *dº portão p.ª o alargar e fazer abóboda* por 144\$000 reis <sup>252</sup>. Em meados do séc. XIX o portão que dava acesso à portaria foi remodelado<sup>253</sup>.

#### **2.4.2. O claustro**

O claustro é um dos espaços principais de todo o complexo monástico. Uma possível definição de claustro é: *pátio de planta quadrada rodeado por uma galeria de arcos apoiados em colunas ou colunas duplas, geralmente anexo a um edifício religioso e desde o qual se acede a diversos compartimentos*<sup>254</sup>. A sua origem, mais uma vez, recorda-nos a influência mediterrânica das casas-pátio e desse elemento aberto ao exterior, ainda que na privacidade do interior<sup>255</sup>. O claustro assume-se como centro do cosmos monástico, concebido como centro do sagrado, um encontro entre o terreno e o sagrado, imagem do paraíso ou reprodução da Jerusalém Celeste<sup>256</sup>. É um espaço de devoção, dado que nele ocorriam as procissões internas da comunidade ou as religiosas faziam as suas meditações pessoais. Também era utilizado para enterramentos das religiosas. Em termos funcionais é um espaço de distribuição, iluminação e arejamento das dependências monásticas. Podendo associar-se a ele jardins ou fazer a ligação com

---

<sup>247</sup> Silva, 2008: 120.

<sup>248</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 98.

<sup>249</sup> *Idem*, fl. 62v.

<sup>250</sup> *Idem*, fl. 112v.

<sup>251</sup> AMNSE, Livro de receitas e despesas do Arquivo (1728-1755), fl. 29v.

<sup>252</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 29.

<sup>253</sup> Abranches, 1869: 27.

<sup>254</sup> Escudeiro, 2014: 215.

<sup>255</sup> A este propósito para a compreensão da dimensão simbólica do claustro (cf. Almeida, 2015).

<sup>256</sup> Costa, F., 2006: 38.

outros claustros. O claustro funciona como o grande “espaço público” da vida em clausura.

Do ponto de vista arquitetónico, é o elemento comum a todos os mosteiros e conventos fazendo disposição do edifício em torno de um claustro quadrado, fechado sobre si mesmo<sup>257</sup>. Nos mosteiros de clarissas a sua morfologia variou. Normalmente, ao longo do piso térreo tem arcadas suportadas por colunas alinhadas com a parede do mosteiro. Os mosteiros das clarissas tinham usualmente arcadas em um só piso<sup>258</sup>.

O atual claustro do Mosteiro da Esperança deve ser o segundo (cf. anexo 16). A única peça que eventualmente conhecemos do primitivo claustro é uma pia lavrada, mas mutilada, octogonal, com a inscrição “MANDOV F / AZER ES / TA OBRA / A SORA / DONA / FELIP / COUT / ... A...”, referindo-se à Capitoa, D. Filipa Coutinho, mulher de Rui Gonçalves da Câmara, 5º Capitão do donatário da ilha de São Miguel. Esta poderia pertencer ao primeiro fontenário do claustro. Sabemos que na década de oitenta do séc. XVIII foram efetuadas obras de remodelação, informação verificada no relatório de contas do síndico do Mosteiro à época, António Francisco de Carvalho, que diz *Mosteiro de N. S. da Esperança em conta corrente com o seu sindico Antonio Francisco de Carvalho pelas despesas das Obras da reedificação de o anno de 1781 the ao prezente*<sup>259</sup>. Em Outubro de 1883 há uma rúbrica específica para o pagamento do *concerto do claustro* no montante de 10\$160<sup>260</sup>.

O claustro possui a seguinte descrição:

Claustro com fachadas de três pisos, separados por cornija, a ala O. e E. possuindo o terceiro recuado, criando varanda protegida por guarda em balastrada de cantaria; no piso térreo rasgam-se quatro arcos em asa de cesto sobre pilastras e, no segundo e terceiro, janelas de sacada, com moldura encimada por friso e cornija contracurva, as do segundo sem guarda e as do terceiro com guarda em ferro e, nos panos recuados, com janelas de peitoril, de igual modinatura. Quadra pavimentada a lajes de cantaria e tendo ao centro chafariz central, de planta circular. As alas apresentam no piso térreo pavimento de lajes, cobertura em falsa abóbada de arestas, de estuque, com vãos retilíneos ou abatidos, com molduras terminadas em cornija contracurva, ou em arco de volta perfeita sobre pilastras<sup>261</sup>.

---

<sup>257</sup> Considerando a relação da igreja com o claustro (cf. Silva, 2008: 149).

<sup>258</sup> Silva, 2008: 46.

<sup>259</sup> Cf. ASV, Relatório de contas que o Procurador António Francisco de Carvalho deu da administração dos bens do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, [s.d.], fls. 234v-235.

<sup>260</sup> AMNSE, Livro de contas da comunidade (1878-1889), fl. 28.

<sup>261</sup> Noé, 2013.

### 2.4.3. O mirante ou torreão, os parlatórios e a torre

Como já vimos no ponto anterior, havendo a necessidade de fazer a mediação entre a clausura e o século, procurando-se encontrar elementos construtivos e espaciais que fizessem a mediação, o que acontecia através da duplicação espacial destes elementos, separados por elementos construtivos<sup>262</sup>. No conjunto olhamos para estes imóveis e constatamos uma cerca que envolve todo o complexo monástico, mais ou menos uniforme, com exceção da fachada da Igreja e das portas regal e do carro. A cerca ou muralha e os edifícios servem para estabelecer a separação com o mundo que rodeia, ou seja, a distinção física entre microcosmos do mosteiro e o macrocosmos do século ou da cidade, evitando as saídas e as entradas<sup>263</sup>.

A horizontalidade do conjunto é interrompida pelo mirante e a torre. O mirante permite o contacto das religiosas com o mundo exterior, vendo sem serem vistas, através dos véus de brisas em madeira também chamadas reixas, colocadas nas janelas dos mirantes. O mirante também tinha a função de demonstrar o seu poder inequívoco sobre a cidade como elemento arquitetónico<sup>264</sup>.

O mirante do Mosteiro da Esperança é avançado do corpo da igreja e dos coros, com cunhais apilastrados coroados por pináculos, com cinco registos, separados por cornija, rasgados por vãos rectilíneos, com janelas retangulares, com molduras criando frisos horizontais e com mísulas entre os vãos. É um elemento arquitetónico comum aos complexos monacais de clarissas, que no dizer de Lígia Silva, a sua existência não faz sentido num edifício *no qual facilmente se pudesse aceder ao exterior, o que não deixa de ser mais uma interessante contradição, uma vez que a vista do alto era seguramente mais abrangente que um passeio na rua*<sup>265</sup>. A sua implantação junto ao adro permite controlar as entradas e saídas da igreja, e a sua função exclusiva de usufruto da paisagem envolvente, logo libertadora da clausura a que as religiosas estavam sujeitas. Os mirantes dos mosteiros micaelenses destacam-se pela sua imponência, em termos comparativos, com os seus congéneres presentes nas demais ilhas açorianas.

---

<sup>262</sup> Silva, 2011: 77.

<sup>263</sup> Moreno Martín, 2007: 13.

<sup>264</sup> Silva, 2008: 182. Luis Ataíde descreve a ida das religiosas ao mirante: *onde as monjas subiam a desanuviar a vista, em constante penumbra, lavando-a no contacto sadio do colorido forte do campo e estendendo-a pela superfície movimentada do mar, ao cair, apodrecida, a adufa de largo ralo verde salsa e ao esfacelar-se o grosseiro madeiramento dos altos janelões* (cf. Ataíde, 2011, I: 183).

<sup>265</sup> *Idem*: 23.

Analisando a estrutura, as artes decorativas e as informações de Hugo Moreira, verifica-se que a Capela do Senhor dos Passos ou do Bom Jesus da Cruz às Costas é anterior ao atual mirante<sup>266</sup>. Por exemplo, os azulejos são atribuídos à Real Fábrica do Rato, sendo idênticos aos da Capela do Senhor Santo Cristo e o oratório, em estilo rococó, o qual guarda as imagens de Nossa Senhora das Dores e a do Senhor dos Passos.

As obras de construção do atual mirante são mencionadas pela primeira vez em 12 de fevereiro de 1825, com a compra de *52 dobradiças para as janelas do mirante*, integradas numa campanha de obras<sup>267</sup>. Deprendemos que a construção se iniciou alguns meses antes, as quais foram supervisionadas por Joaquim Joze Botelho<sup>268</sup>.

As referências ao mirante são muitas, mas todas relativas a uma fase de acabamentos, concretamente na aquisição de materiais, sobretudo de ferragens e material de carpintaria. Todavia, sabemos que a 20 de maio de 1826 existem dois pedreiros ao serviço<sup>269</sup>, os quais deverão estar a realizar pequenos acabamentos, dado, como veremos a seguir, que já é uma fase do término da obra. A menção ao vigamento do mirante ocorre no pagamento de 15 de outubro de 1825, com a compra a Joaquim José Botelho, por 60\$960 reis, de 2032 pés de madeira<sup>270</sup>. Contudo, a que piso se refere, fica a dúvida. A aquisição das tábuas para o soalho foi efetuada de forma gradual, o que se compreende, dado que o mirante tem quatro pisos. Os fornecedores são dois: a 13 de agosto de 1825 foram comprados *13.969 pés de taboado do norte a Joaquim José Botelho para o soalho do Mirante* por 349\$225<sup>271</sup>; a 16 de julho de 1825, de 340 tábuas e chaprão com 6360 pés, para o soalho do mirante, a Thomas Blunton, por 150\$000 reis, pelo preço da carga, ou seja foram importadas<sup>272</sup>. A disponibilidade de madeira na ilha não supria as necessidades, mas o desejo de utilizar a madeira mais nobre obrigava a importar, o que verificamos pela compra a Thomas Blunton, bem como, pela referência a 14 *chaprões [sic] de 223 pes de madeira da rucia* comprados a Joaquim José Botelho, para a mesma obra<sup>273</sup> e *1 chaprão do brazil com 90 pes* por 21\$600<sup>274</sup>.

---

<sup>266</sup> Cf. Moreira, 2000: 254-259.

<sup>267</sup> BPARPD, 1.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1823-1825), fl. 77.

<sup>268</sup> AMNSE, Livro da receita e despesa do granel do mosteiro (1770-1834), p. 191.

<sup>269</sup> BPARPD, 2.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1825-1828), fl. 34v.

<sup>270</sup> *Idem*, fl. 3v.

<sup>271</sup> BPARPD, 1.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1823-1825), fl. 103.

<sup>272</sup> *Idem*, fl. 99.

<sup>273</sup> *Idem*, fl. 98.

<sup>274</sup> *Idem*, fl. 81.

Para as madeiras do estuque, Duarte Francisco fornece 5 dúzias de tábuas da Figueira para a ripa do estuco do Mirante<sup>275</sup>, e Joaquim José Botelho 20 dúzias de madeira da Figueira, para os barrotes e ripa dos estuques, por 44\$000 reis<sup>276</sup>. Para a aplicação da argamassa do estuque era comum utilizar-se cabelo, de modo a dar maior consistência. Assim sendo, foi necessário adquirir 12 alqueires de cabelo, os quais vierão da d'agoa de Pao para estuque do Mirante, por \$720 reis<sup>277</sup>.

A preocupação com a segurança, mas sobretudo com a preservação do Mosteiro como local inacessível aos mais curiosos, e da castidade das freiras, levava a que se colocassem grades em todas as janelas exteriores. As referências às grades do mirante repetem-se nos pagamentos. Por não haver ferro suficiente na ilha foram importadas de Lisboa 170 barras de ferro para as grades do mirante, sendo pagas a 16 de abril<sup>278</sup>. Mas também nos surge uma proveniência insólita, mais uma vez: a aquisição de 40 arrobas de ferro da Suécia<sup>279</sup>. Algumas semanas após são comprados 32 ferros de grade ao serralheiro João José, por \$280 reis cada, num total de 8\$960 reis<sup>280</sup>.

A porta principal do mirante é colocada a partir de 18 de junho 1825, pois são pagas 6 dobradiças grandes para a porta da entrada<sup>281</sup>. Para guardar as obras, mas sobretudo para impedir a violação da clausura, seis servos do Mosteiro tiveram de pernoitar *no mirante em quanto as paredes estiverão baixas*<sup>282</sup>. A colocação do teto ocorreu em junho de 1825, como se constata pelo pagamento do *brinde com vinho ao officiaes e serventes na occasiao de porem o tecto do mirante 1\$800*<sup>283</sup>.

As pinturas fazem parte da reta final da obra. Assim, a 25 de junho de 1825, Joaquim José Botelho fornece alvaiada e óleo de linhaça para as pinturas das madeiras. Os pintores foram Manoel Couto e José Joaquim<sup>284</sup>. Contudo, já no ano de 1828, ainda decorrem pequenas reparações, como a pintura das vidraças dos palatórios<sup>285</sup> e das janelas do mirante<sup>286</sup>.

---

<sup>275</sup> BPARPD, 2.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1825-1828), fl. 1v.

<sup>276</sup> *Idem*, fl. 4v.

<sup>277</sup> *Idem*, fl. 8.

<sup>278</sup> BPARPD, 1.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1823-1825), fl. 96.

<sup>279</sup> *Idem*, fl. 81.

<sup>280</sup> *Idem*, fl. 103.

<sup>281</sup> *Idem*, fl. 95.

<sup>282</sup> BPARPD, Livro da despesa diária (1821-1828), fl. 67v.

<sup>283</sup> *Idem*, fl. 65.

<sup>284</sup> BPARPD, 1.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1823-1825), fl. 96.

<sup>285</sup> BPARPD, 2.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1825-1828), fl. 78v.

<sup>286</sup> BPARPD, 3.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1828-1832), fl. 3v.

O gosto pela decoração do espaço está presente na mente dos promotores da obra, que não se esqueceram das referências institucionais, neste caso o quadro de Sua Majestade, para o qual compraram pregos para a armação, por \$050 reis<sup>287</sup>. Fica a dúvida a que Rei se referem neste período conturbado da política portuguesa.

Os parlatórios ou palatórios eram espaços de mediação com o exterior. Como o nome indica eram espaços que permitiam às religiosas falarem com pessoas do mundo de fora, constituídos por duas câmaras, uma maior, para quem acedia de fora, com ligação ao exterior e outra menor, para as religiosas, apenas com comunicação com a clausura. Também estes eram separados por grades, entre as quais, eventualmente se colocaria um pano, como ocorria nos coros da igreja. A sua localização, normalmente, era junto da portaria, associando-se uma pequena roda construída dentro da parede, permitindo a comunicação indireta com o exterior, mas inviabilizando o contato pessoal ou físico. No Mosteiro da Esperança os parlatórios estão localizados no interior do mirante, um no rés-do-chão e outro no primeiro piso, sendo provável, que numa época mais recuada a sua localização não diferisse dos demais mosteiros de clarissas, isto é, localizava-se nas imediações da portaria.

Por sua vez a torre tem como função básica fornecer suporte para a colocação dos sinos. O toque do sino marcava o ritmo diário da comunidade religiosa, convocando as religiosas às horas do ofício, mas também às refeições e ao trabalho. Do ponto de vista arquitetónico, as torres dos mosteiros açorianos eram de reduzida dimensão, sendo normalmente suplantadas pelo mirante. Algumas referências a aquisições de sinos recuam a 1759, quando a comunidade importou um *Sino grande com todos os gastos* que teve um custo de 43\$236 reis<sup>288</sup>; em 1789, quando é comprado outro *Sino p.<sup>a</sup> a torre descontado do peso do velho* no valor de 7\$800<sup>289</sup>.

#### **2.4.4. A enfermaria**

Para Lígia Silva existem escassas referências a hospitais e enfermarias nos complexos monacais, mas sabe-se que estavam integradas no complexo monacal<sup>290</sup>. Por vezes, a enfermaria situava-se afastada do núcleo principal do mosteiro, para evitar o perigo de contágio e para garantir um maior sossego das doentes e por facilmente se poder confundir com um dormitório comum. No que se refere ao nosso caso em estudo,

---

<sup>287</sup> *Idem*, fl. 7.

<sup>288</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 35.

<sup>289</sup> AMNSE, Livro da despesa do granel do mosteiro (1771-1834), p. 72.

<sup>290</sup> Silva, 2008: 125. Considerando esta temática veja-se a enfermaria do Mosteiro de Santa Clara de Amarante (cf. Ribeiro, 2011: 159-160).

somente encontrámos uma referência à enfermaria nos livros administrativos, numa época já recente, através do pagamento de um *feitio d'umas tampas para os tinteiros da enfermaria*<sup>291</sup>. É recorrente na documentação o pagamento de receitas a boticários ou provindas de Lisboa, como por exemplo o pagamento de 25 de julho de 1752, do qual se retirou do *Archivo coatro sentos mil reis p.<sup>a</sup> pagam.<sup>to</sup> de hua receyta q. veyo de Lx.*<sup>292</sup>.

#### **2.4.5. A cozinha, o refeitório e a alimentação**

A cozinha era um espaço muito importante na vida do Mosteiro, pois nela se confeccionava a alimentação das religiosas e demais população residente. Segundo Lígia Nunes, a cozinha estava ligada ao refeitório por questões práticas, normalmente, através de um vão ou de uma roda e não tanto por portas como se possa pensar. Situava-se, por conveniência, afastada da igreja e, mais que tudo, do coro, para que o ruído e os odores aí produzidos não interferissem com o silêncio necessário à comunidade para rezar<sup>293</sup>.

No caso do Mosteiro da Esperança, a julgar pela estrutura arquitetónica existente, conducente com uma chaminé, localizada na ala poente do claustro, seria ali a cozinha ou umas das cozinhas do Mosteiro anteriores a 1828, o que em termos funcionais facilitava o acesso a partir do portão do carro. Por sua vez, o refeitório situado na ala norte do claustro permitia a comunicação através do claustro.

A atual cozinha foi construída entre 1826 e 1828 (cf. anexo 17). Ao visitarmos a cozinha encontramos um espaço amplo e funcional. A primeira informação do início da obra da cozinha ocorre com o pagamento da fêria de pedreiro de 18 de Março de 1826. Neste pagamento temos: 9 pedreiros, sendo o responsável o pedreiro Manoel António de Medeiros<sup>294</sup>. Na semana seguinte há um aumento de trabalhadores, sendo efetuado o pagamento a 15 pedreiros<sup>295</sup> e a 29 de abril, temos 19 pedreiros<sup>296</sup>, o que revela o ritmo dos trabalhos a decorrer. O abrandamento dos serviços de pedreiro, que se denota com redução de trabalhadores, ocorre a partir do pagamento de 28 de outubro de 1826<sup>297</sup>, e a 18 de novembro somente trabalharam 2 pedreiros<sup>298</sup>.

---

<sup>291</sup> AMNSE, Livro de contas da comunidade (1878-1889), fl. 21.

<sup>292</sup> AMNSE, Livro da receita e despesa do arquivo (1728-1755), fl. 50v. A título de exemplo, o pagamento ao boticário Gabriel António de Ponta Delgada, o montante de 100\$000 r., em março de 1809. (cf. AMNSE, Livro da despesa diária (1795-1814), fl. 95).

<sup>293</sup> Silva, 2008: 171.

<sup>294</sup> BPARPD, 2.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança (1825-1828), fl. 25.

<sup>295</sup> *Idem*, fl. 26.

<sup>296</sup> *Idem*, fl. 31.

<sup>297</sup> *Idem*, fl. 59.

<sup>298</sup> *Idem*, fl. 62.

Na terceira semana de obras, recebeu-se a encomenda de *3 colunas e uma verga de 12 palmos de comprimento e pedra de lavoura da janella*, no valor de 10\$000 reis e de uma coluna no valor de 2\$000 reis<sup>299</sup>. O cabouqueiro destas peças foi João Reiz, as quais serviram para a sustentação da chaminé da cozinha. Este género de encomendas revela que houve um projeto prévio ao início da obra, pois os responsáveis sabiam que materiais utilizar.

Com o avançar da obra, outras peças de pedra vão sendo encomendadas, como uma verga para a chaminé<sup>300</sup> e as pedras para os arcos da mesma assentes sobre as colunas encomendadas ao cabouqueiro Manoel de Souza: *15 pedras d'arco*, por 1\$200 reis<sup>301</sup> e *10 pedras d'arco para a chaminé a Manoel de Souza*, por \$600 reis<sup>302</sup>.

O forno assume sempre um lugar de preponderância, pela sua dimensão e pela sua função no contexto geral da cozinha. O atual forno é demasiado exíguo, para dar resposta, por exemplo, à cozedura de pão para uma comunidade que teria cerca de 100 pessoas à época, sendo espectável a existência de outro forno ou fornos em outro local do complexo monacal, por exemplo a antiga cozinha que atrás referimos. Segundo atestou o Prelado Diocesano, a 16 de maio de 1827, a comunidade era composta por 36 religiosas professoras, 6 noviças admitidas, 3 noviças aguardar admissão e 25 mulheres com diferentes estatutos<sup>303</sup>.

A cobertura da cozinha começa a ser colocada durante o mês de julho de 1826, com a compra de 42 barrotes para a armação, por 25\$860 reis<sup>304</sup>, e de uma dúzia de tábuas para forrar a abóboda, por \$720 reis<sup>305</sup>, disso nos informam.

Quanto aos acabamentos, apenas algumas referências aos materiais aplicados: a compra de roxo terra para as janelas da cozinha a João José Pereira, por 1\$800 reis<sup>306</sup>, óleo de linhaça para as portas da cozinha, por 3\$485 reis<sup>307</sup>, 26 dobradiças para os

---

<sup>299</sup> *Idem*, fl. 27.

<sup>300</sup> *Idem*, fl. 46.

<sup>301</sup> *Idem*, fl. 53.

<sup>302</sup> *Idem*, fl. 55.

<sup>303</sup> Cf. ANTT, MNEJ, maço 270, caixa 216, n.º 1, ofício da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal Ordens Religiosas de 08-08-1827. Denote-se que provavelmente não foi o bispo diocesano a enviar esta informação, porque D. Frei Manuel Nicolau de Almeida exerceu o seu episcopado de 1820-1825 e D. Frei Estêvão de Jesus Maria, apesar de ter sido nomeado bispo de Angra em 1827, tomando posse por procuração a 30 de Abril de 1828, sendo o Cabido presidido pelo deão Dr. João José da Cunha Ferraz. Este bispo de Angra semente chegou a Ponta Delgada em 1839 e a Angra em 1859.

<sup>304</sup> Cf. *Idem*, fls. 30v e 46v.

<sup>305</sup> *Idem*, fl. 44v.

<sup>306</sup> *Idem*, fl. 54v.

<sup>307</sup> *Idem*, fl. 55v.

armários da cozinha, compradas ao serralheiro João José, por 2\$340 reis e 8 fechaduras por 3\$200 reis<sup>308</sup>.

A chaminé foi o elemento arquitetónico que mereceu maior cuidado, pois, pela sua dimensão, foi necessário ser bem projetada e construída. No decurso do mês de abril de 1828 foi retirada a madeira para amparo da chaminé, o que hoje designamos por cofragem<sup>309</sup>. Assim, a documentação confirma a inscrição na atual chaminé, de que a mesma ficou concluída em 1828.

No que concerne a utensílios e matéria-prima usados na cozinha, na documentação administrativa encontramos a aquisição dos mesmos, por exemplo: *dois barcos de lenha da povoação*<sup>310</sup>, *hum Rol de lousa q. veio de S.<sup>ta</sup> M.<sup>a</sup> quatro mil e seis centos a 4\$600*<sup>311</sup>, e *para louca, vasouras, liteiro, panno, alguidares, aguilhadas, esborralhadorez*<sup>312</sup>.

Uma questão pertinente é perceber se algumas religiosas possuíam cozinhas privadas, questão já por nós sugerida quando analisamos as celas monacais. A descrição de Luís Ataíde sobre o dormitório demolido em 1915 aponta para tal: *a quase todas as celas correspondia um cubículo inferior, no rés-do-chão, com um arremedo de lareira*<sup>313</sup>. Estas celas eram de diminuta dimensão, com *cerca de cinco metros quadrados de superfície, com esacda de madeira para a cozinha*<sup>314</sup>. Podemos depreender que algumas religiosas preparavam a sua alimentação, mas certamente não todas, dado que os dormitórios em torno do claustro, com dois pisos, não o possibilitavam. Contudo, em 1828, encontramos uma descrição da distribuição da lenha por todos os membros da comunidade, o que faz questionar esta prática: *trinta e cinco religiosas, tres religiosas professas à menos de tres meses, duas meninas dolegado, trinta famulas, seis criados, um sacristão*<sup>315</sup>.

Os refeitórios eram uma das maiores salas dos Mosteiros, nele a comunidade deveria reunir-se para tomar as refeições em conjunto, tendo de comportar toda a comunidade. Aqui também poderia ocorrer o capítulo na ausência de sala própria, poderia ser utilizado como espaço de trabalho comunitário e realizavam-se as retractações comunitárias das religiosas transgressoras de alguma regra da comunidade.

---

<sup>308</sup> *Idem*, fl. 56v.

<sup>309</sup> *Idem*, fls. 92 e 93.

<sup>310</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 41v.

<sup>311</sup> AMNSE, Livro da receita e despesa do granel do mosteiro (1770-1834), p. 20.

<sup>312</sup> BPARPD, Livro da despesa diária (1821-1828), fl. 99v.

<sup>313</sup> Ataíde, 2011, IV: 9.

<sup>314</sup> *Ibidem*.

<sup>315</sup> BPARPD, Livro da despesa diária (1821-1828), fl. 112.

Nas imediações do refeitório, normalmente existia no lavabo para as abluções antes e após algumas tarefas, nomeadamente as refeições<sup>316</sup>. Segundo Lúcia Silva o refeitório estava normalmente na ala oposta à igreja, perto da cozinha, ao longo da arcada do claustro<sup>317</sup>. Esta situação pode-se comprovar no Mosteiro da Esperança, mas neste caso, o refeitório encontra-se a norte da Igreja. As menções ao refeitório são parcas, apesar da sua importância na comunidade. Duas referências foram detectadas: a compra de toalhas<sup>318</sup> e as reparações no mesmo<sup>319</sup>. A cozinha e o refeitório eram espaços que se complementavam.

Na documentação podemos constatar as preocupações para com a alimentação das religiosas, muito ao ritmo do ano litúrgico. Não foi possível determinar os pratos confeccionados, mas pelos produtos adquiridos sabemos alguns de ingredientes essenciais: *louro e manteyga*<sup>320</sup>, *galinhas*<sup>321</sup>, *toucynho*<sup>322</sup>, *bacalhaõ e arenques*<sup>323</sup>, *peixe das empadas*<sup>324</sup>, *vinagre*<sup>325</sup>, *favas e feijam*<sup>326</sup>, *tramoso*<sup>327</sup>, *azeite de oliveira*<sup>328</sup> e *azeite de peixe*<sup>329</sup> são alguns exemplos do que encontramos na documentação. Por uma pauta de alimentação emanada pelo Bispo de Angra, D. Manuel Nicolao d’Almeida (episcopado de 1820 e 1825), de 1820 é determinada as quantidades de bens a distribuir anualmente por cada religiosa e por tempos litúrgicos, por exemplo: *a cada relligioza hum moio de trigo em cada anno (...) Cinco arateis de carne de vaca por semana*<sup>330</sup>. Através desta documentação e por analogia com outros mosteiros é possível uma aproximação à alimentação confeccionada<sup>331</sup>.

---

<sup>316</sup> Silva, 2008: 156.

<sup>317</sup> *Idem*: 124.

<sup>318</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 41.

<sup>319</sup> AMNSE, Livro da despesa diária (1795-1814), fl. 43.

<sup>320</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 9.

<sup>321</sup> *Idem*, fl. 16.

<sup>322</sup> *Idem*, fl. 15.

<sup>323</sup> *Idem*, fl. 80.

<sup>324</sup> AMNSE, Livro da despesa diária (1795-1814), fl. 210.

<sup>325</sup> *Idem*, fl. 90.

<sup>326</sup> *Idem*, fl. 81v.

<sup>327</sup> *Idem*, fl. 82v.

<sup>328</sup> *Idem*, fl. 241.

<sup>329</sup> *Idem*, fl. 207.

<sup>330</sup> AMNSE, Carta do Bispo de Angra ao Sindico do Mosteiro da Esperança sobre a nova pauta de sustentação e alimentação das religiosas (31-03-1821) (cf. Livro de Visitações e Patentes (1784-1851), fl. 57v).

<sup>331</sup> Neste assunto, Maria Eugénia Fernandes apresenta e analisa a alimentação das religiosas do Mosteiro de Santa Clara do Porto (cf. Fernandes, 1992: 173-184).

#### 2.4.6. O granel, a atafona e as hortas

Dentro do espaço da cerca havia pequenas hortas e jardins nas quais as religiosas faziam pequenos cultivos. O Mosteiro da Esperança não era exceção, embora pela documentação administrativa verifiquemos ser frequente a contratação de jornaleiros para trabalhar nas hortas e a compra de plantio de diversas plantas, sobretudo hortaliças. As reparações são habituais, como, por exemplo, as reparações no muro sul da cerca, com um custo de 34\$179 reis<sup>332</sup>, concerto do *muro que cahio na horta*<sup>333</sup> ou a substituição da fechadura da porta da cerca, por \$280<sup>334</sup>.

Os mosteiros de clarissas possuíam diversas propriedades, resultantes de doações, mas sobretudo dos dotes das religiosas. Estas propriedades eram aforadas com obrigação de pagamento de rendas anuais, normalmente em cereais, animais e também monetariamente. Assim, era necessário haver celeiros para armazenagem de produtos agrícolas, que serviam apenas para guardar géneros que recebiam de fora. No nosso caso a terminologia utilizada é a de granel.

Em meados do séc. XVIII, o Mosteiro da Esperança tinha dois graneis como é possível constatar pela documentação administrativa, com a compra de *soalho para o granel de fora e pregos* por 12\$810 reis<sup>335</sup> e do pagamento de \$260 ao *pedreiro que concertou os graneis*<sup>336</sup>. Em 1802, um dos graneis é distinguido por ser novo: *Despeza q. se fez no concerto da loja do granel novo*<sup>337</sup>. No rol de reparações surge a referência ao *concerto do granel do Campo*<sup>338</sup>. Podemos concluir que o Mosteiro possuía vários espaços destinados ao acondicionamento de géneros, dois graneis no complexo monacal e um granel numa propriedade agrícola.

Na campanha de obras no período de 1823-1825, também ocorrem reparações no granel. Apesar de a documentação mencionar várias vezes a compra de materiais para o granel, sobretudo trabalhos de carpintaria e serralharia, é omissa quanto à obra de pedreiro, diluída nas obras antes mencionadas do dormitório e mirante. A única alusão a materiais de pedreiro ocorre com a encomenda de tijolos, a 24 de julho de 1824<sup>339</sup>. Em julho de 1829, ainda ocorrem trabalhos e manutenção neste equipamento<sup>340</sup>. Importa

---

<sup>332</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 1v.

<sup>333</sup> *Idem*, fl. 31.

<sup>334</sup> *Idem*, fl. 113.

<sup>335</sup> *Idem*, fl. 12v.

<sup>336</sup> *Idem*, fl. 39.

<sup>337</sup> AMNSE, Livro da despesa diária (1795-1814), fl. 88.

<sup>338</sup> *Idem*, fl. 197.

<sup>339</sup> BPARPD, 1.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1823-1825), fl. 47v.

<sup>340</sup> Cf. BPARPD, 3.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1828-1832), fl. 9-9v.

referir que em julho de 1827 foi realizada vistoria ao granel por ordem da Real Junta<sup>341</sup> e no início de novembro do mesmo ano esteve alojado neste granel, um batalhão de soldados caçadores, provavelmente no contexto das lutas liberais nos Açores<sup>342</sup>.

Outro equipamento que visou a autonomia da comunidade foi a construção de uma atafona. A atafona é um engenho movido por tração animal, normalmente utilizava-se um boi ou molares para moagem dos cereais. Assumia uma extrema importância na economia doméstica das famílias. Na documentação administrativa referente ao séc. XVIII, o Mosteiro da Esperança sempre pagou este serviço a moleiros. A iniciativa de construção de uma atafona visou autonomizar a comunidade, dado que era necessário transformar o cereal em farinha para uma comunidade tão numerosa.

A de 21 de agosto de 1824 há a compra de 40 pés de madeira para a moega, por 2\$400 reis<sup>343</sup>. Esta aquisição provavelmente seria para o teto da atafona. Em 18 de dezembro de 1824, procede-se ao pagamento: uma atafona [pedra] comprada a João de António Botelho por 45\$000; uma picadeira para a mesma por \$800 reis e o transporte da dita por 9 carretos no custo de \$740 reis<sup>344</sup>. Enquanto na primeira aquisição temos a reparação do teto, na segunda procedeu-se à instalação propriamente dita da atafona, isto é, de todo o mecanismo de transformação do cereal.

Para que a atafona funcione necessita de força motriz, neste caso de duas mulas: uma mula comprada a Francisco Tavares dos Fenais da Luz por 70\$000 reis e uma mula comprada a Alvaro de Menezes desta cidade por 65\$000<sup>345</sup> com os respetivos arreios. A alimentação dos animais era uma preocupação regular e, assim, encontramos pagamentos a este respeito, como por exemplo: *compra de folha de milho para alimentação das bestas da atafona*<sup>346</sup>. O empregado encarregado da atafona, em 1827 é António José Veríssimo, que recebia pagamentos em diferentes modalidades, sendo pago no mês de março em *café, asucar e manteiga*<sup>347</sup>.

#### **2.4.7. A cisterna**

Lígia Silva afirma que a localização das casas religiosas se regeu pela disponibilidade de água, situação normal a qualquer projeto de ocupação humana do

---

<sup>341</sup> BPARPD, Livro da despesa diária (1821-1828), fl. 98.

<sup>342</sup> BPARPD, 2.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1825-1828), fl. 87v.

<sup>343</sup> BPARPD, 1.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1823-1825), fl. 52.

<sup>344</sup> *Idem*, fl. 69.

<sup>345</sup> *Idem*, fl. 72.

<sup>346</sup> BPARPD, Livro da despesa diária (1821-1828), fl. 120.

<sup>347</sup> *Idem*, fl. 110.

território<sup>348</sup>, pois a água, desde sempre, foi um bem cobiçado. As casas religiosas foram privilegiadas, pois adquiriam especiais direitos de controlo sobre as nascentes ou cursos de água, favorecendo o seu poder urbano. O Mosteiro da Esperança e o Convento de São Francisco encontravam-se na linha de distribuição de água provinda da zona dos Arrifes. Não possuímos elementos que nos permitam aprofundar esta questão, mas provavelmente as habitações nas imediações do Campo de São Francisco beneficiavam do mesmo abastecimento de água.

A documentação administrativa é profícua em referências às reparações relacionadas com a água, o que é revelador da sua importância no quotidiano da comunidade. Normalmente aparece com a designação de *concerto da agoa* ou pagamentos aos *agoeyros*<sup>349</sup>. A primeira referência que encontramos à cisterna é na sua reparação em agosto de 1764, com um custo de 2\$200 *reis*<sup>350</sup> e a colocação de calçada junto à cisterna<sup>351</sup>. Esta cisterna fazia a recolha das águas pluviais das imediações da mesma, sendo alimentada por um sistema de encanamento, como se pode depreender do excerto da cedência de um anel de água, com o seguinte teor: *dado servidaõ para a agua que vem d'arquinha do Canto em baixo da Rua de S. Miguel para o Convento das religiosas de Nosa Senhora da Esperança, em remuneraçõ consentiraõ as ditas Religiosas ficar hum anel d'agua no quintal dos suplicantes p.<sup>a</sup> o seu serviço*<sup>352</sup>. Se a Rua de São Miguel é a atual, podemos depreender que este encanamento também servia o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. A arquinha mencionada faria a divisão da água conforme os diferentes ramais.

Pela rubrica de pagamento do pedreiro, em 3 de dezembro de 1831, podemos depreender que existia um sistema de armazenamento e distribuição de água dentro do Mosteiro: *reparaçõ dos canos das agoas que vai ter às cisternas e fontes dentro da clausura*<sup>353</sup>. Outro sistema de armazenamento de água situa-se do lado sul da capela do Senhor Santo Cristo, com a existência de três talhas de barro, encastradas no muro, que recolhiam e armazenavam as águas pluviais das coberturas. Em resumo, o Mosteiro possuía múltiplos sistemas de recolha e armazenamento de água, de forma a suprir as necessidades da comunidade religiosa.

---

<sup>348</sup> Silva, 2008: 113.

<sup>349</sup> Cf. BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 2v e BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 17.

<sup>350</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 65v.

<sup>351</sup> *Idem*, fl. 86.

<sup>352</sup> AMNSE, Escritura de cedência de um anel de água do tubo do Mosteiro (21-01-1836).

<sup>353</sup> BPARPD, 3.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança (1828-1832), fl. 31.

#### 2.4.8. O açougue

As comunidades religiosas procuravam obter a máxima autonomia interna, de modo a evitar a entrada de estranhos dentro da clausura monástica. Neste caso, constata-se a existência de um açougue no interior da zona regal, o qual procurava responder à necessidade de abate de animais e a preparação das carnes, conforme o destino a dar-lhes na sua confecção. A reparação da *balança do asougue* pelo preço de 2\$900 *reis*<sup>354</sup> e a compra de *hú sepo para o asougue* por \$560 *reis*<sup>355</sup>, são dois exemplos da manutenção deste espaço utilitário.

#### 2.4.9. A casa das latrinas

A referência a esta zona utilitária, mas necessária, somente aparece por três vezes. A primeira é alusiva às reparações efetuadas no respetivo telhado da *casa das latrinas*<sup>356</sup> e a segunda menciona o *concerto do cano das latrinas que vai desaguar ao Mar*<sup>357</sup>. Portanto, verifica-se a existência de uma zona específica do Mosteiro da Esperança com esta funcionalidade, mas também nos indica a existência de um sistema de esgotos que saíam do complexo monástico, atravessando o Campo de São Francisco e desembocando na costa.

#### 2.4.10. O cemitério

A religiosa professa nunca mais poderia sair do Mosteiro. Com a sua morte o corpo era sepultado dentro do mosteiro, para que a sua memória permanecesse e para que a comunidade viva pudesse rezar em seu favor. Os locais de sepultamento foram os mais variados conforme as épocas, como já referimos, o coro baixo, a igreja e o claustro eram espaço privilegiados de sepultamentos das religiosas. A legislação liberal determinou que os sepultamentos se efetuassem fora das igrejas e mosteiros.

A primeira referência ao cemitério ocorre com o sepultamento da Madre Joanna Thomazia de São Joze 4 de março de 1834<sup>358</sup>, certamente de acordo com a legislação liberal para os sepultamentos fora das igrejas. Esta informação está confirmada pelo pedido da abadessa para acrescentamento do cemitério em 1842: *não sendo suficiente o espasso que se tinha determinado e benzido para Cemiterio do d.º Mosteiro foi necessario acrescentalo*<sup>359</sup>. A exiguidade do cemitério motivou, em 1842, um pedido de

---

<sup>354</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 41v.

<sup>355</sup> *Idem*, fl. 48.

<sup>356</sup> BPARPD, 3.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1828-1832), fl. 17.

<sup>357</sup> *Idem*, fl. 19v.

<sup>358</sup> Moreira, 2000: 129. Termo de óbito de madre Joanna Thomazia de Jozé (Cf. AMNSE, Livro de Óbitos, 1699-1923, fl. 13v e 14).

<sup>359</sup> AMNSE, delegação de faculdade para bênção do aumento do cemitério do Mosteiro (27-07-1842).

sepultamento no coro baixo ao Governador Civil de Ponta Delgada, devido a não haver espaço no cemitério do Mosteiro<sup>360</sup>. Na sequência deste problema foi autorizado o aumento do cemitério, sendo este benzido pelo capelão António Jacinto da Silva em julho de 1842<sup>361</sup>. Com a decisão da construção da avenida Roberto Ivens, em maio ou junho de 1886, as ossadas foram exumadas e transladadas para o cemitério de S. Joaquim<sup>362</sup>.

#### **2.4.11. A sala do capítulo**

Este espaço assume grande importância nas casas monásticas, por ser o local onde se reúne a comunidade para deliberar os assuntos de maior relevância, como a eleição de uma nova abadessa, por exemplo. Segundo Lígia Silva, nos mosteiros de clarissas portuguesas este espaço nem sempre foi contemplado como espaço autónomo<sup>363</sup>. Pressupomos que o Mosteiro da Esperança não seria exceção, devendo o capítulo da comunidade ocorrer no coro baixo ou no refeitório, não havendo um espaço específico para a reunião do capítulo.

### **2.5. A extinção do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança**

As congregações e ordens religiosas estavam em crise desde finais do séc. XVIII<sup>364</sup>. Problemas intrínsecos às próprias comunidades, como o ingresso sem vocação, a presença de seculares e o relaxamento no cumprimento da vida comunitária; do ponto de vista extrínseco vemos a ação regalista de controlo e limitação da ação das congregações religiosas, como a proibição de novas fundações e a limitação de admissão de noviças. O objetivo visava o cerceamento dos bens e a diminuição de consagrados<sup>365</sup>. A teoria regalista legitimava o domínio régio sobre poder eclesiástico por parte do monarca. Em 3 de Setembro de 1759 foi promulgada a lei de proscricção, desnaturalização e expulsão dos Jesuítas promovida pelo Marquês de Pombal. Neste contexto, o Pe. António Pereira de Figueiredo teorizou no sentido da criação de uma Igreja Lusitana, em que as nomeações episcopais pertenciam à coroa e os bispos

---

<sup>360</sup> AMNSE, Ofício do Secretario do Governo Civil à Abadessa do Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança (29-06-1842).

<sup>361</sup> AMNSE, delegação de faculdade para bênção do aumento do cemitério do Mosteiro (27-07-1842).

<sup>362</sup> As ossadas foram exumadas e transladadas, tendo um custo de 23\$100 reis (cf. AMNSE, Livro de contas da comunidade (1878-1889), fl. 40).

<sup>363</sup> Silva, 2008: 124.

<sup>364</sup> Para uma análise da vida conventual nos Açores (cf. Enes, 1999: 323-351).

<sup>365</sup> Sobre a desamortização em geral (cf. Silva, 2008: 41-55). No que concerne ao património artístico das ordens religiosas, o mesmo foi adquirido por particulares ou incorporado em instituições do estado (cf. Serrão e Soares, 2016).

ficariam praticamente isentos de ligação com o papado<sup>366</sup>, aliando-se à situação do padroado<sup>367</sup>. Esta doutrina era incompatível com a subsistência das congregações e ordens religiosas, providas de autonomia em relação aos bispos diocesanos e, obedecendo a uma casa mãe, muitas vezes sediada em Roma, logo com ligação ao Papa. Uma outra visão das congregações religiosas foi a sua inutilidade produtiva, por conseguinte a sua conservação não era compatível com o novo sistema implantado. Com a extinção das congregações surge o problema dos seus bens, sobretudo as suas propriedades agrícolas e o complexo sistema de bens vinculados. A solução era nacionalizar as terras e reparti-las pelos novos agentes do progresso. O resultado foi o nascer de proprietários rurais capitalistas, pertencentes a uma nova classe burguesa muito dependente dos rendimentos do Estado.

Os Açores foram palco de acérrimos combates entre liberais e absolutistas<sup>368</sup>. D. Pedro IV instala-se nas ilhas a partir de 22 de fevereiro de 1832, com a sua chegada a Ponta Delgada. Como regente nomeou o primeiro governo liberal, do qual fazia parte Mouzinho da Silveira, ficando responsável pela emissão de leis. Para este ministro, a lei era o instrumento de regulação da sociedade. Pelo Decreto n.º 25, de 17 de Maio de 1832<sup>369</sup>, suprimiram-se as ordens religiosas nos Açores. Nesta data, nos Açores havia 23 coonventos de religiosos e 17 mosteiros de monjas e 6 recolhimentos<sup>370</sup>. Ao todo 46 casas religiosas. A lei de 1832 mantivera, porém, a vigência de um convento franciscano em cada uma das ilhas capitais de distrito, São Miguel, Terceira e Horta, extintos pela lei de Joaquim António de Aguiar, de 30 de maio de 1834<sup>371</sup>. Este decreto, de uma só vez, extinguiu todas as casas de quaisquer ordens regulares masculinas e nacionalizou os seus bens, à exceção dos objetos sagrados de culto. No ano anterior, pelo decreto de 5 de Agosto de 1833, interditava-se a admissão de noviços e ordenava-

---

<sup>366</sup> Clemente, 2012: 174. A propósito da temática das relações entre a Igreja Católica e o novo regime liberal (cf. Pinho, 2009).

<sup>367</sup> Através de diversos documentos pontifícios do séc. XV e XVI, os monarcas portugueses passaram a deter o direito de padroado (cf. Gonçalves, 2000: 364-368). Para a diocese de Angra a bula de criação do bispado *Aequum reputamus*, de 1534, o rei mantém a prerrogativa do direito de padroado. O direito de padroado conferia a faculdade de apresentação ao Papa de pessoa idónea para prelado, bem como a apresentação ao prelado dos membros do cabido e beneficiados (cf. Monte Alverne, 1986, III: 12-18).

<sup>368</sup> Cf. Rodrigues e Fernandes, 2008: 436-471. Na perspetiva das relações da sociedade e o Estado em Portugal, no séc. XIX (cf. Clemente, 2012); numa ótica mais açoriana, isto é, entre Diocese de Angra e o liberalismo (cf. Costa, 2008: 59-68 e Enes, 1994 e 2008).

<sup>369</sup> Cf. Collecção de Decretos e Regulamentos ..., 1836: 150-154. Disponível em: Disponível em: <http://net.fd.ul.pt/legis/1832.htm#>.

<sup>370</sup> Enes, 1999: 324.

<sup>371</sup> Para o conhecimento da legislação produzida desde o séc. XVII à atualidade e que determinou a atuação sobre as Ordens e Congregações Religiosas (cf. LxConventos. Disponível em: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/legislacao/>).

se a expulsão dos existentes, decretava-se a proibição da emissão de votos, tocando nos fundamentos da preservação da vida religiosa<sup>372</sup>. Para as ordens femininas foi permitida a sua continuidade, mas proibindo-se a admissão de noviças. Era o início da lenta mas inexorável morte das clarissas.

No que respeita às casas femininas, 10 mosteiros femininos foram suprimidos juntamente com os masculinos<sup>373</sup>, em 1832, devido à fama da vida que neles se vivia, com *comportamento indisciplinado, irreverente e escandaloso, relaxação, freiratismo são algumas das causas, podendo-se resumir na falta de vocação religiosa da maioria e total ausência da vida comum*, segundo Maria Fernanda<sup>374</sup>. Manteve-se o Mosteiro de S. Gonçalo, em Angra; na Horta, o Mosteiro da Glória, e, em S. Miguel, os Mosteiros de Santo André e o de Nossa Senhora da Esperança, ambos em Ponta Delgada. As religiosas dos demais mosteiros extintos, que assim desejassem, deveriam ingressar num destes mosteiros. Pela lei de 4 de Abril de 1861 determinou-se a expropriação dos bens das ordens femininas, à exceção das casas onde habitassem, ressalvando-se que também estes mosteiros encerravam por morte da última religiosa, sendo o imóvel integrado na Fazenda Pública<sup>375</sup>.

Em 1832, o Mosteiro da Esperança acolheu as religiosas providas dos demais extintos mosteiros da ilha, como é o caso de *Maria Luiza do Coração de Jesus e Jacinta Candida do Coração de Jesus irmãs e religiosas professas do extinto Mosteiro de Nossa S.<sup>ra</sup> da Conceição desta cid.<sup>e</sup> de P.<sup>ta</sup> Delgada*<sup>376</sup>, que em junho já estão instaladas no Mosteiro<sup>377</sup>. Pelo caderno de obras, em abril de 1832, somos informados da necessidade de realização de obras de melhoramento para admissão das religiosas deslocadas: *por tres dias ao caiador Jacinto José por cair o Noviciado e alguas celas, que se prepararão p.<sup>a</sup> as senhoras, que de novo entrarão, de S.<sup>to</sup> André e S. João*<sup>378</sup>.

Nos anos subsequentes a abadessa foi recebendo pedidos de admissão de religiosas egressas dos mosteiros extintos, como aconteceu, em 1853, com a *M.<sup>e</sup> Anna*

---

<sup>372</sup> *Ibidem*.

<sup>373</sup> *Ibidem*.

<sup>374</sup> Enes, 1999: 340.

<sup>375</sup> Em 1826, a Coroa tinha procedido à avaliação do imóvel, por ordem régia, como se comprova pelo pagamento aos avaliadores dos officios de pedreiro e carpinteiro. Cf. BPARPD, Livro da despesa diária (1821-1828), fl. 75v. 01-1826.

<sup>376</sup> AMNSE, Carta da Abadessa do Mosteiro da Esperança a pedir autorização para admitir as religiosas Maria Luiza do Coração de Jesus e Jacinta Candida do Coração de Jesus (1832).

<sup>377</sup> BPARPD, 3.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança (1828-1832), fl. 36.

<sup>378</sup> *Idem*, fl. 34v. (cf. Supico, 1995, III: 983).

*Umbelina, religiosa professa do extinto Mosteiro de Jesus da Villa da Ribeira Grande, fazendo-se acompanhar de uma famula*<sup>379</sup>.

O património artístico, em observância das Instruções da Direcção Geral dos Próprios Nacionais, foi enviado ao Museu Nacional da Academia de Belas Artes e Arqueologia de Lisboa, entre outros; os objetos de culto foram entregues a confrarias e paróquias; outros, vendidos em hasta pública. Os livros necessários à administração de Fazenda foram entregues ao Inspector dos Arquivos e Bibliotecas Públicas e a outras instituições.

Por Decreto e Instruções de 31 de Maio de 1862, do Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, regulou-se a execução da Lei de 4 de Abril de 1861, na qual os mosteiros femininos de Portugal foram extintos, por óbito da última religiosa professa, sendo incorporados os seus bens nos Próprios da Fazenda Nacional<sup>380</sup>.

Ao nível da sustentação o Decreto de 17 de maio de 1832, art.º 5, previa a atribuição do subsídio de 800.000\$00 reis anuais, para sustentação das religiosas e manutenção do imóvel<sup>381</sup>. Para o período entre 1834 e 1878 a documentação é omissa quanto a este subsídio. Através da contabilidade do Mosteiro, a partir de 1878 confirma-se a atribuição de um subsídio anual do governo<sup>382</sup>, sendo que, diversas despesas são cobertas pelas esmolas do Senhor Santo Cristo<sup>383</sup>.

O Mosteiro foi extinto em 29 de dezembro de 1894, por morte da última religiosa, a madre Maria Vicência da Conceição, conforme telegrama do delegado do tesouro, José Moniz Bettencourt<sup>384</sup>. Em 30 de Dezembro de 1894, a Fazenda Pública tomou posse do Mosteiro, conforme consta no auto de posse:

---

<sup>379</sup> AMNSE, Carta da Abadessa do Mosteiro da Esperança a pedir autorização para admitir a M.ª Anna Umbelina (1853).

<sup>380</sup> Cf. LxConventos. Disponível em: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/legislacao/>.

<sup>381</sup> Cf. Collecção de Decretos e Regulamentos, 1836: 152. Disponível em: <http://net.fd.ul.pt/legis/1832.htm#>.

<sup>382</sup> AMNSE, Livros das contas da comunidade (1878-1889)

<sup>383</sup> Cf. AMNSE, Livros das contas da comunidade (1878-1889) e Conta da receita e despesa da Capella [Santo Cristo] (1875 e 1876).

<sup>384</sup> ANTT, Telegrama a informar do falecimento da última religiosa (29-12-1894). A madre Maria Vicência da Conceição era natural da ilha de Santa Maria, filha de Ignácio Joaquim Cabral e de Florinda Jacinta Teodora, naturais de Vila do Porto, vindo a residir em Ponta Delgada alguns anos após o casamento. Professou na ordem das Concepcionistas do Mosteiro de N. Sr.ª da Conceição de Ponta Delgada. Por extinção deste, em 1832, ingressou no Mosteiro da Esperança com sua irmã madre Constantina Tomásia do Coração de Maria, mas este ingresso não foi imediato, vivendo alguns meses fora da vida religiosa. Em conjunto com sua irmã requereram ao Vigário Capitular o ingresso no Mosteiro da Esperança, sendo autorizadas por rescrito a 29 de janeiro de 1833. A madre Maria Vicência exerceu diversos cargos. Foi nomeada abadessa a 2 de maio de 1888 pelo bispo diocesano (cf. Nomeação para Abadessa a madre Maria Vicência da Conceição [02-05-1888]) e faleceu a 29 de dezembro de 1894,

*Aos trinta dias do mez de Dezembro de mil oitocentos e noventa e quatro, pelas doze horas da manhã, nesta cidade de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores, se procedeu por parte da Fazenda Pública e para cumprimento do paragrapho primeiro do artigo cento onze do Regulamento Geral da Administração da Fazenda Publica de quatro de Janeiro de mil oitocentos e sessenta á posse publica e pacifica da igreja e convento de Nossa Senhora da Esperança da mesma cidade e ilha, realizada por virtude do fallecimento, no dia de hontem, da muito reverenda Abadessa a Excellentissima Senhora Dona Maria Vicencia da Conceição, ultima freira do mesmo convento<sup>385</sup>.*

Segundo o disposto na legislação, o Mosteiro devia ser extinto e encerrado, contudo o delegado do tesouro do distrito, ao informar do óbito da religiosa, pede para que esta determinação não se execute: *faleceu hoje a ultima religiosa / convento esperança venerando-se alli a imagem do Senhor Santo Christo de profunda / devoção para açorianos rogo a V. Ex.<sup>a</sup> para não se interromper / o culto se digne permitir continuação actuaes pupilas e continuação do subsidio<sup>386</sup>*. Como podemos constatar o argumento é o culto ao Senhor Santo Cristo. Podemos especular se este pedido já teria sido feito anteriormente, sendo provável que sim. O pedido foi aceite, pois no ofício de 18 de Março de 1895, o delegado do tesouro manifesta a sua satisfação:

*a população do convento se julga feliz e perfeitamente reconhecida pelas deliberações tomadas pelo vosso illustre Ministro e por essa illustre Direcção Geral, e que os habitantes desta ilha se mostram também satisfeitos e gratos ante resolução tão consentânea com os seus sentimentos religiosos e devoção especial pela veneranda Imagem do Senhor Santo Christo de S. Miguel. Por mim próprio me considero agradecido por se ter tomado em consideração as minhas ultimas propostas sobre o assumpto sujeito<sup>387</sup>.*

A administração do imóvel foi entregue a uma Comissão Administrativa composta: *Presidente, (...) Governador Civil do Districto, Doutor António Moreira da Camara Coutinho de Gusmão. Vogaes: o Excellentissimo e Reverendissimo Ouvidor Ecclesiastico do Concelho de Ponta Delgada, José Caetano Travassos de Lima; e o Delegado do Thesouro no Districto, Francisco Joaquim Monis de Bettencourt<sup>388</sup>*. A gestão corrente do Mosteiro foi entregue à Comissão Directora formada pelas recolhidas Maria Augusta, regente, Maria Guilhermina da Conceição e Dona Maria do Carmo Raposo, vogais, que prestaram juramento e se comprometeram com *a guarda e*

---

extinguindo-se o Mosteiro da Esperança da Ordem das Clarissas. (cf. AMNSE, Pedido de admissão da Madre Maria Vicência da Conceição e de Madre Constância Thomazia do Amor Divino, Religiosas do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Ponta Delgada (28-01-1833) e Moreira, 2000: 6-7 e 112-113). O termo de óbito de madre Maria Vicência da Conceição (Cf. AMNSE, Livro de Óbitos, 1699-1923, fl. 125).

<sup>385</sup> AMNSE, Segundo inventário do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (24-01-1895), fl. 1 v.

<sup>386</sup> ANTT, Telegrama a informar do falecimento da última religiosa (29-12-1894).

<sup>387</sup> ANTT, Ofício do delegado do tesouro do distrito de Ponta Delgada ao Conselheiro Director Geral dos Proprios Nacionaes (18-3-1895).

<sup>388</sup> ANTT, Acta da instalação da Commissão Administrativa do Convento de Nossa Senhora da Esperança (04-03-1895)

*conservação de todos os objectos existentes de portaes a dentro do mesmo Convento*<sup>389</sup>. A população conventual a 30 de dezembro de 1894 era de vinte recolhidas, sendo dez famulas e dez educandas<sup>390</sup>. Esta comissão tinha a missão da administração corrente do Mosteiro, conforme ata de instalação Comissão Administrativa: *a administração das esmolas e oferendas com aplicação ao culto do Senhor Santo Christo, conservação da igreja convento, e sustentação própria da população existente no mosteiro (...) pelo esplendor do culto, guarda fiel e conservação acurada de todos os objetos existentes no convento*<sup>391</sup>.

### **2.5.1. A dispersão do património fundiário**

Em 1834, o Governo liberal, pela pena do ministro Silva Carvalho, deu início à venda dos bens nacionais. Para que este processo se concretizasse foi necessário empreender um importante processo de incorporações que atingiu os bens da Igreja, da família real e parte da Coroa. A venda de bens nacionais irá caracterizar-se pela redistribuição, feita por intermédio do Estado, de todo um património móvel e imóvel. A partir deste período deu-se início a um vasto processo de desamortização<sup>392</sup>. Em 1861 estendeu-se às mitras, cabidos e colegiadas, seguindo-se, em 1866 as câmaras municipais, as juntas de paróquia, as irmandades, os hospitais e as misericórdias, e, finalmente, em 1869, os passais, os baldios e bens dos estabelecimentos de instrução pública<sup>393</sup>.

É neste quadro que se insere a nacionalização com incorporação nos Próprios Nacionais e a ulterior dispersão do património fundiário do Mosteiro da Esperança. Este Mosteiro, à semelhança de tantos outros, tinha acumulado ao longo dos séculos um importante conjunto de propriedades, dispersas pela ilha de São Miguel, fruto de ingresso de religiosas e da necessidade do respetivo dote, bem como de inúmeras doações<sup>394</sup>. Era este imenso património, maioritariamente explorado por aforamento, o que possibilitava a sustentação da comunidade do Mosteiro. Com a nacionalização dos bens, como já mencionamos, a sustentação da comunidade passou a ser assegurada pela atribuição de um subsídio anual do Estado no valor de 800\$000 reis<sup>395</sup>.

---

<sup>389</sup> AMNSE, Segundo inventário do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (24-01-1895), fls. 1v-2.

<sup>390</sup> Cf. ANTT, Relação do pessoal existente no Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança no dia 29 de Dezembro de 1894.

<sup>391</sup> BPARPD, Livro das atas da comissão administrativa do Convento da Esperança, fl. 2.

<sup>392</sup> O processo de desamortização dos bens das Ordens Religiosas foi longo e complexo. António da Silva explica este processo nas suas diferentes fases (cf. Silva, 2000: 41-55).

<sup>393</sup> Silveira, L., 1980: 87.

<sup>394</sup> Cf. BPARPD, Livro de tombo de títulos (1731).

<sup>395</sup> Cf. AMNSE, Contas da Comunidade (1878-1890).

### 2.5.2. O processo de inventariação do património móvel e imóvel

A aplicação do Decreto de 30 de maio de 1834 foi regulada através de um conjunto de instruções e portarias publicadas nos meses seguintes. A Portaria datada de 4 de Junho estabelece os critérios imediatos para a amortização dos bens das congregações masculinas, determinando que fossem postas em prática medidas de segurança, de modo a que se evitasse qualquer descaminho dos bens, bem como se procedesse ao respetivo inventário sob fiscalização da Fazenda Pública<sup>396</sup>. A profusão legislativa nos anos seguintes foi intensa, mas o processo de inventariação e arrecadação revelou-se moroso e complexo, dada a fraca preparação dos funcionários do Estado e os reduzidos recursos face ao volume e diversidade do património envolvido.

Enquanto o Decreto de 30 de maio de 1834 teve reflexos diretos na supressão das ordens masculinas, a legislação referente às ordens femininas previa um ritmo de execução lento e faseado. O Decreto de 5 de Agosto de 1833 proibiu os noviciados e obrigava à extinção das casas com menos de doze religiosas. Contudo a cláusula de extinção apenas depois da morte da última freira prolongou o processo durante décadas. Após a participação da morte da última freira de um convento, o procedimento era idêntico ao arrolamento dos bens das ordens masculinas: a Repartição da Fazenda procedia ao inventário-geral dos bens e comunicava a extinção oficial da casa à hierarquia eclesiástica. As Portarias de 20, 21 ou 25 de Julho de 1857 do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, estabelecem a obrigatoriedade da elaboração de inventários minuciosos dos conventos femininos e de todos os seus bens<sup>397</sup>.

A Lei de 4 de Abril de 1861, que determinou a expropriação dos bens das ordens religiosas femininas, à exceção das casas onde habitassem, marca o início do segundo processo de amortização, conforme a morte da última freira.

No que se refere ao Mosteiro da Esperança, este integra-se nesta dinâmica do cumprimento e da execução da legislação liberal oitocentista. O primeiro inventário/arrolamento de que temos notícia ocorreu em 1860, sob a orientação do Delegado do Tesouro, José Maria Botelho, acompanhado de oficiais de ourives, de carpinteiro, de pedreiro e organeiro<sup>398</sup>. Após a morte da última religiosa professa, o Delegado do Tesouro, Francisco Joaquim Monis de Bettencourt, elaborou em 1895 um

---

<sup>396</sup> Cf. Legislação liberal sobre o património das congregações religiosas. Disponível em: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/legislacao/>. Sobre o processo de inventariação, amortização e dispersão do património artístico dos conventos e mosteiros (cf. Serrão e Soares, 2016).

<sup>397</sup> Cf. <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/legislacao/>.

<sup>398</sup> ANTT, Primeiro inventário do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (16-06-1860), fl. 1.

novo inventário/arrolamento, também recorrendo à avaliação de peritos conforme as peças inventariadas<sup>399</sup>. Estes inventários foram actualizados e conferidos em 1909<sup>400</sup> e 1913<sup>401</sup>. Todos estes documentos privilegiam o património do complexo arquitetónico e algum do seu património integrado, realçando a joalheria, os metais e algum mobiliário, omitindo, por exemplo a estatuária, o recheio da parte residencial e a biblioteca.

## **2.6. De Mosteiro a novas funcionalidades**

Com a extinção da Ordem das Clarissas, o Mosteiro adquire o estatuto de recolhimento, sendo dirigido por uma Comissão Directora formada pelas recolhidas Maria Augusta, a primeira regente, Maria Guilhermina da Conceição e Dona Maria do Carmo Raposo<sup>402</sup>. As recolhidas mantinham vida comunitária, zelando pela conservação do imóvel e manutenção das celebrações do culto, estando a seu cargo o cuidado da Imagem do Senhor Santo Cristo.

A ação revitalizadora da ação pastoral do bispo diocesano, D. António de Castro Meireles (episcopado 1924-1928)<sup>403</sup>, quis dar à diocese uma nova dinâmica de vivência da fé e da missão social da Igreja. Neste projeto do prelado diocesano, em concreto para a ilha de S. Miguel, o extinto Mosteiro da Esperança era um local e um meio. No sentido de suprir uma lacuna educacional no que concerne à educação feminina, decidiu criar o Colégio da Esperança, convidando as religiosas da Ordem da Visitação para o orientar<sup>404</sup>. A 12 de maio de 1928, as religiosas da Ordem da Visitação, também chamadas de visitandinas, chegam ao Mosteiro a convite do Bispo Diocesano. Com a vinda desta Ordem religiosa para ocupar o Mosteiro possibilitou o retomar da vida religiosa, após 34 anos de interregno, para o qual o mesmo tinha sido concebido. Por outro lado, o prelado percebeu a importância da devoção popular à Imagem do Senhor Santo Cristo e por este motivo, entendeu que, ao nível institucional, era necessário enquadrar a promoção do culto, enquadrando-o na nova legislação promulgada pelo novo regime político. Ao abrigo do Decreto de 6 de julho de 1926, que concedia personalidade jurídica às corporações encarregues do culto de quaisquer agremiações ou

---

<sup>399</sup> *Idem*, Segundo inventário do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (24-01-1895).

<sup>400</sup> AMNSE, Relação dos objectos, mobiliário, jóias e paramentos do extinto Convento de Nossa Senhora da Esperança (13-03-1909).

<sup>401</sup> AMNSE, Relação dos objectos, mobiliário, jóias e paramentos do extinto Convento de Nossa Senhora da Esperança (15-05-1913).

<sup>402</sup> AMNSE, Segundo inventário do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (24-01-1895), fls. 1v-2.

<sup>403</sup> Sobre a ação pastoral de D. António de Castro Meireles no contexto da I República (cf. Machado: 2012).

<sup>404</sup> Machado, 2012: 72.

confissões religiosas<sup>405</sup>, foram aprovados pelo prelado diocesano, em 14 de janeiro 1928, os estatutos da *Corporação encarregue do Culto Católico na Igreja do Senhor Santo Cristo*<sup>406</sup>. Este documento parte do pressuposto de que a sacristia, igreja, coro alto, coro baixo e capela do Senhor Santo Cristo serão administrados por esta Corporação. Efectivamente, em 18 de janeiro foi dirigido ao Ministro da Justiça e dos Cultos um requerimento com o seguinte teor: *pedir a V. Ex.<sup>cia</sup> se digne mandar entregar-lhe a Igreja do Senhor Santo Cristo com todas as suas dependências necessárias ao culto, assim como os paramentos, alfaias e outros objectos mobiliários destinados ao culto a que tudo passa a descrever de modo seguinte*<sup>407</sup>. O presidente nomeado desta *Corporação Encarregue do Culto Católico na Igreja do Senhor Santo Cristo* era o Pe. Alfredo de Sousa. Portanto, verifica-se uma antecipação jurídica e pastoral do que será o futuro Santuário Diocesano trinta e um anos depois.

Sobre o assunto do pedido de concessão por parte da Corporação encarregue do Culto Católico do Senhor Santo Cristo, a sua fundamentação ocorreu ao abrigo do Decreto de 11887, de 6 de julho de 1926, que concedeu personalidade jurídica às corporações encarregadas do culto de quaisquer agremiações ou confissões religiosas, permitiu o ensino religioso nas escolas particulares e reconheceu o direito de aposentação aos ministros da religião católica que à data da proclamação da República exerciam funções religiosas por nomeação ou apresentação do Estado.

Estes dois projetos pastorais seriam malogrados pela saída extemporânea do bispo da Diocese para a Diocese do Porto. A função da Corporação não saiu do papel, sendo provável nem ter sido aceite a proposta pelo Governo, pois a cedência não se efectivou. Por outro lado, as religiosas da Ordem da Visitação foram incumbidas de orientar o Colégio da Esperança, que funcionou mas não nos moldes desejados<sup>408</sup>, bem como o recolhimento e zelo pela Imagem do Senhor Santo Cristo. Contudo, a sua permanência foi de aproximadamente 14 anos, tendo-se envolvido num conflito com o Bispo Diocesano, D. Guilherme Augusto Inácio da Cunha Guimarães (bispado de 1928-1957), com contornos pouco claros quanto aos motivos e ulterior desenvolvimento do

---

<sup>405</sup> Cf. Rectificação ao Decreto 11887, de 6 de julho de 1926.

<sup>406</sup> AISSCM, Estatutos da Corporação encarregada do Culto Católico na Igreja do Senhor Santo Cristo da Esperança de Ponta Delgada (14-01-1928).

<sup>407</sup> Cf. AMNSE, Requerimento ao Ministro da Justiça e dos Cultos solicitando a entrega da Igreja, suas dependências e objetos de culto a uma Corporação (18-01-1928), fl. 2.

<sup>408</sup> Machado, 2012: 72.

processo<sup>409</sup>. No atual estado da nossa investigação conseguimos perceber que deste processo resultou a interdição das religiosas aos sacramentos e um processo na Santa Sé, tendo como resultado a sua expulsão do Mosteiro Esperança ordenada pelo Director Geral da Fazenda Pública, em ofício de 2 de novembro de 1942<sup>410</sup>, tendo-se efectivado a saída das três religiosas a 9 de janeiro de 1943<sup>411</sup>.

Com a saída das visitandinas, o Mosteiro é ocupado pela Congregação das Irmãs de São José de Cluny, que nele instalam o Colégio de São Francisco Xavier, o qual funcionava junto à Igreja de São Pedro de Ponta Delgada desde 1932. A sua entrada ocorreu a 29 de abril de 1943, na sequência de um pedido do Bispo Diocesano e do Governo, tendo-se principado as aulas a 4 de maio<sup>412</sup>. Com a instalação do Colégio no Mosteiro, as Religiosas promoveram uma campanha de obras para adaptação às novas funcionalidades educativas:

*porque o Convento estava num estado lamentável de abandono e foi difícil instalar lá todas as aulas. Foi à custa de muitas obras de restauração e adaptação. (...) Nessa altura já havia alunas no final do Ensino Secundário. Em 1942 tinha começado um curso prático tendo no programa Cultura Geral e Trabalhos Domésticos e de Agulha*<sup>413</sup>

As intervenções promovidas pelas religiosas de S. José de Cluny são o início da descaracterização do imóvel enquanto espaço monacal para clarissas. Devido ao aumento de alunos, a congregação decidiu construir um edifício novo. Em 11 de outubro de 1958 foi inaugurada uma parte do edifício do novo colégio e,

---

<sup>409</sup> ABDMF, Cópia de Ofício do Director de Finanças do Districto de Ponta Delgada ao Director Geral da Fazenda Pública (20-11-1942).

<sup>410</sup> *Ibidem*. Neste ofício o Diretor de Finanças do Districto de Ponta Delgada comunica que notificou o pessoal residente no Convento da Esperança para a sua saída no prazo de sessenta dias. O Diretor de Finanças manifesta a concordância com o pedido que o Governador Civil enviou ao Ministro das Finanças para que não se interrompa o culto do Senhor Santo Cristo, bem como a entrega do Convento à Irmandade do Senhor Santo Cristo (Cf. BPARPD, Governo Civil do Districto de Ponta Delgada, Processos de Correspondência 1941-1943, Notificação da Direcção da Fazenda Pública para as religiosas do Convento da Esperança sejam despejadas).

<sup>411</sup> AISSCM, Ofício ao Director de Finanças do Districto de Ponta Delgada (10-01-1943). Nesta exposição à Direcção Geral da Fazenda Pública a Mesa da Irmandade argumenta a favor da inconveniência da ordem de despejo, no prazo de 60 dias, entregue à regente e recolhidas do recolhimento. O mesmo documento faz referência à interdição aos sacramentos aplicada às religiosas da Ordem da Visitação por parte do Bispo Diocesano. Sobre este assunto (cf. AISSCM, Exposição da Mesa da Irmandade à Direcção Geral da Fazenda Pública (1942 atr.).

<sup>412</sup> Cf. Colégio de São Francisco Xavier. Disponível em: <http://www.colegiosfxavier.com/pagina.php?id=34> (consultado em: 24-01-2018). Sobre a entrega do Convento da Esperança à congregação das Irmãs de S. José de Cluny, veja-se o relatório sobre os conventos de freiras do Concelho de Ponta Delgada, produzido pela Direcção Geral da Fazenda Pública, no qual informa que o *Convento da Esperança, encontra-se cedido à Irmandade de São José de Cluny, por auto lavrado em 14 de Junho de 1943, em virtude do despacho Ministerial, em 1943* (cf. Arquivo da Secretaria Geral do Ministério das Finanças, Cx. 7, Informações sobre conventos de freiras - 25-08-1944).

<sup>413</sup> *Ibidem*.

consequentemente, a Congregação foi desafetando o Mosteiro da Esperança às funções educativas, culminado na sua saída definitiva em 1960/61<sup>414</sup>.

As Religiosas de Maria Imaculada estavam presentes em Ponta Delgada desde 1954, exercendo a sua ação apostólica no Patronato de São Miguel e uma Casa de Trabalho na Vila Franca. Genericamente podemos dizer que a Congregação orientava, nestas duas instituições, um lar para meninas que chegavam marcadas pela pobreza e sofrimento, escola infantil, formação de adultos, apostolados com as empregadas domésticas, catequese, entre outras atividades<sup>415</sup>. Uma das aspirações das Religiosas de Maria Imaculada era encontrar um edifício que possibilitasse acolher um maior número de meninas em regime de internato. Com a vacância do Mosteiro da Esperança, o Bispo Auxiliar, D. Manuel Afonso de Carvalho, ofereceu como solução o Mosteiro da Esperança. Assim a comunidade de religiosas com as suas valências sociais ocuparam o Mosteiro da Esperança desde o dia 21 de junho de 1962 até à atualidade<sup>416</sup>. Ao longo destas décadas, o Mosteiro acolheu o Patronato de S. Miguel e a Casa das Filhas de Maria Imaculada.

Na atualidade, o conjunto arquitetónico da sacristia, Igreja da Esperança, coro alto, coro baixo e capela do Senhor Santo Cristo dos Milagres formam o Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres criado por decreto episcopal de D. Manuel Afonso de Carvalho de 22 de abril 1959<sup>417</sup>. O prelado diocesano procurou legitimar canonicamente as principais manifestações de piedade popular açoriana, nomeadamente com a obrigatoriedade de criação de *Irmandades dos Divino Espírito Santo* em todas as paróquias, dotando-as de estatutos<sup>418</sup>; a regulamentação das romarias quaresmais micaelenses com o *Regulamento dos Romeiros da Ilha de São Miguel*<sup>419</sup> e a criação do *Santuário do Bom Jesus Milagroso* em 1 de julho de 1962<sup>420</sup>. Outro aspeto a salientar foi a ligação entre o Seminário Colégio do Santo Cristo e o Santuário, ocorrendo a bênção da primeira pedra no dia 28 de maio de 1962 no adro da Igreja da Esperança, extraída do próprio edifício<sup>421</sup>, e sendo a *obra dedicada ao Senhor Santo Cristo, ser*

---

<sup>414</sup> *Ibidem*.

<sup>415</sup> Cf. Díaz Pérez, 2004: 56 e ss.

<sup>416</sup> Díaz Pérez, 2004: 77.

<sup>417</sup> Cf. BEA, 1959: 404-405. Considerando a temática dos santuários na vida da Igreja (cf. Igreja Católica, 1999). No mesmo ano foi inaugurado o Monumento a Cristo Rei a 17 de maio, dia de Pentecostes.

<sup>418</sup> Cf. BEA, 1959: 431- 440.

<sup>419</sup> Cf. BEA, 1962: 38-47.

<sup>420</sup> Cf. BEA, 1962: 48-49. Débora Goulart analisou as festividades do Senhor Bom Jesus Milagroso de São Mateus do Pico, na sua dimensão religiosa e profana, desde o seu início até ao século XXI (cf. Goulart, 2012).

<sup>421</sup> BEA, 1962: 70.

como que um prolongamento daquelas pedras, testemunhas de tantas lágrimas enxutas, de tantos corações agradecidos em votos de sacrifício e carinho, nas palavras D. Manuel Afonso de Carvalho na Carta Pastoral *Construção do Seminário-Colégio da Diocese de Angra* de 19 de março de 1963<sup>422</sup>. Em suma, podemos constatar que o Bispo Diocesano procurou uma legitimação institucional das diferentes manifestações de piedade popular açorianas dando-lhes um significado mais universal de bem estar espiritual dos açorianos, integrando os seus desígnios nos da Igreja Católica.

Todavia, ressalve-se que esta ação episcopal do bispo açoriano não foi totalmente isolada no episcopado; a mesma está de acordo com a orientação do episcopado português no contexto do Estado Novo, que atribui à Igreja Católica o papel de *integrador cultural*, na expressão de Rui Ramos, na qual se valorizavam os elementos identitários e agregadores da sociedade<sup>423</sup>.

Ainda na década de sessenta e na sequência da criação do Santuário, D. Manuel Afonso de Carvalho dirige uma carta ao Presidente do Conselho de Ministros, Dr. António de Oliveira Salazar, a solicitar a entrega da propriedade do Convento da Esperança, por parte do Governo, à Diocese de Angra<sup>424</sup>. Este pedido foi despoletado por uma exposição dirigida ao prelado diocesano, subscrita por *um grupo de leigos, de todas as categorias sociais*, que pretendiam *continuar a sua formação espiritual, e, falando de portugueses, com formação patriótica e amor da Pátria*<sup>425</sup>. O grupo de leigos, signatários da exposição dirigida ao Bispo, fundamenta o seu pedido na necessidade de dispor, em Ponta Delgada, de um imóvel para a realização de encontros formativos, a ser utilizada por diferentes grupos e movimentos eclesiais, que se concretiza em algumas das seguintes atividades: *uma casa de Recoleções onde além de pequenos retiros dominicais se poderão fazer retiros abertos ou semi-fechados, realizar conferências de clero, cursos de cultura Religiosa e encontros dos diversos organismos leigos da Igreja*<sup>426</sup>. No contexto geral do imóvel, o edifício que se desejava adaptar para casa de recoleções era o antigo granel, dotando-o das infraestruturas necessárias ao fim a que se destinava. Tendo subjacente a iniciativa dos leigos, D. Manuel Afonso de Carvalho solicitou a devolução da propriedade do complexo monacal à Igreja, porque

---

<sup>422</sup> BEA, 1963: 24.

<sup>423</sup> Ramos, 2009: 656.

<sup>424</sup> ANTT, AOS, Pedido de entrega, pelo Governo, à Diocese de Angra, da propriedade do Convento da Esperança em Ponta Delgada, com o terreno e edifícios anexo (1968).

<sup>425</sup> *Ibidem*.

<sup>426</sup> *Idem*, Exposição ao Bispo de Angra para que solicite ao Governo a cedência da propriedade do Convento da Esperança à Diocese (1968).

ao abrigo no novo regime concordatário tal poderia ocorrer, dado que às diferentes organizações da Igreja Católica era reconhecida a personalidade jurídica.

Na atualidade, o conjunto monacal é o Mosteiro da Esperança e parte o Santuário. O Santuário tem por missão promover o culto e a devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo de acordo com a doutrina da Igreja Católica. No que respeita à manutenção do complexo monacal, conforme o disposto na Resolução do Conselho do Governo de 29 de Julho de 2004<sup>427</sup>, na qual se cede, a título definitivo e gratuito, à Diocese de Angra e Ilhas dos Açores, o Convento da Esperança, que por delegação ficou a ser gerido pelo Santuário e pela Congregação das Religiosas de Maria Imaculada. Pela Resolução do Conselho do Governo de 8 de maio de 2017, o Convento da Esperança passou a ser propriedade do Santuário do Senhor Santo Cristo<sup>428</sup>.

### **2.6.1. As propostas para novas utilizações do edifício**

Outro dos usos dados ao património dos Mosteiros foram as suas cercas e o edificado. Assim, por decreto de D. Maria I de 10 de Dezembro de 1841, ficou definida a criação de uma Biblioteca, no antigo granel do Mosteiro, obra que não chegou a executar-se, por constrangimentos orçamentais<sup>429</sup>.

Em abril de 1894, a Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres solicita, através de uma representação ao governo, a concessão do Mosteiro, tendo por base da argumentação o culto ao Senhor Santo Cristo dos Milagres, e preconizando a fundação de *um estabelecimento de caridade para acolhimento de senhoras que desse recurso, pelas suas circunstancias, e bem assim e da sustentação d'aulas d ensino e officinas de trabalho manual para menores do sexo feminino*<sup>430</sup>. O pedido foi indeferido.

Em junho do mesmo ano, a Congregação das Irmãs Servas da Missão pede ao governo a cedência de parte do Mosteiro para nele instalar *um collegio de educação feminina e (...) Abrir uma escola gratuita para as filhas do povo*<sup>431</sup>, o qual também não foi aceite.

---

<sup>427</sup> Cf. Resolução do Conselho do Governo n.º 112/2004 de 29 de Julho de 2004. Disponível: <http://www.azores.gov.pt/JO/Serie+I/2004>.

<sup>428</sup> Cf. Resolução do Conselho do Governo n.º 35/2017 de 8 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.vpgr.azores.gov.pt/sites/cid/Legislacao.pdf>.

<sup>429</sup> Supico, 1995, V: 186. Sobre a história da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (cf. Silva, 2012).

<sup>430</sup> ANTT, Representação da Irmandade do Senhor Santo Cristo pedindo a concessão do Mosteiro e respetivas alfaias (23-07-1894)

<sup>431</sup> ANTT, Carta da Congregação das Irmãs da Missão a solicitar a cedência de parte do Convento da Esperança para instalação de um colégio de educação feminina (21-06-1894).

A Comissão constituída por Senhoras Michaelenses pediu, em Março de 1899, a concessão da *parte d'esse edificio exposta ao poente*, para instalação da Cozinha Económica<sup>432</sup>.

Já no início do século XX, a Associação de Caridade do “Século XX” escreveu ao governo pedindo a entrega da parcela de terreno cortada pela Avenida Roberto Ivens, para construção de um edificio *destinado a construir-se n'elle uma casa para recolher, manter e educar creanças expostas, abandonadas e desvalidas, a semelhança das oficinas de São José no Porto e Lisboa*<sup>433</sup>.

Após a proclamação da República, o Governador Civil de Ponta Delgada requereu a *cedência d'uma parte da cerca do Convento da Esperança para instalação de uma Creche comemorativa do primeiro anniversario da implantação da República*<sup>434</sup>. Esta pretensão perlongou-se durante vários anos, levando à demolição do antigo dormitório em 1915, como se mencionou anteriormente, sem se concretizar a construção da almejada creche.

O prelado diocesano, D. António Augusto de Castro Meireles (episcopado 1924-1928), propôs na assembleia geral extraordinária da Irmandade do Senhor Santo Cristo, *a conveniência de se efectivar a concessão do Mosteiro da Esperança, para manutenção do recolhimento e sustentação de escolas*” à Irmandade<sup>435</sup>. Por este documento é possível depreender que o bispo em conjunto com a Irmandade pretendiam promover e administrar diretamente o recolhimento do Mosteiro e escolas de cariz indeterminado.

Este mesmo terreno foi doado, a título precário, à Irmandade do Senhor Santo Cristo, por despacho ministerial de 26 de fevereiro de 1935<sup>436</sup>, sendo celebrado o auto de entrega a 20 de março de 1935<sup>437</sup>. Apesar da cedência, a Irmandade não utilizou o terreno para qualquer fim, mantendo-se a vacância do terreno, com conhecimento ou

---

<sup>432</sup> ANTT, Carta s solicitar a instalação de uma cozinha económica no Convento da Esperança (18-03-1899).

<sup>433</sup> ANTT, Documentos relativos à Representação da Associação de Caridade do “Século XX” solicitando a cedência de parte da cerca do Convento de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança (28-03-1901). Pela análise da cartografia do séc. XIX, provavelmente este terreno pertencia há cerca do Convento de São Francisco. Na atualidade corresponde aos balneários públicos.

<sup>434</sup> ANTT, Documentos a solicitar cedência de terreno da cerca para construção de uma creche (1911 e 1912).

<sup>435</sup> AISSCM, Cópia da ata da Assembleia Geral da Irmandade, na qual se solicita a concessão do Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança à Irmandade (15-01-1928).

<sup>436</sup> AISSCM, Ofício do Director de Finanças do Districto de Ponta Delgada ao Provedor da Irmandade informando do despacho ministerial que autoriza a cessão, a título precário, de parte da cerca do extinto Convento da Esperança à Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres (03-1935).

<sup>437</sup> AISSCM, Auto de entrega de parte da cerca do extinto Convento da Esperança, da cidade de Ponta Delgada, à Confraria do Santo Cristo da nossa cidade (20-03-1935).

desconhecimento da cedência, em 1956, o Clube União Sportiva pediu a sua concessão com o objetivo de construir um ginásio. Esta proposta mereceu parecer desfavorável da Câmara Municipal de Ponta Delgada e foi indeferido pelo Ministério das Obras Públicas, com o argumento de ser *indispensável à vida do colégio que ali funciona* [Colégio de São Francisco Xavier] <sup>438</sup>.

---

<sup>438</sup> AMPD, Cerca do Convento da Esperança e Clube União Sportiva (12-10-1956).

### 3. O património tangível e intangível da Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres

A história da Imagem do Senhor Santo Cristo somente é conhecida através da narrativa do Pe. José Clemente (1720-1798), biógrafo da Madre Teresa da Anunciada, na obra *Vida da venerável Madre Thereza da Annunciada escripta e dedicada ao Santo Christo com invocação do Ecce Homo* em que a primeira edição saiu à estampa em 1763<sup>439</sup>. A tradição oral difundiu a ideia de que o Papa, talvez Clemente VII (1523-1534) ou Paulo III (1534-1549), concedeu a Bula de fundação do Mosteiro de Vale de Cabaços a duas clarissas, que se deslocaram a Roma, e a quem o Papa teria ofertado uma imagem-sacrário do *Ecce Homo*. Gaspar Frutuoso é omissivo quanto à oferta da Imagem e afirma que a bula foi concedida ao capitão do Donatário, Rui Gonçalves da Câmara<sup>440</sup>. Frei Diogo das Chagas descreve minuciosamente o que aconteceu às freiras de Vale de Cabaços, mas nem uma palavra sobre a existência desta Imagem<sup>441</sup>. Frei Agostinho de Monte Alverne, ao descrever a vida da madre Inês de Santa Iria do Mosteiro da Esperança, diz: *onde naquele tempo levavam uma imagem do Ecce Homo, que ainda está na Misericórdia, no altar onde dizem missa aos doentes da enfermaria*<sup>442</sup>. Apesar do silêncio ou omissão dos cronistas o imaginário popular tem alimentado a aura mística, fortalecida pelo relato do naufrágio sofrido nas costas da ilha pelo barco em que era transportada a imagem, bem como do aparecimento posterior junto à costa, precisamente no lugar onde se encontrava o mosteiro do Vale de Cabaços. Esta situação veio originar, na expressão de Maria Fernanda Enes, *a aura de taumaturgia que lhe está indelevelmente associada*<sup>443</sup>. Jacinto Monteiro faz uma análise aos textos dos cronistas, concluindo que pela leitura destas fontes *este culto não terá nada a ver nem com Roma nem com Paulo III*, por isso sugere a pesquisa mais aprofundada nos Arquivos do Vaticano<sup>444</sup>.

Com a vinda de madre Inês de Santa Iria e suas companheiras para o Mosteiro da Esperança, em 1541, trouxeram a Imagem, que era usada como sacrário. Quando a

---

<sup>439</sup> Cf. Clemente, 2015: 109 e ss. A impressão da primeira edição do livro *Vida da venerável Madre Thereza da Annunciada escripta e dedicada ao Santo Christo com invocação do Ecce Homo* por José Clemente, presbítero do Oratório de São Filipe Nery teve um custo de 550\$350 reis (cf. AMNSE, Conta corrente de M.ª Quiteria Francisca de Santa Roza - 1764).

<sup>440</sup> Frutuoso, IV: 305.

<sup>441</sup> Cf. Chagas, 2007: 629-632.

<sup>442</sup> Monte Alverne, 1994, II: 77.

<sup>443</sup> Enes, 2010: 215.

<sup>444</sup> Monteiro, 1998: 23.

Imagem perdeu esta função foi colocada na Capela de N. Sr.<sup>a</sup> da Paz, sendo dotada ao esquecimento.

O Pe. José Clemente relata o célebre milagre do roubo das pêras:

*Havia no altar desta ermida, que ficava junto ao muro da cerca, umas pêras de talha tão primorosamente douradas (...). Entraram em uma noite de luar três ladrões na cerca, para se aproveitarem das hortaliças e frutos nela havia; e divisando aos reflexos daquela escassa e duvidosa luz das pêras (...) estando já próximos a entrar nela, eis que vêem a santa Imagem, que antes ocupava o nicho do altar, posta no meio da porta com aspecto terrível (...). Assustados e confusos com tão estranha demonstração, se saíram a toda a pressa e deram parte ao sucesso aos religiosos da Companhia de Jesus...*<sup>445</sup>

Após a suposta ocorrência deste fato, as religiosas resolveram colocar a Imagem em lugar mais digno: *trouxeram-na em devota procissão desde a ermida e a colocaram em um nicho do coro baixo. Depois, correndo os tempos, se foi esfriando a devoção e o Senhor cessando de obrar prodígios*<sup>446</sup>. É no coro baixo que madre Teresa da Anunciada encontrou a Imagem<sup>447</sup>. Com a devoção de Madre Teresa, cessa o período de ocultamento, como designou Maria Fernanda Enes, abre-se o da efectiva criação do culto da Imagem<sup>448</sup>. É ela a grande mentora do culto do Senhor Santo Cristo, como hoje o conhecemos abrangendo todos os estados sociais da época. Este culto começou por ser doméstico, porque nasceu no seio desta comunidade religiosa monacal, posteriormente, transpôs os muros monacais pela mão da madre Teresa da Anunciada. Para esta religiosa uma imagem do próprio Deus não poderia estar pouco cuidada, com efeito, a devoção a Cristo e à sua Paixão deveria ser incentivada e divulgada na perspectiva da espiritualidade franciscana. É com esta prática que lhe permite solicitar ao rei D. João V um subsídio para o azeite da lâmpada da capela: *foi por Alvará de 2 de Setembro de 1700, mandado dar pelos rendimentos da Fazenda de Nosa Magestade 12\$ r. annuaes para o Azeite, que devia arder na alampada da Capella*<sup>449</sup>.

Segundo a narrativa de José Clemente o culto à imagem começou pelo desejo de colocar uma lâmpada para alumiar, toalha para o altar, capa e cana para a imagem<sup>450</sup>. A tradição diz que a primeira procissão com a Imagem do Santo Cristo ocorreu na tarde de

---

<sup>445</sup> Cf. Clemente, 2015: 110.

<sup>446</sup> *Idem*, 2015: 111.

<sup>447</sup> Madre Teresa da Anunciada nasceu e foi batizada no dia 25 de novembro de 1658, na Paróquia de São Pedro da então Vila da Ribeira Grande. Ingressou no Mosteiro da Esperança a 19 de Novembro de 1681. Morreu em 16 de maio de 1738 (cf. Moreira, 2000: 179-199). Margarida Lalande fez um estudo mais científico da vida desta religiosa (cf. Lalande, 2005-2006: 275-307).

<sup>448</sup> Enes, 2010: 215 e ss.

<sup>449</sup> AMNSE, Representação ao Rei D. João VI (25-04-1824).

<sup>450</sup> Cf. Clemente, 2015: 109 e ss.

11 de abril de 1700<sup>451</sup>, não se conhecendo o percurso desta primeira procissão, embora a narrativa diga que se adotou o critério de percorrer todos os conventos e mosteiros da cidade<sup>452</sup>. A mais recente historiografia coloca a sua realização entre 1698 e 1701<sup>453</sup>. A procissão também recebeu o beneplácito e a intercessão do Conde da Ribeira Grande, D. José Rodrigo da Câmara (1665-1724)<sup>454</sup>. Foi o primeiro andor com dossel executado a instâncias da Madre Jerónima do Sacramento<sup>455</sup>.

A descrição da festa é-nos transmitida por José Clemente:

Na véspera da festa saiu a Santa Imagem do Convento e foi colocada em um majestoso trono em um dos altares colaterais. Cantaram-se vésperas com toda a solenidade, assistindo os Condes da Ribeira Grande e toda a nobreza da cidade. Do mesmo modo se celebrou a missa, sendo numeroso o concurso como nos dias antecedentes (...) principiou a sair a procissão, na qual precediam as confrarias e irmandades pela sua antiguidade; seguiam as comunidades e colégios e a estes toda a nobreza da cidade, levando os principais cavalheiros o andor da Santa Imagem. Em último lugar ia o pálio com o Santo Lenho, a que acompanhava uma tão numerosa multidão de povo, que os oficiais deixaram o trabalho, os mercadores as lojas e os forasteiros as vilas e lugares circunvizinhos. Estavam as ruas, por onde passou a procissão, ornadas com diferentes sedas e tapeçarias, alcatifado o chão de flores ...<sup>456</sup>

A consolidação do culto à Imagem do Senhor Santo Cristo foi ocorrendo no decurso do séc. XVIII, com um certo *exacerbamento místico e a devoção cristológica característicos da espiritualidade franciscana*<sup>457</sup>. Sendo de realçar a procissão de penitência realizada a 16 de dezembro de 1713, com o objetivo de pedir a Deus o fim da crise sísmica que abalava a ilha, na qual a Imagem caiu do andor. Segundo o relato *cessaram de repente os tremores com esta queda*<sup>458</sup> e em consequência desta ocorrência a Imagem ganhou o epíteto de *Milagres*. As elites micalenses apoiaram o culto, sobretudo os Condes da Ribeira Grande, que eram os capitães do donatário, tornando-se elas mesmas numa referência social para toda a sociedade micalense<sup>459</sup>. Vemos assim a consagração pública da função taumatúrgica da Imagem, divulgando-se os seus sinais benéficos em favor dos fiéis. O relato de milagres sucessivos foi um motivo de

---

<sup>451</sup> Clemente, 2015: 137. Ao lermos o preâmbulo dos primeiros estatutos da Irmandade do Senhor Santo Cristo, verificamos a intenção original da madre Teresa da Anunciada de realizar a festa anualmente na data de 11 de abril (cf. Andrade, 2015: VIII).

<sup>452</sup> *Idem*, 2015: 143.

<sup>453</sup> Enes, 2010: 224. Hugo Moreira defende que a primeira procissão ocorreu em 1698, baseando a sua argumentação no fato de a madre Abadessa, Catarina do Espírito Santo, se ter oposto à realização da procissão e a mesma ter falecido a 18 de maio de 1699 (cf. Moreira, 2000: 196).

<sup>454</sup> Clemente, 2015: 140.

<sup>455</sup> *Idem*, 2015: 137. O segundo andor foi pago entre 1761 e 1763, tendo um custo de 417\$135 reis e, após 1786, compra-se a armação do andor bordada a ouro por 601\$535 (AMNSE, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890), fls. 19 e 21v).

<sup>456</sup> Cf. *Idem*, 2015: 142-143.

<sup>457</sup> Pimentel, 2000: 56.

<sup>458</sup> Moreira, 2000: 234.

<sup>459</sup> A propósito desta família (cf. Antunes e Ferreira, 2014).

expansão do culto, sobretudo quando ocorrido junto das elites, como o caso do *Ex.<sup>mo</sup> conde [da Ribeira Grande?] na ocazio em que verase cometido de grande Febre, o mesmo foi recorer á sua admirável protecção e lançar nos pescoso hua fita*<sup>460</sup>.

No séc. XVIII, foi a família Câmara que, de geração em geração, se manteve como a principal mecenas da sustentação da capela e do seu engrandecimento artístico e dos dons da Imagem, possibilitando que se reunisse *o mais esplendoroso conjunto de jóias religiosas conservado (senão mesmo realizado) no mundo português*, nas palavras de António Filipe Pimentel<sup>461</sup>. Esta família relacionava-se com a alta nobreza do país, através das relações de amizade e de casamento. Com um leque de relacionamentos sociais, a família Câmara promoveu a sua devoção pessoal junto dos mesmos. É neste contexto que aparecem donativos da alta nobreza do país: *Condeça do Vimieyro, Condeça e Conde de Redondo, Marquezes de Tancos, e varias fidalgas*, e também de outros conventos como é o caso das *offertas do Convento de Santos*<sup>462</sup>.

A promoção da devoção também se fez por via da produção de estampas para venda, como nota madre Quitéria Francisca de Santa Roza: *36 estampas dos retratos q. se tiraraõ mais p.<sup>a</sup> se vender*<sup>463</sup> e pela venda do livro *Vida da Venerável Madre Teresa da Anunciada Escrita e Dedicada ao Senhor Santo Cristo com Invocação do Ecce Homo*, que família Câmara patrocinou e se empenhou na venda, certamente na própria corte, como verificamos a *emportancia de Onze Livros encadernados, que a Snra Condeça vendeo a mil e quinhentos cada hum*<sup>464</sup>. Referência idêntica vamos encontrá-la mais de cem anos depois, com outra qualidade certamente, com a impressão de estampas litografadas, em 1876, executadas em Paris, pelo valor de 389\$040 reis<sup>465</sup>.

### 3.1. Algumas dimensões do culto e da devoção

A abordagem ao fenómeno religioso que envolve a Imagem do Senhor Santo Cristo tem diversas dimensões, no entanto serão referidas apenas duas: o culto, que designamos por oficial, tem que ver com as celebrações ou actos públicos do culto,

---

<sup>460</sup> AMNSE, Os milagres que obrou a Imagem do Ecce Homo da Esperança (séc. XVIII atr.).

<sup>461</sup> Pimentel, 2000: 64. No *Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo* podemos verificar as contínuas esmolas que a família Câmara doava e angariava, sobretudo as sucessivas condessas da Ribeira Grande. Por exemplo, na década de oitenta do séc. XVIII, numa única rúbrica, aquando da execução do resplendor e do relicário, a família Câmara arrecadou em dinheiro, prata, ouro e pedras preciosas a relevante quantia de *sinco contos novecentos hum mil oito centos e vinte r.* (cf. AMNSE, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890), fl. 22).

<sup>462</sup> AMNSE, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890), fl. 19v.

<sup>463</sup> AMNSE, Conta corrente de M.<sup>o</sup> Quitéria Francisca de Santa Roza (1764).

<sup>464</sup> AMNSE, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890), fl. 18v.

<sup>465</sup> AMNSE, Conta da receita e despesa da Capella [Senhor Santo Cristo] (1875-1876).

promovidos pela hierarquia religiosa<sup>466</sup>, e a devoção, que se refere à atitude interior das pessoas em relação à Imagem, manifestando-se numa atitude mais privada e doméstica, com diferentes formas de vivência e expressão<sup>467</sup>. Com isto, não pretendemos esgotar a multiplicidade de manifestações religiosas deste culto, simplesmente, queremos expor alguns aspetos deste culto.

### 3.1.1. O culto oficial

Como já foi possível demonstrar, o culto ao Senhor Santo Cristo dos Milagres organiza-se em torno da Imagem do *Ecce Homo*, venerada atualmente no Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Esta escultura representa o Cristo sofredor na varanda de Pilatos. É uma devoção cristológica, a Cristo vilipendiado, com a coroa de espinhos e o manto púrpura<sup>468</sup>.

Por culto oficial entende-se o que é promovido pela hierarquia religiosa. Aqui enquadra-se o clero, as quatro congregações religiosas que ocuparam o Mosteiro da Esperança e as senhoras recolhidas. Como podemos depreender da documentação, este culto foi aprovado e apoiado pelos provinciais franciscanos, pelo bispo diocesano e pelas autoridades civis, numa dimensão local e diocesana<sup>469</sup>. Ao nível hierárquico comprova-se a aceitação e sancionamento do culto pelo Núncio Apostólico, o qual concede Indulgências às religiosas do Mosteiro e a todos os fiéis *no dia da Solenidade da dita Imagem*<sup>470</sup>. A fundação da Irmandade do Senhor Santo Cristo, em 21 de abril de 1765, possibilitou uma melhor organização da festa exterior aos muros do Mosteiro, nomeadamente a organização da procissão. A esta dimensão acresce-se a institucional que uma irmandade possui na sociedade, sobretudo através dos seus membros.

A presença da hierarquia eclesiástica estava representada nos capelães do Mosteiro, que provavelmente orientavam a celebração do culto. Com a criação do Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres, por D. Manuel Afonso de Carvalho, em 1959, demonstra-se o reconhecimento da Diocese da importância deste culto, procurando enquadrá-lo dentro da doutrina da Igreja, conforme consta no decreto episcopal: *para que este culto de Jesus Cristo Rei não esmoreça e a Paixão do Senhor*

---

<sup>466</sup> Na perspetiva do culto judaico e cristão (cf. Bergamini, 1996: 501-510).

<sup>467</sup> No quadro das relações entre as devoções e a liturgia (cf. López Martín, 1996: 562-581).

<sup>468</sup> Sobre o culto a Jesus Cristo na liturgia e piedade popular (cf. Cuva, 1996 e Igreja Católica, 2003).

<sup>469</sup> O bispo diocesano procedeu à bênção da capela (cf. Moreira, 2000: 91).

<sup>470</sup> AMNSE, Carta do Núncio Apostólico às religiosas do Mosteiros da Esperança, concedendo indulgências na Solenidade da Imagem do Senhor Santo Cristo (28-04-1813) (cf. também AMNSE, Carta do Bispo de Angra, D. Frei Alexandre da Sagrada Família, às religiosas do Mosteiros da Esperança, remetendo o documento das indulgências na Solenidade da Imagem do Senhor Santo Cristo, concedida pelo Núncio Apostólico (19-05-1817)).

*absorva plenamente as almas, sem que surja qualquer vislumbre de prática ou ato menos conforme com o espírito e a orientação da santa Igreja*<sup>471</sup>. A presença de figuras eminentes da hierarquia eclesiástica possibilitou o reconhecimento do culto numa dimensão universal da Igreja, culminando com a visita do Papa João Paulo II, 11 de maio de 1991, a rezar diante da Imagem no adro da Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança, integrada na sua viagem à Diocese de Angra e Região Autónoma dos Açores<sup>472</sup>.

Ao nível fenomenológico, Maria Fernanda Enes observa que a *intercessão e a protecção, impetradas pelos fiéis, dependem não apenas do que a imagem representa mas da mesma representação*<sup>473</sup>. Podemos dizer, que para muitos fiéis é a imagem/escultura que efectua milagres e é a ela que o culto deve ser prestado. Esta abordagem não coincide com a teologia católica, em que o verdadeiro culto é prestado a Deus. Por este motivo, podemos dizer que este culto não depende em exclusivo da hierarquia eclesiástica, embora seja apoiada pelo clero, que não consegue controlar a sua manifestação e vivência.

A festa ocorre no sexto domingo do tempo pascal, quinto domingo após a Páscoa. O que do ponto de vista litúrgico é incorreto, sendo o tempo quaresmal mais indicado para a sua realização. É um culto passional, ou seja, relativo à paixão de Cristo, contudo integra-se no tempo pascal. Tem um carácter penitencial e de desagravo a Cristo, que a procissão ainda hoje mantém, como que refletindo nos fiéis a Imagem sofredora<sup>474</sup>. As festas são organizadas pelo Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres e pela respetiva Irmandade. No sábado há a mudança da Imagem do coro baixo para a Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança. A saída da Imagem é sempre aguardada com expectativa, o momento em que a porta regal do Mosteiro se abre e as Religiosas de Maria Imaculada entregam a Imagem ao cuidado do Provedor da Irmandade. Este cortejo processional segue em torno do Campo de São Francisco e no final todos os fiéis passam defronte da Imagem na sua condição de pecadores. Por este motivo muitos fiéis na procissão descalços e de roupa escura ou fazendo de joelhos o percurso à volta do Campo de São Francisco.

Durante a noite, o andor é levado para a Igreja de S. José, onde decorrerá uma vigília que termina com a Eucaristia dos peregrinos. No domingo de manhã ocorre a

---

<sup>471</sup> BEA, 1959: 404-405 (cf. Sá, 2009: 60).

<sup>472</sup> Cf. Igreja Católica, 1991.

<sup>473</sup> Enes, 2010: 211.

<sup>474</sup> Cf. *Idem*, 2010: 222.

celebração eucarística, sempre presidida por um Bispo<sup>475</sup>. A meio da tarde, inicia-se a grande procissão e cortejo cívico<sup>476</sup>. A procissão abre com o guião, seguindo-se os irmãos da Irmandade e os homens das promessas, alternando com filarmónicas, às quais se seguem os acólitos, o clero e o andor, atrás do qual estão os diferentes turnos de carregadores; a Mesa da Irmandade apresenta-se nesta sequência, tendo atrás um grupo de filarmónicas; o cortejo religioso é encerrado pelas senhoras das promessas, envergando roupas escuras e os demais peregrinos. Posteriormente, inicia-se o denominado cortejo cívico, que integra as autoridades civis e militares, associações e representantes de diversas entidades, sendo encerrado pela Associação dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada. Habitualmente a chegada da Imagem ocorre já à noite.

Segundo a tradição, a procissão respeita o itinerário definido pelo primeiro cortejo processional. A madre Teresa da Anunciada pretendeu que o andor passasse por todos os conventos e mosteiros existentes na cidade à época, desejo que a Irmandade, como entidade organizadora, tem vindo a preservar ao longo dos anos<sup>477</sup>.

As festas têm uma grande componente social, agregando todas as classes sociais e todas as faixas etárias no âmbito profano e religioso, como descreve Maria Fernanda Enes:

Esta festividade tem ainda uma componente de sociabilidade comunitária, em torno de uma mesma vivência que une pobres e ricos, letrados e iletrados. Numa sociedade ainda fortemente segmentada, a visita à igreja, para onde a imagem se desloca do coro-baixo do convento, em cortejo processional no sábado da festa, para passar em frente da imagem milagrosamente expressiva, constitui um momento impressionante de fraternidade. Todos aguardam em fila pela sua vez, todos se sentem igualmente pecadores em face do Senhor Santo Cristo ...<sup>478</sup>.

### 3.1.2. As capelas

A madre Teresa da Anunciada entendeu dar mais dignidade à Imagem do Senhor, uma vez que estava sujeita ao pó que caía pelas frinchas do soalho do coro alto<sup>479</sup>. Assim, decidiu construir a primeira capela. A obra teve início após o mês de julho de 1697<sup>480</sup>, foi custeada por dinheiro pertencente à madre Ana da Glória, como

---

<sup>475</sup> Nos últimos anos foram estes nomes que presidiram às festas do Senhor Santo Cristo: em 2014, D. António Francisco dos Santos, bispo do Porto; em 2015, o bispo auxiliar de Braga, Francisco Senra Coelho; em 2016, o então Bispo Coadjutor de Angra, D. João lavrador; em 2017, D. Edgar da Cunha, bispo de Fall River e em 2018, D. Manuel Clemente, Patriarca de Lisboa (cf. Santuário do Senhor Santo Cristo. Disponível em: <http://senhorsantocristo.com>).

<sup>476</sup> Para uma descrição da ordem geral da procissão do Senhor Santo Cristo (cf. Maia, 2016: 40-43) e para uma descrição do ordenamento geral das festas, com os seus rituais coletivos e individuais (cf. Lalande, 2007).

<sup>477</sup> Maia, 2016: 44.

<sup>478</sup> Enes, 2010: 222-223.

<sup>479</sup> Clemente, 2015: 117.

<sup>480</sup> Cf. Moreira, 2000: 89-90.

modo de ressarcir o Mosteiro de uma dívida desde o tempo em que fora abadessa<sup>481</sup>. É durante esta construção que ocorre o milagre do pão para alimentar os catorze trabalhadores<sup>482</sup>. Também encontramos notícia de que o mestre entalhador, Matias Rodrigues (de Carvalho), fez em 1699 os armários para a sacristia e capela do Senhor Santo Cristo do Mosteiro da Esperança<sup>483</sup>.

A madre Teresa não ficou satisfeita com a primeira capela. Por este motivo, no ano de 1702, principiaram as obras da segunda capela, com a orientação e patrocínio dos condes da Ribeira Grande, D. José Rodrigo da Câmara (1665-1724) e da princesa Constança Emília de Rohan (1667-1709), assumindo este patrocínio como *intendentes e tesoureiros da obra, e por esta causa vinham quase todos os dias ao convento para darem providências ao que fosse necessário*<sup>484</sup>. Ao entalhador Miguel Romeiro foi encomendado o retábulo da capela, o qual foi executado em 1706 e 1707<sup>485</sup>. A este respeito, José Clemente classifica o artífice como *um dos mais peritos na arte*<sup>486</sup> e relata os acontecimentos em torno do contrato de ajuste para execução do retábulo<sup>487</sup>.

A terceira e atual capela do Senhor Santo Cristo foi construída entre 1769 e 1771. A sua bênção ocorreu em 22 março de 1771 pelo Bispo da Diocese, D. António Caetano da Rocha (episcopado de 1758-1772), sendo zeladora da capela e Imagem a madre Quitéria Francisca de Santa Rosa<sup>488</sup>. Esta capela beneficiou com as obras que elevaram o soalho do coro alto em 1762, proporcionando um maior desafogo, sobretudo no arco da entrada da capela<sup>489</sup>. No que respeita aos materiais, houve um custo de 41\$170 reis de *pedra da Villa Franca e fretes de Barcos*, trabalhando na obra um *M.<sup>e</sup> pedreyro e seus officiaes, scultor e seus officiaes, carpinteyro e seus officiaes*, um *serralheyro* e um *pintor*, este último provavelmente para dourar o retábulo, dado que houve um gasto de 104\$800 reis em *ouro p.<sup>a</sup> dourar*<sup>490</sup>. A despesa total, nesta conta, foi

---

<sup>481</sup> Clemente, 2015: 113.

<sup>482</sup> *Idem*: 121.

<sup>483</sup> Rosa, 1998: 324.

<sup>484</sup> Clemente, 2015: 151. Segundo Hugo Moreira a decisão da construção da capela ocorre antes de julho de 1702, pois a 2 de julho faleceu a abadessa, madre Doroteia de Santa Catarina, opositora de madre Teresa da Anunciada. Sendo sob o abadessado de madre Luiza de São Brás que se principiou a construção da capela, ou seja, entre julho de 1702 e abril de 1703 (cf. Moreira, 2000: 90 e 91).

<sup>485</sup> Rosa, 1998: 325-326. Com alguma cautela, podemos especular se a gravura de João Silvério Carpinetti, de 1763, executada para o livro da biografia da Madre Teresa por José Clemente, poderá ter alguma semelhança com o retábulo da capela. Em nossa opinião, a probabilidade é reduzida, dado que Carpinetti nunca viu o retábulo.

<sup>486</sup> Clemente, 2015: 164.

<sup>487</sup> *Ibidem* e ss.

<sup>488</sup> Moreira, 2000: 91.

<sup>489</sup> BPARPD, Livro das contas gerais (1755-1772), fl. 44.

<sup>490</sup> AMNSE, Folha avulsa: Despesa que se fez com a Capela do Senhor Santo Cristo [s.d.].

de 1.730\$174 contos de reis. Num outro documento somos informados que o mestre pedreiro foi M. [manuel] da Costa<sup>491</sup>. O financiamento, por parte da Condessa da Ribeira Grande, ocorreu em diversas despesas, como por exemplo, os *quarenta e cinco vidros de diferentes tamanhos p.<sup>a</sup> as vidraças* com um custo 42\$780 reis<sup>492</sup>, embora se denote que o círculo de amizades dos condes tenha financiado a construção da capela, como já mencionamos anteriormente<sup>493</sup>.

A capela é rasgada nas faces laterais por três janelas retilíneas, a central maior, com molduras de talha, ornadas de elementos fitomórficos, encimadas por sanefas com lambrequim de borlas, e com os enxalços revestidos a azulejos de motivos, tema a ser tratado em subcapítulo ulterior (cf. anexo 12). Sobre o vão que acede à capela abre-se pequeno óculo que permite a visualização da imagem a partir do coro-alto. As paredes apresentam-se revestidas a azulejos policromos (32 azulejos), com cartelas contendo símbolos da Paixão de Cristo, os quais são analisados no ponto sobre azulejaria. A cobertura da capela, desenvolvida sobre cornija com lambrequim, tem a inscrição *Attendei Esposas minhas à minha lei, E prestai ouvidos às palavras da minha boca PS 77, VI*<sup>494</sup>.

A capela é fechada por uma grade, o denominado portão do Senhor Santo Cristo, formado por nove grades de ferro, decoradas individualmente por rosas e medalhões com remates em flor-de-lis, num total de 18 (9 mais 9) e com a singular fechadura em coração. O espaço existente no tardo do retábulo denomina-se de camarim do Senhor, cuja porta é encimada pela inscrição pintada: “TEVE PRINCIPIO ESTA OBRA / NO ANNO DE 1769. / E ACABOUSE EM 1771”. É nesta sala que existe uma lápide com a inscrição: “S / da VEM / ERAVEL / MTHAR / EZA DA / NUNCI / ADA / NA E / DE / 1738”. Eventualmente podemos atribuir a esta lápide a rubrica inscrita nas despesas de construção da capela: *E por outro p.<sup>a</sup> estar sempre na Capela ...e mesmo q.<sup>to</sup> mais pela compuziçãõ da pedra q. esta debaxo do S.<sup>or</sup>.* a qual teve um custo de 4\$800<sup>495</sup>.

No que toca ao atual retábulo da capela, este enquadra-se nos retábulos devocionais de madeira com fundos lisos, fingindo pedraria e ornatos em relevo

---

<sup>491</sup> AMNSE, Conta das obras na Capela do Senhor Santo Cristo [s.d.].

<sup>492</sup> AMNSE, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890), fl. 20.

<sup>493</sup> AMNSE, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890), fl. 19v. Por exemplo, a Condessa de Redondo despendeu 26\$000 reis.

<sup>494</sup> Para Hugo Moreira esta não foi a primitiva pintura, porque o autor encontrou no arquivo do mosteiro um projeto de desenho com ornamentos diferente, documento que não conseguimos encontrar (cf. Moreira, 2000: 93).

<sup>495</sup> AMNSE, Obras na Capela do Senhor Santo Cristo [s.d.].

dourados<sup>496</sup>, que apresentam maior dignidade arquitetónica do que escultórica ou simplesmente ornamental e muitas vezes são encimados por grande frontão escultórico. Assim, em vez do antigo douramento integral, usou-se uma policromia com ornamentos em ouro, incluindo-se neste estilo as mesas de altar com forma de urnas. Está presente a ordem jónica, com a existência de dosséis com sanefas, de composição mais ou menos sinuosa e as rocalhas ou os concheados assimétricos, que surgem como o grande signo formal do rococó, com os laços, flores, guirlandas e folhagens.

Quanto à sua datação e autoria, objetivamente é impossível de determinar. Luís Ataíde atribui a autoria a Miguel Romeiro: *achamos provável ser o actual retábulo o de Miguel Romeiro, talvez já modernamente restaurado*<sup>497</sup>. Na nossa opinião esta atribuição é errada, porque o seu estilo artístico é da segunda metade do séc. XVIII, executado para a terceira capela. Ao nível arquivístico, dois documentos referem-se ao retábulo, com informações distintas e sem data: uma folha avulsa na qual se encontra o pagamento ao *M. e [mestre] scultor e seus officiaes* por 272\$360 reis e de 104\$800 reis para dourar<sup>498</sup>; o *Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo* com a sequente despesa: *A ditto do Altar feito a Romana* com o custo de 55\$000 reis de despesa inscrita no seguimento do assentamento dos azulejos<sup>499</sup>. Destes dois documentos, podemos concluir que permanece no anonimato o autor do retábulo e que, seguindo a cronologia de encomenda dos azulejos, os quais a seguir trataremos, não podiam estar aplicados antes de 1788. No que concerne aos montantes, efectivamente o segundo montante é muito menor face aos valores do primeiro documento. Eventualmente poderá a despesa de 55\$000 ser resultante de uma adaptação?

A capela tem as paredes revestidas a azulejos policromos azuis, amarelos, verdes e roxo manganês, com símbolos e cenas da Paixão de Cristo. As paredes apresentam-se revestidas a azulejos policromos (32 azulejos), fundo marmoreado, com ornamentação de folhagens e grinaldas obtidas com azuis, amarelos, verdes e roxos. Com cartelas contendo símbolos monocromáticos da Paixão de Cristo: dados, coluna, cálice, torquês, coroa, mão, pálio, jarro, sudário de Verónica, galo, tambor, martelo, cana, cetro, escada, corda, cruz, esponja e chicote. Sobre as janelas encontram-se dois painéis azuis: Cristo atado à coluna (Evangelho) e Queda de Cristo com a cruz (Epístola).

---

<sup>496</sup> Lameira, 2006, IV: 360.

<sup>497</sup> Ataíde, 2011, II: 40.

<sup>498</sup> AMNSE, Obras na Capela do Senhor Santo Cristo [s.d.].

<sup>499</sup> AMNSE, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890), fl., 22v.

No arquivo do Mosteiro existem duas cartas do administrador da Casa dos Condes da Ribeira Grande, António Luís Arnaud à Madre Maria Quitéria Francisca de Santa Rosa. Da análise destes documentos podemos depreender da primeira carta que a madre solicitou ao administrador, em 30 de março de 1786, a encomenda dos azulejos em Inglaterra, ao qual o mesmo responde *pareceme coiza difficil omandalo fazer a Ingalterra (...)* e *eCá em Portugal Sefaz perfeiticimo p.<sup>a</sup> todas as Igrejas Modernas*<sup>500</sup>. O conde da Ribeira Grande, D. Luís António José Maria da Câmara, em 22 de Setembro de 1786, informa a madre Francisca de Santa Rosa, que já foram entregues as medidas e irá ajustar a obra com os artífices: *fico entregue das medidas p.<sup>a</sup> o ajoleijo da Capela (...), mas sempre mandarei chamar os Artifices p.<sup>a</sup> ajustar com eles as d.<sup>as</sup> obras*<sup>501</sup>. Em outra carta com a mesma data de 22 de Setembro de 1788, o administrador responde, em nome do conde, informando que estão a envidar esforços para a execução: *também fico entregue das medidas e explicaçoens p.<sup>a</sup> se fazer o Ajolejo p.<sup>a</sup> a Capela do Senhor*<sup>502</sup>; pelo *Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo* verificamos que o *Asentamento dos Azuleijos* foi de 88\$510 reis de pagamentos aos oficiais<sup>503</sup>. Pela análise desta documentação podemos inferir que a aplicação dos azulejos foi posterior a 1788.

No que concerne à autoria, a mesma é desconhecida até ao momento. Comummente é aceite a atribuição a Santos Simões em ser produção da Real Fábrica de Louça ao Rato, ao gosto neoclássico, o melhor e mais importante centro artístico da época<sup>504</sup>. Efetivamente o autor analisou o estilo artístico com as informações de Hugo Moreira, pois este diz que a capela *é totalmente revestida de azulejos encomendados em 1786 na real Fábrica do Rato*<sup>505</sup>. Também podemos encontrar azulejos do mesmo estilo na Capela do Senhor dos Passos, coro alto, no vão da janela.

Este importante centro de produção possuía diversos artífices, os quais não assinavam as suas obras, não se conhecendo nenhum painel de azulejos assinado<sup>506</sup>.

---

<sup>500</sup> AMNSE, Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva (30-03-1786). Sobre este assunto Santos Simões também tece algumas considerações (cf. Simões, 1963: 107).

<sup>501</sup> AMNSE, Carta do 6º conde da Ribeira Grande, D. Luís António José Maria da Câmara (22-09-1786).

<sup>502</sup> AMNSE, Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva (22-09-1786). Leia-se a opinião de Santos Simões (cf. Simões, 1963: 107).

<sup>503</sup> AMNSE, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890), fl. 22v.

<sup>504</sup> Simões, 1963: 107. A Real Fábrica da Louça, situada em Lisboa, no Rato, surge de início como anexa à Real Fábrica das Sedas, sendo estabelecida em 1 de Agosto de 1767, integrado o processo de desenvolvimento das manufacturas implementado pelo Marques de Pombal. O seu primeiro mestre foi Thomas Brunetto. Para a história desta fábrica (cf. Monteiro, 2003: 30-107).

<sup>505</sup> Moreira, 2000: 95.

<sup>506</sup> Henriques, 2003: 448.

Podiam numa mesma obra trabalhar vários pintores de azulejo, embora possamos realçar a importância de Francisco de Paula e Oliveira para esta época<sup>507</sup>. Tendo em conta a data da encomenda e o tempo necessário à execução e transporte, podemos supor que a aplicação dos azulejos ocorreu no início da década de 1790. É a época definida como a grande produção (1780-1816), sob a estratégia de João Anastácio Botelho de Almeida<sup>508</sup>.

O revestimento é azulejar nas paredes, com azulejos policromos azuis, amarelos, verdes e roxo manganês, com símbolos e cenas da Paixão de Cristo. As paredes apresentam-se revestidas a azulejos policromos (32 azulejos), fundo marmoreado, com ornamentação de folhagens e grinaldas obtidas com azuis, amarelos, verdes e roxos; com cartelas contendo símbolos monocromáticos da Paixão de Cristo: dados, coluna, cálice, torquês, coroa, mão, pálio, jarro, sudário de Verónica, galo, tambor, martelo, cana, cetro, escada, corda, cruz, esponja e chicote. Sobre as janelas encontram-se dois painéis azuis: Cristo atado à coluna (Evangelho) e Queda de Cristo com a cruz (Epístola).

Do ponto de vista estilístico, este revestimento azulejar situa-se no estilo rococó, regressando a policromia, com amarelo, verde e violeta, mais tarde cenas centrais monocromáticas a violeta. Sob a influência deste estilo, as molduras perdem grande parte da sua massa volumétrica, passando a serem revestidas com motivos de flores, folhas e concheados. São características da produção da Fábrica do Rato, por exemplo, *as cenas historiadas a azul, as molduras a amarelo, os concheados a manganês, verde discretamente utilizado no marmoreado de fundo*<sup>509</sup>, onde podemos encontrar semelhanças nos dois painéis azuis: de Cristo atado à coluna e Queda de Cristo; as figurações historiadas com o mesmo valor iconográfico dos motivos ornamentais, verificando-se um cuidado no tratamento pictórico<sup>510</sup>, a utilização de laços decorativos e medalhões ovais, como também encontramos semelhanças nesta Capela<sup>511</sup>.

Em 1900 a 1903 são realizadas obras na Capela, sendo a Imagem do Senhor Santo Cristo mudada para o coro alto, sob a orientação do Ouvidor de Ponta Delgada, Pe. José Augusto da Silva, conforme a inscrição no camarim no tardo da capela: *sendo regente D. Maria Augusta Pereira Machado, foi renovada a pintura d'esta capella em*

---

<sup>507</sup> Cf. Pereira, 2003: 436-447.

<sup>508</sup> Cf. Henriques, 2003: 462-474.

<sup>509</sup> Henriques, 2003: 459.

<sup>510</sup> *Idem*, 2003: 465.

<sup>511</sup> *Idem*, 2003: 467.

1900 e de todo foi renovada em 1902. A festa da reabertura da capela contou com a presença do prelado diocesano, D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito<sup>512</sup>, e teve um custo aproximado de 51\$000 reis: fitas para medidas do Senhor 10\$550, roqueiras para a procissão do *coro de cima para a sua Capella* a 5\$000, *Te Deum em acção de graças pelo mesmo motivo* a 40\$000<sup>513</sup>. Apesar de a Imagem do Senhor Santo Cristo ter regressado à sua capela, a intervenção no retábulo principiou nesse mês, prolongando-se até setembro, como comprovam as faturas emitidas pelo Armazém de *Francisco M. Do Regos Costa*, nas quais verificamos que se comprou, por exemplo, 57\$812 reis em folha de ouro e outros materiais para intervenção no *restauro da Capela do Senhor, neste anno*<sup>514</sup>. Foram os mestres nesta intervenção João de Medeiros Moura e João Raposo<sup>515</sup>, embora na inscrição na parede do camarim conste somente João de Medeiros Moura. Para colocar o azeite nas lâmpadas da capela mandou-se executar ao ourives António Medeiros Rodrigues o *feitio de duas tasas de alampada* por 18\$000 reis<sup>516</sup>.

Em 2013, 110 anos depois, esta Capela foi novamente sujeita a obras de conservação e restauro pela Empresa *Domingos Rodrigues Silva, Arte Sacra, Lda.*, sediada em Braga.

### **3.1.3. A Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres**

A Irmandade do Senhor Santo cristo foi fundada em 21 de abril de 1765, com aprovação dos seus primeiros estatutos, por iniciativa do Comandante Geral da Ilha de São Miguel, sargento-mor António Borges Bettencourt, com objetivo de organizar a festa anual, que por falta de recursos, não tinha condições de se realizar com a regularidade que se pretendia e estava no espírito da instituidora<sup>517</sup>. Estes estatutos apresentam-nos uma variedade de irmãos na sua condição social, sendo subscritos inclusive por mulheres, entre as quais religiosas e uma escrava. A Irmandade sempre teve a missão de organizar as festas, sobretudo a procissão pelas ruas da cidade de Ponta Delgada, na qual os irmãos integram a procissão. A Mesa da Irmandade segue atrás do andor, em que o Provedor da Irmandade leva a vara de prata, símbolo do cargo que

---

<sup>512</sup> AMNSE, Memorando das obras na Capela do Senhor Santo Cristo e respetiva transladação da Imagem do Senhor Santo Cristo (03-03- 1900).

<sup>513</sup> AMNSE, Conta da Receita e Despesa do Senhor Santo Christo e Comunidade (01-1903).

<sup>514</sup> AMNSE, factura de *Francisco M. Do rego Costa* - Armazem de quinquilharia, ferragens, ferro (18-11-1902).

<sup>515</sup> AMNSE, Recibo de pagamento a João de Medeiros Moura e João Raposo, por trabalho feito no altar do Senhor Santo Cristo (03-01-1903). Em março de 1903 comprou-se *80 livros d'ouro 36\$800* (cf. AMNSE, factura de *Francisco M. Do Rego Costa* - Armazem de quinquilharia, ferragens, ferro (28-03-1903).

<sup>516</sup> AMNSE, Recibo de pagamento ao ourives António de Medeiros Rodrigues (21-02-1903).

<sup>517</sup> Andrade, 2015: VI e VII.

ocupa, conforme a rúbrica do seu pagamento: *huma vara de prata p.<sup>a</sup> o Provedor levar nas procições trinta e sinco mil e duzentos r.*<sup>518</sup>.

Em 1890/91 a Irmandade faz aprovar novos estatutos a 24 de março de 1891<sup>519</sup>. Esta iniciativa de aprovação e reconhecimento civil da Irmandade relaciona-se com a pretensão da mesma em solicitar a concessão do Mosteiro, conforme contemplado no art.º 10. Este pedido foi formulado a 20 de Abril de 1894, sendo dirigido ao Rei D. Carlos, sendo subscrito por elevado número de assinaturas recolhidas nas Paróquias da ilha<sup>520</sup>. O pedido foi indeferido ou não mereceu resposta, pois aquando da morte da última religiosa, a propriedade passou para o Estado, como veremos no ponto seguinte. O art.º 2 é claro na intenção da Irmandade em dar utilização ao Mosteiro: *a instituição (logo que a Irmandade o possa fazer) de um estabelecimento de caridade não só de senhoras viúvas, orphãs, e necessitadas*<sup>521</sup>.

O objetivo primordial da Irmandade é o culto à Imagem do Senhor Santo Cristo, mas nos estatutos de 1891, fica resumido no art.º 2 sobre os fins: *o devido culto, e Adoração ao Senhor Santo Christo, o proveito e salvação das almas*. Considerando o número de artigos dos estatutos dedicados com a justificação da Irmandade como instituição assistencial, pode-se depreender que os irmãos estavam mais preocupados em criar uma instituição, com valências sociais, relegando para um plano secundário a dimensão cultural, razão do seu existir.

Em 1955, novos estatutos são aprovados pelo Bispo diocesano, em conformidade com a concordata celebrada pelo Estado Português e a Santa Sé, em 1940. Os atuais estatutos foram aprovados em 1995, sendo a Irmandade uma associação privada de fiéis, de fins não lucrativos, constituída na ordem jurídica canónica, sediada no Mosteiro da Esperança, reconhecida como instituição particular de solidariedade social. Tem por objetivo praticar a solidariedade, especialmente no apoio às famílias, e realizar atos de culto ao Senhor Santo Cristo. Tem a seu cargo a organização das festas anuais de louvor ao Senhor Santo Cristo. À Irmandade compete organizar e ordenar a

---

<sup>518</sup> AMNSE, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890), fl. 21v. É omissa a data de pagamento, mas seguindo a sequência da apresentação das contas, depreendemos que tenha ocorrido a sua aquisição depois de 1786.

<sup>519</sup> BPARPD, Projecto de Estatutos da Irmandade do Senhor Santo Cristo do Mosteiro da Esperança. No Arquivo do Mosteiro da Esperança encontra-se um excerto de uma ata, na qual a Mesa da Irmandade procedeu há alteração da redação de alguns artigos dos estatutos (cf. AMNSE, Propostas de alteração aos estatutos da Irmandade do Senhor Santo Cristo [07-06-1891]).

<sup>520</sup> ANTT, Representação da Irmandade do Senhor Santo Cristo pedindo a concessão do Mosteiro e respectivas alfaias (23-07-1894).

<sup>521</sup> BPARPD, fundo Ernesto do Canto, Projecto de Estatutos da Irmandade do Senhor Santo Cristo do Mosteiro da Esperança.

procissão da mudança no sábado e a procissão de domingo, a ornamentação do percurso, contratar as bandas de música, convidar as autoridades civis e militares, a proceder à ornamentação da fachada da Igreja da Esperança, que fica profusamente iluminada, a realizar a recolha de esmolas em géneros, para posterior arrematação, em suma, a festa profana e os atos de culto exteriores ao Santuário.

#### **3.1.4. A devoção popular**

A partir do culto oficial e público ao Senhor Santo Cristo dos Milagres, a devoção à Imagem foi transposta para a intimidade das famílias micalenses, com uma dimensão doméstica, que pode expressar-se em diversas manifestações<sup>522</sup>.

Neste ponto vamos apresentar algumas dessas manifestações, sem termos a pretensão de esgotarmos esta temática. O povo refere-se à Imagem por Senhor, como se de um amigo se tratasse. Os exemplos desta dimensão intimista são: o oratório doméstico, contendo uma réplica da Imagem ou uma pequena capela também com uma réplica da Imagem - para as famílias mais abastadas, uma réplica da Imagem colocada sobre um móvel, um quadro ou um registo, o que permite às pessoas realizarem a forma mais simples de culto que é a oferta de um dom. Esse dom pode ser diverso: enfeites ou velas, mas sobretudo as suas orações. O oratório ou a capelinha são adornados em prol do que lá está colocado.

Uma outra manifestação do culto doméstico ocorre nos denominados registos do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Colocados no quarto principal das casas, constituem-se objeto de devoção, merecendo todo o cuidado e respeito. A origem dos registos tem a sua génese nos antigos Mosteiros das Clarissas de Santo André e da Esperança, em Vila Franca do Campo e Ponta Delgada, difundindo-se rapidamente por toda a ilha. Estas representações artesanais, segundo Hugo Moreira *os mais antigos registos do Senhor Santo Cristo dos Milagres aparecem a partir de meados do século XVIII, com uma estampa datada de 1763 e assinada por João Silvério Carpinetti*<sup>523</sup>. Estes quadros ricamente ornamentados espelham *o arraigamento do culto na população açoriana*<sup>524</sup>, como o *Ecce Homo*, que foi transposto para a pintura pelo pintor Domingos Rebelo (1891-1975), no famoso quadro *Os Emigrantes*, que retrata uma família micalense, de partida para o novo mundo, levando consigo um registo.

---

<sup>522</sup> No que concerne às manifestações da piedade popular, a Igreja têm orientações específicas (cf. Igreja Católica, 2003).

<sup>523</sup> Moreira, 2000: 237

<sup>524</sup> Enes, 2010: 226.

Também encontramos nas mais diversas circunstâncias outros objetos alusivos à devoção, como as medalhas, as estampas, as fitas, os terços e muitas outras expressões, conforme a criatividade e originalidade dos fiéis. Tudo isto permite alimentar uma devoção, carregada de intimidade entre o crente e a Imagem. Esta atitude leva os fiéis a escreverem cartas ao Senhor nas circunstâncias mais diversas, como é o caso de Fellicia Antonia, no séc. XVIII: *queira por Sua infinita misericórdia dar-me Com suseço em a demanda q. corre de hua vinha*<sup>525</sup>. Esta tradição de escrever cartas ao Senhor mantém-se até à atualidade, sobretudo a partir das comunidades emigrantes da diáspora açoriana. Nas comunidades açorianas da emigração encontramos profundamente arraigada esta devoção, porque na expressão de D. Manuel Afonso de Carvalho *em qualquer parte do mundo onde labute o Açoriano, continuamente, o seu pensamento vem ajoelhar aqui e as lágrimas desaparecem para darem lugar à alegria; a vida deixa de ser dura e acabrunhante para surgir o encanto e um futuro radioso*<sup>526</sup>.

### 3.1.5. A função terapêutica da capa

Uma das características da religiosidade popular açoriana, integrada num panorama mais lato do catolicismo, é a troca entre seres humanos e seres divinos, em que o crente promete fazer uma oferta previamente especificada se o ser divino lhe responder, favorecendo-o de uma forma específica. Uma vez recebida a dádiva divina, o ser humano não pode deixar de pagar a contra dádiva previamente especificada. Trata-se, portanto, de uma relação mercantil entre o homem e o sagrado<sup>527</sup>.

Após o falecimento de Teresa da Anunciada, José Clemente, padre da Ordem de São Filipe Néri, sob o patrocínio de D. Margarida Tomásia Francisca de Lorena (1707 - 1783), 4ª condessa da Ribeira Grande, escreveu e publicou a única biografia coeva da religiosa, intitulada *Vida da Venerável Madre Teresa da Anunciada* (Lisboa, 1763). Esta obra, que conheceu diversas edições ao longo dos séculos, foi amplamente divulgada ajudando a cristalizar uma série de milagres. A obra é popularmente conhecida como *Livro do Senhor Santo Cristo*, tem sido utilizada por alguns (as) “videntes” da ilha, o que permite a manutenção de determinadas atitudes, um pouco sincréticas, de vivência religiosa. A este ritual chama-se *deitar o livro do Santo Cristo*, segundo Santos Narciso<sup>528</sup>. A todo este processo cristalizado desta manifestação cultural

---

<sup>525</sup> AMNSE, Carta de Fellicia Antonia ao Senhor Santo Cristo (1770 atr.)

<sup>526</sup> BEA, 1959: 405.

<sup>527</sup> Cf. Rocha, 2007: 67-124.

<sup>528</sup> Testemunho de José Manuel Santos Narciso (23-06-2016).

e religiosa Margarida Lalanda chamou “enredo”<sup>529</sup>. É impossível dissociar o culto à Imagem do Senhor Santo Cristo da pessoa de Madre Teresa da Anunciada. Por isso, da vida desta religiosa costumam ser citados alguns passos demonstrativos de fé, humildade, determinação, caridade, e, em simultâneo, da sua proximidade com Deus, os quais elenca Margarida Lalanda.

Neste contexto de súplica, dádiva e graça, há o costume profundamente enraizado na tradição popular micalense de utilizar uma capa do Senhor Santo Cristo para pedidos de cura a doentes, à semelhança de S. Paulo que curava doentes com *os lenços e as roupas que tinham estado em contacto com o seu corpo, para que as doenças e os espíritos malignos os deixassem*<sup>530</sup>. Tradição que remonta já ao séc. XVII, conforme relato: *Fr. Francisco das chagas religioso de N. P. Saõ Francisco indo desta Ilha para Lisboa Foy perseguido de hum Navio de Mouros. neste grande perigo recorreu ao S.<sup>r</sup> S.<sup>to</sup> Christo, lhe prometteu, se livrava delle húa capa a sua sacrosanta Imagem; Brevisima m.<sup>te</sup> lhe acudiu o S.<sup>r</sup>, e elle grato a taõ grande beneficio satisfes prontam.<sup>te</sup> a prome*<sup>531</sup>.

Os fiéis acreditam que colocando a capa do Senhor sobre os próprios ombros poderão ser curados. Para dar resposta aos diversos pedidos, o Santuário mandou executar diversas capas para este efeito, chegando a deter dezanove capas para imposição em doentes. Estas são de cor vermelha e singelas nos adornos, a sua dimensão é mais reduzida que as capas da Imagem. Completa o conjunto duas capas mais pequenas de cor branca, expressamente utilizadas em crianças e adolescentes<sup>532</sup>. Um número tão significativo de capas, num total de vinte e uma, revela a abrangência do fenómeno e o impacto social e religioso do mesmo.

### **3.1.6. As “reliquias” da capa do Senhor Santo Cristo dos Milagres**

O Santuário entrega pequenos pedaços do pano vermelho cortado de uma capa do Senhor, o qual é devidamente recortado e trabalhado<sup>533</sup>. Estes pequenos pedaços de pano são cortados das capas desafetas ao culto por motivo de degradação dos materiais, aos quais chamam “reliquias”. A relíquia é um pedaço do corpo de um santo ou de algo

---

<sup>529</sup> Lalanda, 2005: 276.

<sup>530</sup> Igreja Católica, 2015: 1535 (Atos dos Apóstolos, 19, 11).

<sup>531</sup> AMNSE, Os milagres que obrou a Imagem do Ecce Homo da Esperança (séc. XVIII atr.).

<sup>532</sup> Cf. Lalanda, 2007: 72 e 76.

<sup>533</sup> Este ponto está integrado num estudo realizado no âmbito do Seminário de Antropologia Cultural, ano académico de 2015/2016 do mestrado, ministrado pelo Doutor Rui Martins, sobre a utilização da capa da Imagem do Senhor Santo Cristo em doentes, entretanto já publicado (cf. Soares, 2017: 257-258).

que teve em contato com o mesmo, que podem ser classificadas em várias classes<sup>534</sup>. A título de exemplo, consideram-se relíquias sagradas os panos que envolveram o Menino Jesus e os instrumentos da Paixão de Cristo. Os pedaços de pano da capa enquadram-se na chamada quarta classe de relíquias, que pode ocorrer quando um pano ou objeto contactou, de forma indireta, nas relíquias de primeira classe, por exemplo, uma fotografia.

Estes pedaços de pano assemelham-se a recordações que trazemos de um santuário. Por exemplo, o Santuário de Fátima, no passado, disponibilizava pequenas quantidades de terra e água, com a legenda a garantir a proveniência e o conteúdo. Todavia neste caso, torna-se mais que uma recordação, torna-se um prolongamento do poder da Imagem na vida dos fiéis, como podemos ler o testemunho de uma voluntária do Santuário publicado recentemente: *a relíquia é uma companhia e uma proteção. Eles sentem aquela força inexplicável usando estas lembranças (...) como uma forma de estarem mais perto do Senhor*<sup>535</sup>. Portanto estas relíquias são usadas tanto no corpo, mas também nos automóveis e nos barcos de pescadores. Podemos dizer que os fiéis acreditam que através destas “relíquias” da capa, a Imagem os acompanha e os protege. Estas relíquias adquirem o poder transcendente a partir do princípio do contato prolongado com o corpo ou objeto sacralizado. As relíquias mediante a sua capacidade de intercessão e poder “mágico”, como parte do objeto sagrado neste caso, permitem estabelecer um contacto com a divindade e satisfazer os desejos do sobrenatural.

Questionar o porquê do desejo de obtenção destas pseudo relíquias é algo plausível, sobretudo no contexto da sociedade hodierna. À luz dos valores da sociedade contemporânea, com a sua secularização e racionalidade, pode dizer-se que este comportamento é algo anacrónico. Ao lermos o livro *A vida da venerável Madre Thereza da Anunciada* encontramos sucessivos relatos de milagres atribuídos à madre Teresa da Anunciada através de simples invocações ou das suas relíquias. Como nos informa José Clemente houve repartição de relíquias ao povo, desde água tocada pelas mãos do corpo já defunto, passando por pedaços de pano, a pétalas de rosa do jardim<sup>536</sup>. Esta obra foi amplamente divulgada e reproduzida até à atualidade. Neste sentido, será que este livro contribuiu para alimentar o ideário popular das curas operadas pelas relíquias da madre Teresa da Anunciada? Como não é possível obter mais relíquias da

---

<sup>534</sup> Para uma melhor compreensão do culto das relíquias (cf. Réau, 2008: 464-485 e Evaristo, Lameira e Loureiro, 2016: 16-18).

<sup>535</sup> Lusa, 2016.

<sup>536</sup> Clemente, 1926: 234.

madre Teresa da Anunciada, este desejo de relíquias foi substituído pelas “reliquias” da capa.

Presentemente, na utilização destas relíquias não estão associados casos de curas. Elas funcionam como um prolongamento do aspeto devocional da capa. Por isso é sempre a capa do senhor que funciona em diferentes contextos.

Na dimensão mais comercial, podemos constatar que o Santuário se apropriou ou procurou controlar o modo de estas relíquias surgirem. Podemos remontar à descrição de José Clemente da produção de relíquias aquando da morte da Madre Teresa da Anunciada. De forma consciente ou não o mesmo espaço repete as mesmas atitudes.

### **3.1.7. A madre Teresa da Anunciada: a promotora do “Senhor”**

Falar da Imagem do Senhor Santo Cristo compele-nos a discorrer, mesmo que sinteticamente, sobre a vida de madre Teresa da Anunciada como impulsionadora do seu culto e devoção dentro e fora das grades monacais.

Como já mencionámos, o seu primeiro biógrafo foi o Pe. José Clemente, da Congregação do Oratório de S. Filipe Neri, o qual escreveu a *Vida da Venerável Madre Teresa da Anunciada, escrita e dedicada ao Santo Christo, com a Invocação do Ecce Homo*, publicado em Lisboa, no ano 1763, sob o patrocínio da 4.<sup>a</sup> condessa da Ribeira Grande, D. Margarida Tomásia Francisca de Lorena, esposa do 4.<sup>o</sup> conde da Ribeira Grande, D. José da Câmara Teles<sup>537</sup>. A impressão deste livro teve um custo de 550\$350 reis, sendo inscrita nas despesas do ano 1764<sup>538</sup>. Contudo, não é claro se a condessa pagou na totalidade todas as despesas inerentes à redação e impressão do livro, porque em 1764 há uma esmola de 112\$000 reis para a impressão do livro<sup>539</sup>.

Seguindo a breve biografia escrita por Hugo Moreira<sup>540</sup>, Teresa de Jesus, nome de batismo, foi baptizada a 25 de novembro de 1758 na paroquial de S. Pedro, na freguesia da Ribeira Seca da Vila da Ribeira Grande, filha mais nova de treze de Jerónimo Ledo Paiva e de D. Maria do Rego Quintanilha<sup>541</sup>. A família caiu em desgraça com o falecimento do pai, em 24 de janeiro de 1666, pois os rendimentos da família

---

<sup>537</sup> Cf. Clemente, 2015. A edição mais recente, com anotações de Hugo Moreira, foi publicada pelo Santuário do Senhor Santo Cristo em 2015. Outras obras também apresentam a biografia da madre Teresa da Anunciada (cf. Dias, 1947; Mascarenhas, 1971; Rogers, 1978; Almeida, 1987; Moreira, 2000 e Lalanda, 2005). O estudo de Margarida Lalanda faz uma abordagem mais científica da vida da religiosa madre Teresa da Anunciada, tendo como objetivo ser anexado à fase diocesana de investigação histórica que visa a ulterior beatificação da religiosa.

<sup>538</sup> AMNSE, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890), fl. 19.

<sup>539</sup> *Idem*, fl. 18v.

<sup>540</sup> Cf. Moreira, 2000: 179-199.

<sup>541</sup> Moreira, 2000: 183.

diminuíram muito, obrigando à dispersão dos filhos. A mãe de Teresa de Jesus faleceu a 5 de janeiro de 1681. Duas das filhas do casal, Joana de Santo António e Teresa de Jesus, desde crianças, revelavam uma profunda piedade e desejo de ingressar na vida religiosa, contudo a família não conseguia suportar dois dotes, como era obrigação. Joana de Santo António exerceu diversas súplicas junto do provincial franciscano, frei Francisco da Anunciada Salas, de modo a que este emitisse a correspondente Patente com o nome de Teresa da Anunciada, na qual a irmã, D. Ana e o marido Manuel Fernandes Teixeira se comprometessem com a escritura do dote. A escritura foi lavrada a 26 de novembro de 1681, ingressando a madre Teresa de imediato, vindo a fazer votos solenes em Junho de 1683, altura em que muda o seu nome de Teresa de Jesus para Teresa da Anunciada.

Joana de Santo António ingressou como fãmula no Mosteiro de Santo André de Ponta Delgada, vindo a falecer com fama mística ano e meio depois. Nunca professou porque não tinha dote. Foi Joana que detetou *algo de especial nesta representação da Paixão de Cristo não é Teresa (...) e é também ela quem descobre que a imagem pode originar intervenções sobrenaturais*, bem como o desejo de proporcionar *um pouco de dignidade cultural* à Imagem<sup>542</sup>. O cuidado de madre Teresa para com a Imagem foi crescendo e passou a ser o *seu ex-libris*, na expressão de Margarida Lalanda<sup>543</sup>, desenvolvendo uma profunda devoção à Imagem através da qual conversava com Deus, tornando-se na intercessora dos fiéis. É neste contexto que a sua fama de santidade se difunde ainda em vida, porque, aos olhos dos fiéis, Deus atende os seus pedidos, que a mesma autora classifica como *um estatuto de intermediária privilegiada junto de Deus, com particular incidência através do diálogo com este “Ecce Homo”*<sup>544</sup>. Madre Teresa da Anunciada faleceu a 16 de maio de 1738, como consta no termo de óbito. Devido à sua fama de santidade *tudo que era do seu uso se repatio p.<sup>a</sup> consolação do povo que acodião a procurar*<sup>545</sup>.

A vida e as virtudes da madre Teresa da Anunciada são repetidas na boca do povo crente, características de uma realidade muito conhecida das gentes micalenses e cristalizada no saber colectivo, fruto da divulgação de a *Vida da Venerável Madre Teresa da Annunciada ...*, de José Clemente, e de diversas publicações nos mais variados meios de divulgação, que mais não seja na tradição oral, a ponto de ter

---

<sup>542</sup> Lalanda, 2005: 291.

<sup>543</sup> *Idem*, 2005: 292.

<sup>544</sup> *Idem*, 2005: 293.

<sup>545</sup> AMNSE, Livro Quinto dos Óbitos (1701-1923), fl. 13v.

chegado aos nossos dias, com notável influência na espiritualidade do nosso povo. Em 1744, o Bispo diocesano, D. Frei Valério do Sacramento, e o Provincial dos Franciscanos, Frei Pedro de São Francisco, iniciaram processos jurídicos independentes de investigação e recolha de testemunho a pedido da Abadessa do Mosteiro da Esperança, madre Jerónima do Sacramento<sup>546</sup>. Procurando valorizar e reconhecer publicamente a figura desta religiosa foram promovidas diversas iniciativas<sup>547</sup>: em 16 de maio de 1954 foi colocada uma lápide na casa onde nasceu, na Ribeira Seca; a 12 de maio de 1963 foi inaugurado o busto, da autoria do escultor Numídico Bessone e em 1976 deu-se início a uma subscrição pública para colocação no jardim privativo do Santo Cristo de uma estátua da madre Teresa da Anunciada. O resultado desta subscrição foi a inauguração da estátua de Madre Teresa da Anunciada, em frente do mosteiro a 26 de maio de 1984, do escultor Euclides Vaz, num contexto de grande esperança com a canonização da religiosa. Apesar de todas estas diligências e iniciativas o processo nunca avançou para a segunda etapa, que tem lugar em Roma, onde se examina toda a documentação enviada pelo Bispo diocesano.

### **3.2. A Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres e os seus dons**

A Imagem é uma escultura de busto, representando Jesus Cristo na varanda de Pilatos. A mesma está adornada por diversos dons, como já referimos, que são indissociáveis da Imagem, nomeadamente: o resplendor, o cetro, a coroa de espinhos, o relicário, a corda e a capa. Os dons remetem-nos para os símbolos da paixão de Cristo, o *Ecce Homo*, e para os seus atributos como divindade. Para a maioria destes dons podemos falar no plural, pois existem diferentes exemplares, embora alguns sejam mais representativos pelo seu valor artístico. Somente o relicário é uma peça única, enquanto o resplendor, a coroa, o cetro, a corda e a capa possuem dois ou mais exemplares. Todos são fruto da devoção dos fiéis à Imagem, em diferentes épocas. As peças mais esplendorosas, quase todas peças de ourivesaria e joalheria de finais de seiscentos a finais de setecentos, foram objeto do regime de proteção legal do património ao serem classificadas como “Tesouro Regional”, em 2015, por parte da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. A justificação para a atribuição deste regime de proteção e valorização patrimonial consta do próprio Decreto Legislativo Regional: *os especialistas em arte consideram o tesouro do Senhor Santo Cristo de incalculável*

---

<sup>546</sup> Cf. AMNSE, Processo de beatificação ordenado pelo Bispo de Angra, D. Frei Valério do Sacramento (05-1740) e o Processo de beatificação ordenado pelo Custódio Provincial da Custódia da Santíssima Conceição das ilhas de São Miguel e Santa Maria, Frei Pedro de São Francisco (07-1740).

<sup>547</sup> Maia, 2016: 34.

valor e um dos mais belos e sumptuosos da joalheria devocional do país e até da Península Ibérica (...). À dimensão material do tesouro junta-se um incalculável valor simbólico derivado da profunda relação afetiva dos açorianos com este conjunto religioso que muito veneram<sup>548</sup>.

Pela extinção do Mosteiro, o imóvel foi incorporado no património do Estado e, conseqüentemente, todo o seu património integrado, incluindo as jóias da Imagem. Segundo uma nota de inventário de 1934, referente aos objetos do culto da Imagem do Senhor Santo Cristo, estes *não são relacionados como pertencentes ao Património Nacional: despacho ministerial comunicado em ofício de 26 de Maio de 1934 da Direcção Geral da Fazenda Pública*<sup>549</sup>.

Nos pontos seguintes fazemos uma breve análise histórica e artística da Imagem e dos seus símbolos ou dons, de modo a percebermos a razão da sua existência.

### **3.2.1. A Imagem**

Como já tivemos oportunidade de refletir, até ao momento é impossível determinar o modo e a época em que este busto chegou a São Miguel<sup>550</sup>. A escultura, executada em madeira policromada, enquadra-se nos denominados bustos sacrário ou relicário, típicos do séc. XVI e XVII em Itália, Espanha e Portugal<sup>551</sup> ou flamenga de corpo inteiro e amputada posteriormente, como propõe António Filipe Pimentel. Também na opinião deste autor, a Imagem pode ter chegado aos Açores, como uma ulterior oferta em nome do Papa<sup>552</sup>. Luís Ataíde indica-nos que foi realizada a encarnação da Imagem, por um artista indígena, no ano de 1680<sup>553</sup>. O culto das relíquias era uma afirmação de poder e de protecção divina, representando também um reflexo direto da cultura religiosa no Portugal pós-tridentino e da crescente influência da Companhia de Jesus, principais impulsionadores deste culto<sup>554</sup>. Roma foi desde sempre um centro de irradiação do culto das relíquias, que foi confirmado pelas normas tridentinas, devido aos seus cemitérios e à memória dos numerosos mártires<sup>555</sup>. Também para António Filipe Pimentel é mais plausível a oferta da relíquia do santo lenho por

---

<sup>548</sup> Cf. Decreto Legislativo Regional n.º 4/2015/A de 20 de fevereiro de 2015, preâmbulo.

<sup>549</sup> AMNSE, Inventário do Convento da Esperança (1934).

<sup>550</sup> Cf. Monteiro, 1998: 21-25.

<sup>551</sup> Um relicário é um objeto de formas e materiais diversos utilizados para a conservação e exposição de relíquias (cf. Guedes, 2004: 109).

<sup>552</sup> Pimentel, 2000: 56.

<sup>553</sup> Ataíde, 2011, II: 29.

<sup>554</sup> Cf. Saloio, 2016: 42 e ss.

<sup>555</sup> Cf. *Idem*: 36-37.

parte do Pontífice<sup>556</sup>. Por outro lado, a rejeição, por parte dos protestantes dos restos sagrados, favoreceu a trasladação de relíquias dos países onde a Reforma havia triunfado para as regiões que continuaram fiéis a Roma. Eventualmente esta Imagem pode enquadrar-se nesta dinâmica. Contudo, Portugal recebeu a influência espanhola do colecionismo de relíquias<sup>557</sup>. Em suma, são tudo hipóteses sem confirmação.

### 3.2.2. A corda

Jesus foi amarrado à coluna para ser flagelado. Esta corda alude a este momento. A corda é de tecido de ouro torcido da direita para a esquerda com quatro segmentos unidos nas extremidades em dois nós, dos quais partem pontas rematadas por borlas e duas laçadas pendentes. Tem aljôfares com aplicação de jóias. A sua datação é atribuível ao século XVIII, com um comprimento 5, 50 cm<sup>558</sup>. A sua conceção inicial deveu-se ao Pe. Cristóvão Soares de Melo, vigário da Igreja de S. José de Ponta Delgada, que utilizou ouro proveniente de diversas doações e aljôfares<sup>559</sup>. Ao longo dos tempos esta peça foi incorporando sucessivas doações dos fiéis, proporcionando a mutação de uma peça de joalheria barroca.

### 3.2.3. O cetro

O cetro representa a cana que os guardas romanos entregaram a Jesus no Pretório<sup>560</sup>, o qual remete para o poder real, representado no mesmo. A Imagem possui vários cetros ou palmas. O primeiro executado pela Madre Jerónima do Sacramento, religiosa do Mosteiro de Santo André de Ponta Delgada, *uma cana de flores de seda*<sup>561</sup>; o segundo é uma *cana em ouro*, feito no tempo da 2.<sup>a</sup> zeladora, madre Teresa de Jesus Maria, conforme consta do seu registo de óbito<sup>562</sup>, sendo o seu custo no valor de 266\$257 reis<sup>563</sup>.

O terceiro cetro é a rica jóia setecentista que aqui tratamos. Ao cetro da Imagem é atribuída a data de 1760<sup>564</sup>, sendo a sua autoria desconhecida até ao momento. Mas à semelhança das demais peças pertencentes à Imagem, certamente a sua execução ficou a cargo de um exímio artífice que prestava serviços na corte portuguesa. Provavelmente, a execução da peça ocorreu em duas fases, a última sob a orientação do 6.º conde, D. Luís

---

<sup>556</sup> Pimentel, 2000: 56.

<sup>557</sup> Cf. Saloio, 2016: 38-41.

<sup>558</sup> Oliveira, 2000: 57.

<sup>559</sup> Pimentel, 2000: 57.

<sup>560</sup> Mateus, 27, 29.

<sup>561</sup> Clemente, 2015: 115.

<sup>562</sup> AMNSE, Livro Quinto dos Óbitos (1701-1923), fl. 31 (cf. Moreira, 2000, 2-3).

<sup>563</sup> AMNSE, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890), fl. 16v.

<sup>564</sup> Oliveira, 2000: 54.

António Gonçalves da Câmara<sup>565</sup>. No que concerne aos materiais, realça-se em ouro e prata, com diversas pedras preciosas. Como consta de inscrição, foi mandado executar pela Condessa da Ribeira Grande, D. Margarida Francisca Tomásia de Lorena, para perpetuar a saudosa memória do seu marido, após a viuvez<sup>566</sup>. A sua forma assemelha-se a um ramo de flores com doze folhas móveis e com um laço sobreposto, cujo nó é rematado com a insígnia da Ordem de Cristo, condecoração do marido da ofertante<sup>567</sup>. Na base, encontra-se uma imagem de Nossa Senhora da Conceição em ouro esmaltado e uma pluma de brilhantes. No verso da última folha da cana: *Este Ceptro mandou fazer / a Ilustríssima e Excelentíssima Senhora Dona Margarida / Francisca Tomásia de Lorena / Condessa da Ribeira / Grande pela cordial devoção Que tem ao Rei da Glória / nesta Sua Sacratíssima Imagem / do Ecce / Homo.*

#### **3.2.4. A coroa de espinhos**

A coroa representa a coroa de espinhos colocada na cabeça de Jesus, símbolo da realeza de Jesus. A Imagem possui duas coroas: a primeira foi entregue no tempo da 2.<sup>a</sup> zeladora, madre Teresa de Jesus Maria, conforme consta do seu termo de óbito<sup>568</sup>, com o preço total de 208\$900 reis<sup>569</sup>; a segunda coroa é em ouro, com aplicação de pedras preciosas com diamantes e rubis. A atribuição de datação plausível é de 1788<sup>570</sup>, como oferta do 6.<sup>o</sup> conde da Ribeira Grande, D. Luís António José Maria Gonçalves da Câmara. Todavia, António Filipe Pimentel atribui uma datação mais recuada, baseando-se na técnica de lapidação utilizada, que remonta à joalheria seiscentista e de inícios do séc. XVIII, o que indica uma oferta do 2.<sup>o</sup> conde, D. José da Câmara e da princesa D. Constança Emília de Rohan<sup>571</sup>. Esta peça tem um lineamento entrançado, com um eixo centrado em três espinhos verticais rematado ao centro por um diamante triangular<sup>572</sup>. Todavia, em 1818, há um pagamento do valor de *duzento, e coarenta mil, e seis sentos reis de feitio da croa de espinhos do mesmo Senhor*<sup>573</sup>, o qual não é possível determinar a que coroa se refere.

#### **3.2.5. O resplendor**

---

<sup>565</sup> Pimentel, 2000: 58.

<sup>566</sup> Cf. Moreira, 2000: 117-122.

<sup>567</sup> Oliveira, 2000: 54.

<sup>568</sup> AMNSE, Livro Quinto dos Óbitos (1701-1923), fl. 31 (cf. Moreira, 2000, 2-3).

<sup>569</sup> AMNSE, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890), fl. 16v.

<sup>570</sup> Cf. Oliveira, 2000: 55.

<sup>571</sup> Pimentel, 2000: 57.

<sup>572</sup> Oliveira, 2000: 55.

<sup>573</sup> AMNSE, Recibo de pagamento do feitio da coroa de espinhos (02-05-1818).

O resplendor alude à divindade e santidade de Cristo. A Imagem possui dois resplendores: o primeiro em prata dourada, que eventualmente corresponde ao douramento efetuado em 1753: *p.<sup>a</sup> dourar o Respolandor do Senhor* com o custo de 42\$300 reis<sup>574</sup> e o segundo, mais emblemático e relevante pelas suas características artística e valor material. Provavelmente a ideia de enriquecer a imagem com um novo resplendor partiu da 2.<sup>a</sup> zeladora, madre Maria Teresa de Jesus Maria<sup>575</sup>, provavelmente aquando da doença e posterior falecimento, em 1757, do 4.<sup>o</sup> conde D. José da Câmara Teles (1712 – 1757). Contudo, as primeiras notícias documentais somente surgem com a 3.<sup>a</sup> zeladora, Madre Quitéria Francisca de Santa Rosa (entre 1759 e 1831), em 1767. A condessa da Ribeira Grande, D. Margarida Francisca Tomásia de Lorena (1707–1783) tomou este empreendimento a seu cargo<sup>576</sup>. As vicissitudes foram diversas ao longo de um período tão longo, mas no ano de 1786, o resplendor saiu de Lisboa, conforme carta de António Luís Arnaud, administrador dos condes da Ribeira Grande, à Madre Quitéria Francisca de Santa Rosa: *Nesta Curveta S.<sup>ra</sup> May de D.<sup>s</sup> [Deus] de que he Capp.<sup>am</sup> José de Medeiros remeto o Diadema do S.<sup>or</sup> S.<sup>to</sup> Christo, por maõ de meu filho seu criado*<sup>577</sup>. Não sem antes se ter equacionado, por parte da rainha D. Maria I, o envio de uma fragata de guerra para transporte da peça, como se depreende da mesma carta<sup>578</sup>. A execução desta fabulosa peça atingiu o valor de *quatro contos cento quatro mil oito cento e setenta e sete r.*<sup>579</sup>.

O resplendor é de prata e ouro, com incrustação de pedras preciosas, diamantes, rubis, esmeraldas, safiras, ametistas e topázios, num total aproximado de 6842 pedras preciosas<sup>580</sup>. De salientar o facto de que a maioria dos diamantes “brilhantes” descritos são na realidade topázios incolores<sup>581</sup>. No que toca à sua análise, o mesmo tem formato circular de prata e revestido a ouro, encontrando-se no centro as figuras seguintes: um *Agnus Dei* sobre o Livro dos Sete Selos, a cruz, um triângulo evocativo da Santíssima

---

<sup>574</sup> AMNSE, Rol do gasto que se fez com oferta do Senhor Santo Cristo e depois dela até hoje (19-10-1753).

<sup>575</sup> A madre Maria Teresa de Jesus Maria, 2.<sup>a</sup> zeladora da Imagem era sobrinha da madre Teresa da Anunciada. Entrou para o Mosteiro da Esperança em 7 de dezembro de 1708. Assumiu o cuidado da Imagem com a morte da tia, em 16 de maio de 1738, exercendo-o até à sua morte em 19 de dezembro de 1759 (cf. Moreira, 2000: 2-3).

<sup>576</sup> Moreira, 2000: 65 e 66. Sobre o resplendor leia-se o artigo de Susana Costa (cf. Costa, 2015: 16-22).

<sup>577</sup> AMNSE, Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva (30-03-1786).

<sup>578</sup> AMNSE, Carta do 6.<sup>o</sup> conde da Ribeira Grande, D. Luís António José Maria da Câmara (23-09-1785).

<sup>579</sup> AMNSE, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890), fl. 21v.

<sup>580</sup> Cf. Costa, 2015. Henrique Braga na revista *Ourivesaria Portuguesa* esclarece, citando Rui Galopim de Carvalho, que a maioria dos diamantes “brilhantes” descritos são na realidade topázios incolores forrados (cf. Braga e Ferreira, 2014).

<sup>581</sup> Braga e Ferreira, 2014: 14.

Trindade e um cálice, píxide, galhetas, o pelicano, o galo simbolizando a negação de Pedro, o guião com as letras SPQR (*Senatus Populus que Romanus*), a coluna da flagelação, a bolsa de Judas, os dados que sortearam a túnica de Cristo, a coroa de espinhos com que coroaram Jesus no pretório de Pilatos, os cravos com que foi pregado na cruz, a esponja com vinagre com que Jesus matou a sede, a lança que trespassou o lado do Senhor, a mão com que foi esbofeteado, a moça, a túnica do Senhor, a cana que Lhe puseram na mão a fingir de ceptro, a lanterna com que foram procurar Jesus no jardim das oliveiras, o azorrague e o feixe de varas com que foi flagelado. A escada, o alicate, o martelo e a espada são os instrumentos que serviram na crucificação, tal como, o jarro, a bacia e a toalha. Na orla do diadema, desenham-se o trigo, a videira e os símbolos do Martírio e da Paixão de Cristo organizados em oito grupos.

O seu desenho é atribuído ao arquiteto Mateus Vicente de Oliveira e a execução do agastador polaco Adão Gottlieb Pollet (+1785)<sup>582</sup>, que o executou após a entrega da custódia da Bemposta entre 1777 e 1776, embora se possa crer que o seu filho David Ambrósio Pollet tenha concluído a peça<sup>583</sup>. Ao nível estilístico, temos pedras que formam *uma paleta verdadeiramente rococó*, sendo a sua forma semelhante ao resplendor doado pelo rei D. José I à Irmandade do Senhor dos Passos da Graça, em Lisboa<sup>584</sup>. Como conclui o já citado catálogo, o resplendor *é sem dúvida a maior e melhor joia devocional portuguesa*<sup>585</sup>, que é colocado na imagem três vezes no ano - Festa do Cristo Rei, festa do Senhor Santo Cristo e Novena dos Espinhos.

### 3.2.6. O relicário

Como a Imagem do Senhor Santo Cristo é um busto sacrário, o relicário foi concebido para ocultar/preencher este espaço; daí a originalidade do seu desenho. De modo a ocultar esta abertura inicialmente utilizou-se uma estampa<sup>586</sup>. Aquando da enfermidade do 4.º conde da Ribeira Grande, D. José da Câmara Teles, da qual faleceria em 24 de junho de 1757, esta jóia já tinha sido emprestada para Lisboa, sendo aplicada

---

<sup>582</sup> Cf. *Splendor et gloria*, 2015: 106 e ss. Os Pollet é o nome de uma famosa família polaca de joalheiros que trabalharam para a Casa Real e para as grandes casas nobres de Portugal. Sobre família Nuno Vassalo e Silva elucida-nos sobre esta família no contexto do reinado de D. Maria I (Silva, N., 2000).

<sup>583</sup> AMNSE, Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva (17-05-1789). Pelo fato de se tirar a conta da condessa já falecida, se depreende que David Ambrósio Pollet tenha concluído a peça, dado que também Adão Gottlieb Pollet faleceu em 1785.

<sup>584</sup> *Splendor et gloria*, 2015: 108. Compreende-se esta influência, dado que a família dos condes da Ribeira Grande tinha grande proximidade com a Irmandade do Senhor da Cruz e Passos da Graça (cf. Pimentel, 2000: 62-63).

<sup>585</sup> *Splendor et gloria*, 2015: 113.

<sup>586</sup> Cf. Clemente, 2015: 111.

no peito do conde<sup>587</sup>. Provavelmente é a este primeiro relicário, designado como *joia do peito do Senhor com o custo dos diamantes, e feitio* que teve uma despesa de 102\$320 reis<sup>588</sup>. A estadia desta jóia em Lisboa deve ter possibilitado o surgimento da ideia da sua substituição por uma mais valiosa.

Novamente a família dos condes da Ribeira Grande assume o compromisso com a execução do novo relicário<sup>589</sup>, sendo o antigo utilizado como matéria prima para a nova jóia<sup>590</sup>. Em Setembro de 1786 a encomenda é feita ao *Artifice q. acabou o Diadema*, ou seja David Ambrósio Pollet<sup>591</sup>, embora o acerto do orçamento somente tenha ocorrido, provavelmente em abril ou maio de 1789, no montante de *hum conto e quatro centos mil reis*<sup>592</sup>. Este valor é confirmado numa carta de junho de 1790, da madre Quitéria Francisca de Santa Rosa e indicando o seu gosto pessoal sobre a jóia, afirma *agora esta na mão do conde da Ribeira gr.<sup>de</sup> hum conto e sento e dois mil reis para humá jóia para o peito do Sr.<sup>o</sup> em q.<sup>e</sup> esta o santo lenho que dezejo muito imite o diadema por não levar mais que diamantes é robinz e o urives após [sic] em coatro centos digo hum conto e coatro centos mil reis*<sup>593</sup>. Na conceção desta nova peça foi adotada uma lógica classicista, revelando uma evolução de gosto de acordo com os novos cânones artísticos de finais de setecentos<sup>594</sup>. Portanto, estamos perante a última peça a ser executada para a Imagem do Senhor Santo Cristo, isto é, uma peça de joalheria religiosa de finais do séc. XVIII de estilo classicista, com data atribuível de 1790<sup>595</sup>, mas tendo em conta a morosidade na execução de tão extraordinária peça, retardaríamos a sua conclusão em um a dois anos. A sua configuração é oval, contendo a relíquia do Santo Lenho, o que faz desta jóia um relicário. Esta peça apresenta ao centro o desenho de uma cruz latina cercada de brilhantes. Os materiais utilizados são o ouro e forrado a prata com aplicação de pedras preciosas<sup>596</sup>.

### 3.2.7. A capa

---

<sup>587</sup> Cf. Moreira, 2000: 85-88.

<sup>588</sup> AMNSE, Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890), fl. 16v.

<sup>589</sup> AMNSE, Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva (17-05-1789).

<sup>590</sup> AMNSE, Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva (22-09-1786).

<sup>591</sup> *Ibidem*. António Filipe Pimentel analisa esta peça (cf. Pimentel, 2000: 62-64).

<sup>592</sup> Hugo Moreira apresenta o montante de *hum conto oito centos sete mil e trezentos* reis, sendo esta informação retirada de um livro de contas da Madre Quitéria Francisca de Santa Rosa, documento que desconhecemos o paradeiro (cf. Moreira, 2000: 87-88).

<sup>593</sup> AMNSE, Carta da Madre Quitéria Francisca de Santa Rosa (28-06-1790).

<sup>594</sup> *Splendor et gloria*, 2015: 108.

<sup>595</sup> Cf. Oliveira, 2000: 56 e *Splendor et gloria*, 2015: 103.

<sup>596</sup> Oliveira, 2000: 56.

A Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres é um busto sacrário, a qual é coberta com uma capa de pano executado em diferentes materiais, representando o manto escarlate mencionado no evangelho<sup>597</sup>. A primeira capa foi feita com o produto da venda do trigo doado pelas religiosas do Mosteiro<sup>598</sup>. Atualmente, existem dezenas de capas que foram oferecidas ao longo dos tempos para cobrir a Imagem, as quais são ricamente bordadas e também impregnadas por pedras preciosas. São fruto de dádivas de crentes e do trabalho de artistas micaelenses e de outros locais. Destaca-se, por exemplo, a capa executada pelo tecido do manto real de D. João V (1689-1750) e oferecida pela rainha D. Maria Ana Josefa da Áustria (1683-1754). E sabemos de ofertas de capas em contextos de aflição, ainda no séc. XVIII, por exemplo:

O Pe. Comisario da corte Fr. Fran.<sup>co</sup> das Chagas hindo desta Ilha p.<sup>a</sup> Lx.<sup>a</sup> se vio tomado de hú navio de moiros e regandose com o S.<sup>to</sup> Cht.<sup>o</sup> lhe permete u hua capa q. daqui levou o Sro. Thomas Jozé brum da Silveira em cabeça do seu do Morgado q. por ela lhe deu outra melhor pelo milagre q. o Sr.<sup>o</sup> cht.<sup>o</sup> lhe fez e ficou por seu perpetuo Mordomo dando lhe todos os anos hua pipa de vinho por foro. D.<sup>to</sup> Comisario da corte assim q. fez a promessa de repente se vio livre com o bom soceso q. desejava<sup>599</sup>.

No dizer de Maria Fernanda Enes, as capas atualmente existentes *são todas elas em seda natural, brocado, bordadas a ouro e com maior ou menor número de jóias incrustadas. Umas são obra das próprias freiras do convento, mas a maioria é oferta de fiéis*<sup>600</sup>. Nas últimas décadas destacou-se a Cooperativa de Artesanato e Solidariedade Social Senhora da Paz, em Vila Franca do Campo. Esta agremiação ganhou notoriedade pelas diversas capas já executadas pelas suas artífices, as quais são herdeiras de técnicas artesanais de bordado já utilizadas no extinto Mosteiro de Santa André daquela Vila. Realce-se a capa em veludo de seda carmim, bordada a ouro, com aplicações de jóias, oferecidas por diversos devotos, mandada executar para o ano 2000.

No que respeita à rotatividade das capas na Imagem ao longo do ano, estas são substituídas várias vezes no decurso do ano, ao ritmo do ano litúrgico ou das festas litúrgicas mais importantes<sup>601</sup>.

---

<sup>597</sup> Cf. Igreja Católica, 2015: 1389 (Mateus 27, 28).

<sup>598</sup> Clemente, 2015: 116.

<sup>599</sup> AMNSE, Os milagres do Senhor Santo Cristo – Ecce Homo (segunda metade do séc. XVIII atr.)

<sup>600</sup> Enes, 2010: 222.

<sup>601</sup> Ir.<sup>a</sup> Margarida Borges. Ponta Delgada (14-06-2016).

#### 4. Uma proposta museal para dialogar com a comunidade

A musealização de um monumento tem forçosamente de recorrer à museologia, com a definição das linhas orientadoras, que se concretiza em aspetos técnicos da apresentação museográfica<sup>602</sup>. Porém, o objeto da museologia não pode ser o museu, ou seja, o museu não é um fim mas um meio que se concebe como uma possível forma de comunicação com o público<sup>603</sup>. Assim, entende-se a museologia como um instrumento ao serviço da sociedade, que se pretende participativo, privilegiando a manutenção dos objetos no seu contexto. Pretendemos que esta proposta museal para o Mosteiro da Esperança se enquadre nesta orientação.

Nos últimos vinte anos tem ocorrido um redespertar do património monacal português, com o desejo de redescobrir as espiritualidades, as vivências e os contributos das diferentes ordens e congregações religiosas que ocuparam o território nacional, sejam masculinas ou femininas<sup>604</sup>. Por outro lado, fruto da reflexão dos organismos internacionais tem-se procurado valorizar o património que nos foi legado. A título de exemplo a *Convenção quadro sobre o valor do património cultural para a sociedade*, de 2005, emanada pelo Conselho da Europa, na expressão de Guilherme d'Oliveira Martins, consubstancia o reconhecimento de «valor» para a sociedade do *Património histórico e da cultura (...) resultado de uma fecunda dialéctica entre o que recebemos e o que legamos relativamente à criação humana*<sup>605</sup>. A durabilidade de um bem cultural encontra eco na sua valorização cultural, seja simbólica ou económica, pela sociedade em que está inserido. A este processo de valorização designa-se de *patrimonialização*, correspondendo à atribuição de novos valores, sentidos, usos e significados a objetos e formas através de um processo social de seleção e atribuição<sup>606</sup>.

Considerando o exposto, o património religioso assume especial relevância. É neste contexto, *grosso modo*, que se integram as intervenções de recuperação de mosteiros e conventos ao nível nacional<sup>607</sup>. A intervenção em curso no Mosteiro da Esperança enquadra-se neste movimento, com as suas particularidades, procurando

---

<sup>602</sup> Para uma melhor clarificação dos conceitos (cf. Alonso Fernández, 2013: 18-19). Os processos de musealização de um monumento são complexos, pois as abordagens podem ser distintas (cf. Azevedo, Senra e Semedo, 2015).

<sup>603</sup> Hernández-Hernández, 2001: 72.

<sup>604</sup> Alguns estudos académicos têm estudado este campo (cf. Jacquinet, 2008 e 2014).

<sup>605</sup> Martins, 2009: 39.

<sup>606</sup> Santos, 2017: 44.

<sup>607</sup> Sobre alguns exemplos de intervenções em conjuntos monásticos e conventuais (cf. Calado, 2002; Lacerda, 2013; Santos, 2016: 99-107; Casella, Palmeiro e Providência, 2016: 108-113). O Mosteiro de São Gonçalo de Angra foi objeto de uma campanha arqueológica a qual está devidamente estudada (cf. Mateus, 2014).

revitalizar, valorizar, dar a conhecer e refuncionalizar este importante imóvel, com todo o seu património material e imaterial<sup>608</sup>. Este património é o resultado da espiritualidade da Ordem das Clarissas. O afastamento do mundo e a procura da reclusão sempre atraiu um conjunto de mulheres que, dessa forma, levavam uma vida contemplativa de total entrega a Deus, na busca incessante do ideal de santidade, associado com a defesa do valor da virgindade<sup>609</sup>.

O património integrado surge como resultado de devoções privadas e comunitárias das religiosas, sob o patrocínio dos seus familiares, patronos e beneméritos, que pode entrar em conflito com o ideal de pobreza professado pelas clarissas.

Neste capítulo apresentamos uma proposta museal para alguns espaços do Mosteiro da Esperança, à luz do edificado existente e da investigação que apresentámos nos capítulos segundo e terceiro, com um percurso em que se apresentam as diferentes dimensões da vida quotidiana das clarissas e da sua espiritualidade, que trespassava, em alguns aspetos, os muros do Mosteiro, como é o caso do culto e da devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, a qual, pela sua importância patrimonial e social, merecerá um espaço museal somente destinado à interpretação deste fenómeno religioso.

Esta proposta visa estabelecer essa comunicação com diversos públicos, trazendo o passado ao presente, o qual é resultado da espiritualidade de uma comunidade monástica feminina. Por outro lado é necessário dar à comunidade crente outra visão do património já conhecido e dar a conhecer o património até ao momento desconhecido. Educar, preservar e transmitir o património material e imaterial que o Mosteiro da Esperança representa são alguns dos nossos objetivos.

Como nota final de introdução a este capítulo, é oportuno esclarecer que quando nos referirmos à comunidade deve entender-se o público a quem se destina a fruição do património na atualidade.

---

<sup>608</sup> Como exemplo de musealização de um Mosteiro de Clarissas, embora em contexto arqueológico, encontramos o Mosteiro de Santa Clara de Amarante (cf. Ribeiro, 2011) e o Mosteiro de Santa Clara a Velha de Coimbra (Côrte-Real, 2009). Considere-se a musealização, para valorização do edificado, a proposta destinada ao Convento de Santo André de Ponta Delgada (cf. França, 2008); a musealização da Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> do Guadalupe da Ribeira Grande que acolheu o Museu Vivo do Franciscanismo (cf. Costa, 2013 e Chaves, 2013); a proposta de musealização do Recolhimento da Esperança, no Porto (cf. Barrigas, 2017) e a musealização de estatuária religiosa, em Vila Franca de Xira (cf. Franco, 2016).

<sup>609</sup> Cf. Silva, R., 2011: 53-70.

## 4.1. Os princípios orientadores

Ao longo dos tempos as diversas civilizações, em diferentes espaços geográficos, principalmente as elites, cultivaram o gosto pela arte. O iluminismo desenvolveu a ideia de que o acesso à cultura e à arte não devia ser privilégio de alguns. Com o tempo a origem e a pertinência de exposições de coleções ou de fundos de museus demonstrou e justificou o objetivo de que todos devem ter acesso à cultura.

### 4.1.1. Os museus

A palavra museu provém do latim *museum*, substantivo masculino, e do grego *mouseíon*, lugar dedicado às musas; também designa o lugar das ciências<sup>610</sup>. Somente após a criação do ICOM, nos meados do século XX, se vem assistindo a uma enunciação cada vez mais rigorosa da noção de museu, no sentido de uma entidade com propósitos específicos, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, cujas funções são: adquirir, conservar, estudar, expor e transmitir o património material e imaterial da Humanidade, para fins de estudo, educação e deleite dos cidadãos<sup>611</sup>. Luis Alonso Fernández resume as funções do museu às seguintes: *conservación y exposición, estudio y documentación, educación y cultura*<sup>612</sup>. Por sua vez a Recomendação da Unesco de 2015 para os Museus apresenta quatro funções básicas do museu: preservação, investigação, comunicação e educação<sup>613</sup>.

O conceito de museu presente na nova museologia assenta em três pilares: um território, um património e uma comunidade<sup>614</sup>. O objetivo deste conceito é converter o museu num instrumento de desenvolvimento político, social e cultural da sociedade a que serve, por outras palavras, estar ao serviço do Homem. O museu torna-se num valioso repositório de história e de cultura, bem como um agente dinâmico ao serviço da

---

<sup>610</sup> Franco, Houaiss e Villar, 2015, V: 2713.

<sup>611</sup> UNESCO, 2015: n.º 4. A *Recomendação relativa à proteção e promoção dos Museus e das coleções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade*, de novembro de 2015, no n.º 4, mantém a definição de museu que encontramos em outros documentos do mesmo organismo, com a seguinte redação: *uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.*

<sup>612</sup> Alonso Fernández, 2013: 291. Sobre a nova recomendação para a proteção e promoção dos museus e coleções e o seu papel na sociedade (cf. Unesco, 2015). Esta recomendação incorpora pela primeira vez a necessidade dos museus e coleções terem em atenção a sua função social. Acentua o papel preponderante dos museus nas sociedades atuais, tornando-se em espaço de encontro, instrumento de promoção da inclusão social e promoção da diversidade cultural e natural (cf. Rechena, 2016: 20-21). A Lei-Quadro dos Museus Portugueses, no art.º 7, apresenta as seguintes funções museológicas: estudo e investigação, incorporação, inventário e documentação, conservação e segurança, interpretação e exposição, bem como, a educação (cf. Lei-Quadro dos Museus Portugueses de 19 de agosto de 2004).

<sup>613</sup> Cf. *Idem*: n.º 7 – 11.

<sup>614</sup> Cf. Alonso Fernández, 2012: 89-110.

comunidade<sup>615</sup>. Nele as fronteiras do edifício são substituídas pelo compromisso com um território, em que as colecções são uma parte desse território e os visitantes não são somente quem se dirige ao museu, mas toda a população passa a ser o objetivo principal do museu. Nesta perspectiva, o museu está aberto e atento às mudanças que ocorrem na sociedade, abandonando a política centrada no objeto, na sua aquisição e na sua conservação, para uma política centrada nos sujeitos que dele possam usufruir, em permanente diálogo<sup>616</sup>.

Em Portugal, a Lei-Quadro dos Museus Portugueses de 19 de agosto de 2004, apresenta no artigo 3.º o conceito de museu:

1 – Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:

a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos;

b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.

2 – Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico.

A Lei-Quadro dos Museus Portugueses vai, porém, um pouco mais longe ao acrescentar, no art.º 4.º, o conceito de colecção visitável, que nos convém reter:

Considera-se colecção visitável o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu.

Além de representar uma novidade no que respeita às definições oferecidas pelo ICOM, esta noção alarga o âmbito de aplicação da lei. Ou seja, as instituições que, por motivos diversos, não reúnem as condições para se enquadrarem na designação de museu, vêem reconhecida a sua personalidade museológica. Aqui podemos enquadrar os museus eclesiais, os quais não cumprem a totalidade das funções museológicas, mas desempenham um papel de proporcionar a comunicação com o público,

---

<sup>615</sup> Mendes, 2013: 59.

<sup>616</sup> A visão social dos museus obteve um maior incremento a partir da *Declaração de Santiago do Chile*, de 1972 (Cf. ICOM/Universidade Lusófona, 1999). Esta perspectiva é actualizada em dois documentos mais recentes, que colocam a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural: a *Convenção quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade* (Faro – 2005), (cf. Correia e Lopes, 2014: 437-448) e a *Recomendação relativa à proteção e promoção dos Museus e das colecções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade*, de novembro de 2015 (Cf. UNESCO, 2015).

descodificando as próprias peças. Estas instituições ou espaços detêm peças que não são seleccionadas pelas suas qualidades artísticas, mas pelo seu significado teológico, litúrgico e devocional. As peças não valem por si próprias, mas em função das relações que estabelecem com o conjunto em que se integram. O discurso museográfico oferece ao público elementos que lhe permita, por exemplo, identificar a função ritual e o conceito teológico de cada peça. É nesta ótica que Maria Isabel Roque afirma que *o objecto religioso, mesmo que a lógica do discurso expositivo o apresente como objecto de arte, assume -se como obra aberta, polissémica, que o museu procura elucidar*<sup>617</sup>.

Maria Isabel Roque faz uma comparação entre o museu e o sagrado, porque o museu também cria os seus próprios rituais, apresenta-se como um lugar separado, inerente ao conceito de sagrado, que advém de um conjunto de fatores que o afastam de ser um lugar banal<sup>618</sup>. O próprio diálogo entre o visitante e o museu nem sempre é acessível a todos, nas suas linguagens, mas sobretudo o fato de os objetos não estarem ao alcance do visitante. O museu torna-se um templo, mas sem um deus específico.

Na linha dos conceitos supra-analisados, pode dizer-se que a museologia da arte sacra será a ciência dos museus especializados em arte concebida para a função litúrgica, mas que por vicissitudes várias deixaram de cumprir a sua função original<sup>619</sup>. Esses objetos ou peças apesar de serem musealizados continuam a remeter-nos para o sagrado, logo merecem o devido respeito e o discurso museológico adequado. A arte sacra não foi produzida com fins museológicos, mas com a intenção de expressar o culto, a catequese, a cultura e a caridade, conduzindo o espírito do homem até Deus.

#### **4.1.2. Os bens culturais da Igreja como expressão da identidade religiosa**

Falar de património remete-nos para o conceito de identidade. Identidade, neste campo, pode ser o conjunto de características, sejam físicas ou psicológicas, que são distintivas de alguém ou grupo. A identidade como algo que nos caracteriza como pessoa ou grupo, mas também nos distingue face aos outros. A identidade coletiva poderá entender-se como *“o compartilhar de ideias e ideais de um determinado grupo”*<sup>620</sup>, ou seja, referindo-se a uma identidade coletiva. Como define Peralta e Anico, citadas por Clara Cabral, *o grau de identificação e solidariedade que um*

---

<sup>617</sup> Roque, 2011: 142.

<sup>618</sup> Cf. Roque, 2011: 207-217.

<sup>619</sup> Sobre a musealização da arte sacra em Portugal (cf. Costa, R. 2011) e a obra já citada de Isabel Roque (cf. Roque, 2011).

<sup>620</sup> Café, 2007: 35.

*individuo tem com o grupo a que pertence, baseado na percepção partilhada pelos membros de uma comunidade da homogeneidade social do nós por oposição a eles*<sup>621</sup>.

A identidade sociocultural constrói-se ao longo de gerações, mas é mutável em cada geração. Ela está relacionada com o sentimento de pertença a um grupo social ou cultural, influencia a própria identidade individual, do individuo inserido no seu grupo ou cultura, criando um sentimento de pertença a um grupo cultural<sup>622</sup>.

Assim, chegamos ao conceito de identidade cultural, que está em íntima relação com o património. A comunidade relaciona-se e identifica-se com um determinado património, seja ele material ou imaterial. Faz parte do seu passado e toca o hoje dos indivíduos. Estamos de acordo com Daniel Café, quando este diz que a *identidade traduz uma vivência, uma herança social e/ou histórica, comunica a sabedoria tradicional às gerações actuais*<sup>623</sup>. Mas a própria identidade cultural é fruto de uma construção cultural, em que os próprios sujeitos a reclamam perante as situações em que têm de demonstrar a sua alteridade. Esta identidade cultural permite uma invenção ou reinvenção da sua identidade, com sentimentos de pertença e posse, também eles mais ou menos comuns a determinadas criações, materiais ou não, como algo que se considera património.

O património torna-se fator de identidade, projeta-a *ad intra* para que o grupo tome consciência do que é, e *ad extra* para mostrarmos a nossa diferenciação face aos outros. Por isso o património torna-se um símbolo daquilo que somos, pois remete-nos para um local geográfico onde habita um grupo humano, com determinadas características.

A Igreja sempre valorizou o património como forma de viver e expressar a fé, porque, como diz a *Gaudium et Spes*, n.º 44: *ela aprendeu, desde os começos da sua história, a formular a mensagem de Cristo nos conceitos e línguas dos diversos povos*<sup>624</sup>, ciente de que representam uma herança da humanidade e para a humanidade, mas sobretudo, um meio de evangelização<sup>625</sup>. O Património eclesial *enriquece a comunidade humana como um todo, projeta o passado no presente, mantém viva a*

---

<sup>621</sup> Cabral, 2011: 30.

<sup>622</sup> Café, 2007: 36.

<sup>623</sup> *Idem*, 2007: 38. O contributo para a formação das identidades locais a partir do património (cf. González-Varas, 2015: 71 e ss).

<sup>624</sup> Igreja Católica, 2002: 325.

<sup>625</sup> Igreja Católica: 1990, n.º 6.5.

*tradição cultural dos povos e é poderoso meio para criar um futuro melhor*<sup>626</sup>.

Podemos, assim, verificar que a Igreja tem consciência da sua responsabilidade.

O documento da Conferência Episcopal Portuguesa de 1990 é bastante abrangente na sua apresentação da noção de bens culturais ou património cultural da Igreja, referindo que o mesmo é constituído por:

Pelos bens e valores materiais ou imateriais, tangíveis ou intangíveis, nos quais se consubstancia um legado precioso da comunidade de salvação que é a Igreja católica. Posto ao serviço da missão desta, por natureza universal, esse legado também serve potencialmente a humanidade toda; são bens e obras, ideias e valores que a todos interessam.

O património eclesial é muito mais que um simples objeto de exercício do direito de propriedade. Para a Igreja representa um instrumento necessário, mesmo indispensável, ao exercício da sua missão<sup>627</sup>.

Esta noção integra de modo muito equilibrado o património cultural material e imaterial, recolhendo os princípios veiculados nos diferentes documentos internacionais e antecipando as orientações sobre o património imaterial<sup>628</sup>.

Perante a diversidade do património, disseminado por todas as partes do mundo, principalmente, nos países de tradição cristã mais antiga, verificamos que este legado é detentor de identidade e formador de identidade.

Para a Igreja, como comunidade humana, o património é espaço de memória que se constrói no tempo. Fazer memória é um conceito presente na teologia da Igreja, particularmente no sacramento da Eucaristia. Não é mera evocação do passado, mas uma atualização da sua força e da sua eficácia<sup>629</sup>. Como comunidade de fiéis, *as suas referências, que não raro vão muito para além da simples identidade local ou até nacional, fazem dele uma memória universal que deve ser colocada ao serviço de todos os membros da Igreja*<sup>630</sup>. Cada fiel é herdeiro de uma espiritualidade e cultura, expressa e vivida num espaço e num tempo determinado, tornando-se testemunha e herdeiro de uma cultura cristã construída ao longo de vinte séculos, com vicissitudes várias numa cristandade global. Mais do que o espaço determinado, a identidade cultural cristã construiu-se no tempo.

A identidade do património eclesial advém da sua função originária: *A identidade desse património é devida ao uso eclesial, pelo que não pode ser retirado de*

---

<sup>626</sup> *Ibidem*, n.º 1.2.

<sup>627</sup> Igreja Católica, 1990: n.º 2.1.

<sup>628</sup> Cf. Correia e Lopes, 2014: 387-402.

<sup>629</sup> Cf. Rossano, Ravasi e Girlanda, 1988: 578-586.

<sup>630</sup> Igreja Católica, 1990: n.º 3.4.

*tal contexto*<sup>631</sup>. A utilização eclesial do património confere-lhe as características que o reconhecem e distinguem face ao restante património. Esta compreensão leva a Igreja a afirmar que o mesmo não pode ser descontextualizado do seu uso original, quando o mesmo perde a função originária, devido a reformas litúrgicas, por exemplo, a sua função catequética permanece; quando depositado num museu ou em outra instituição semelhante, deve comunicar o espírito da própria peça.

O património eclesial é formador de identidade da sociedade, porque a comunidade identifica-se com o mesmo, independentemente do seu valor artístico. Revela a vivência espiritual de cada comunidade tornando-se no seu testemunho material.

as peças de menor importância artística também testemunham no tempo o empenho das comunidades que as produziram e podem esclarecer a identidade das comunidades actuais. Por este motivo, é necessário prever uma forma adequada de "depósito do museu". De qualquer modo, é indispensável que as obras conservadas nos museus e nos depósitos eclesiásticos permaneçam em contacto directo com as obras que ainda se encontram em uso nas diversas instituições da Igreja<sup>632</sup>.

Do ponto de vista identitário, é um importante fator de esclarecimento da identidade das comunidades humanas, pois o mesmo transporta uma carga histórica, espiritual e cultural. Todos os crentes, sejam leigos ou clero, são convidados a favorecer, este encontro entre a sociedade e o património da Igreja<sup>633</sup>.

#### **4.1.3. A Igreja e os museus eclesiásticos**

A palavra igreja deriva do latim *ecclesia*, que significa assembleia, isto é uma comunidade reunida<sup>634</sup>. A Igreja sempre deteve bens ao longo da sua história milenar. A *pax* de Constantino, com o édito de 313, dando liberdade ao culto cristão abriu as portas à dimensão mais institucional da Igreja. A Igreja tornou-se herdeira da tradição religiosa pré-cristã de acumular o *thesaurum*, no qual se guardavam os vasos sagrados e as peças de maior valor. Pode-se dizer, com o devido anacronismo, que a *praxis* museística nasceu sob a protecção do religioso. A espiritualidade da idade média favoreceu esta tradição, relacionando-a com a devoção às relíquias<sup>635</sup>. Na época moderna, a hierarquia eclesiástica protegeu as artes e potenciou coleções de objetos de arte. Independentemente das motivações e contextos sociais e políticos inerentes a cada época, a Igreja procurou sempre ser fiel à sua missão, nas palavras do Papa Paulo VI,

---

<sup>631</sup> *Idem*, 2001: n.º 1.1.

<sup>632</sup> *Idem*: n.º 3.1.1.

<sup>633</sup> *Idem*, 2009, n.º 1.

<sup>634</sup> Franco, Houaiss e Villar, 2015, IV: 2149.

<sup>635</sup> Cf. Alonso Fernández, 2013: 49-51.

em 1975: *evangelizar constitui, de facto, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade*<sup>636</sup>.

Os bens temporais da Igreja foram colocados ao serviço da liturgia, da catequese e da caridade, fazendo o anúncio do Evangelho no *hic et nunc* de cada geração. No que respeita à arte, o Concílio Vaticano II, na Constituição *Sacrosanctum Concilium* considera a arte sacra como a *mais alta expressão do génio artístico*<sup>637</sup>. Assim cada cultura procurou viver, expressar e celebrar a sua fé, no seu contexto geográfico e cultural com a sua idiossincrasia própria. A fé tende por natureza a expressar-se em formas artísticas e em testemunhos históricos que possuem uma intrínseca força evangelizadora e um valor cultural ao qual a Igreja e a sociedade não podem estar alheias. Todos os bens culturais da Igreja representam meios de comunicação, instrumentos de ligação com Deus ou com os santos, e é sobretudo por isso que são respeitados. Tem uma carga simbólica com o transcendente. A sua criação foi inspirada pela fé. Mas também a *obra de arte autêntica é potencialmente uma porta de entrada para a experiência religiosa*<sup>638</sup>, ou seja, é fator de diálogo. A função da arte no contexto religioso foi sempre tripla: homenagem do ser humano a Deus, explicação humana de Deus e mediação entre o homem e Deus<sup>639</sup>.

De modo a preservar o imenso património artístico desafeto ao culto, do qual a Igreja é proprietária ou administradora, a Santa Sé, através da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja publicou, em 2001, uma carta circular intitulada *A Função Pastoral dos Museus Eclesiásticos*. Neste documento o Museu Eclesiástico tem a possível definição: *o museu eclesiástico é, por conseguinte, um lugar que documenta o desenvolvimento da vida cultural e religiosa, para além do génio do homem, com o fim de garantir o presente*<sup>640</sup>, por outras palavras pode-se dizer que é uma instituição pastoral que tem por missão valorizar os bens culturais que outrora estavam postos ao serviço da missão da Igreja<sup>641</sup>. Neste documento estão contidas orientações específicas para conservar, tutelar e valorizar pastoralmente o património móvel eclesial. Contudo, é usual a confusão entre a designação de museu eclesiástico e museu de arte sacra<sup>642</sup>. A

---

<sup>636</sup> Igreja Católica, 2008: n.º 14.

<sup>637</sup> *Idem*, 2002: n.º 122.

<sup>638</sup> Igreja Católica, 1999: n.º 17.

<sup>639</sup> Carvalho, 2015: 11.

<sup>640</sup> Cf. Igreja Católica, 2001: introdução.

<sup>641</sup> Veja-se o estudo de Giancarlo Santi sobre os museus eclesiásticos em Itália (cf. Giancarlo, 2016).

<sup>642</sup> Cf. Roque, 2011: 68 – 89. Um exemplo de museu de arte sacra visite-se o Museu da Consolata, em Fátima (cf. Museu da Consolata. Disponível em: <http://masefatima.blogspot.pt/>) e a Torre dos Clérigos no Porto (cf. Torre dos Clérigos. Disponível em: <http://www.torredosclerigos.pt/pt/>).

diferença encontra-se na natureza do primeiro, que se verifica sobretudo no plano tutelar e, no segundo, diz respeito à tipologia das coleções<sup>643</sup>. O documento supra mencionado delimita o campo de atuação do museu eclesiástico e define os seus objetivos:

O museu eclesiástico radica-se sobre um território, está directamente ligado à acção da Igreja e é o resumo visível da sua memória histórica. Não se reduz à simples "coleção de antiguidades e curiosidades", (...) é o edifício em que se conserva o património histórico-artístico da Igreja. De facto, ainda que muitas peças já não desenvolvam uma função eclesial específica, continuam, no entanto, transmitindo uma mensagem que as comunidades cristãs, de épocas mais longínquas, quiseram entregar às gerações futuras<sup>644</sup>.

Os museus eclesiásticos estão assentes sobre um território e ao serviço da comunidade crente, isto é, exprimem a cultura do mesmo, procurando a fruição deste património cultural da Igreja, como forma de transmitir a fé e dialogar com o mundo hodierno, construindo uma comunidade patrimonial, ou seja pessoas que valorizam determinados aspetos do património cultural e que o desejam conhecer com o intuito de o transmitir às gerações futuras. Apresentam um claro cariz de memória, mas projetada para as novas gerações<sup>645</sup>, e não devem ser interpretados somente como uma mera exposição de peças. Podemos dizer que o documento pontifício e a reflexão dos investigadores recolhem e aplicam as novas conceções da museologia ao museu eclesiástico, mas dando-lhe uma perspectiva de fé eclesial, em que o assento tónico está na evangelização a partir do património, em suma, a sua missão pastoral<sup>646</sup>. É esta dimensão pastoral que os diferencia dos museus civis, pois define o sentido, os objetivos e as metas do museu eclesiástico, que somente ocorrerá se as tradicionais funções museológicas forem incrementadas<sup>647</sup>, sem nunca descurar *um fundamento eclesiológico, de uma perspectiva teológica e de uma dimensão espiritual*<sup>648</sup>. A interdisciplinaridade é uma noção basilar no museu eclesiástico que se consubstancia num conceito de museu integral e numa prática museológica actualizada, ao nível da conceção dos discursos abrangentes e transversais a diversos campos disciplinares, bem como, pela análise dos objetos numa ótica pluridisciplinar.

---

<sup>643</sup> Afonso, 2013: 87.

<sup>644</sup> Igreja Católica, 2001: 1.2.

<sup>645</sup> Cf. Abrantes e Pinto, 1996: 64-81. Sobre a temática do museu de arte religiosa como meio de preservação da memória (cf. Roque, 2012: 67-85 e Abranches, 1996: 64-81).

<sup>646</sup> Igreja Católica, 2005: n.º 23.

<sup>647</sup> Cf. Afonso, 2015: 28-29.

<sup>648</sup> Igreja Católica, 2011: introdução. Ruggero Martines na sua reflexão sobre a organização de um museu procura conciliar a perspectiva eclesial com as mais recentes abordagens museológicas (cf. Martines, 2014).

#### 4.1.4. A Coleção Visitável do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança

Tendo em conta que o objetivo desta nossa proposta é a preservação e divulgação do património aqui existente, com a oportunidade de evangelizar a partir do mesmo, estabelecendo um diálogo com a comunidade, entendemos que o estatuto mais adequado, à luz da Lei-Quadro dos Museus Portugueses de 19 de agosto de 2004 e do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A, é o conceito de coleção visitável<sup>649</sup>. O motivo da nossa escolha tem a ver com a impossibilidade de reunir os meios que permitam o pleno desempenho das funções de uma instituição museológica: estudo e investigação, incorporação, inventariação e documentação, conservação, segurança, interpretação, exposição e educação<sup>650</sup>.

Considerando que não se trata somente de uma coleção de peças, mas de espaços usados no quotidiano das clarissas, passíveis de receberem peças integradas num discurso museográfico, dos quais alguns estão ao serviço do culto; atendendo que os espaços estão integrados numa estrutura arquitetónica que é o Mosteiro da Esperança; constatando-se que o culto e a devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo desenvolveu-se no seio da comunidade monástica; tendo em conta que a entidade proprietária, o Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres, somente existe porque ocorreu a extinção da Ordem das Clarissas no Mosteiro, propomos a designação dos espaços musealizáveis: *Coleção Visitável do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança*. Por uma questão prática, designamos no texto subsequente somente por *Coleção Visitável*.

Esta coleção deve preconizar os conceitos contemplados na legislação nacional e regional, mas rege-se pelos documentos emanados pela Igreja Católica sobre o património cultural<sup>651</sup>. Todavia, não podemos falar num projeto museológico, como já alertamos na introdução geral, porque o Santuário não dispõe de um inventário do seu património móvel e imóvel, ou seja, uma relação exaustiva dos bens culturais que

---

<sup>649</sup> Cf. Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A. Segundo referido Decreto Legislativo Regional, na alínea 2.ª do art.º 4 entende-se por Coleção Visitável: *Considera-se coleção visitável o conjunto de bens naturais e culturais, conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa coletiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afetas e adequadas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que o presente diploma estabelece para o museu*. Na generalidade o conceito foi transposto da Lei-Quadro dos Museus Portugueses 19 de agosto de 2004, tendo-se incluído o património *natural* e a exigência de instalações *adequadas* para receber uma Coleção Visitável.

<sup>650</sup> Cf. Art.º 7 do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A. A propósito das propostas de musealização de uma coleção de arte sacra (cf. Conde, 2011 e Franco, 2016).

<sup>651</sup> Cf. Igreja Católica, 1999 e a Lei-Quadro dos Museus Portugueses 19 de agosto de 2004.

constituem o seu acervo, com a identificação e individualização de cada bem cultural de acordo com as normas técnicas mais apropriadas à sua natureza e particularidades<sup>652</sup>.

O seu património é todo o complexo monacal que deve ser apresentado e interpretado na museografia nos espaços da proposta museal e abertas ao público no Mosteiro da Esperança, bem como todo o património integrado e móvel. Todo este património remete-nos para uma dimensão imaterial que é a espiritualidade cristã, que se materializou na vida monacal das clarissas *ad intra* e na devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres *ad extra* dos muros do Mosteiro, com uma componente material e imaterial.

No caso em estudo, devemos considerar que o Mosteiro da Esperança possui diversas valências na atualidade, estando a Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança e o coro baixo abertos ao culto, correspondendo respetivamente ao Santuário do Senhor Santo Cristo. Os demais espaços são espaços passíveis de musealização, uns conservando a sua função originária e outros adaptados para receber valências museológicas ou outros serviços, mas fazendo-se a devida interpretação da função originária do espaço. A vantagem que mais favorece esta *Coleção Visitável* é a possibilidade de se observar as peças a serem seleccionadas e os diferentes espaços no seu contexto originário, que é o Mosteiro, permitindo a criação de um discurso museológico no seu próprio contexto, sem necessidade de artificialização.

A interpretação do património constitui uma abordagem que visa estabelecer uma comunicação, baseada em técnicas especiais, que permitam a ampliação do conhecimento aos visitantes do património apresentado nos diferentes espaços musealizados, podendo estar diretamente relacionado com a vida das clarissas ou não. A este propósito, veremos os espaços destinados ao culto e devoção ao Senhor Santo Cristo e à ação das três congregações religiosas que desenvolveram a sua atividade pastoral, neste imóvel, no decurso do séc. XX. A interpretação do património nem sempre se relaciona com os objetos em si mesmos, mas com a preocupação com os conceitos ou ideias que esses objetos ajudam a transmitir. Por conseguinte, este processo e instrumento de comunicação torna-se numa estratégia de apresentação do património que utiliza um conjunto de técnicas museográficas que facilitam a interação entre o património tangível e intangível e a sociedade, porque, nas palavras de José Manuel Santos, *interpretar constitui, antes de mais e acima de tudo, um ato*

---

<sup>652</sup> No que se refere ao inventário museológico (cf. Art.º 16 do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A).

*comunicacional, uma mediação, ou estabelecimento de uma ponte mental entre transmissor e recetor de mensagens*<sup>653</sup>. No nosso âmbito, a interpretação deste património necessita da construção de uma narrativa museográfica que permita contar a história de um local, com os seus diferentes significados, acrescentando valor à experiência do visitante, convertendo uma visita numa vivência, percecionando o valor da herança cultural para a comunidade em que se insere e para a sociedade.

A *Coleção Visitável* não pode estar fechada sobre si mesma. Nunca como nos dias de hoje as palavras como rede, parceria, cooperação, colaboração, articulação, entre tantas outras, foram tão usadas como forma de interligar os diversos intervenientes na resposta aos problemas e desafios da sociedade contemporânea. A Lei-Quadro dos Museus Portugueses prevê a existência da chamada Rede Portuguesa de Museus, a qual já foi implementada<sup>654</sup>. O seu objetivo visa o estabelecimento de responsabilidades por parte dos museus e do Estado, bem como a sensibilização das entidades de quem dependem os museus para os requisitos exigíveis para a criação deste tipo de instituições. Também ao nível Regional foi criada Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores, que tem por objetivo a qualificação e a promoção da cooperação institucional, independentemente da natureza jurídica e regime tutelar das instituições aderentes, de modo a articular os museus e coleções da região<sup>655</sup>. Além da existência ou não de um quadro jurídico, a *Coleção Visitável do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança* pode ser a promotora de parcerias culturais entre as diferentes instituições que estão presentes, particularmente, na cidade de Ponta Delgada, ligando-as entre si, numa troca constante de informação, de partilha de saberes e experiências. O que pretendemos sugerir, de forma sucinta, é a necessidade da *Coleção Visitável* se integrar ou mesmo liderar uma rede de produção cultural da cidade e da ilha de São Miguel, a partir do património religioso. Naturalmente deve dotar-se de meios para ser um espaço credenciado, ou seja, avaliado e reconhecido na sua qualidade técnica e científica<sup>656</sup>. Este objetivo será possível, conforme a legislação estabelece, com o estabelecimento *de acordos com outros museus ou com instituições públicas ou privadas para reforçar o*

---

<sup>653</sup> Santos, 2017: 73.

<sup>654</sup> Cf. Lei-Quadro dos Museus Portugueses de 19 de agosto de 2004, cap. VIII.

<sup>655</sup> Sobre a criação da Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores Cf. Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A, capítulo VIII.

<sup>656</sup> Lei-Quadro dos Museus Portugueses, art.º 110. A diocese de Beja possui unidades museais distribuídas por todos os arciprestados que se consubstanciam numa articulação comum (cf. Afonso, 2015: 57-65).

*apoio ao exercício das funções museológicas, de acordo com as suas necessidades específicas*<sup>657</sup>.

Do ponto de vista temático, é imprescindível que o Núcleo de Arte Sacra da Igreja do Colégio e o Núcleo de Santo André, ambos sob a tutela do Museu Carlos Machado, o Centro Municipal de Cultura da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a Casa do Arcano e o Museu Vivo do Franciscanismo na Ribeira Grande, o Convento de Santo António da Lagoa, outros espaços dignos de interesse e as Paróquias urbanas, e não só, formem uma parceria para poderem atingir um objetivo específico: a fruição do património religioso. Esta parceria não anularia os objetivos específicos de cada instituição, mas complementaria a oferta e o incremento das funções museológicas.

Numa dimensão mais pastoral, partindo do postulado da matriz evangelizadora dos museus eclesiais, a *Coleção Visitável* pode assumir um papel preponderante na definição e implementação de projetos concretos de evangelização a partir dos bens culturais da Diocese de Angra, concretamente no programa pastoral anual<sup>658</sup>. A *Coleção Visitável* deve arrogar-se como um meio pastoral de pleno direito<sup>659</sup>, tutelada pelo Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres, apresentando uma programa pastoral e educativo próprio.

#### **4.1.5. A comunidade**

O público é o recetor da mensagem numa exposição, pode ser mais amplo ou restrito; entre público real e potencial. Neste ponto de vista, prevê-se que exista um público real que visitará a *Coleção Visitável do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança*, contudo, não invalida a divulgação adequada, através de diferentes meios, a um público potencial. No conceito da museologia social, a comunidade não é somente entendida como destinatária ou usufruidora de produtos produzidos no museu, mas os produtos museais são concebidos com e para a comunidade. Nesta perspetiva, *Coleção Visitável* ela torna-se *parte integrante na gestão dos recursos culturais*, na expressão e André Afonso<sup>660</sup>.

O documento da Conferência Episcopal Portuguesa, *Património Histórico-Cultural da Igreja*, pode ajudar-nos a compreender quem são os destinatários da fruição deste património:

---

<sup>657</sup> *Idem*, art.º 45. A credenciação dos museus e o estabelecimento de redes no panorama europeu foi objeto de estudo de Clara Frayão Camacho (cf. Camacho, 2015).

<sup>658</sup> Igreja Católica, 2001: n.º 4.2.3.

<sup>659</sup> *Idem*: n.º 2.1.1.

<sup>660</sup> Afonso, 2015: 58.

o património da Igreja é constituído pelos bens e valores materiais ou imateriais, tangíveis ou intangíveis, nos quais se consubstancia um legado precioso da comunidade de salvação que é a Igreja Católica. Posto ao serviço da missão desta, por natureza universal, esse legado também serve potencialmente a humanidade toda; são bens e obras, ideias e valores que a todos interessam<sup>661</sup>.

Assim, a *Coleção Visitável* destina-se à comunidade, a qual tem dois níveis de participação: o primeiro dos públicos é, necessariamente, a comunidade cristã, quer seja do âmbito local ou universal; em segundo lugar, destina-se a todos os visitantes, porque a Igreja enquanto instituição universal não pode excluir ninguém de usufruir do seu património<sup>662</sup>. Em suma, *Coleção Visitável* destina-se a todos os que sintam necessidade de conhecer o património que nos foi legado, na vivência e expressão da fé.

A comunidade cristã é a principal destinatária, pois devem ser os principais promotores da preservação do património. Como o património religioso tem um carácter público é destinado a todos os que o desejam conhecer, sejam crentes ou não crentes, de condições culturais, sociais e religiosas distintas. Dado que através do património ocorre o encontro de culturas, faz-se o diálogo inter-religioso e o ecumenismo. Podemos dizer que há a simbiose entre a função educativa e evangelizadora.

Com esta proposta, pretende-se consciencializar a comunidade para a importância deste património, cultivando a memória coletiva; possibilitar o diálogo intercultural ao nível nacional, no qual se assumem as diferenças culturais por regiões do país, bem como com outras culturas, dando a conhecer a história da comunidade; comunicar, educar e divulgar, sobretudo através da exposição e edições afetas à mesma ou ulteriores; favorecer o desenvolvimento local, potenciando os recursos patrimoniais eclesiais para, em colaboração com as entidades públicas e privadas, promover o desenvolvimento económico e social, sobretudo através da inclusão e coesão social, num contexto do mundo globalizado e promover a educação e catequização pela arte.

Pretende-se que seja preparado um discurso expositivo que tenha em consideração todos os tipos de visitantes, desde os adultos sem qualquer conhecimento de ter existido um mosteiro de freiras na cidade, aos adultos com conhecimento e curiosidade em saberem um pouco mais sobre uma das mais antigas instituições de Ponta Delgada, passando pelo infante-juvenil em idade escolar, e por um tipo de público altamente especializado, conhecedor e apreciador de exposições e sítios arqueológicos ou familiarizado com a temática monástica mendicante. Dentro deste público é necessário

---

<sup>661</sup> Igreja Católica, 1990: 2.1.

<sup>662</sup> Sobre o assunto do público a que se destinam os museus eclesiásticos (cf. Roque e Pinto, 1996).

ter em conta que há visitantes crentes e não crentes. Na categoria dos visitantes crentes há vários níveis de relação com o religioso. Todos estes aspetos devem ser tidos em consideração na elaboração do programa científico.

O Mosteiro da Esperança está implantado na malha urbana da cidade Ponta Delgada, tendo com ela uma relação urbanística, em concreto com o Campo de São Francisco<sup>663</sup>. Contudo, devido à devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, a relação dos fiéis com este espaço não se limita aos habitantes da cidade, mas sim a todos os devotos, ou seja, é uma relação regional, nacional e transnacional, sobretudo com as comunidades emigrantes da diáspora açoriana. Nesta manifestação de fé, percebemos como a identidade de um povo está presente, sendo uma referência basilar. A *Coleção Visitável* é um meio de diálogo com a comunidade, mas não esgota a sua relação nesta proposta, apesar de ser um discurso construído e pensado com objetivos predefinidos, porque as manifestações de fé, sejam culturais ou devocionais, são outro meio de comunicação com o património, que partem do próprio visitante.

Este espaço é um lugar eclesial e territorial, porque a fé se incultura em cada um dos ambientes daqueles que aqui se deslocam, crentes e não crentes<sup>664</sup>, possibilitando uma iniciativa de desenvolvimento social e cultural, aqui enquadra-se o turismo, com todos os seus benefícios e malefícios. Segundo o estudo *Turismo religioso nos Açores* do Observatório Regional do Turismo, publicado em 2015, referente aos anos de 2001 a 2009, as Festas do Senhor Santo Cristo tem um grande impacto nas chegadas ao Aeroporto João Paulo II, dado que *ao longo dos anos a procura tem vindo a aumentar, revelando um comportamento muito similar no período observado (dia da Festa, cinco dias anteriores e três posteriores)*<sup>665</sup>.

Quanto às procedências constatou-se que para além do mercado português, que ocupa o primeiro lugar, o mercado do Canadá e dos Estados Unidos da América foram os que registaram um maior impacto ao nível das chegadas no movimento aeroportuário, ou seja, o chamado *mercado da saudade*.

No que concerne à taxa de ocupação hoteleira, o estudo aponta para taxas na ordem dos 90 a 100%, em que as proveniências são, sobretudo, de Portugal Continental, Suécia, Estados Unidos da América, Dinamarca, Canadá e Noruega. Verifica-se que as taxas de ocupação têm a percentagem mais elevada no sábado e domingo, começando a

---

<sup>663</sup> Sobre a relação do museu com a cidade e o território onde está instalado (cf. Varine, 2016: 14-23).

<sup>664</sup> Igreja Católica, 2001: 4.3.

<sup>665</sup> Ambrósio, 2015: ponto 4.1. A formas de mediação entre o património e o turista / visitante podem ser estabelecidas através de diferentes narrativas (cf. Santos, 2017).

diminuir na segunda-feira<sup>666</sup>. A Suécia ocupa uma posição superior aos próprios emigrantes da América do Norte, o que demonstra que os emigrantes americanos possuem laços familiares na ilha, não necessitando de alojamento<sup>667</sup>. Logo as Festas do Senhor Santo Cristo têm um forte impacto na ocupação hoteleira da ilha, particularmente em Ponta Delgada.

No atual quadro de desenvolvimento económico dos Açores, destaca-se o turismo. Assim, nesta proposta museal não podemos esquecer o turismo religioso, quer seja aquando das festas do Senhor Santo Cristo ou não<sup>668</sup>. O turismo religioso pode ser sinteticamente considerado como um segmento de mercado diferente de todos os outros, tendo como motivação principal a fé, mas não exclusivamente. O objetivo deste segmento turístico, mais do que realizar uma experiência religiosa, é visitar locais religiosos. Contudo, este novo peregrino não abdica do usufruto dos meios de transporte, da segurança, da hotelaria e da restauração do local a que se dirige, obtendo assim o conforto mínimo<sup>669</sup>. Por outro lado, este segmento turístico relaciona-se com o turismo cultural, enquanto meio que permite às pessoas conviverem com os modos de vida de outros povos, desfrutando do seu património e da forma como expressam a sua cultura, em consequência torna-se um produto de consumo<sup>670</sup>.

Portanto, como já afirmámos, esta proposta de *Coleção Visitável* procura integrar as linhas orientadoras da nova museologia, sem esquecer as orientações da Igreja para os museus eclesiásticos, é criado pela comunidade e para a comunidade, porque sem a valorização das pessoas não é possível a valorização do património. Para Luis Alonso Fernández, a principal razão pela qual o museu deve servir a comunidade é *contribuyendo así a reforzar la conciencia del Pueblo sobre su propia historia y su atraccion por la identidad histórica*<sup>671</sup>, por outras palavras procura-se construir uma museologia social como ferramenta colocada ao serviço da comunidade<sup>672</sup>. A participação da comunidade nas escolhas da *Coleção Visitável* será algo positivo, determinando-se metodologias de participação da mesma, com uma maior valorização

---

<sup>666</sup> *Idem*, 2015, ponto 4.3. Para o ano de 2016, as notícias na comunicação social regional avançam com taxas de ocupação hoteleira na ordem dos 90%. (cf. Radio Atlântida. Disponível em: <http://www.radioatlantida.net/>).

<sup>667</sup> Ambrósio, 2015: ponto 4.3.

<sup>668</sup> Cf. Igreja Católica, 2015.

<sup>669</sup> Cunha, 2006: 170.

<sup>670</sup> *Idem*: 171.

<sup>671</sup> Alonso Fernández, 2013: 232.

<sup>672</sup> Cf. Tolentino, 2016: 21-44. A propósito do envolvimento da comunidade na definição da tipologia de museus veja-se o estudo de Ana Carvalho (cf. Carvalho, 2015).

dos saberes que estão fora dos recursos dos técnicos, mas que estão nas pessoas, nos grupos e em cada comunidade humana dispersa pelo território.

Esta participação poderá visar, genericamente, a auscultação em três perspetivas: que museu a comunidade deseja; em que património se revê e quais as linhas orientadoras da *Coleção Visitável*. Numa fase ulterior, por exemplo, os conteúdos das exposições de curta duração, podem ser adaptados a públicos e épocas específicas do ano, porque, como denota o estudo *Turismo religioso nos Açores*, o perfil do turista que participa nas festas do Senhor Santo Cristo é diverso, sendo oportuno uma revisão da museografia com alguma periodicidade<sup>673</sup>.

## **4.2. O plano técnico**

Antes de iniciarmos a reflexão sobre o conceito expositivo é pertinente alertarmos que estamos a fazer propostas para uma estrutura arquitetónica pré-existente, que se desenvolveu ao longo de 477 anos, construída para receber uma comunidade religiosa de vida contemplativa, que atravessou épocas, em que a sociedade detinha outros valores. Assim, há uma necessária adaptação museal a cada espaço. Outro aspecto a ser tido em consideração é inexistência do inventário de todo o património.

### **4.2.1. O conceito expositivo**

Qualquer exposição procura ordenar os objetos e dar-lhes um significado narrativo. Na exposição, segundo Francisca Hernandes intervém três fatores<sup>674</sup>: o primeiro relaciona-se com os objetos expostos, em que estes são portadores de significados contribuindo para uma explicação do conteúdo expositivo; o segundo é o tratamento da temática da exposição de forma genérica e particular; o terceiro fator é o ordenamento da exposição de acordo com os conhecimentos museográficos, aquilo a que se chama o discurso expositivo.

Apesar de ser conveniente saber que estes três fatores são determinantes, não devemos esquecer que o principal objetivo de uma exposição é criar condições para que se produza o diálogo entre o visitante e o objeto. Mais do que a museologia do objeto devemos considerar a museologia da ideia e do conceito, combinando uma orientação interdisciplinar, com diferentes equipas de trabalho, coordenadas pelo responsável da exposição.

O termo exposição significa, de modo coloquial, *uma apresentação pública de objetos de interesse cultural, implicando a concentração e apresentação de um certo*

---

<sup>673</sup> Ambrósio, 2015: ponto 4.

<sup>674</sup> Cf. Hernández Hernández, 2001: 202-203.

número de objetos de valor cultural e de interesse para o público<sup>675</sup>. É preciso distinguir entre exibição e exposição, em que a primeira é uma mostra de peças, a segunda consiste na apresentação das peças com uma interpretação. Mas entrando nas novas reflexões, a exposição permite colocar os objetos num local e interpretá-los, como se quiséssemos contar uma história, permitindo o encontro do visitante com o objeto. Em suma, é um *método para ver, conhecer e comunicar*<sup>676</sup>.

Segundo Luis Alonso Fernández, *a exposição é o ato de expor coleções, objetos ou informação ao público para fins de estudo, educação e entretenimento e desenvolvimento sociocultural (...). A exposição é um cenário de objetos interpretados no modo como se deseja contar e comunicar uma história*<sup>677</sup>. Assim, o objetivo base desta proposta museal para o Mosteiro da Esperança é criar condições apropriadas para que se produza o diálogo entre o visitante e o objeto, tendo em conta que a missão da museologia é contribuir para *o papel de mediador entre o objecto e o público receptor*, nas palavras de Maria Isabel Roque<sup>678</sup>. Evidentemente que é necessário providenciar condições ao visitante num percurso linear, em que possa definir o seu próprio itinerário dentro dos espaços museológicos. Mais do que mostrar ou expor, a museografia deve propor uma experiência racional e emocional com um conjunto de chaves de leitura para o visitante. Este diálogo pode ser feito através das próprias peças, com informação complementada por textos escritos e uma mediação interativa, que pode ser escrita, sonora e iconográfica.

As exposições podem classificar-se em diferentes tipologias, tendo em conta a sua duração e localização estas são: permanentes, temporárias, especiais, itinerantes e móveis. No nosso caso, a exposição é permanente ou de longa duração, porém haverá um espaço destinado às exposições temporárias. De acordo com a função que desempenha, assume diversas vertentes: simbólica, comercial, documental e estética. Por exemplo, o percurso expositivo assume uma dimensão simbólica, porque exalta a dimensão religiosa, mas também é estética, dado que se une ao valor artístico das obras.

Será obrigatório a preparação de um discurso expositivo que tenha em consideração todos os tipos de visitantes, como já foi problematizado previamente, desde os visitantes sem qualquer conhecimento de ter existido um mosteiro de religiosas clarissas na cidade, ao público com conhecimento e curiosidade em saberem um pouco

---

<sup>675</sup> Alonso Fernández e Garcia Fernández, 2014: 24.

<sup>676</sup> *Idem*: 41.

<sup>677</sup> Alonso Fernández, 2012: 175.

<sup>678</sup> Roque, 2012: 221.

mais sobre uma das mais antigas instituições presentes na cidade de Ponta Delgada. As crianças e adolescentes também serão tidos em consideração, procurando criar materiais de mediação adequados às suas idades. Com efeito, a nossa intenção é contribuirmos para a eliminação da ideia minimalista de que quem visitará o Mosteiro da Esperança irá descobrir os diferentes espaços por si mesmo. A futura museografia deve orientar o visitante, proporcionando-lhe novas experiências de interpretação do património, provocando-lhe um sentido de reflexão e de construção de novos conhecimentos pelas informações disponibilizadas. Se o património não fala sozinho, vamos pô-lo a falar!

Considerando estes pressupostos, a *Coleção Visitável*, na generalidade, não possui objetos para cada espaço expositivo enquanto o inventário não for realizado, apesar de conhecermos algum do espólio existente, seja móvel ou imóvel, iconográfico, bibliográfico ou arquivístico. A disposição das peças de uma exposição nunca é um ato isolado em si mesmo, procura-se criar um sistema estratégico de representações, dado que se tem que articular o objeto, o diálogo e o espaço. O objeto exposto tem uma capacidade narrativa sem limites, acessível a todos os sentidos, capaz de sensibilizar qualquer visitante mesmo quando retirados do seu contexto original, algo que não se verifica, na globalidade, nesta proposta museal.

No que se refere à ideia transversal a todos os espaços, como já foi mencionado, pretende-se apresentar o património tangível e intangível do Mosteiro da Esperança à luz da espiritualidade e vivência quotidiana das clarissas, num circuito de visita que deve seguir uma perspectiva histórica e patrimonial, narrando a evolução do antigo espaço monástico, descrevendo e reconstituindo o quotidiano desta comunidade religiosa feminina de clausura. Todas as possíveis leituras de um objeto ou espaço, com distintos níveis de significados, são portadoras de uma mensagem que é necessário descobrir e interpretar. Com efeito, procura-se que o público se sinta também atraído pela exposição e tome parte nela.

A execução do ulterior projeto museográfico encontrará na nossa proposta uma base de trabalho, com a constituição de uma equipa multidisciplinar que deterá a missão de elaborar o mesmo, com conteúdos para cada espaço proposto. No que respeita à duração, pretendem-se espaços expositivos de longa duração e um espaço destinado a exposições temporárias.

#### 4.2.2. O programa educativo dialogante

Olly Harrison afirma: *tudo o que se faz num museu tem valor educativo, mesmo na ausência de toda a intenção deliberada*<sup>679</sup>, por isso nada deve ser descurado e integrando-se na chamada educação não formal. Por este motivo, independentemente da área musealizada, será sempre conveniente preparar elementos básicos para mediação e orientação do público, tendo presente as visitas de diferentes grupos ou individualmente<sup>680</sup>. Qualquer espaço expositivo deve exercer a sua missão pedagógica e comunicativa face ao visitante passivo ou ao visitante ativo<sup>681</sup>. Cada espaço ou objeto terá a capacidade de dialogar com o visitante, justificando a sua condição de exposto ao público, carregado de significado e testemunho de um discurso expositivo. Em suma, cada objeto ou espaço é um documento com características intrínsecas, que revela aspetos da sociedade em que nasceu e se desenvolveu, isto é, o seu contexto<sup>682</sup>. Na medida em que conhecemos o contexto cultural em que nasceu o objeto, assim será produzida a comunicação do mesmo, convertendo-se em suporte material da mesma comunicação. Neste sentido, Maria Isabel Roque afirma que *a função do museu é, por conseguinte, recontextualizar, isto é, conferir um sentido a esse conjunto de objectos singulares e torna-los inteligíveis a um público heterogéneo, sem que isso implique a recriação exaustiva e minuciosa dos seus ambientes primitivos*<sup>683</sup>.

Atualmente é comum ouvirmos falar de projetos no sector cultural que evidenciam o participação das pessoas, grupos e comunidades. Os objetivos que levam as instituições a envolverem os públicos e/ou comunidades são vários. Pretende-se a consciencialização da comunidade para o valor que representa a descoberta e interpretação do seu património, atraindo os membros da comunidade que normalmente não se aproximam destes espaços<sup>684</sup>. Para isso é necessário um diálogo constante e profícuo com a comunidade, como diz Aida Rechená, perguntando às pessoas o que esperam do museu<sup>685</sup>. Envolvendo a comunidade num processo de participação e inclusão, em que ela deixa de ser entendida apenas como visitante passiva, enquanto

---

<sup>679</sup> *Apud* Mendes, 2013: 42.

<sup>680</sup> A investigação atual discute a relevância da criatividade nos museus na relação do visitante com os objetos museológicos (cf. Ferreira, 2016).

<sup>681</sup> Considerando a função educativa do museu (cf. Padró, 2005 e Mendes, 2013). Para a educação e explicação da arte cristã nas aulas de Educação Moral e Religiosa Católica (Cf. Carvalho, 2015).

<sup>682</sup> Alonso Fernández, 2013: 228.

<sup>683</sup> Roque, 2012: 219.

<sup>684</sup> Cf. Alonso Fernández, 2013: 226-231. Sobre a participação da sociedade nos projetos culturais veja-se a publicação da associação cultural *Acesso Cultura* (cf. Carvalho, 2016)

<sup>685</sup> Rechená, 2016: 21.

consumidores de algo que lhe é oferecido, para passar a ser olhada como co-criadora, o que significa que os membros da comunidade poderão assumir o papel de protagonistas no processo de criação, decisão e disseminação de novos discursos e práticas da *Coleção Visitável*.

Se a nossa *Coleção Visitável* atingir estes objetivos, desempenhará a missão de educadora, em que a sua prioridade é educar o visitante. Com a consecução destes pressupostos, formaremos uma comunidade patrimonial<sup>686</sup>, porque significa mais do que “fazer parte”, implica uma maneira de trabalhar em parceria com pessoas externas ao Santuário, entidade proprietária e promotora, e à Igreja, enquanto comunidade de fiéis.

O assumir de uma atitude eminentemente pedagógica, para o desenvolvimento de um trabalho qualificado, exigirá que sejam alocados recursos humanos e financeiros, pois os objetivos a que se propõe justificam-nos. Os recursos humanos deverão ser recrutados e formados possuindo uma base formativa diversificada, de modo a que sejam autênticos mediadores entre o património e os visitantes, superintendendo a elaboração de materiais didáticos. É imperativo que o mediador se questione frequentemente sobre as visitas realizadas<sup>687</sup>: o que é que as pessoas aprendem? E como é que aprenderam? Somente com um aperfeiçoamento e adaptação regulares a *Coleção Visitável* poderá se um pólo de cultura e educação.

A promoção e organização de diversas atividades: congressos, colóquios, simpósios, *workshops*, visitas guiadas, encontros e formações destinados a diferentes públicos, com diversas faixas etárias. Estas iniciativas poderão fomentar a criação de uma melhor relação de diálogo com a comunidade dos fiéis, o mundo académico e científico, a sociedade, em geral, e os visitantes, gerando conhecimento e educação. Numa auscultação gradual e num envolvimento participativo, todos sentirão este património como seu e o projeto de musealização como resultado de uma construção coletiva.

---

<sup>686</sup> O conceito de comunidade patrimonial está patente na *Convenção quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade*, de 2005 (cf. Correia e Lopes, 2014: 438).

<sup>687</sup> Mendes, 2013: 168.

### 4.2.3. O percurso museal da coleção visitável

Figura 3 - Planta dos espaços do percurso museal no piso 0

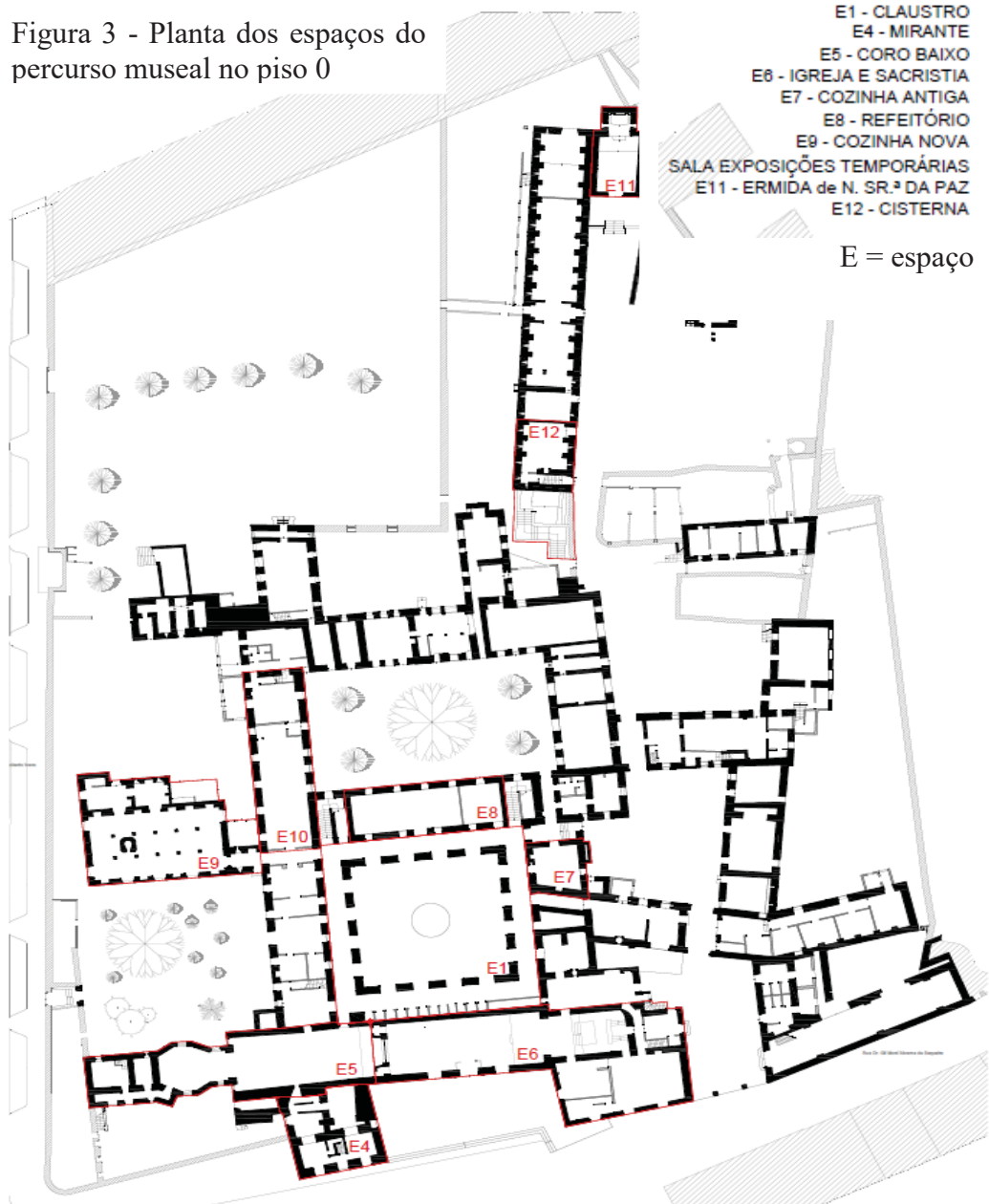
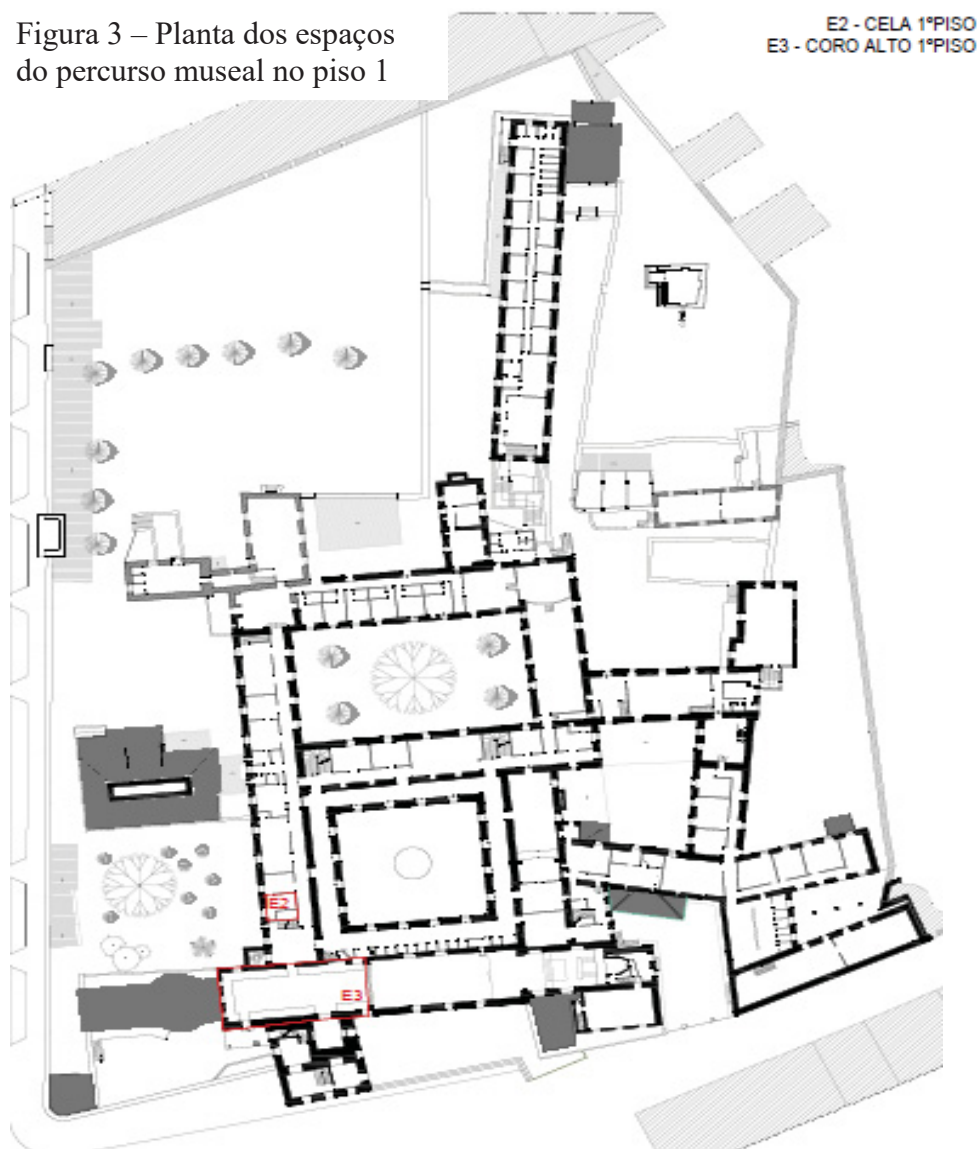


Figura 3 – Planta dos espaços do percurso museal no piso 1



A organização da exposição é uma fase que implica várias tarefas, como conhecer as dimensões do espaço, definir os temas da exposição que estabelecem os princípios orientadores, tornando-se no ponto fundamental para depois desenvolver o conteúdo expositivo. O tema geral define os subtemas que se relacionam entre si, determinando a programação expositiva.

O lugar e o espaço são decisivos na experiência do visitante na exposição, pois configuram na prática todos os elementos, incluindo os objetos. A organização espacial dos objetos e a articulação de todos os componentes da exposição derivam intencionalmente, tanto da aceitação e recriação vivencial, como da rejeição ou de outra reação por parte do visitante. A exposição é um ponto de encontro entre o tangível e o intangível, entre a memória enraizada no desenho e na história da exposição. O espaço articula-se com o tempo, dado que uma exposição é o resultado de uma dupla atividade por parte do visitante: *perceber visualmente as obras no espaço e durante um período*

*determinado de tempo, de acordo com o que cada visitante necessita para compreendê-las*<sup>688</sup>.

A nossa proposta tenta concentrar os espaços musealizáveis em torno do claustro, visto que o complexo monacal mantém espaços de culto e encontra-se num processo de refuncionalização de modo a albergar outras valências, as quais acolherão as atividades pastorais do Santuário do Senhor Santo Cristo. Por estes motivos é imprescindível criar um percurso que limite a circulação dos visitantes para as zonas com outras funções. Por outro lado, os espaços reservados ao discurso museográfico nem sempre correspondem à sua função originária, recebendo uma proposta de conteúdos para um ulterior projeto museográfico, que inclua diversas áreas do saber.

Uma das particularidades da exposição como meio de comunicação é a mensagem expositiva que se incrementa no espaço, articulando a adequação entre a estrutura concetual da mensagem e a estrutura espacial da exposição. É no espaço expositivo que se hierarquiza, organiza, ordena e se colocam os objetos, os suportes museográficos e os suportes informativos, tendo em consideração as condições lógicas do discurso científico, da lógica espacial e da lógica da conduta do visitante. A contextualização dos objetos é uma das prioridades na museografia, uma vez que a exposição pode e deve oferecer vários níveis de leitura, como diz Francisca Hernández<sup>689</sup>.

Outro dos aspetos a contemplar nas exposições é o espaço necessário para a circulação, que deverá ser indicado e ser realizado sem atropelos, possibilitando uma melhor acessibilidade às peças e às informações, para que a leitura de ambas seja feita da forma correta e sem incómodos, inclusive para pessoas com mobilidade reduzida.

O acesso ao espaço expositivo é efetuado pela Avenida Roberto Ivens, qua dá acesso ao jardim do Mosteiro da Esperança, a qual contempla uma rampa exterior para pessoas com mobilidade reduzida. Ao entrar no edifício, antes de se dar entrada no espaço expositivo, o visitante passa obrigatoriamente pela zona da receção, onde existe um balcão, no qual um funcionário faz o acolhimento, fornece as informações necessárias e vende os bilhetes. Podemos dizer que é neste espaço que ocorre o primeiro contato com o visitante, o que implica uma correta atitude por parte do funcionário, mas também da preparação do espaço envolvente, pois a primeira impressão é sempre importante.

---

<sup>688</sup> Alonso Fernández e Garcia Fernández, 2014: 89.

<sup>689</sup> Hernández Hernández, 2001: 210.

Neste espaço está colocado o título: *Coleção Visitável do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança*. A apresentação da respetiva ficha técnica do roteiro é obrigatória e a entrega de uma brochura ou um áudio-guia, com a descrição dos elementos ou das dependências subsistentes do antigo mosteiro.

### SÍNTESE DOS CONTEÚDOS PROPOSTOS

Espaço		Conteúdos expositivos
E1	O claustro	- Apresentar a história da Ordem das Clarissas no contexto da família franciscana e a sua presença em Portugal e nos Açores; - O Mosteiro da Esperança é contextualizado na história do início da idade moderna à idade contemporânea, em paralelo com os grandes acontecimentos sociais, políticos e económicos de cada época.
E2	A cela	- Reconstituir uma cela de uma clarissa, como espaço de intimidade consigo e com Deus.
E3	O coro alto	- A oração comunitária das religiosas; - A arte como expressão das devoções particulares de cada religiosa;
E4	O mirante e os parlatórios	5.º piso: - Neste espaço os visitantes poderão desfrutar da vista para a cidade, o Campo de São Francisco e o mar; 4.º piso: - Aqui dedicamos esta zona para apresentar o lazer das religiosas, através das conversas, da prática das artes manuais, das leituras de obras espirituais, etc.; 3.º piso: - A busca da santidade por parte das religiosas é o tema exposto, exemplificado na vida das madres Francisca do Livramento, Inês de Santa Iria, Úrsula de Santo Agostinho e outras, como exemplos de santidade nos mosteiros açorianos, complementada com reprodução de imagens e textos alusivos à vida monacal. Parlatórios: - A dimensão convivial com a sociedade extramuros deve estar patente, pois ela ocorria nestes espaços. Era aqui que as religiosas recebiam as visitas e conviviam em pequenos lanches servidos à grade, ofereciam e aceitavam pequenas ofertas através da roda.
E5	O coro baixo	- Colocação de tabelas explicativas do património integrado e da função comunitária do coro.
E6	A igreja e a sacristia	- Dispor tabelas para explicar a função cultural do templo e o seu património integrado.
E7	A cozinha antiga	- Expor a ocupação do Mosteiro no séc. XX: as Religiosas da Ordem da Visitação, as Religiosas de São José de Cluny e as Religiosas de Maria Imaculada, cada qual com a sua missão, sobretudo de cariz assistencial e educacional.
E8	O refeitório	- Mostrar a relevância do culto e da devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres a partir da comunidade religiosa e a sua vivência fora das grades da clausura, bem como a sua expansão pelas demais ilhas dos Açores e a diáspora açoriana; - Mostrar o tesouro do Senhor Santo Cristo como resultado da devoção dos fiéis, particularmente das elites micalenses do séc.

		XVIII; - A função das zeladoras da capela e Imagem do Senhor Santo Cristo; - O papel da Irmandade na organização e promoção do culto, assim como a sua história; - A devoção à Madre Teresa da Anunciada e a sua biografia; - O Santuário como novo meio de evangelização e de promoção do culto na sociedade contemporânea.
E9	A cozinha nova	- Pretende-se reconstituir a cozinha do Mosteiro da Esperança no seu uso quotidiano; - A alimentação das religiosas, com os tempos de jejum e abstinência, ao ritmo do ano litúrgico; - Explicar os rituais observados à mesa no refeitório; - Elucidar sobre as iguarias monacais produzidas nos mosteiros micaelenses; - Divulgar o depósito de achados arqueológicos recolhidos nas escavações arqueológicas.
E10	A sala de exposições temporárias	- As exposições temporárias como meio de apresentar aspetos concretos do património religioso.
E11	A ermida de N. Sr. <sup>a</sup> da Paz	- O núcleo de azulejaria que pretende revelar os diferentes ciclos azulejares presentes no Mosteiro da Esperança.
E12	A cisterna	- A importância da água na vida da comunidade como algo essencial há subsistência das religiosas.

### **E1 - O claustro**

O ponto comum foi sempre a disposição do edifício em torno de um claustro quadrado, sendo o grande protagonista da organização estrutural e da circulação interior do mosteiro. Para ele confluem todos os usos e circulações. Procura do ponto de vista urbano, o claustro consegue responder à adaptação do espaço monacal ao espaço da cidade. O claustro está carregado de simbolismo, porque o claustro é a praça da cidade terrena do homem, que procura representar o paraíso, a perfeição, oferecendo um mundo de silêncios, meditações e recolhimento<sup>690</sup>. É também um centro cósmico, em relação com o mundo subterrâneo pelo poço, mas também com o céu, local de intimidade com o divino.

Nas arcadas do claustro pretende-se apresentar a história da Ordem das Clarissas no contexto da família franciscana, bem como a sua expansão pelo mundo católico. No contexto português apresenta-se a presença das clarissas em Portugal, nos Açores e no antigo Império Português, de modo a contextualizar a fundação do Mosteiro da Esperança em 1541.

O Mosteiro da Esperança deve ser apresentado no seu contexto histórico do início da Idade Moderna à Idade Contemporânea, em paralelo com os grandes

<sup>690</sup> Silva, 2008: 154.

acontecimentos sociais, políticos e económicos de cada época, por exemplo numa tábua cronológica e sincrónica. O Mosteiro não foi uma instituição alheia ao seu tempo, mas que se soube adaptar às necessidades e desafios de cada século, por este motivo, a sua arquitetura e património integrado espelham essa realidade. Neste contexto será oportuno apresentar um painel que conste, cronologicamente, a abadessas e demais religiosas que exerceram cargos em cada abadessado.

Apesar desta instituição secular ter as marcas do tempo, a Ordem das Clarissas sucumbiu perante as decisões políticas, mas o imóvel prevaleceu até aos nossos dias, com novas utilizações. A museografia tem de sintetizar e apresentar ao visitante as vicissitudes de 477 anos, em que constem plantas e gravuras do complexo monástico.

## **E2 - A cela**

Os votos de pobreza, castidade, obediência vividos em clausura perpétua eram professados pelas noviças na sua profissão religiosa, jurando dedicar a sua vida a Deus, na renúncia de si mesma, em silêncio, preservando a virgindade e a castidade do corpo, alimentando-se na oração, na devoção e na obediência eram os objetivos a alcançar no ideário das clarissas<sup>691</sup>. Depois da profissão religiosa era rigorosamente proibido sair do mosteiro sob qualquer pretexto sem autorização superior.

A vida num mosteiro de clausura tem uma componente de vida comunitária muito acentuada<sup>692</sup>. Como vimos, inicialmente a Regra de Santa Clara determinava a existência de dormitórios comuns<sup>693</sup>. Com o passar do tempo os dormitórios dividiram-se em celas. A cela passará a ser o elemento privado da religiosa, onde a mesma dorme, trabalha e reza. Na atualidade não se conhece como era a cela de uma religiosa neste Mosteiro. Como já demos nota, a única descrição que possuímos é de Luís Ataíde, mas refere-se somente a uma tipologia de cela de uma ala já demolida em 1915. O livro da vida da madre Teresa da Anunciada pode ajudar-nos na compreensão. Todavia, o mais provável era a existência de diferentes tipologias de celas no Mosteiro da Esperança. Consequentemente, as sucessivas remodelações e demolições alteraram a configuração arquitetónica dos espaços.

De modo a elucidarmos os visitantes sobre o espaço privado de uma religiosa, propomos a reconstituição de uma cela de uma clarissa, no primeiro piso do claustro,

---

<sup>691</sup> Considerando o ideário das clarissas (cf. *Constituições geraes*, 1693: 94-105 e Catalán Martínez, 2014). A investigadora Maria Filomena Andrade apresenta a clausura como voto, numa reflexão a partir da Regra Urbaniana (cf. Andrade, 2015: 38).

<sup>692</sup> *Constituições geraes*, 1693: 91 e 91v.

<sup>693</sup> Fontes Franciscanas, 1996, II: 50.

nas imediações do acesso ao coro alto, com o mobiliário que era espectável existir e, eventualmente, a presença de uma figura em cera representando uma religiosa, com o seu respetivo hábito. Todo o espaço deve ser pautado pela singeleza, como característica da espiritualidade desta Ordem.

Nas proximidades da cela apresenta-se as obrigações decorrentes dos votos de pobreza, castidade e obediência em clausura perpétua, bem como as orientações para a indumentária de uma clarissa, conforme o seu estatuto dentro da comunidade, previstas na Regra e Constituições. A esta apresentação corresponderão imagens que ilustrem o texto.

### **E3 - O coro alto**

O coro reveste-se de grande significado para a comunidade religiosa e é particularmente relevante no seu quotidiano. Nele ocorria grande parte da vida espiritual da comunidade. A Regra Urbaniana (1263) prescrevia que *em relação ao Ofício Divino que se deve tributar ao Senhor, tanto de dia como de noite*<sup>694</sup>, assim centra-se a vida da comunidade no louvor constante a Deus, razão de existir da mesma. Por sua vez as *Constituições Geraes* (1639) são mais precisas quanto ao local onde se realiza o ofício: *Ordenamos, que todas as religiosas se ajuntem & estejam presentes no Coro ao Offício divino de dia, & de noite tangido o primeiro sino*<sup>695</sup>. É este espaço, repleto de arte, que espelha a vida de uma comunidade religiosa ao longo de séculos, nas suas rotinas diárias, e fruto das devoções particulares de algumas religiosas, cruzando-se as diferentes devoções, ritmos e sensibilidades.

Propomos um percurso entre a explicação do significado espiritual do coro na vida da comunidade, integrando as devoções particulares de cada religiosa. Neste espaço será explicada a vida espiritual em comunidade, dado que a oração comunitária é uma das características da vida monástica, como prescrevem as constituições:

*Teram também cuidado de acudir todas às horas de Oraçãõ, Capitulos, Disciplinas, Procissoens, & à casa do trabalho, & a todas as mais obediências, que nos Mosteiros costumaõ: em todos os quaes lugares estaram com muito silencio, composição, & devaçam, como convem a Religiosas esposas de Jesu Christo nosso Redentor.*

Tendo em conta a rotina da comunidade, propomos que se apresente o horário de um dia normal de vida comunitária neste Mosteiro, com as respetivas obrigações e deveres a cumprir pelas religiosas de forma comunitária ou individual.

---

<sup>694</sup> *Idem*: 350.

<sup>695</sup> *Constituições Geraes*, 1693: 75.

Na abordagem ao património integrado, demonstrar que apesar do voto de pobreza, algumas religiosas conseguiram dotar o coro alto de obras-primas da arte, através de bens pessoais e patrocínios externos.

Outra dimensão a ser evidenciada é a musical. Como é sabido, desempenhava um papel importante nos mosteiros, como forma de louvor a Deus. O Mosteiro da Esperança não fugia a esta regra, porque a música era entendida como atitude devocional. Algumas horas do Ofício eram obrigatoriamente cantadas<sup>696</sup>. Por isso consideramos necessário abordar a execução da música vocal e instrumental no Mosteiro, nos seus diferentes estilos. Nele se executavam obras musicais compostas no estrangeiro, demonstrando a permeabilidade da clausura, com a entrada de executantes e organeiros.

#### **E4 - O mirante e os parlatórios**

O mirante era praticamente o único elemento de leitura vertical que os mosteiros de clausura ostentavam. Na área do quinto piso, os visitantes poderão desfrutar da vista para a cidade, o Campo de São Francisco e o mar.

Esta estrutura arquitetónica possibilitava às religiosas a oportunidade de visualizarem o mundo de fora sem serem vistas, pois é o único elemento arquitetónico que lhes permitia salvaguardar a sua segurança e privacidade, interferindo na privacidade do mundo secular. Por outro lado, assinalava a posição urbana do mosteiro. Podemos dizer que foi uma das formas de materializar e expressar o poder exercido pela comunidade religiosa, sobre a comunidade do mundo extramuros.

Por ser um espaço atractivo era, por vezes, utilizado para lazer das religiosas, nele se alimentavam as conversas e, eventualmente, praticavam artes manuais, leitura de obras espirituais, sendo oportuno perceber que tipo de leituras as religiosas faziam no Mosteiro da Esperança e nos demais cenóbios açorianos<sup>697</sup>. Como é sabido, os mosteiros masculinos possuíam grandes bibliotecas, no caso dos femininos eram mais limitados, dado tratarem-se de pequenas bibliotecas de apoio. Normalmente possuíam conjuntos bibliográficos de suporte à vida comunitária, como abaixo se esclarece:

*livros litúrgicos, os livros de teologia, os livros de Moral, as hagiógrafas, as biografias de religiosos, os sermonários, os exercícios espirituais, os livros de cantochão, os martirológicos, as vidas de Jesus, as regras, as histórias e as crónicas das ordens religiosas e dos conventos, e diversas outras obras sobre temas religiosos*<sup>698</sup>.

---

<sup>696</sup> *Idem*: 76.

<sup>697</sup> Considere-se a estudo de Isabel Morujão sobre a poesia conventual nos séc. XVI-XVIII (cf. Morujão, 2013).

<sup>698</sup> Cf. Barata, 2011: 137-138.

Propomos que o quarto piso seja reservado à concretização da museografia alusiva à leitura das religiosas, porque a leitura tem diferentes funções na vida monástica, como elucida Margarida Lalanda: *suscitar a devoção; dar exemplos de vida santificada; preparar a meditação e o exame de consciência; orientar a oração e exercitar o silêncio, (...); acompanhar o trabalho e as refeições, (...) comuns; dar a conhecer as regras e interiorizá-las*<sup>699</sup>.

Como já dissemos anteriormente, o mosteiro é uma pequena urbe, na feliz expressão de Lígia Nunes: *entendendo o mosteiro como uma cidade, dentro da cidade e o claustro como uma praça*<sup>700</sup>. Nele se antecipa a Jerusalém celeste. Nele se constrói e se vive a santidade. Sendo a partir destes pressupostos que se deve analisar a espiritualidade da vida de clausura.

A busca da santidade pelas religiosas era o objetivo da vida em clausura, desprezando as tentações mundanas e o orgulho da origem social. O desejo de santidade era alimentado pelas leituras hagiográficas, ou seja, vidas de santos e devotas<sup>701</sup>. A obra *A perfeita religiosa ... incentiva a essa prática: quando ouvir contar, ou ler as vidas tão ásperas, & penitencias regurosas que muytos sanctos & sanctas fizeram, louve ao Senhor em seus sanctos, & não logo os queira imitar*<sup>702</sup>. Nesta sequência, apresentar-se-ia a vida da Madre Francisca do Livramento<sup>703</sup>, da Madre Inês de Santa Iria<sup>704</sup> e Madre Úrsula de Santo Agostinho<sup>705</sup> e outras, como exemplos de santidade nos mosteiros açorianos, complementada com reprodução de imagens e textos alusivos à vida monacal. A zona destinada a este discurso interpretativo ficaria o terceiro piso.

Os parlatórios detinham também um papel fundamental na vida comunitária, por serem a única forma de contato das religiosas com a sociedade exterior, nomeadamente com os seus parentes. Neste percurso por um dos pisos do mirante, descendo aos parlatórios, pretende-se apresentar ao visitante uma visão do Campo de São Francisco como se de uma religiosa se tratasse. A dimensão convivial deve estar patente, pois ela ocorria nestes espaços. Era aqui que as religiosas recebiam as visitas e conviviam em pequenos lanches servidos à grade, ofereciam e aceitavam pequenas ofertas através da

---

<sup>699</sup> Lalanda, 2014: 63.

<sup>700</sup> Silva, 2008: 154.

<sup>701</sup> Cf. Mendes, 2013: 173 – 214.

<sup>702</sup> Canto, 1615: 71

<sup>703</sup> Cf. São Luís, 1731.

<sup>704</sup> Cf. Monte Alverne, 1994, II: 77-82.

<sup>705</sup> Monte Alverne, 1994, II: 83.

roda. Sem esquecer que também aqui estavam sujeitas ao controlo das religiosas, as escutas.

### **E5 - O coro baixo e capela do Senhor Santo Cristo**

O coro é aquele espaço que tem grande significado em todo o mosteiro, porque é neste local, ao contrário da igreja, que as religiosas passam muitas horas do dia em oração individual e comunitária. Como vimos anteriormente, inicialmente o coro estava próximo dos dormitórios devido à deslocação que se fazia durante a noite para o ofício. Na idade moderna surge o coro alto. Todavia, a comunhão eucarística ocorria aqui, bem como, algumas celebrações, atos da comunidade e os enterramentos.

O coro baixo do Mosteiro da Esperança é um espaço aberto ao culto, em que as visitas individuais ou em grupo se fazem quando a grade de comunicação com a Igreja estiver fechada. De modo a explicar a função comunitária do coro e o património integrado existente, somente serão colocadas tabelas informativas. Eventualmente serão instalados alguns painéis explicativos da iconografia, podendo estes serem montados no claustro ou junto à grade do coro baixo, pelo lado da igreja, de modo a reduzir a aglomeração de pessoas dentro do coro baixo e na capela do Senhor Santo Cristo.

### **E6 - A igreja e a sacristia**

A igreja é o espaço a que se dava maior importância, dominando o conjunto arquitetónico. Era o primeiro espaço a ser construído e o património integrado era de melhor qualidade.

A Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança está aberta ao culto, ocorrendo todos os dias celebrações litúrgicas. As visitas espontâneas dos fiéis à Imagem do Senhor Santo Cristo são feitas na Igreja, através da grade do coro baixo. Pela índole peculiar deste espaço, a nossa opção é adotar os mesmos critérios do coro baixo, somente serão colocadas tabelas para explicar o património integrado existente na igreja e na sacristia.

### **E7 – A cozinha antiga**

Nesta sala sugere-se a explanação histórica da ocupação do Mosteiro da Esperança por três Congregações Religiosas: as Religiosas da Ordem da Visitação, as Religiosas de São José de Cluny e as Religiosas de Maria Imaculada<sup>706</sup>. Estas três congregações religiosas femininas foram convidadas a ocupar o Mosteiro da Esperança,

---

<sup>706</sup> Sobre a história da presença da congregação nos Açores (cf. Diaz Pérez, 2004). A congregação das Religiosas de Maria Imaculada manteve no Mosteiro da Esperança um lar para jovens do sexo feminino. No arquivo do Mosteiro da Esperança há um regulamento, sem data, mas aquando da vinda das religiosas da Ordem da Visitação, em 1928, estas foram incumbidas de fundar um lar (cf. AMNSE, Regulamento disciplinar interno do Recolhimento da Esperança - 1929 atr.).

já denominado de Convento nesta época. Cada qual com o seu carisma próprio, isto é, a dimensão espiritual que a congregação deseja acentuar, manifesto na sua ação apostólica. Os carismas estavam ligados sobretudo à dimensão educativa e socio caritativa. Do desenvolvimento das suas valências resultou numa adaptação do imóvel a diferentes funções, portando, destas adaptações que resultou uma adulteração profunda da arquitetura interior de todo o imóvel.

### **E8 - O refeitório**

Como já foi referido, o refeitório podia ter outros usos como sala de estudo ou de pregação, a realização o capítulo da comunidade na ausência de sala própria, ser utilizado como espaço de trabalho comunitário, bem como, a realização das retractações comunitárias das religiosas transgressoras de alguma regra da comunidade. Portanto, este espaço é passível de muitos significados. Contudo, devido à necessidade de destinarmos um espaço com uma área considerável para a interpretação do culto ao Senhor Santo Cristo e considerando a sua localização privilegiada foi nossa opção destinar o refeitório para esse fim.

O culto à Imagem do Senhor Santo Cristo é um tesouro da fé, que se manifesta e se vive no coletivo da sociedade açoriana e na individualidade de cada crente. Por isso é imprescindível dedicar um espaço expositivo ao culto e devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, apresentando as suas diferentes manifestações. A devoção que a madre Teresa da Anunciada foi mentora, marcou profundamente a alma do povo açoriano. A devoção transpôs os muros do Mosteiro, manifestando-se nas ruas da cidade de Ponta Delgada, nas demais ilhas dos Açores e partiu com os emigrantes para a diáspora. Neste contexto expositivo tem-se presente a fé na sua dimensão imaterial e material, individual e coletiva.

### **De Roma a São Miguel**

Numa primeira abordagem apresenta-se o contexto histórico e lendário da Imagem. A sua possível oferta, em Roma, por parte de Paulo III às religiosas, o seu desaparecimento nas águas do Atlântico e ulterior reaparecimento na costa da Caloura. A sua presença na Capela de N. Sr.<sup>a</sup> da Paz e o roubo das pêras de ouro<sup>707</sup>.

### **A madre Teresa da Anunciada**

Em seguida apresenta-se a vida da madre Teresa da Anunciada e o incremento da devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo, divulgando-se as passagens de alguns

---

<sup>707</sup> Clemente, 2015: 110.

milagres mais significativos que ajudaram a consolidar o culto ainda em vida da madre<sup>708</sup>. Nesta apresentação inclui-se a narrativa sobre a construção da primeira e segunda capela do Senhor Santo Cristo.

A importância da personalidade da madre Teresa da Anunciada foi tão importante que é considerada santa, logo existe devoção à sua pessoa e virtudes. A história desta devoção deve ser apresentada, potenciando a valorização da sua figura enquanto exemplo de virtudes cristãs, tendo em vista a introdução do processo de beatificação.

### **O culto**

A dimensão cultural tem diferentes formas de ser promovida e de se manifestar. Assim desejamos explorar as diversas manifestações de culto. Partimos do culto oficial, a liturgia, sobretudo das celebrações Eucarísticas e das procissões do sábado e do domingo, que ocorrem no VI domingo da Páscoa em cada ano, expondo um diálogo através de imagens e peças, reconstruindo a sua história na vivência e manifestação da fé.

### **A Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres**

A Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres é indissociável do culto. Tem como principal missão promover o culto e organizar as festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres na atualidade. O objetivo é apresentar a história e a missão da Irmandade ao longo dos séculos, nas suas diferentes componentes: cultural, social, cultural e caritativa.

### **A devoção popular**

Outra dimensão, que se enquadra na chamada piedade popular é a abordagem às manifestações de culto que ocorrem de modo espontâneo, sem mediação da hierarquia, como as peregrinações, as promessas e os seus respetivos ex-votos, que se apresentam das mais variadas formas, como as capas, os objetos de cera, os animais, as jóias, as cartas escritas ao Senhor, os objetos do quotidiano. Nesta abordagem não nos podemos esquecer das lendas, dos mitos e outros elementos da tradição oral, como as narrativas e eventuais episódios hagiográficos e miraculosos.

Uma nova realidade tem surgido no contexto das festas do Senhor Santo Cristo, o chamado turismo religioso. O turismo religioso é uma forma de peregrinar. Segundo a Enciclopédia Larousse *a peregrinação é uma viagem empreendida até um local de*

---

<sup>708</sup> AMNSE, Livro Quinto dos Óbitos (1701-1923), fl. 13v (cf. Clemente, 2015).

*devoção num espírito piedade*<sup>709</sup>. Ressalve-se que ocorre em todas as grandes religiões. O exercício da peregrinação religiosa cristã funda-se na tradição judaica, tradicional entre os judeus ao realizarem as peregrinações ao templo de Jerusalém, coração do judaísmo. Na base da peregrinação está um local considerado sagrado. O templo ou o santuário que encerra em si a simbologia de “Centro do Mundo”, um local onde é possível a comunicação entre o mundo terreno e o divino. O turismo religioso, em sentido amplo, é todo aquele motivado, quer em parte ou exclusivamente, por razões religiosas<sup>710</sup>.

### **O tesouro**

Nesta sequência será apresentado o chamado Tesouro do Senhor santo Cristo, com a sua história artística e como resultado devocional das elites micalenses, mas resultante das ligações aos círculos da corte portuguesa.

A Imagem está adornada por diversos dons, como já referimos, que são indissociáveis da Imagem, nomeadamente o resplendor, o cetro, a coroa de espinhos, o relicário, a corda e a capa. Os dons remetem-nos para os símbolos da paixão de Cristo, o *Ecce Homo*, e para os seus atributos como divindade. Para a maioria destes dons podemos falar no plural, pois existem diferentes exemplares, embora alguns sejam mais representativos pelo seu valor artístico. Somente o relicário é uma peça única, enquanto o resplendor, a coroa, o cetro, a corda e a capa possuem dois ou mais exemplares. Todos são fruto da devoção dos fiéis à Imagem, em diferentes épocas. As peças mais esplendorosas, quase todas peças de ourivesaria e joalheria de finais de setecentos.

### **As zeladoras**

O cuidado em preservar, embelezar e zelar pela Imagem e Capela do Senhor Santo Cristo é uma tarefa atribuída às religiosas, que a exercem com a maior dedicação e devoção. Ao longo dos séculos, foram várias as Religiosas do Mosteiro da Esperança, que tiveram a seu cargo esta dignificante tarefa. A 1ª zeladora foi a madre Teresa da Anunciada e a atual é a Ir. Zilda Melo. Após a extinção do Mosteiro de Clarissas, em 1895, as regentes assumiram a função de zeladoras. Não se pode compreender o incremento e consolidação do culto e da devoção ao Senhor Santo Cristo sem analisarmos o legado das zeladoras, na sua missão de mediadoras entre os fiéis e a Imagem, a par da gestão das esmolas entregues e a sua aplicabilidade no enobrecimento

---

<sup>709</sup> Oliveira, 2009, XIV: 5678.

<sup>710</sup> Vázquez de la Torre, Pérez Naranjo e Martínez Cárdenas, 2012: 243.

da Imagem e na dimensão caritativa ao longo das diferentes épocas. Será oportuno apresentar os nomes e biografias das diferentes zeladoras até à atualidade.

### **De São Miguel para o mundo**

O culto e a devoção ao Senhor Santo Cristo dos Milagres rapidamente se difundiram pelas demais ilhas dos Açores, sobretudo devido às dificuldades financeiras e de transporte entre as ilhas. Na atualidade, a Imagem do Senhor Santo Cristo é venerada em quase todas as ilhas. Contudo destaque-se as festas realizadas em Vila do Porto, em Santa Maria, em Santa Cruz da Graciosa e no Santuário do Senhor Santo Cristo da Caldeira, na ilha de São Jorge.

A emigração dos açorianos a partir do séc. XIX foi um fator de expansão deste culto e devoção, mormente para as comunidades do Brasil, dos Estados Unidos da América, do Canadá e das Bermudas, particularmente oriundos da ilha de São Miguel, mas não só, como se verifica nas comunidades da Califórnia.

### ***As curas***

As curas ligadas aos lugares de oração, como os santuários e junto das relíquias dos mártires ou de outros santos são abundantemente testemunhadas ao longo da história da Igreja. Na antiguidade e na Idade Média contribuíram para concentrar as peregrinações em determinados santuários, que se tornaram famosos também por essa razão.

Os relatos de curas de fiéis têm ocorrido ao longo dos tempos. Apresentar os testemunhos orais e documentais relacionados com a Imagem, a função de intercessão da madre Teresa da Anunciada, explicando a circunstância e o modo como o crente se sentiu curado pela intervenção divina.

### **E9 - A cozinha nova**

A cozinha estava por questões utilitárias ligada ou perto do refeitório. Situava-se por conveniência da vivência do mosteiro afastada da igreja, para que o bulício e os odores ali produzidos, não interferissem com o silêncio necessário à vida espiritual da comunidade.

Como vimos no segundo capítulo, a atual cozinha foi construída entre 1825 e 1828. A anterior cozinha situava-se na ala este do claustro. O normal dos mosteiros era apenas uma cozinha, à exceção das cozinhas que algumas freiras conseguiram estabelecer nos seus aposentos, quando se verificava a existência de celas independentes, como ocorreu neste Mosteiro.

Nesta dependência pretende-se fazer a reconstituição da cozinha do mosteiro dotando-a de utensílios próprios. Como não há utensílios domésticos em depósito, pode-se recorrer a duas modalidades: primeira, o depósito de coleções particulares; a segunda, a aquisição de utensílios nos artesãos locais que ainda os produzam, por exemplo, panelas de ferro e louça de barro. De modo a criar um maior realismo, serão colocadas figuras humanas em cera, de tamanho natural. A aproximação ao real pode ser acentuada por meio de instrumentos tecnológicos, nos quais se pode reproduzir sons e cheiros alusivos à cozinha.

Pretende-se fazer uma aproximação à alimentação das religiosas, a partir da documentação existente na qual constam os ingredientes utilizados na alimentação e por analogia com outros mosteiros de clarissas. Nesta apresentação constarão os tempos de jejum e abstinência, conforme os ritmos do ano litúrgico e respetiva alimentação, que marcavam a vida religiosa. Nesta exibição é possível criar em dispositivos eletrónicos uma interatividade entre o visitante e o espaço, dando a conhecer o que se confeccionava numa cozinha monacal e quem eram as cozinheiras.

O refeitório era outro espaço onde se praticavam atos em comum, neste caso a alimentação, também ela carregada de rituais. Todas as religiosas eram obrigadas a jantar e a ceiar no refeitório<sup>711</sup>. Como o refeitório monacal terá outra temática será oportuno explicar os rituais observados à mesa neste local, complementando a museografia presente na cozinha sobre a confecção dos alimentos<sup>712</sup>.

Para que fosse possível sustentar uma comunidade religiosa foi necessário estabelecer-se um conjunto de relações produtivas e comerciais, por este motivo, será pertinente explicar o modo de sustentação da comunidade, fornecer dados sobre os produtores e fornecedores, as responsabilidades de quem tinha a incumbência de fazer a administração económica e doméstica.

Outro aspeto a ser apresentado tem que ver com as iguarias monacais produzidas nos mosteiros micaelenses, sendo comercializadas com a sociedade fora dos muros, tornando-se os Mosteiros em *unidades de produção, consumo e reprodução socioeconómica*<sup>713</sup>. A doçaria era a mais apreciada manifestação da culinária das

---

<sup>711</sup> *Constituições Geraes, 1693: 90.*

<sup>712</sup> *Cf. Idem: 89- 90.*

<sup>713</sup> *Martins, 2009: 51.*

religiosas<sup>714</sup>. Por exemplo, um prato de arroz doce fazia parte da *propina* de cada religiosa neste Mosteiro aquando das Endoenças<sup>715</sup>.

Na antiga dispensa da cozinha, pode ser instalado o depósito de achados arqueológicos, resultante das escavações efectuadas no claustro do Mosteiro. Este conjunto de artefactos possibilitaria a compreensão de quais as cerâmicas utilizadas no quotidiano, revelando como o Mosteiro não era uma entidade fechada, mas mantinha relações comerciais para fora da ilha.

### **E10 - A sala de exposições temporárias**

As exposições temporárias ou de curta duração permitem trazer algo de novo à museografia de longa duração preparada nas anteriores salas. Neste espaço haverá oportunidade de montar exposições temáticas, conforme o plano anual de atividades promovido pelo Santuário do Senhor Santo Cristo, as quais poderão ser promovidas pelo Santuário ou ceder os espaços para acolher exposições, desde que as mesmas estejam de acordo com as linhas orientadoras da *Coleção Visitável*.

Com esta sala, a *Coleção Visitável* tem mais uma oportunidade de acolher e dialogar com os diversos espectros culturais que olham o religioso e a sua expressão na sociedade, porque o diálogo com a cultura implica sempre a consciência da pluralidade da mesma na sociedade hodierna.

No imediato, propomos que a primeira exposição temporária a estar patente nesta sala seja alusiva ao processo de intervenção de conservação e restauro nos azulejos do coro baixo, da autoria de Oliveira Bernardes pela empresa *Nova Conservação, Lda*.

### **E11 - A capela de Nossa Senhora da Paz**

A capela de N. Sr.<sup>a</sup> da Paz é um exemplo de revestimento integral em azulejo. Como raramente ocorrem celebrações neste espaço, a nossa proposta é a sua desafecção ao culto. Nela seria instalado um núcleo de azulejaria. O Mosteiro da Esperança possui diversos painéis de azulejo e peças avulsas de diferentes épocas, como por exemplo, azulejos hispano-mouriscos, em técnica de aresta, decorados com motivos vegetalistas, datáveis da transição do séc. XV-XVI até aos painéis da vida da madre Teresa da Anunciada na nave da Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança, datados de 1928. O que demonstra o conhecimento e opção das religiosas por este material, reconhecendo o seu

---

<sup>714</sup> Luís Ataíde aborda esta temática com algumas referências ao Mosteiro da Esperança (cf. Ataíde, 2011, I: 386-396).

<sup>715</sup> Martins, 2009: 54.

valor artístico mas também a sua capacidade comunicativa. Este espaço seria dedicado à apresentação dos diferentes ciclos, elucidando sobre os autores, as respetivas datações, locais de produção, suas características estilísticas e as técnicas utilizadas.

### **E12 - A cisterna**

A água é um bem essencial à vida. Podemos dizer que a água foi sempre um elemento determinante na relação dos mosteiros com o território. A localização dos mesmos regeu-se pela disponibilidade de água, como qualquer outro plano de povoamento e ocupação do território. O Mosteiro da Esperança não foi exceção, dado que o abastecimento era efetuado a partir da zona dos Arrifes. O eventual controlo da água por parte do Mosteiro da Esperança e do Convento de S. Francisco certamente revelava o seu poder sobre a população nesta zona da cidade.

A cisterna será dedicada à importância da água na vida da comunidade e das comunidades religiosas. Explicando o modo de abastecimento à comunidade e como se fazia a recolha e armazenamento das águas pluviais.

## Conclusão

Chegámos ao fim de um projeto de vida pessoal e académico, carregado de vivência social, com o objetivo de conhecer e estudar o património material e imaterial do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada. Procurámos concretizar os objetivos do mestrado em que esta dissertação se insere, fazendo uma reflexão e uma proposta museal que, em nossa opinião, contribuirá para a gestão e participação nos valores patrimoniais, em articulação com políticas culturais propostas pela Igreja e pelos organismos públicos e privados.

Falar do património é falar de pessoas. O Mosteiro da Esperança tem nas suas paredes uma história de pessoas individuais, mas integradas num coletivo desde a pequena comunidade monacal, para a cidade, a ilha e o mundo.

A regra básica para a concepção destes espaços monacais foi a estrita separação entre o mundo de dentro e o mundo de fora do mosteiro, em resposta à qual surgiram vários mecanismos de mediação entre os dois mundos.

Do ponto de vista espacial, ocorria a duplicação das dependências de fronteira ao exterior, comunicáveis, mas separadas por fortes dispositivos. Estes são os lugares chave da concepção das casas femininas, nos quais reside a sua especificidade. Do ponto de vista construtivo, surgem dispositivos materiais/físicos de mediação, entre os dois “mundos”, no sentido de conter o contacto da comunidade com o mundo exterior<sup>716</sup>, porque *para compreender a “urbanidade” de um mosteiro, há que entender a “cidade invisível” que este encerra e no qual se insere reflecte*, como observa Lúcia Nunes<sup>717</sup>. Esta cidade invisível é carregada de rituais que, por sua vez, espelham uma conceção do mundo e da relação com o transcendente.

Desejamos com esta nossa proposta fazer da *Coleção Visitável do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança* um espaço passível de ser musealizado, permitindo a fruição deste imenso legado, que privilegia o território em que está inserido, a herança cultural, os recursos materiais e humanos disponíveis, tendo como finalidade essencial despertar o interesse da comunidade pelo património religioso.

Na expressão de González-Varas o património cultural *requere um ato de vontade para ser exumado das brumas do esquecimento*<sup>718</sup>. Esta proposta pretende ser uma exumação do esquecimento e desconhecimento para dar a conhecer, propor a

---

<sup>716</sup> Silva, 2008: 260.

<sup>717</sup> *Idem*: 111.

<sup>718</sup> González-Varas, 2015: 21.

reflexão e realizar a evangelização através de um património material, que tem subjacente a imaterialidade da fé, que se liga à memória coletiva de um povo. Tornar este espaço num local de memória, mas também de oportunidades presentes e futuras. Um espaço que não se deve isolar sobre si mesmo, mas proporcionar e fomentar a complementaridade entre todos os espaços da cidade, convertidos em espaços de memória.

A maior dificuldade foi selecionar e sintetizar a informação recolhida nos diferentes arquivos, os quais detem um grande potencial de investigação e análise sobre a vida monacal do Mosteiro da Esperança, mas também sobre a vida religiosa da Ordem das Clarissas nos Açores e a sua relação com as demais instituições e a sociedade do seu tempo, sobretudo no séc. XVIII até às revoluções liberais, e para a lenta agonia do séc. XIX até à extinção definitiva. No âmbito patrimonial, apesar das informações serem mais parcas, sobretudo para o património integrado, mantém-se o mesmo potencial de investigação. Temos plena consciência que é necessário uma melhor e mais proficiente reflexão historiográfica a partir de tão numerosa documentação, bem como, o necessário aprofundamento concetual da proposta museal. Esta realidade, pertinente e adequada, não foi possível devido à limitação de espaço requerida numa dissertação de mestrado.

A segunda dificuldade teve que ver com apresentação da proposta museal para os espaços, debilitada pela inexistência de um inventário, como instrumento de base de uma investigação que pretende a ulterior musealização de algumas zonas do imóvel. Sobre este assunto é imprescindível que o Santuário do Senhor Santo Cristo proceda à inventariação do seu património<sup>719</sup>.

Outra especificidade do Mosteiro da Esperança é a veneração à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Se o complexo monacal e parte do seu património integrado chegou aos nossos dias em razoável estado de conservação deve-se ao culto e devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo, porque possibilitou a manutenção, com alguns interregnos, da vida religiosa no Mosteiro da Esperança no decurso do séc. XX. Também a veneração ao Senhor Santo Cristo merece um estudo mais aprofundado, que vá mais além de meros artigos de opinião e notícias de jornal.

O maior desafio após a conclusão desta dissertação será a aceitação e implementação total ou parcial desta proposta. O Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres, entidade proprietária do Mosteiro da Esperança, está a realizar diversas obras

---

<sup>719</sup> A este propósito foi recentemente apresentado o *Manual de Procedimentos de Inventário de Bens Culturais da Igreja* (cf. Saldanha, 2018).

de conservação e restauro em diferentes espaços do imóvel. No futuro deseja criar um espaço museal, com um roteiro ainda a definir. Este estudo, como já o dissemos, é uma proposta de valorização patrimonial, alicerçada no estudo das fontes arquivísticas e nas novas abordagens museológicas dos organismos internacionais e da Santa Sé para os museus eclesiais, o qual será entregue ao reitor do Santuário de modo a ser um contributo para a sua reflexão e das eventuais equipas de trabalho a serem constituídas.

Esta proposta não é compartimentada, dado que permite a adaptabilidade ao que se possa pretender no futuro. Do ponto de vista arquivístico muito ficou por consultar: o arquivo da Diocese de Angra, os fundos da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, o arquivo do Santuário do Senhor Santo Cristo, o arquivo das Religiosas de São José de Cluny, o arquivo das Religiosas de Maria Imaculada, o fundo do extinto Distrito de Ponta Delgada, o fundo da Alfândega de Ponta Delgada, o Arquivo do Museu Militar dos Açores, a imprensa periódica, entre outros arquivos que poderão contribuir para uma melhor compreensão deste espaço no passado e no presente. Para além deste, urge fazer-se o levantamento ao nível da iconografia e cartografia. Por fim, torna-se necessário a imprescindibilidade de um inventário do património móvel e imóvel.

Portanto, como já foi afirmado, pretendeu-se com esta proposta valorizar o património cultural, seja este arquitetónico, integrado, móvel, imóvel e imaterial do Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança da cidade de Ponta Delgada. Esta proposta é mais uma ferramenta para que o Santuário do Senhor Santo Cristo seja sinal de caminhadas do Homem, recordando-nos de donde viemos e quem somos, mas abre também o nosso olhar para discernir para onde caminhamos, rumo a que meta se dirige a nossa peregrinação na vida e na história. O património não é um encargo, mas um benefício e uma mais-valia, na sociedade da informação e do conhecimento do séc. XXI.

## **Fontes e Bibliografia**

### **I. Fontes manuscritas**

#### **Arquivo e Biblioteca Digital do Ministério das Finanças**

Disponível em: <http://badigital.sgmf.pt/> (consultado em: 10-10-2016)

Cópia do ofício a Igreja do Senhor Santo Cristo do Convento da Esperança (18-01-1928)

Cópia do ofício do director de Finanças do Districto de Ponta Delgada ao Director Geral da Fazenda Pública (20-11-1942)

Informações sobre conventos de freiras - 25-08-1944

#### **Arquivo da Biblioteca da Universidade dos Açores**

Fundo de Francisco Carreiro da Costa, seção dos reservados

COSTA, Francisco Carreiro da, *Palestras Radiofónicas* (30-4-1948).

#### **Arquivo Digital do Ministério das Finanças**

Cópia do Ofício do Director de Finanças do Districto de Ponta Delgada ao Director Geral da Fazenda Pública (20-11-1942)

Informações sobre conventos de freiras, 25-08-1944

#### **Arquivo Fotográfico do Instituto Cultural de Ponta Delgada**

Vista panorâmica do Campo de São Francisco, por ocasião das festas do Senhor Santo Cristo dos (1890 – 1900), autor incógnito

Vista panorâmica do Campo de São Francisco (1910-1920) por Hugo Knobloch & Co.

#### **Arquivo da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres**

Livro da matrícula dos irmãos [s.d.]

Representação da Irmandade do Senhor Santo Cristo pedindo a concessão do Mosteiro e respetivas alfaias (23-07-1894)

Livro das actas da Assembleia Geral da Irmandade do Senhor Santo Cristo da Esperança (1918-1943)

Livro de actas das sessões da Assembleia Geral (1940-1987)

Livro da Assembleia Geral (1986-2004)

Livro de actas da Direção da Irmandade do Senhor Santo Cristo (1914-1934)

Caderno contendo os nomes de todos os irmãos da Irmandade do Senhor Santo Cristo da Esperança de Ponta Delgada, que tem a idade de maiores em idade, com designação do estado, profissão e morada, extrahidos fielmente do livro respectivo [s.d.]

Estatutos da Corporação encarregada do Culto Católico na Igreja do Senhor Santo Cristo da Esperança de Ponta Delgada (14-01-1928)

Cópia da ata da Assembleia Geral da Irmandade, na qual se solicita a concessão do Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança à Irmandade (15-01-1928)

Cópia da ata da Câmara Municipal de Ponta Delgada determinando que a segunda feira da Festa do Senhor Santo Cristo é feriado municipal (06-03-1930)

Ofício do Director de Finanças do Districto de Ponta Delgada informando o Provedor da Irmandade do despacho ministerial autorizando a concessão, a título precário, de parte da cerca do extinto Convento da Esperança que havia sido cedida à Junta Geral para a fundação de uma creche (26-02-1935)

Auto de entrega de parte da cerca do extinto Convento da Esperança, da cidade de Ponta Delgada, à Confraria do Santo Cristo da nossa cidade (20-03-1935)

Ofício do Director de Finanças do Districto de Ponta Delgada ao Provedor da Irmandade informando do despacho ministerial que autoriza a concessão, a título precário, de parte da cerca do extinto Convento da Esperança à Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres (03-1935)

Exposição da Mesa da Irmandade à Direcção Geral da Fazenda Pública na sequência da notificação à Regente e Recolhidas para despejarem o edificio no prazo de 60 dias (1942 atr.)

Ofício do Provedor da Irmandade ao Director de Finanças do Districto de Ponta Delgada declinando o convite para guardar o edificio e as jóias do Senhor Santo Cristo (10-01-1943)

Estatutos da Irmandade do Senhor Santo Cristo (27-01-1995)

### **Arquivo Municipal de Ponta Delgada**

Pasta 36

Cerca do Convento da Esperança e Clube União Sportiva (12-10-1956).

### **Arquivo Nacional da Torre de Tombo**

Fundo do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, caixa 2078:

Pessoal do Convento (18-06-1860)

Primeiro inventário do mobiliário e imobiliário (16-06-1860)

Pessoal do pessoal existente no Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (30-12-1893)

Ofício a informar do falecimento da penúltima freira do Convento da Esperança (15-03-1894)

Telegrama ao Delegado do Thesouro de Ponta Delgada a exigir providências policiaes para evitar o descaminho dos bens dos Mosteiros de Santo André e Esperança (04-04-1894)

Telegrama do Delegado da fazenda Pública à Direcção geral dos Proprios Nacionaes a informar que a última religiosa do Convento da Esperança está a morrer (04-04-1894)

Telegrama a informar do falecimento da última religiosa (29-12-1894)

Segundo inventário do mobiliário e imobiliário (24-01-1895)

Ofício com auto de posse do Mosteiro da Esperança e juramentos (26-01-1895)

Nota comparativa entre os dois inventários a que se procedeu no extinto Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (23-02-1895)

Ofício a informar que não se efectuou a posse do Convento da Esperança (18-04-1894)

Relação do pessoal existente no Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (29-12-1894).

Carta da Congregação das irmãs da Missão a solicitar a cedência de parte do Convento da Esperança para instalação de um colégio de educação feminina (21-06-1894)

Ofício do delegado do tesouro do distrito de Ponta Delgada ao Conselheiro Director Geral dos Proprios Nacionaes (18-3-1895)

Acta da instalação da Comissão Administrativa do Convento de Nossa Senhora da Esperança (04-03-1895)

Imagem da Planta Geral do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (15-04-1895)

Acta da instalação da Comissão Administrativa do Convento de Nossa Senhora da Esperança (13-03-1895)

Ofício com auto de posse do Mosteiro da Esperança e juramentos (26-01-1895)

Pedidos relativos ao regime financeiro das receitas cobradas pela Junta Geral e ao Convento da esperança [s.d.].

Carta a solicitar a instalação de uma cozinha económica no Convento da Esperança (18-03-1899)

Planta de terreno solicitado pela Associação de Caridade Seculo XX (28-03-1901)

Documentos a solicitar cedência de terreno da cerca para construção de uma creche (1911 e 1912)

Planta geral do Convento da Esperança na Cidade de Ponta Delgada (1911)

Fundo do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, maço 270, caixa 216, n.º 1:

Ofício da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal Ordens Religiosas de 08-08-1827

Arquivo Oliveira Salazar

Pedido de entrega, pelo Governo, à Diocese de Angra, da propriedade do Convento da Esperança em Ponta Delgada, com o terreno e edificios anexo (1968)

Exposição ao Bispo de Angra para que solicite ao Governo a cedência da propriedade do Convento da Esperança à Diocese (1968)

Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Presidente, caixa 79:

Ofício do Governador do Distrito de Ponta Delgada ao Director Geral da Fazenda Pública

## **Arquivo do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança**

- Livro Quarto das entradas e profissões religiosas (1701-1829)
- Livro Quinto dos Óbitos (1701-1923)
- Livro das Esmolas da Capela do Senhor Santo Cristo (1750 atr. -1890)
- Livro das Visitações e Patentes (1784-1851)
- Livro da receita e despesa do granel do mosteiro (1771-1834)
- Livro de Autos de eleição (1704-1790)
- Livro dos Autos de eleição (1791-1832)
- Livro de Autos de eleição (1833-1885)
- Livro de despesa diária (1795-1814)
- Livro de contas da comunidade (1878-1889)
- Patente do Comissario vizitador Fr. Luiz de Jesus (1719)
- (Autobiografia) Vida da Serva de Deus Teresa da Anunciada, religiosa professa em o convento da Esperança da cidade de Ponta Delgada, da Ilha de São Miguel, cuja vida mandou escrever o seu confessor (1703-1736 atr.)
- Rol do que se gastou com o funeral e mais despesas da Madre Teresa da Anunciada (1738 atr.)
- Memorial dos milagres que succederão da Madre Thereza d'Anunciada Religioza professa no Mosteyro de Nossa Senhora da Esperança da Cidade de Ponta Delgada Ilha de São Miguel (16-05-1738)
- Carta do último confessor da madre Teresa da Anunciada, Frei Manuel do Rosário, dirigida à Madre Teresa de Jesus Maria (10-10-1738)
- Processo de beatificação ordenado pelo Bispo de Angra, D. Frei Valério do Sacramento (05-1740)
- Processo de beatificação ordenado pelo Custódio Provincial da Custódia da Santíssima Conceição das ilhas de São Miguel e Santa Maria, Frei Pedro de São Francisco (07-1740)
- Rol do gasto que se fez com oferta do Senhor Santo Cristo e depois dela até hoje (19-10-1753)
- Os milagres que obrou a Imagem do Ecce Homo da Esperança (séc. XVIII atr.)
- Milagres do Senhor Santo Cristo – Ecce Homo (segunda metade do séc. XVIII)
- Nota de despesa Coro Baixo e Ermida de Nossa Senhora da Paz (1737-1767)
- Conta corrente de M.<sup>c</sup> Quiteria Francisca de Santa Roza (1764)
- Conta corrente das encomendas da Madre Quiteria de Santa Rosa para o Senhor Santo Cristo (1768)
- Despesa que se fez com a Capela do Senhor Santo Cristo (1771 atr.)
- Obras na Capela do Senhor Santo Cristo (1771 atr.)
- Carta de Fellicia Antonia ao Senhor Santo Cristo (séc. 1770 atr.)
- Estatutos das Educandas Seculares [s.d.]
- Carta do 6º conde da Ribeira Grande, D. Luís António José Maria da Câmara, à Madre Quiteria Francisca de Santa Rosa (23-09-1785)
- Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva, à Madre Quiteria Francisca de S.<sup>a</sup> Rosa (15-07-1786)

Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva, à Madre Quiteria Francisca de S.<sup>a</sup> Rosa (30-03-1786)

Carta do 6º conde da Ribeira Grande, D. Luís António José Maria da Câmara, à Madre Quiteria Francisca de S.<sup>a</sup> Rosa (22-09-1786)

Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva, à Madre Quiteria Francisca de Santa Rosa (17-05-1789)

Carta da Madre Quitéria Francisca de Santa Rosa ao Bispo de Angra, D. Fr. Joze da Ave Maria (28-06-1790)

Carta do Núncio Apostólico às religiosas do Mosteiros da Esperança, concedendo indulgências na Solenidade da Imagem do Senhor Santo Cristo (28-04-1813)

Rol da Irmandade de Nossa Senhora do Pilar (1814)

Recibo de pagamento do feitio da coroa de espinhos (02-05-1818)

Representação ao Rei D. João VI (25-04-1824)

Carta do Bispo de Angra, D. Frei Alexandre da Sagrada Família, às religiosas do Mosteiros da Esperança, remetendo o documento das indulgências na Solenidade da Imagem do Senhor Santo Cristo, concedida pelo Núncio Apostólico (19-05-1817)

Plano por onde se devem seguir para armar o órgão de tubos [s.d.]

Plano para montagem de piano (séc. XIX atr.)

Pastoral do Cabido Catedralício (25-08-1813)

Carta do Bispo de Angra ao Sindico do Mosteiro da Esperança sobre a nova pauta de sustentação e alimentação das religiosas (31-03-1821)

Carta da Abadessa do Mosteiro da Esperança a pedir autorização para admitir as religiosas Maria Luiza do Coração de Jezus e Jacinta Candida do Coração de Jezus (1832)

Pedido de admissão da Madre Maria Vicência da Conceição e de Madre Constância Thomazia do Amor Divino, Religiosas do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Ponta Delgada (28-01-1833)

Escritura de cedência de um anel de água do tubo do Mosteiro (22-01-1836)

Nota para as festividades [s.d.]

Ofício do administrador do concelho de Ponta Delgada informando da entrega do Arquivo do Mosteiro (1841)

Ofício do Secretario do Governo Civil à Abadessa do Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança no qual autoriza o sepultamento da madre Maria Isabel do Santo Cristo (29-06-1842)

Carta do Bispo de Angra a acusar o recebimento das alfaias das extintas Cazas Religiosas da Ilha de são Miguel (13-07-1842)

Delegação de faculdade para bênção do aumento do cemitério do Mosteiro ao ouvidor de Ponta Delgada (27-07-1842)

Carta da Abadessa do Mosteiro da Esperança a pedir autorização para admitir a M.<sup>o</sup> Anna Umbelina (1853)

Regulamento para as Meninas do Padroado (30-04-1859)

Cópia de Ofício enviado ao Bispo de Angra a exigir providências nas Casas Religiosas de modo a evitar sepultamento no interior dos Mosteiros (24-04-1867)

Pedido da Madre Anna Theodora do Coração de Maria para ocupação de cela e cozinha (07-02-1873)

Conta da receita e despesa da Capella [Senhor Santo Cristo] de julho de 1875 (22-08-1876)

Cadernos de contas (1875-1876)

Conta da Receita e Despesa proveniente das esmolas do Senhor Santo Cristo - Ecce Homo no Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança d'esta Cidade desde 22 d'Agosto de 1884 até egual data de 1885 sendo abbadessa e Administradora a R. M.<sup>e</sup> Antónia Emília do Coração de Maria

Cópia de parte da Acta da Sessão da Câmara Municipal de Ponta Delgada, de 19 de Abril de 1886, na qual consta a decisão da Câmara em exumar os ossos do cemitério conventual e translada-los para o cemitério de São Joaquim

Absolvição das religiosas do Mosteiro da Esperança devido à sua inercia aquando da abertura da Avenida Roberto Ivens nos terrenos da cerca do convento (1886)

Nomeação da Abadessa madre Maria Vicência da Conceição (02-05-1888)

Conta da Receita e Despesa proveniente das esmolas do Senhor Santo Cristo Ecce Homo no Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança d'esta Cidade desde o 1.º de Janeiro de 1889 até egual data de 1890 sendo abbadessa e Administradora a R. M.<sup>e</sup> Maria Vicência da Conceição (1889-1890)

Propostas de alteração aos estatutos da Irmandade do Senhor Santo Cristo (07-06-1891)

Memorando das obras na Capela do Senhor Santo Cristo e respetiva transladação da Imagem do Senhor Santo Cristo (03-03- 1900)

Conta da Receita e Despesa do Senhor Santo Christo e Comunidade (1903)

Factura de *Francisco M. Do rego Costa* - Armazém de quinquilharia, ferragens, ferro, tintas, chapéus, líquidos e outras mercadorias (18-11-1902)

Recibo de pagamento a João de Medeiros Moura e João Raposo, por trabalho feito no altar do Senhor Santo Cristo (03-01-1903)

Recibo de pagamento a João de Medeiros Moura e João Raposo, por trabalho feito no altar do Senhor Santo Cristo (10-01-1903)

Recibo de pagamento a João de Medeiros Moura e João Raposo, por trabalho feito no altar do Senhor Santo Cristo (03-01-1903)

Recibo de pagamento a João de Medeiros Moura e João Raposo, por trabalho feito no altar do Senhor Santo Cristo (07-02-1903)

Recibo de pagamento a João de Medeiros Moura e João Raposo, por trabalho feito no altar do Senhor Santo Cristo (21-02-1903)

Recibo de pagamento a João de Medeiros Moura e João Raposo, por trabalho feito no altar do Senhor Santo Cristo (07-03-1903)

Factura de *Francisco M. Do rego Costa* - Armazém de quinquilharia, ferragens, ferro, tintas, chapéus, líquidos e outras mercadorias (28-03-1903)

Recibo de pagamento a João de Medeiros Moura e João Raposo, por trabalho feito no altar do Senhor Santo Cristo (26-09-1903)

Recibo de pagamento a João de Medeiros Moura e João Raposo, por trabalho feito no altar do Senhor Santo Cristo (03-10-1903)

Relação dos objectos, mobiliário, jóias e paramentos do extinto Convento de Nossa Senhora da Esperança (13-03-1909).

Contas da Receita e Despesa no Convento da Esperança de Ponta Delgada (1911-1912)

Relação dos objectos, mobiliário, jóias e paramentos do extinto Convento de Nossa Senhora da Esperança (15-05-1913)

Requerimento ao Ministro da Justiça e dos Cultos solicitando a entrega da Igreja, suas dependências e objetos de culto a uma Corporação (18-01-1928).

Regulamento disciplinar interno do Recolhimento da Esperança (1929 atr.);

Inventário do Convento da Esperança (1934).

## **Arquivo Municipal de Ponta Delgada**

Pasta 56

Ofício do Director de Finanças do Distrito de Ponta Delgada ao Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada a solicitar parecer sobre o pedido de cedência de parte da cerca do Convento da Esperança ao Clube União Sportiva (12-10-1956).

## **Arquivo Secreto do Vaticano**

Arquivo da Nunciatura em Lisboa

Arquivo da Nunciatura em Lisboa, relatório de contas que o síndico Dr. António Francisco de Carvalho deu da administração dos bens do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança desde o mês de Outubro de 1784. Inclui a conta corrente do mosteiro com o procurador, desde o ano de 1784 e o acréscimo dos preços do trigo pagos às religiosas e recebidos dos rendeiros, entre os anos de 1784 a 1789. Neste documento incluem-se as despesas, genéricas, com obras de reedificação do Mosteiro desde o ano de 1781 até 1787 [s.d.].

Arquivo da Nunciatura em Lisboa, Carta de sentença Cível dada pelo Juiz Luís Francisco Rebelo Borges de uns autos sobre as contas do Dr. António Francisco de Carvalho, síndico do Convento de Nossa Senhora da Esperança (27-02-1790)

Arquivo da Nunciatura em Lisboa, Carta de António Francisco de Carvalho [ao Núncio] dando conta das suas acções em favor do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, desde que era síndico, trabalhando com zelo e actividade no culto e reparo do templo e na reedificação do mosteiro que se encontrava em decadência. (28-04-1790)

## **Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada**

Fundo Monásticos: Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada

Livro de receitas e despesas do Arquivo (1728-1755)

Livro de tombo de títulos (1731)

Livro de tombo de bens (1731)

Livro das contas gerais (1755-1772)

Livro de entradas e saídas do dinheiro do arquivo (1755-1804)

Carta de obrigação entre o Mosteiro da Esperança e João Pedro Ayres, organeiro, para construção de um órgão (1781), Maço n.º 2 (1543-1823), doc. n.º 136.

Livro 3.º da conta corrente (1810-1819)

Livro da despesa diária (1821-1828)

1.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1823-1825)

2.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1825-1828)

3.º Caderno de obras do Mosteiro de N. Sr.ª da Esperança (1828-1832)

Livro da receita e da Despesa do Trigo que entra nos granéis do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança, desta cidade, do tempo do actual syndico O Beneficiado Manoel José da Costa Camara (1821-1831)

Livro de despesa mensal (1828-1832)

Livro das contas gerais, que entregou o beneficiado Manoel Jose da Costa Camara, ex síndico do Mosteiro de Nossa Senhora da esperança desta cidade de Ponta Delgada, no dia 17 de dezembro de 1833. (outubro de 1821 a 30 de julho de 1832)

Livro das contas gerais (1833-1835)

Livro de atas das reuniões da Comissão Administrativa do Convento de N. Sr.ª da Esperança de Ponta Delgada (1895-1903)

Fundo Monásticos: Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Ponta Delgada

Livro das Escrituras do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Ponta Delgada (1662-1724).

Fundo de Ernesto do Canto

Projecto de Estatutos para a Irmandade do Senhor Santo Christo do Mosteiro da Esperança (24-03-1891)

José Torres, *Variedades Açorianas*: Escriptos e Documentos referentes às ilhas Açorianas. Ponta Delgada, [s.n.], vol. IV, [s.d.].

### **Centro de Informação e Documentação da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas**

Planta geral da cidade de Ponta Delgada (1831)

Planta da Avenida Roberto Ivens (1962)

Projecto de calcetamento da entrada do jardim do Convento da Esperança em Ponta Delgada (27-06-1977)

Memória descritiva do projecto de reconversão do granel do Convento de N. Sr.ª da Esperança (02-07-1981)

Gravura do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (meados atr.)

## II. Fontes impressas

ABRANCHES, Joaquim Cândido, *Album Michaelense*. Ponta Delgada, Typhografia de Manoel Corrêa Botelho, 1869.

ALVERNE, Fr. Agostinho de Monte, *Crónicas da Província de São João Evangelista*. 2.<sup>a</sup> Edição. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. I e II, 1994.

CANTO, Jácome Carvalho do, *A perfeita religiosa e tesouro de avisos, e documentos espirituais: com hum Tratado de Meditações devotas do amor de Deus*. Lisboa, [s.n.] 1615. Disponível em: <http://purl.pt/14064> (consultado em 02-06-2017).

CARPINETTI, João Silvério, *Gravura da Venerável madre Tereza da Anunciada, orando na capella do Santo Christo dos Milagres*. Lisboa, [s.n.], 1763. Disponível em: <http://purl.pt/12419> (consultado em: 10-06-2017).

CHAGAS, Frei Diogo, *Espelho cristalino em jardim de várias flores*. Ponta Delgada, Direção Regional dos Assuntos Culturais / Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 2007.

CLEMENTE, José (Presbítero do Oratório de S. Filipe Nery). *Vida da Venerável Madre Teresa da Anunciada Escrita e Dedicada ao Senhor Santo Cristo com Invocação do Ecce Homo*. Anotações de Hugo Moreira. 21.<sup>a</sup> Edição. Ponta Delgada, Empresa Gráfica Açoriana, Ponta Delgada, 2015.

“Descrição da Ilha de São Miguel”. In *Arquivo dos Açores*. Ponta Delgada, [s.n.], vol. I, 1878, p. 199-126. Disponível em: <http://biblioteca.uac.pt/pt-pt/recursos-arquivo-aco> (consultado em 02-02-2017).

FERREIRA, Isabel, *Nova Conservação, Lda., Carta sobre a intervenção de conservação e restauro no coro baixo do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança*. (20-01-2018).

FERREIRA, Isabel, *Nova Conservação, Lda., mensagem de correio electrónico sobre as diferentes tipologias de azulejos existentes no Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança*. (03-03-2018).

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*. Instituto Cultural de Ponta Delgada, vol. IV, 2011.

Igreja Católica: CARVALHO, D. Manuel Afonso de “Elevação da Igreja do Senhor Santo Cristo dos Milagres, em Ponta Delgada, a Santuário Diocesano e normas a observar na celebração da festa anual ao seu Orago”. In Diocese de Angra, *Boletim Eclesiástico dos Açores*. Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, 1959, vol. 35, n.º 812, p. 405-405.

Igreja Católica: CARVALHO, D. Manuel Afonso de “O culto do Divino Espírito Santo nos Açores”. In Diocese de Angra, *Boletim Eclesiástico dos Açores*. Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, 1959, vol. 35, n.º 812, p. 431-434.

Igreja Católica: Comissão organizadora “Modelo para estatutos das Irmandade do divino Espírito Santo”. In Diocese de Angra, *Boletim Eclesiástico dos Açores*. Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, 1959, vol. 35, n.º 812, p. 435-440.

Igreja Católica: CARVALHO, D. Manuel Afonso de, “Regulamento dos Romeiros da Ilha de S. Miguel - Açores”. In Diocese de Angra, *Boletim Eclesiástico dos Açores*. Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, 1962, vol. 37, n.º 816, p. 38-47.

Igreja Católica: CARVALHO, D. Manuel Afonso de, “A igreja de São Mateus do Pico elevada à categoria de Santuário”. In Diocese de Angra, *Boletim Eclesiástico dos Açores*. Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, vol. 37, n.º 816, 1962, p. 48-49.

Igreja Católica: CARVALHO, D. Manuel Afonso de, *Boletim Eclesiástico dos Açores*. Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, vol. 38, n.º 817, 1963.

Igreja Católica: BRITO, D. Francisco José Ribeiro Vieira e, “Relatório do 30.º bispo de Angra D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito”. In Diocese de Angra, *Boletim Eclesiástico dos Açores*. Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, suplemento ao vol. 63, 2014.

Igreja Católica: ALVES, Herculano, coord., *Bíblia Sagrada*. Fátima, Difusora Bíblica, 2015.

“Licença para as Freiras de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada, poderem adquirir bens de raiz: 19 de setembro de 1545”. In *Arquivo dos Açores*. Ponta Delgada, [s.n.], vol. V, 1883, p. 105. Disponível em: <http://biblioteca.uac.pt/pt-pt/recursos-arquivo-acoeres> (consultado em 02-02-2017).

MELLO, Francisco Afonso Chaves &, *Margarita Animada idea moral, politica & histórica de três Estados discursada na vida da venerável Margarida de Chaves natural da Cidade de Ponta Delgada da Ilha de são Miguel coma descrição da mesma Ilha*. 2.<sup>a</sup> edição: comentada e anotada por Nuno A. Pereira e Hugo Moreira. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994.

PEREIRA, Fr. José António Correia, (Coord.), *Fontes Franciscanas II – Santa Clara: escritos, biografias e documentos*. Braga, Editorial Franciscana, 1996.

PEREIRA, Fr. José António Correia, (Coord.), *Fontes Franciscanas I - S. Francisco de Assis: escritos, biografias e documentos*. Braga, Editorial Franciscana, 2005.

Ordem de São Francisco, *Constituições geraes pera todas as Freiras e Religiosas sogeitas à obediência da Ordem de N. P. S. Francisco nesta Família Cismontana*. Lisboa, officina de Miguel Deslandes, 1693. Disponível em: <http://purl.pt/24049> (consultado em: 20-01-2017).

SÃO LUIS, Manuel de, *Instruções moraes, e asceticas deduzidas da vida e morte, da Veneravel Madre Soror Francisca do Livramento Abbadessa que foi no Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança da Cidade de Ponta-Delgada, ilha de São MIGUEL*. Lisboa Oriental, Officina Augustiniana, 1731.

SILVA, António Tomás Conceição, *Nossa Senhora da Conceição (Padroeira do Reino)*. [s.l.] , Guimarães Libanio, 1899. Disponível em: <http://catalogo.bnportugal.pt/> (consultado em: 12-08-2017).

SUPICO, Francisco Maria, *Escavações*. Direc. e Coord. José Paim de Bruges da Silveira Estrela Rego. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995 – 2001.

### III. Fontes orais

- José Manuel Santos Narciso. Ponta Delgada (23-06-2016)
- Ir.<sup>a</sup> Margarida Borges. Ponta Delgada (14-06-2016)
- Ir.<sup>a</sup> Margarida Pimentel. Ponta Delgada (20-06-2017)

### IV. Legislação

*Collecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o governo da regencia do Reino estabelecida na Ilha Terceira desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832.* Lisboa, Imprensa Nacional, Primeira Série, 1836. Disponível em: <http://net.fd.ul.pt/legis/1832.htm#> (consultado em: 05-02-2017).

*Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde que assumiu a regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833.* Lisboa, Imprensa Nacional, Segunda Série, 1836. Disponível em: <http://net.fd.ul.pt/legis/1832.htm#> (consultado em: 05-02-2017).

*Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Câmaras Legislativas,* Terceira série, Imprensa Nacional, Lisboa 1840. Disponível em: <http://net.fd.ul.pt/legis/1832.htm#> (consultado em: 05-02-2017).

GOVERNO DA REPÚBLICA: Rectificações ao decreto n.º 11887, que concede personalidade jurídica às corporações encarregadas do culto de quaisquer agremiações ou confissões religiosas; permite o ensino religioso nas escolas particulares; reconhece o direito de aposentação aos ministros da religião católica que à data da proclamação da República exerciam funções religiosas por nomeação ou apresentação do Estado. Disponível em: <http://www.leideportugal.com/diario-primeira-serie/1926-07-17> (consultado a 18-12-2018).

GOVERNO DA REPÚBLICA: *Decreto n.º 39 175 de 17 Abril de 1953.* Classifica o Convento de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada como monumento nacional. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1953/04/07700/05720574.pdf> (consultado em: 05-02-2017).

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: *Lei n.º 107/2001, de 8 setembro.* Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/> (consultado em: 05-02-2017).

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: *Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto.* Aprova a Lei-Quadro dos Museus Portugueses. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/> (consultado em: 05-02-2017).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES: *Decreto Legislativo Regional n.º 3 /2015/A de 4 de fevereiro*. Regime Jurídico de Proteção e Valorização do Património Cultural Móvel e Imóvel. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/documentos/?categoria=3> (consultado em: 02-11-2017).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES: *Decreto Legislativo Regional n.º 4/2015/A de 20 de Fevereiro de 2015*. Atribui a designação de «tesouro regional» à imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, do Convento da Esperança na ilha de São Miguel, e os seus cinco dons. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/66558698/details/maximized?serie=I%2Fen&dreId=66558689> (consultado em: 02-11-2017).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES: *Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A de 22 de novembro de 2016*. Aprova o regime jurídico dos museus da região Autónoma dos Açores. Disponível em: [https://dre.pt/home/-/dre/75784205/details/maximized?p\\_auth=LGodTm0c/en/en](https://dre.pt/home/-/dre/75784205/details/maximized?p_auth=LGodTm0c/en/en) (consultado em: 22-04-2018).

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES: *Resolução do Conselho do Governo n.º 35 /2017 de 8 de maio de 2017*. Autoriza a Diocese de Angra e Ilhas dos Açores a transferir a propriedade do Convento de Nossa Senhora da Esperança, que lhe foi cedido pela Resolução do Conselho do Governo n.º 112/2004, de 29 de julho, para o Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Disponível em: <http://www.vpgr.azores.gov.pt/sites/cid/Legislacao/974aa6f8-3c8a-4736-bb21-b92844d1c52c.pdf> (consultado em 05-02-2017).

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES: *Resolução do Conselho do Governo n.º 112/2004 de 29 de Julho de 2004*. Na qual se cede, a título definitivo e gratuito, à Diocese de Angra e Ilhas dos Açores, o Convento da Esperança. Disponível em: <http://www.azores.gov.pt/JO/Serie+I/2004/S%C3%A9rie+I+N%C2%BA+31+de+29+de+Julho+de+2004/Resolu%C3%A7%C3%A3o+do+Conselho+do+Governo+N%C2%BA+112+de+2004.htm> (consultado em: 05-02-2017).

LXCONVENTOS. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2013/2015. Disponível em: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/legislacao/> (consultado em: 10-12-2017).

UNESCO: *Recomendação relativa à proteção dos museus e das coleções, da sua diversidade e do seu papel na sociedade*. UNESCO/ICOM, Paris, 2015. Disponível em: [http://icom-portugal.org/multimedia/documentos/UNESCO\\_PMC.pdf](http://icom-portugal.org/multimedia/documentos/UNESCO_PMC.pdf) (consultado em: 03-10-2017).

## V. Sites consultados

Arquivo Nacional da Torre de Tombo. Disponível em: <http://antt.dglab.gov.pt/> (consultado em: 02-01-2017).

Arquivos Regionais dos Açores. Disponível em: <http://www.arquivos.azores.gov.pt/> (consultado em: 02-01-2017).

Biblioteca Digital. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/> (consultado em: 18-10-2017).

Biblioteca DigiTile: azulejaria e cerâmica on-line. Disponível em: <http://www.digitile.org/> (consultado em: 02-06-2011).

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. Disponível em: <http://www.bparpd.azores.gov.pt/> (consultado em: 01-01-2017).

Colégio de São Francisco Xavier. Disponível em: <http://www.colegiosfxavier.com> (consultado em: 10-03-2018).

Comité Nacional Português do ICOM. Disponível em: <http://www.icom-portugal.org/> (consultado em: 22-02-2017).

Cultura Açores. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/> (consultado em: 26-02-2017).

Debates Parlamentares. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/> (consultado em: 22-02-2017).

Dialnet. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es> (consultado em: 22-02-2017).

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: Instituto de História do Direito e do Pensamento Político. Disponível em: <http://net.fd.ul.pt/legis/indice-titulos.htm> (consultado em: 22-01-2017).

Hemeroteca Municipal de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/> (consultado em: 20-01-2017).

Lx Conventos. Disponível em: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/> (consultado em: 18-10-2017).

Museu da Consolata. Disponível em: <http://masefatima.blogspot.pt/> (consultado em: 02-03-2018).

O SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Disponível em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/Default.aspx](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx) (consultado em: 01-05-2017).

Radio Atlântida. Disponível em: <http://www.radioatlantida.net/> (consultado em: 01-03-2018).

Repositório Científico de Acesso Aberto. Disponível em: <http://www.rcaap.pt/> (consultado em: 05-01-2017).

Torre dos Clérigos. Disponível em: <http://www.torredosclerigos.pt/pt/> (consultado em: 03-03-2018).

## VI. Bibliografia

AA.VV. “Gonçalves, António Augusto”. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, [s.d.], vol. XII, p. 551-553.

AA.VV. “Silva, António Tomás Conceição”. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, [s.d.], vol. VII, p. 343-344.

AA.VV. *Splendor et gloria: cinco jóias setecentistas de exceção*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2015.

ABRANCHES, Joaquim Roque e PINTO, Manuel, “Os museus da igreja como memória da fé”. In *Communio: Revista Internacional Católica*. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1996, n.º 1, p. 64-81.

AFONSO, André das Neves, “Museus Eclesiásticos e a sua função pastoral: obstáculos e necessidades no Patriarcado de Lisboa”. In PINHEIRO, Âurea da Paz, coord., *Revista Vox Musei: arte e património*. Lisboa, Universidade Federal do Píauí e Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes da Universidade de Lisboa, vol. 1, 2013, p. 86-101.

*Idem*, *Museus da Igreja: missão pastoral e cultura*. Lisboa, Paulus, 2015.

AFONSO, André das Neves, “Os museus eclesiais e a museologia contemporânea”. In SALDANHA, Sandra Costa, direct., *Invenire*. Lisboa, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, n.º 10, 2015, p. 57-65.

AFONSO, Carlos Falcão. *Ponta Delgada: Vandalismo ou Desenvolvimento*. Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2007.

ALBUQUERQUE, António Manuel Machado da Saldanha e, *Igreja e sociedade no Portugal do século XIX: a cidade da Horta*. Dissertação de doutoramento. Roma, Pontificia Universidade Gregoriana: Faculdade de história e bens culturais da Igreja, 2011.

ALMEIDA, Jacinto da Costa, coord., *Vida e Virtudes da Madre Teresa d’Anunciada, a Freira do Senhor Santo Cristo*. Ponta Delgada, [s.n.], 1987.

ALMEIDA, Diogo Rafael, *O claustro como elemento catalisador da vida monástica: da clausura à cidade de Lisboa*. Dissertação de mestrado. Lisboa, Universidade Lusíada, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11067/1538> (consultado em: 12-12-2017).

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis, *Nueva Museología*. 2.ª edição revista e atualizada por Isabel García Fernández. Madrid, Alianza Editorial, 2012.

*Idem*, *Museologia y museografía*. Barcelona, Ediciones del Serbal, 2013.

*Idem* e GARCIA FERNÁNDEZ, Isabel, *Diseño de exposiciones*. Madrid, Alianza Editorial, 2014.

AMBRÓSIO, Vítor, coord., *Estudo sobre o Turismo Religioso nos Açores*. Ponta Delgada, Observatório Regional do Turismo e Centro de Estudos do Turismo, 2015.

ANDRADE, Maria Filomena, “Franciscanos”. In Franco, José Eduardo, coord., *Dicionário Histórico das Ordens institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Lisboa, Gradiva, 2010, p. 160-165.

*Idem*, “Mulheres sob custódia: as comunidades de clarissas como espaços de obediência e autonomia (séc. XIII e XIV)”. In FONTES, Paulo F. de Oliveira, direc., *Lusitania Sacra*. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa: Centro de Estudos de História Religiosa, n.º 31, 2015, p. 33-50

ANDRADE, José e RODRIGUES, José António, *A Festa do Senhor no coração dos Açores*. São Roque, Publiçor / Letras Lavadas, 2011.

*Idem*, *Senhor Santo Cristo dos Milagres: De Ponta Delgada para o Mundo*. São Roque, Publiçor / Letras Lavadas, 2013.

*Idem* e RODRIGUES, José António, *Santo Cristo: Álbum de Emoções e Roteiro de Razões*. São Roque, Publiçor / Letras Lavadas, 2015.

ANTUNES, Tiago Molarinho e FERREIRA, Mariana Pinto da Rocha Jorge, “O Palácio dos Condes da Ribeira Grande, na Junqueira. Análise do conjunto edificado”. In CARITA, Hélder; MALTA, Marize e MENDONÇA, Isabel, coord., *A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos Interiores*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa: Instituto de História da Arte Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Escola de Belas Artes Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014, p. 225-247.

ARRUDA, Luís M., “Gaspar Frutuoso”. In *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=9828> (consultado em: 14-04-2018).

ATAÍDE, Luís Bernardo Leite de, “Novos subsídios para a Etnografia e para a História da Arte Portuguesas - II - Azulejos do Convento da Esperança de Ponta Delgada”. In *Revista Michaelense*. Ponta Delgada, Oficina de Artes Gráficas, ano II, 1919, p. 168-173.

*Idem*, *Achitectura Regional: S. Miguel Açores*. Ponta Delgada, Oficina de Artes Gráficas, 1920.

*Idem*, *Etnografia, arte e vida antiga dos Açores*. 2.ª Edição. [s.l.], Governo dos Açores: Direção Regional da Cultura, vol. I e IV, 2011.

AZEVEDO, Carlos Moreira, “Confronto entre presença franciscana e Bispos de angra, no fim do Antigo Regime (1782-1820): a reorganização eclesial, na documentação vaticana”. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, n.º LXXIII, 2015, p. 21-51.

BARATA, Maria Filomena, “A salvaguarda dos bens culturais e o ordenamento do território: um passivo e um futuro”. In Lacerda, Manuel, direc., *Património Estudos*. Lisboa, Ministério da Cultura / Instituto Português do Património Arquitectónico, n.º 6, 2004, p. 12-19.

BARATA, Joana e DUARTE, Berta, *Um percurso pela pintura portuguesa: coleção telo de Morais*. Catálogo de Exposição. Coimbra, Gráfica Ediliber, 2011. Disponível em: [https://issuu.com/imc-ip/docs/catalogo\\_grao\\_vasco](https://issuu.com/imc-ip/docs/catalogo_grao_vasco) (consultado em: 07-07-2017).

BARATA, Paulo, J. S, “As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer”. In FERREIRA, António Matos, direc., *Lusitania Sacra*. Lisboa, Universidade Católica: Centro de Estudos de História Religiosa, n.º 24 (Julho-Dezembro), 2011, p. 125-152.

BERGAMINI, Augusto, “culto”. In CANALS, Juan María, SARTONE, Domenico e TRIACCA, Achille M., coord., *Nuevo Diccionario de Liturgia*. 3.ª Edição. Madrid, Sanpablo, 1996, p. 501-510.

BARRIGAS, Ana Patrícia Paiva, *De Recolhimento a Colégio de Nossa Senhora da Esperança - Dar vida a espaços históricos: contributos para a criação de um Núcleo Museológico*. Relatório de Estágio do mestrado em História e Património. Porto, Universidade dos Porto, Faculdade de Letras, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/108631> (consultado em: 07-12-2017).

BRADFORD, Sofia de Amaro Pavão, *Intramuros, entre mundos: reflexão a partir do Convento de Santa Marta*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitetura, 2014 Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/7932> (consultado em: 10-12-2016).

BRAGA, Henrique Correia e FERREIRA, Sofia de Ruival, “Splendor et Gloria”. In *Ourivesaria Portuguesa*. Revista de distribuição online gratuita. Lisboa, [s.n.], n.º 1, 2014, p. 10-16.

Disponível em:

[https://issuu.com/henriquebraga/docs/revista\\_ourivesaria\\_portuguesa\\_n\\_1](https://issuu.com/henriquebraga/docs/revista_ourivesaria_portuguesa_n_1) (consultado em: 26 - 12- 2017).

BRULON, Bruno, “ Da artificação do sagrado nos museus: entre o teatro e a sacralidade “. In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, série n.º 21, n.º2, 2013, p. 155-175. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php> (consultado em: 02-04-2018).

CABRAL, Clara Bertrand, *Património Cultural Imaterial – convenção da UNESCO e seus contextos*. Lisboa, Edições 70: Coleção Artes & Comunicação, 2011.

CAFÉ, Daniel Calado, *Rede em teias museológicas: sociomuseologia, redes museológicas locais, e os museus do território de Alcanena*. Tese de Doutoramento. Lisboa, Universidade Lusófona, 2012.

CALADO, Luís Ferreira, coord., *Estudos de Património*. Lisboa, Ministério da Cultura / Instituto Português do Património Arquitectónico, n.º2, 2002.

CÂMARA Municipal de Ponta Delgada, “comunicado”. In *Correio dos Açores*. Ponta Delgada, 24-11-2017, p. 13.

CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da e CARVALHO, Maria do Rosário Salema, “Azulejaria barroca na ilha de São Miguel: temas e perspectivas de investigação”. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, coord., *Artes decorativas nos Açores*. Porto, Universidade Católica, 2015, p. 16-46.

CAMASSA, Erminia, *I Beni culturali di interesse religioso: Principio di collaborazione e pluralità di ordinamenti*. Torino, Giappichelli editore, 2013.

CAMACHO, Clara Frayão, *Redes de Museus e Credenciação: uma panorâmica europeia*. Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015.

CAMBOTAS, Manuela Cernadas, MEIRELAS, Fernanda e PINTO, Ana Lúcia, *História da arte ocidental e portuguesa, das origens ao final do século XX*. Porto, Porto Editora, 2001.

CARVALHO, Ana, Coord., *Participação: Partilhando a Responsabilidade*. Lisboa, Acesso Cultura, 2016.

CARVALHO, Cristina Sá, *A arte cristã*. Lisboa, Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015.

CARVALHO, Maria do Rosário Salema Cordeiro Correia de, *A pintura do azulejo em Portugal [1675-1725]: Autorias e biografias - um novo paradigma*. Tese de doutoramento. Lisboa, Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/6527> (consultado em: 10-05-2017).

CARVALHO, Rui Galpim de, “Topázio Imperial - o antigo rubi brasileiro”. In *Portugalgemas: magazine digital de gemas e joalheria*. Sintra, n.º 8, 2009, p. 1-4. Disponível em: [http://www.pin.pt/pdf/PORTUGAL\\_GEMAS.pdf](http://www.pin.pt/pdf/PORTUGAL_GEMAS.pdf) (consultado em: 02-01-2018).

CASELLA, Gabriella, PALMEIRO, Miguel e PROVIDÊNCIA, Catarina, “Os Clérigos – uma igreja, uma torre, uma viagem ao intangível. Projeto de musealização”. In LACERDA, Manuel, *Revista Património*. Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural / Imprensa Nacional Casa da Moeda, n.º 4, 2016, p. 108-113.

CATALÁN MARTINEZ, Elena, “una vida de oración y penitencia. Ele ideal conventual feminino a través de las crónicas franciscanas”. In PIÑERO, Ana Maria Suárez, *Sémata: Ciencias Sociales e Humanidades – Francisco de Asis e el franciscanismo*. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, n.º 26, 2014, p. 247-270. Disponível em: <http://www.usc.es/revistas/index.php/semata/article/view/1853/2328> (consultado em: 10-08-2017).

CHAVES, Duarte Nuno, *Os Terceiros e os seus «santos de vestir»: os últimos guardiões do património franciscano na cidade da Ribeira Grande, S. Miguel, Açores*.

Dissertação de mestrado. Ponta Delgada, Universidade dos Açores. 2013. In <http://hdl.handle.net/10400.3/2142> (consultado em: 11-01-2016).

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain, *Diccionario de los símbolos*. 1.<sup>a</sup> Edição, 9.<sup>a</sup> Impressão. Barcelona, Editorial Herder, 2012.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigote, “Mosteiros”. In AZEVEDO, Carlos Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa, Circulo de Leitores / Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, vol. III, 2001, p. 274-279.

“Clausura”. In FRANCO, Francisco Manoel de Mello, HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de salles, direct., *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa, Circulo de Leitores, vol. II, 2015, p. 1011.

CLEMENTE, Manuel, *Igreja e sociedade portuguesa – do liberalismo à república*. Lisboa, Assírio & Alvim, 2012.

CLETO, Albino M., “Património e evangelização”. In GALVÃO, Henrique Noronha, direc., *Communio – Revista Internacional Católica*. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, ano XIII, n.º 1, 1996, p. 40-49.

CONDE, Antónia Fialho, “O reforço da clausura no mundo monástico feminino em Portugal e a ação disciplinadora de Trento”. In BRAGA, Isabel Mendes Drumond e TEREMOCHA HERNÁNDEZ, Margarita, Coord., *As mulheres perante os tribunais do antigo regime na Península Ibérica*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 235-257. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1033-7\\_10](http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1033-7_10) (consultado em: 23-01-2018).

CONDE, Joana Beato, *Estudo e musealização da coleção de arte sacra do Atelier-Museu António Duarte nas Caldas da Rainha*. Tese de mestrado. Universidade de Lisboa: Faculdade de Belas Artes, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/6531> (consultado em: 02-04-2018).

CÓRTE-REAL, Artur, Coord., *Mosteiro de Santa Clara de Coimbra: do convento à ruína, da ruína à contemporaneidade*. Coimbra, Direcção Geral da Cultura do Centro, 2009.

COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da, *Museologia da Arte Sacra em Portugal (1820-2010). Espaços, Momentos, Museografia*. Tese de Doutoramento. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/18833> (consultado em: 10-12-2017).

COSTA, Filipe, *Conventos de Freiras – Mulheres do Século XVIII*. Lisboa, Ela por Ela, 2006.

COSTA, Susana Goulart, *Viver e Morrer Religiosamente: ilha de São Miguel, século XVII*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2007.

*Idem*, “A diocese de Angra e a implantação do Liberalismo”. In BRUNO, Jorge A. Paulus e COTA, Pedro Juliano, Coord., *Actas do Colóquio "O Liberalismo nos Açores"*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 59-68.

*Idem*, *Programa Científico da Igreja dos Franciscanos da Ribeira Grande*. Relatório técnico. 2013.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.3/2910> (consultado em: 05-01-2018).

*Idem*, “A implantação da Ordem Franciscana nos Açores”. In FRANCO, José Eduardo, Abreu, Luís Machado de e Silva, Cristiana Lucas da, Coord., *Para a história das ordens e congregações religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo*. Lisboa, Paulinas Editora, 2014, p. 567-571.

CUNHA, Licínio, *Economia e Política do Turismo*. Lisboa, Editorial Verbo, 2006.

CUVA, Armando, “Jesucristo”. In CANALS, Juan María, SARTONE, Domenico e TRIACCA, Achille M., Coord., *Nuevo Diccionario de Liturgia*. 3.<sup>a</sup> Edição. Madrid, Sanpablo, 1996, p. 1071 -1093

DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François, *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo, ICOM e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2013.

DIAS, Pedro, *História da arte portuguesa no mundo (1415-1822): o espaço do Atlântico*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.

DIAS PÉREZ, Maria Digna, *Religiosas de Maria Imaculada: cinquenta anos nos Açores (1954-2004)*. Ponta Delgada, Empresa Gráfica Açoriana, 2004.

DIAS, Urbano de Mendonça, *Madre Teresa da Anunciada*. Ponta Delgada, [s.n.], 1947.

*Idem*, *História das Igrejas, Conventos e Ermidas Micaelenses*. Ponta Delgada, Tipografia A Crença, 1950.

“ECCLESIA”. In FRANCO, Francisco Manoel de Mello, HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles, direc., *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. IV, 2015, p. 2149.

ENES, Maria Fernanda, *A Reforma Tridentina e a religião vivida nos Açores, 1580-1750*. Ponta Delgada, Signo, 1991.

*Idem*, *O Liberalismo nos Açores: religião e política (1800-1832)*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1994.

*Idem*, “A invocação e o culto do Senhor Santo Cristo em Ponta Delgada – São Miguel”. In MARQUES, Cátia Teles e, Coord., *Cultura - Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, vol. 27, 2010, p. 211-226. Disponível em: <http://cultura.revues.org/347> (consultado a 30-09-2016).

*Idem*, “Os Açores em tempos de ruptura: as ideias, os acontecimentos e os resultados”. In MATOS, Artur Teodoro de; MENESES, Avelino de Freitas de e LEITE, José Guilherme Reis, direc., *História dos Açores*. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, vol. I, 2008, p. 639-664.

*Idem*, “A vida conventual nos Açores: regalismo e secularização (1759-1832)”. In *Lusitania Sacra*. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa: Centro de Estudos de História Religiosa, 2ª série, tomo 11, 1999, p. 323-351.

EVARISTO, Carlos, LAMEIRA, Francisco e LOUREIRO, José João, *Retábulos Relicários*. Promontoria Monográfica História da Arte. [s.l.], Universidade do Algarve: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / Fundação D. Manuel II / Fundação Oureana e Regina Mundi Press, 2016.

FALCÃO, Manuel Franco, *Enciclopédia Católica Popular online*. 2004. Disponível em: <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/> (consultado; em 10-06-2016).

FERNANDES, Maria Eugénia Matos, *O Mosteiro de Santa Clara do Porto em meados do séc. XVIII: (1730-80)*. Porto, Universidade do Porto / Câmara Municipal do Porto, 1992. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/55294> (consultado em: 01-02-2018).

FERREIRA, Inês, *Criatividade nos Museus - espaços entre e elementos de mediação*. Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2016.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, “Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade”. In AZEVEDO, Carlos Moreira, *História Religiosa de Portugal*. Lisboa, Circulo de Leitores / Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Vol. II: Humanismos e Reformas, 2000, p. 15-47.

FONTOURA, Otilia Rodrigues, *As Clarissas na Madeira: uma presença de 500 anos*. Funchal, CEHA - Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000.

*Idem*, “Clara de Assis, a mulher evangélica do século XII”. In PEREIRA, José António Correia, ofm, Coord., *Cadernos de Espiritualidade*. Braga, Editorial Franciscana, n.º 23, 2003, p. 5-30.

*Idem*, “Clarissas”. In FRANCO, José Eduardo, *Dicionário Histórico das Ordens institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Lisboa, Gradiva, 2010, p. 360-370.

FRANÇA, Igor Tavares de Melo, *Programação museológica e espaço arquitectónico: o Museu Carlos Machado de Ponta Delgada*. Dissertação de mestrado. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2008.

FRANCO, Ana Margarida Lopes, *Proposta de musealização de arte sacra: projeto para a exposição temporária: a arte no concelho de Vila Franca de Xira - grandes obras*. Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa: Faculdade de Belas Artes, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/29161> (consultado em: 02-04-2018).

FRANCO, José Eduardo, Coord., *Dicionário Histórico das Ordens institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*. Lisboa, Gradiva, 2010.

*Idem*, José Eduardo, Coord., *Dicionário da Família Franciscana em Portugal: ordens e outras formas de vida consagrada*. Cascais, Lucerna, 2015.

FREITAS, Duarte Manuel Roque de, *Memorial de um complexo arquitectónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*. Dissertação de doutoramento. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/26434> (consultado em: 11-11-2017).

GARCÍA ORO, José, *História de la Iglesia: Edad Moderna*. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, vol. III, 2005.

GONÇALVES, Nuno da Silva, “Padroado”. In AZEVEDO, Carlos Moreira, Coord., *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Cascais de Mem Martins, Círculo de Leitores, vol. III, 2000, p. 364-368.

GONZALÉZ-VARAS, Ignacio, *Patrimonio Cultural: conceptos, debates e problemas*. Madrid, Cátedra, 2015.

GOULART, Débora Paula Machado, *O Bom Jesus Milagroso de São Mateus do Pico: exemplo de património cultural imaterial*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.3/1862> (consultado em: 25-04-2018).

GUEDES, Natália Correia, Coord., *Thesaurus – vocabulário de objectos do culto católico*. Vila Viçosa, Fundação da Casa de Bragança, 2004.

HENRIQUES, Paulo, MONTEIRO, João Pedro e PAIS, Alexandre Nobre, Coord., *Real Fábrica de Louça ao Rato*. Lisboa / Porto, Museu Nacional do Azulejo e Museu Nacional de Soares dos Reis, 2003.

*Idem*, Paulo, “Os Azulejos da Real Fábrica de Louça: do Rococó aos Ecletismos”. In HENRIQUES, Paulo, MONTEIRO, João Pedro e PAIS, Alexandre Nobre, Coord., *Real Fábrica de Louça ao Rato*. Lisboa / Porto, Museu Nacional do Azulejo e Museu Nacional de Soares dos Reis, 2003, p. 448-452.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, *Manual de Museologia*. Madrid, Editorial Síntesis, 2001.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca, *El Patrimonio cultural: la memoria recuperada*. Madrid, Ediciones Trea, 2002.

ICOM, “Mesa-Redonda de Santiago do Chile - ICOM, 1972”. In *Cadernos de sociomuseologia*. Lisboa, Universidade Lusófona, nº 15, 1999, p. 111 – 121. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/3718> (consultado em: 01-12-2017).

“IGREJA”. In FRANCO, Francisco Manoel de Mello, HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles, direc., *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. V, 2015, p. 2713.

IGREJA CATÓLICA: Conferência Episcopal Portuguesa, *Património histórico-cultural da Igreja*. Lisboa, Secretariado Geral do Episcopado, 1990.

*Idem*: Pontifício Conselho para a Cultura, *Para uma pastoral da cultura*. Lisboa, Paulinas, 1999.

*Idem*: Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, *O Santuário - Memória, Presença e Profecia do Deus vivo*. Roma, [s.n.], 1999. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/migrants/documents/rc\\_pc\\_migrants\\_doc\\_19990525\\_shrine\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/migrants/documents/rc_pc_migrants_doc_19990525_shrine_po.html) (consultado em: 10-03-2018).

*Idem*: Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, *Os bens culturais da Igreja*. Lisboa, Paulinas, 2000.

*Idem*: Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, *A função pastoral dos museus eclesíasticos*. Cidade do Vaticano, [s.n.], 2001. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_commissions/pcchc/documents/rc\\_com\\_pcchc\\_20010815\\_funzione-musei\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_20010815_funzione-musei_po.html) (consultado em: 10-08-2017).

*Idem*: Concílio Ecuménico Vaticano II – *Documentos conciliares*. Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2002.

*Idem*: Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, *Directório sobre Piedade Popular e Liturgia*. Braga, Editorial Apostolado da Oração, 2003.

*Idem*: Conferência Episcopal Portuguesa, *Princípios e orientações sobre os bens culturais da Igreja*. Lisboa, Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa, 2005.

*Idem*: Paulo VI, *Exortação Apostólica Evangelii nuntiandi*. Braga, Editorial Apostolado da Oração, 2008.

*Idem*: Conferência Episcopal Portuguesa – Departamento dos Bens Culturais da Igreja, *Arquivos da Igreja: memória das comunidades ao serviço da sociedade*. Braga, [s.n.], 2009.

Instituto de Turismo e Governo dos Açores, *Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores*. Porto, Instituto de Turismo, 2015.

JACQUINET, Maria Luísa, *Em desagravo do santíssimo sacramento: o "Conventinho Novo": devoção, memória e património religioso*. Dissertação de mestrado. Lisboa, Universidade Aberta, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/691> (consultado em: 09 – 08 – 2017).

*Idem*, *Dos monumentos do Desagravo do Santíssimo Sacramento: arte, poder e espiritualidade no Portugal do Antigo Regime*. Dissertação de doutoramento. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/24524>. (consultado em: 02-12-2016).

*Idem*, “Corpos de Clausura. Reflexões sobre a Arquitectura Monástica feminina na época moderna”. In LOPES, Maria da Conceição, direc., *DIGITAR - Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, n.º 2, 2015, p. 229-237. Disponível em:

<http://impactum-journals.uc.pt/index.php/digitar/issue/view/137/showToc> (consultado em: 02-12-2016).

LACERDA, Manuel, direc., *Revista Património*. Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural / Imprensa Nacional Casa da Moeda, n.º 1, 2013.

LALANDA, Maria Margarida de Sá Nogueira Gonçalves, *A Admissão aos Mosteiros de Clarissas na Ilha de S. Miguel – Séculos XVI e XVII*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987.

*Idem*, “Motivações para o ingresso nos mosteiros micaelenses (séculos XVI e XVII)”. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. 45, tomo I, 1987, p. 461-491.

*Idem*, “Do Convento de Jesus, na Ribeira Grande (S. Miguel), no século XVII: as cartas de dote para freira”. In *Arquipélago – História*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2ª série, vol. 1, n.º 2, 1995, p. 111-125.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.3/491> (consultado em: 02-12-2016).

*Idem*, e LALANDA, Rolando L. Lalanda Gonçalves, “Regra e comunidade: os poderes nas Constituições Gerais de 1641 para os Mosteiros de Clarissas”. In *Arqueologia do Estado*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1998, p. 969-994.

*Idem*, “Clarissas (Ordem de Santa Clara)”. In AZEVEDO, Carlos, Coord., *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. II, 2000, p. 353-354.

*Idem*, “Considerações históricas sobre a Madre Teresa da Anunciada”. In *Arquipélago - História*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2ª série, vols. 9-10, 2005-2006, p. 275-307. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.3/421> (consultado em: 02-12-2016).

*Idem*, “Vida Religiosa e trabalho: Freiras de clausura no Açores no século XVII”. In SIMAS, Rosa Maria Neves, *A mulher e o trabalho nos Açores e nas comunidades*. Edição bilingue. Ponta Delgada, 2008, p. 1053-1067.

*Idem*, “As clarissas nos Açores”. In FRANCO, José Eduardo e ABREU, Luís Machado de, Coord., *Para a história das ordens e congregações religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo*. Lisboa / Prior Velho, Paulinas Editora, 2010, p. 573-577.

*Idem*, “Leitura e mediação de freiras de clausura”. In SÁ, Alzira Gondim Tude de, Coord., *PontodeAcesso – Revista do Instituto Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia*. Salvador, [s.n.], 2014, p. 61-79. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/1981-6766rpa.v8i2.11954> (consultado em: 10-03-2018).

LAMEIRA, Francisco e SERRÃO, Vítor, *O retábulo em Portugal: o Barroco Final (1713-1746)*. Faro, Universidade do Algarve, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/7125> (consultado em: 12-12-2015).

*Idem*, Francisco, *O retábulo em Portugal: o Tardo barroco e o Rococó (c. 1746 – c. 1787)*. Faro, Universidade do Algarve, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/7147> (consultado em: 12-12-2015).

LEITE, José Reis, “Frei Agostinho de Montalverne”. In *Enciclopédia Açoriana*. Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura, [s.d.]. Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8377> (consultado em: 23-01-2018).

LOPES, Beatriz Hierro e QUEIROZ, José Francisco, *A Igreja e a Torre dos Clérigos*. Porto, Irmandade dos Clérigos, 2013.

LÓPEZ MARTÍN, J., “Devociones y liturgia”. In CANALS, Juan María, SARTONE, Domenico e TRIACCA, Achille M., Coord., *Nuevo Diccionario de Liturgia*. 3.ª Edição. Madrid, Sanpablo, p. 562-581.

LUSA. “Milhares de relíquias feitas com restos de capas do Santo Cristo”. In *Açoriano Oriental*. 27-04- 2016.

Disponível em <http://www.acorianooriental.pt/noticia/milhares-de-reliquias-feitas-com-restos-de-capas-do-santo-cristo> (consultado em: 9-01-2018).

MACHADO, José Paulo Fernandes de Oliveira, *D. António de Castro Meireles: subsídios para a compreensão da sua acção pastoral no contexto da I República*. Dissertação de mestrado. Lisboa, Universidade Católica, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/10273> (consultado em: 25-01-2018).

MADAHIL, António Gomes da Rocha, *Tentativa de bibliografia de mestre António Augusto Gonçalves, insigne escritor e artista coimbrigense*. Coimbra, Coimbra Editora, 1947.

MAIA, Carlos Faria e, Coord., *Guia da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres para a comunicação social*. Ponta Delgada, Coingra, 2016.

MARTINES, Ruggero, *Vademecum di Museografia*. Roma, Gregorian e Biblical Press, 2014.

MARTINS, Guilherme d’Oliveira, *Património, Herança e Memória – a cultura como criação*. Lisboa, Gradiva, 2009.

*Idem*, *Ao encontro da História – o culto do património cultural*. Lisboa, Gradiva, 2018.

MASCARENHAS, J. Fernandes , *Santo Cristo. Subsídios para o seu culto em Portugal, especialmente em Ponta Delgada e Moncarapacho*. Lisboa, [s.n.],1971.

MATOS, Artur Teodoro de, “Fr. Diogo das Chagas”. In *Enciclopédia Açoriana*. Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura, 2001. Disponível em:

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=1710> (consultado em: 29-04-2018).

MATOS, Marinho, Coord., *João Paulo II nos Açores: encíclicas de Sua Santidade o Papa João Paulo II*. Ponta Delgada, Eurosigno Publicações, 1991.

MATEUS, Brígida Baptista, *O convento de São Gonçalo (Angra do Heroísmo): estudo arqueológico da sua evolução estrutural entre os séculos XVI e XXI*. Lisboa, Universidade Nova, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/14374> (consultado em: 03-12-2016).

MECO, José, *Azulejaria Portuguesa*. Lisboa, Bertrand Editora, 1985.

MEDEIROS, Sofia, *Retábulos Barrocos Micaelenses*. Ponta Delgada, Governo dos Açores e Museu Carlos Machado, 2012.

MELLO, José de Almeida, *Segredos do Convento Nossa Senhora da Esperança*. Ponta Delgada, Edições Letras Lavadas, 2012.

MELO, Joana Ramôa e VAIRO, Giulia Rossi, Coord., *Claustros no Mundo Mediterrânico: séculos X – XVIII*. Lisboa, Almedina, 2016.

MENDES, José Amado, *Estudos do Património: Museus e Educação*. 2.<sup>a</sup> edição. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

MONTEIRO, Jacinto, “Acerca da Imagem do S. S. Cristo”. In GOMES, Marco de Bettencourt, direc., *Revista da Academia de S. Tomás de Aquino*. Angra do Heroísmo, Seminário Episcopal de Angra: Academia de S. Tomás de Aquino, 2.<sup>a</sup> série, n.º 1, 1998, p. 21-25.

MONTEIRO, João Pedro, A real Fábrica de Louça: 1767-1835. In HENRIQUES, Paulo, MONTEIRO, João Pedro e PAIS, Alexandre Nobre, Coord., *Real Fábrica de Louça ao Rato*. Lisboa/Porto, Museu Nacional do Azulejo e Museu Nacional de Soares dos Reis, 2003, p. 30-107.

MOREIRA, Hugo, *O Convento de Nossa Senhora da Esperança – Imagem e Culto do Senhor Santo Cristo dos Milagres: Colectânea de artigos*. Ponta Delgada, Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres, 2000.

MORENO MARTÍN, Francisco José, “Clausura espiritual, defesa e delimitação do território. Os complexos monásticos fortificados no passado da tardoantiguidade da alta idade média”. In AA.VV. *Congresso internacional das cidades amuralhadas*. Pamplona, 24-26 de novembro de 2005. Pamplona, Governo de Navarra: Departamento de Cultura e Turismo, 2007, p. 1-14.

“MORGADIO”. In, OLIVEIRA, Leonel, Coord., *Larousse enciclopédia moderna*. Casal de Mem Martins, Círculo de Leitores, vol. XIII, 2012, p. 5082.

“MUSEU”. In FRANCO, Francisco Manoel de Mello, HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles, direc., *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. V, 2015, p. 2713.

NASCIMENTO, Virgínia Glória do, *O Mosteiro de Santa Clara do Funchal entre e além muros: a musealização de um monumento em funcionamento*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas Artes, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/15734> (consultado em: 02-12-2017).

NOÉ, Paula, *Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança/Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres*. Sacavém, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, 2013. Disponível em: [http://www.monumentos.pt/SITE/APP\\_PAGESUSER/SIPA.ASPX?ID=8146](http://www.monumentos.pt/SITE/APP_PAGESUSER/SIPA.ASPX?ID=8146) (consultado em: 02-12-2016).

PADRÓ, Carla, “Educación en museos: representaciones y discursos”. In LOPES, João Teixeira e SEMEDO, Alice, Coord., *Museus discursos e representações*. Porto, Edições Afrontamento, 2005, p. 49-60.

PAIS, Alexandre Nobre, “Os ciclos de produção da Real Fábrica de Louça”. In HENRIQUES, Paulo, MONTEIRO, João Pedro e PAIS, Alexandre Nobre, coord., *Real Fábrica de Louça ao Rato*. Lisboa/Porto, Museu Nacional do Azulejo e Museu Nacional de Soares dos Reis, 2003, p. 172-435.

PEREIRA, José Augusto, *A Diocese de Angra na História dos seus Prelados*. Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, 1950.

PEREIRA, João Castel-Branco Pereira, Notícias para a história dos azulejos na Real Fábrica de Louça. In HENRIQUES, Paulo, MONTEIRO, João Pedro e PAIS, Alexandre Nobre, Coord., *Real Fábrica de Louça ao Rato*. Lisboa/Porto, Museu Nacional do Azulejo e Museu Nacional de Soares dos Reis, 2003, 436- 447.

PEREIRA, Paulo, *Arte Portuguesa: história essencial*. Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.

PEREIRA, Paulo, *Decifrar a arte em Portugal: Barroco*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. IV, 2014.

PIMENTEL, António Filipe, “Percursos do barroco nos caminhos do Atlântico: o culto e o tesouro açoriano do Senhor Santo Cristo dos Milagres”. In *Oceanos: ourivesaria luso-brasileira do ciclo do ouro e dos diamantes*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n.º 43, 2000, p. 55-64.

SANTOS, Jorge Alves dos, “A parceria como forma de articulação dos museus da rede portuguesa de museus”. In CAMACHO, Clara Frayão, direc., *Dossiê Museus Nacionais*. Lisboa, Instituto Dos Museus e da Conservação, n.º 5, 2011.

OLIVEIRA, António Manuel Silva de, Coord., *O Convento de Nossa Senhora da Esperança e o Culto do Senhor Santo Cristo dos Milagres: Catálogo Comemorativo do Tricentenário da Procissão*. Ponta Delgada, Mesa da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres, Nova Gráfica Lda., 2000.

“PEREGRINAÇÃO”. In OLIVEIRA, Leonel, Coord., *Larousse enciclopédia moderna*. Casal de Mem Martins, Círculo de Leitores, vol. XIV, 2009, p. 5678.

PEREIRA, Paulo, *Arte Portuguesa – história essencial*. 1ª edição. Lisboa, Círculo de Leitores, 2014.

PINTO, Agostinho, *Madre Teresa da Anunciada - Autobiografia e perfil espiritual*. Ponta Delgada, Associação ECCE, 2012.

PINTO, Manuel Serafim e ROQUE, Joaquim Roque, “Os museus da Igreja como memória da fé”. In GALVÃO, Henrique de Noronha, *Communio – Revista Internacional Católica*. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, ano XIII, n.º 1, 1996, p. 64-81.

PLAZAOLA, Juan, *Historia y sentido del arte cristiano*. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2010.

RAMOS, Rui, *História de Portugal*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2010.

RÉAU, Louis, *Iconografía del arte cristiano: introducción general*. Barcelona, Ediciones del Serbal, vol. 3, 2008.

RECHENA, Aida, “O que Significa Hoje a Função Social dos Museus?”. In CARVALHO, Ana, direc., *Boletim do ICOM Portugal*. Lisboa, Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus - ICOM, série III, n.º 7, 2016, p. 20-21. Disponível em:

<http://icomportugal.org/multimedia/Boletim%20ICOM%20Portugal%20III%207%20Set%202016.pdf> (consultado em: 2-10-2017).

RIBEIRO, Daniel José Soares, *Mosteiro de Santa Clara de Amarante: História, Património e Musealização*. Dissertação de mestrado. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/17907> (consultado em: 02-12-2016).

ROCCA, Sandra Vasco, direc., *Thesaurus: vocabulário de objetos de culto católico*. Vila Viçosa, Fundação da Casa de Bragança e Universidade Católica Portuguesa, 2009.

RODRIGUES, José Damião, “Manuel da Câmara”. In *Enciclopédia Açoriana*, 2001.

Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=738> (consultado em: 02-12-2016).

*Idem*, José Damião, “Rui Gonçalves da Câmara”. In *Enciclopédia Açoriana*, 2001.

Disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=755> (consultado em: 02-12-2016).

RODRIGUES, Rute Andreia Massano, *O Convento de Nossa Senhora dos Mártires e da Conceição de Sacavém: entre a secularização e as propostas de reutilização cultural*. Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/4083> (consultado em: 02-12-2016).

ROGERS, Maria da Ascensão Carvalho, *A História do Culto do Senhor Santo Cristo dos Milagres*. Ponta Delgada, 1978.

ROQUE, Maria Isabel, *O Sagrado no Museu*. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2011.

*Idem*, Maria Isabel, “A exposição do Sagrado no Museu”. In *Comunicação & Cultura*. Lisboa, Bond, n.º 11, 2011, p. 129-146. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/10502> (consultado em: 10-02-2018)

*Idem*, Maria Isabel, "O museu de arte perante o desafio da memória". In *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 7, n.º 1, 2012, p. 67-85. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/12496> (consultado em: 02-10-2017).

ROSA, Teresa Maria Rodrigues da Fonseca, *O Convento de São Gonçalo em Angra do Heroísmo: Contributos para o Estudo da Arte Religiosa Açoriana*. Dissertação de mestrado. Lisboa, Universidade Lusíada, 1998.

SÁ, Daniel de, *Peregrinos do Senhor Santo Cristo dos Milagres*. Lisboa, Paulus Editora, 2009.

SÁ, Isabel dos Guimarães, "Os espaços de reclusão e a vida nas margens". In MATTOSO, José, *História da Vida Privada: a Idade Moderna*. Lisboa, Círculo de Leitores, vol. IV, 2011, p. 276-299.

SALDANHA, Sandra Costa, *Manual de Procedimentos de Inventário de Bens Culturais da Igreja*. Lisboa, Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2018.

SALOIO, Marta Isabel Romão, *Os Relicários em Portugal e no Mundo Português entre os Séculos XVI e XVIII - Um Estudo Introdutório*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna. Lisboa, faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 2016.  
Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/20132> (Consultado em: 09-01-2018).

SAIZ MARTÍN, Enrique, “Hacia un nuevo modelo – sostenible y social – de gestión del patrimonio cultural”. In Lacerda, Manuel, *Revista Património*. Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural/Imprensa Nacional Casa da Moeda, n.º 2, 2014, p. 16-25.

SANTI, Giancarlo, *Musei ecclesiastici in Italia: missione, tipologie, reti e sistemi*. Milano, Università Vita e Pensiero, 2016.

SANTOS, João Carlos dos, “Restauro e recuperação da Igreja e Torre dos Clérigos”. In Lacerda, Manuel, *Revista Património*. Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural/Imprensa Nacional Casa da Moeda, n.º 4, 2016, p. 99-107.

SANTOS, José Manuel Figueiredo, *O Património e o Turismo: o poder da narrativa*. Lisboa, Edições Calibri, 2017.

SEMEDO, Alice, SENRA Sandra e AZEVEDO, Teresa, *Processos de Musealização*. Um Seminário de Investigação Internacional. Atas do Seminário. Universidade do Porto, 2015.

SERRÃO, Vítor e SOARES, Clara Moura, Coord., *ARTIS ON: O Património Artístico das Ordens Religiosas: entre o Liberalismo e a atualidade*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Instituto de História da Arte, n.º 3, 2016. Disponível em: <http://artison.letras.ulisboa.pt/index.php/ao/issue/view/8> (consultado em: 27-10-2017).

SILVA, António Martins da Silva, “A desamortização”. In MATTOSO, José, direc., *História de Portugal*. Casais de Mem Martins, Círculo de Leitores, vol. X, 2008, p. 41-55.

SILVA, Lígia Paula Simões Esteves Nunes Pereira, *Arquitectura Monástica de Clarissas em Portugal*. Dissertação de Doutoramento. Recurso eletrónico. Coruña, Universidade da Coruña, 2008. Disponível em: BPARPD (consultado em: 02-08-2017).

*Idem*, Lígia Paula Simões Esteves Nunes Pereira da, *Sistemas de mediação, elementos construtivos e espaciais: o exemplo da Arquitetura das casas monásticas femininas de clausura*. Universidade Lusófona do Porto, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/2864> (consultado em: 03-10-2017).

SILVA, Nuno Vassallo e, “Os Pollet, Joalheiros de D. Maria I. In *Oceanos: ourivesaria luso-brasileira do ciclo do ouro e dos diamantes*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n.º 43, 2000, p. 66-76.

SILVA, Ricardo Manuel Alves da, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*. Dissertação de doutoramento. Viana do Castelo, Universidade do Minho, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/19715> (consultado em: 15-12-2017).

SILVA, Susana Serpa, “Notas para a história da Biblioteca Pública de Ponta Delgada”. In VAQUINHAS, Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes, Coord., *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra, Universidade de Coimbra / Centro de História da Sociedade e da Cultura, n.º 12, 2012, p. 286-321. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/node/112890> (consultado em: 27-10-2017).

SIMÕES, João Miguel dos Santos, *Azulejaria Portuguesa nos Açores e na Madeira*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1963.

SIMÕES, Paula e GARCIA, Carlos, *Senhor Santo Cristo dos Milagres*. Ed. ELO - Publicidade, Artes Gráficas Lda., 2002.

SOARES, Hélio Nuno Santos, “A função terapêutica da capa da Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres”. In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. 75, 2017, p. 245-286.

*Idem*, “O Convento de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada - o Convento em diálogo com a cidade através das obras de ampliação e melhoramento: 1823-1828”, In *Insulana*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2018 (no prelo).

SOUSA, Nestor, *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1986.

*Idem*, “Ourivesaria religiosa em S. Miguel: de 1532 aos começos do século XX”. In *Arquipélago – História*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2ª série, vols. 9-10, 2005-2006, p. 183-208. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.3/417> (consultado em: 02-10-2017).

TEIXEIRA, Francisco, *A Arquitectura Monástica e Conventual feminina em Portugal – Séculos XIII e XIV*. Dissertação de doutoramento. Algarve, Universidade do Algarve: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/479> (consultado em: 03-10-2017).

TEIXEIRA, Vítor, “Os Franciscanos em Portugal”. In FRANCO, José Eduardo, direc., *Dicionário - Família Franciscana em Portugal – Ordens e outras formas de vida consagrada*. Cascais, Lucerna, 2015, p. 7-55.

TRIVIÑO Monrabal, osc, María Victoria, “El libro que da forma a la vida claustral: la regla de Santa Clara. En los 800 años de la fundación de las clarisas”. In FERNÁNDEZ DE SEVILLA, Francisco Javier Campos, Coord., *La clausura femenina en el Mundo Hispánico: una fidelidad secular: Simposium (XIX Edición)*. Madrid, Real Centro Universitario Escorial-María Cristina, vol. 1, 2011, págs. 425-448. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=462272> (consultado em: 02-10-2017).

TRIVIÑO, Maria Vitoria “O Livro que dá forma à vida claustral: A Regra de Santa Clara”. In PEREIRA, José António Correia, ofm, Coord., *Cadernos de Espiritualidade*. Braga, Editorial Franciscana, n.º 40, 2011, p. 5-30. Disponível em: <http://www.editorialfranciscana.org/portal/index.php?id=5656> (consultado em: 02-10-2017).

TOLENTINO, Atila Bezerra, “Museologia social: apontamentos históricos e conceituais”. In MOUTINHO, Mário Canova, direc., *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa, Universidade Lusófona, n.º 8, 2016, p. 21-44.

VARINE, Hugues de, “Museu, cidade e território”. In LACERDA, Manuel, direc., *Revista Património*. Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural / Imprensa Nacional Casa da Moeda, n.º 4, 2016, p. 14-23.

VÁZQUEZ DE LA TORRE, Genoveva Millán, PÉREZ NARANJO, Leonor M. e MARTÍNEZ CÁRDENAS, Rogelio, “Etapas del ciclo de vida en el desarrollo del turismo religioso: una comparación de estudios de caso”. In ESPEJO MARÍN, Cayetano, direc., *Cuadernos de Turismo*. Murcia, Universidad de Murcia, n.º 30, 2012, p. 241-266. Disponível em: <http://revistas.um.es/turismo/article/view/160741/140621> (consultado em: 14-04-2018).

VIVEIROS, Américo Natalino, direc., *Correio dos Açores*. Suplemento às Festas do Senhor Santo Cristo. Ponta Delgada, 19-05-2017.



## Anexos

### 1. AMNSE, Despesa que se fez com a Capela do Senhor Santo Cristo (1771 atr.)

Rezume da Despeza q. se fez com a Capella do S.<sup>or</sup> S.<sup>to</sup> Christo dos Milagres no Convento de N. S.<sup>ra</sup> da Esperança desta Cidade de P.<sup>ta</sup> Delgada da Ilha de S.<sup>m</sup> Miguel

p. pedra da Villa Franca e fretes de Barcos quarenta hum mil sento e setenta // 41\$170

p.<sup>a</sup> madeyra e carretos da D.<sup>ta</sup> duzentos vinte sinco mil seis sentos e noventa reis // 225\$690

para cal sento e três mil e trinta // 103\$030

p.<sup>a</sup> o M.<sup>e</sup> pedreyro e seus officiaes sento e outenta tres mil sincoenta sinco reis // 183\$055

p.<sup>a</sup> o M.<sup>e</sup> scultor e seus officiaes duzentos e setenta dois mil trezentos e sessenta reis // 272\$360

p.<sup>a</sup> oleo outo mil reis // 8\$000

p.<sup>a</sup> o M.<sup>e</sup> carpinteyro e seus officiaes duzentos e quarenta dois mil trezentos e sincoenta // 242\$350

p.<sup>a</sup> pregos trinta outo mil outo sentos e quarenta // 38\$840

p.<sup>a</sup> colla dois mil seis sentos e sincoenta // 2\$650

p.<sup>a</sup> o M.<sup>e</sup> serralheyro trinta hum mil e trinta // 31\$030

p.<sup>a</sup> o M.<sup>e</sup> pintor sento e quarenta mil reis // 140\$000

p.<sup>a</sup> ferro quarenta coatro mil duzentos e vinte // 44\$220

p.<sup>a</sup> ouro p.<sup>a</sup> dourar sento e coatro mil outo sentos // 104\$800

p.<sup>a</sup> vidros chumbo e hum deamante p.<sup>a</sup> os cortar e cachoes setenta mil nove sentos e outenta e nove // 70\$989

p.<sup>a</sup> tintas e outras couzas q.<sup>e</sup> vieram em huã carregaçam sesenta outo mil nove sentos e sincoenta // 68\$950

p.<sup>a</sup> duas Imagens galam Volante [sic] e Ambar a Pranha [sic] trinta nove mil sete sentos e vinte // 39\$720

p.<sup>a</sup> sete moyos quinze alq.<sup>es</sup> tres coartas de trigo q.<sup>e</sup> se gastou com os officiaes sento coatro mil quinhentos e outenta // 104\$580

salvo ero (soma) 1.730\$174

## 2. AMNSE, Obras na Capela do Senhor Santo Cristo (1771 atr.)

De carpinteiro p.<sup>a</sup> as grades da Capela / 3\$500

De pintor ouro e vernis não se acha asiento

Asolhar e lagiar a capela / 32\$000

Falta o M.<sup>e</sup> Pedreyro M. [manuel] da Costa q. não se sabe q. lhe deu o Alferes B.<sup>meu</sup> [sic] da Silva

Hu esteyrado [sic] novo / 4\$000 e não seis

E por outro p.<sup>a</sup> estar sempre na Capela ...e mesmo q.<sup>to</sup> mais pela compuzição da pedra q. esta debaxo do S.<sup>or</sup> / 4\$800

Pelo cachilho [sic] p.<sup>a</sup> os ossos da serva de D.<sup>os</sup> Annunciada e grade da vidraça e mais que fez o entalhador / 12\$500

O forro do cachilho [sic] / 5\$000

As fechaduras e chaves de prata e grintos [sic] não se acha asiento

### 3. ANTT, Primeiro inventário do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (16-06-1860)

#### Cópia

fl. 1

Aos dezeseis de junho de mil oito centos sessenta nesta cidade de Ponta Delgada Ilha de Sam Miguel, sendo o Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança onde eu, Escudo da Fazenda vim comisionado por o Delegado do Thesouro d'este Districto junto com o Reverendo José Maria de souza Ouvidor Ecclesiástico Interino d'esta cidade, ali ante ele forão presentes as Revendas Madres Violanta Querubina de Jesus Abbadessa, Antóni Emilia Vigária, Anna Audora [sic] de Jesus Maria Escrivã, bem como os peritos devidamente juramentados, por referido reverendo Ouvidor, sob as formalidades da lei e do estilo, José Correa Picanço e José Pacheco Botelho officiaes d'ourives – José António Pimentel junior oficial de carpinteiro, Luiz Jacinto Raposo e Victal Rodrigues, officiaes de pedreiro – Antonio José Tavares e Manoel Joaquim Pacheco officiaes d'Alfaiate, e João Nicolau Ferreira, organeiro, todos moradores nesta mesma cidade que reconheço por as próprias do que dou fé – isto para o fim de se proceder ao inventario e avaliação, tanto do referido convento como dos objectos preciosos, moveis e alfaias pertencentes a comunidade, em conformidade com as ordens do Governo de sua Magestade, e em harmonia com as observações expedidas pela secretaria d'

fl. 1v

Estado dos negocios Ecclesiasticos e da justiça de data de vinte de Junho de mil oito centos cincoenta e sete, para o que encarregou a Reverenda Abbadesa de apresentar os mesmos objectos a qual cumprindo estrictamente a ordem recebida, efectivamente as apresentou, e são os que abaixo reucionam, com suas competentes e regulares avaliações.

#### Objectos de Prata

Duas alampadas grandes com o peso de trinta e tres arrateis e quarenta e duas outavas, avaliadas á razão de cento e quarenta réis a outava, bem como todos os mais objectos que se seguem, em quinhentos e noventa e sete mil duzentos e quarenta reis // 597.240

Duas ditas menores com dezasseis arráteis duzentos outenta e sete mil sete centos e vinte reis // 286 (7).720

Uma cruz procesional com oito arráteis, cento e quarenta e três mil trezento e sessenta reis // 143.360

Uma banquetta, composta por seis castiçaes, com cruz com crucifixo, com quarenta e cinco arráteis, oito centos e seis mil e quatro centos reis // 806.400

Uma custodia com quatro arráteis e quarenta e oito outavas, setenta e oito mil e quatro centos reis // 78.400

Uma guarda do Sacrário, com sete arráteis, cento vinte cinco mil qua (soma) 1:912.120

fl. 2

Tro centos e quarenta reis // 125.440

Uma dita dita (repetida) da grade do coro de baixo para a comunhão, com dois arráteis trinta e cinco mim oito cento e quarenta reis // 35.840

Três sacras de madeira com guarnições de prata, com dois arráteis, trinta cinco mil oito centos e quarenta reis // 35.840

Dois cálices, um sobre dourado, com dois e três quartas arráteis, quarenta e nove mil duzentos oitenta réis // 49.280

Um turíbulo, naveta, caldeirinha e uma pequena salva com três e três quartas arráteis e vinte oito outavas, setenta um mil cento e vinte réis // 71.120

Três coroas, doze resplendores, uma piquena Custodia, uma ancora, uma cana d'armamaneto de imagens com quatro arráteis, setenta e um mil seis centos oitenta réis // 71.680

(soma) 2.301.320

#### Alfaias e mais utensílios de fazenda

Um alcatifador, dez mil réis // 10.000

Um pontifical de damasco branco, bordado a retug [sic], com um a Capa, outenta mil réis // 80.000

Um dito dito (repetida) todo branco, trinta e sinco mil réis // 35.000

Duas capas brancas de dito dois mil réis // 2.000

Um pontifical de damasco vermelho vinte sinco mil réis // 25.000

Duas capas vermelhas de dito, dois

(soma) 152.000

fl. 2v

Dois mil réis // 2.000

Um Pontifical de damasco rôcho, sincoenta mil réis // 50.000

Três casulas pretas e dois estolões de damasco dezoito mil réis // 18.000

Todos os cortinados de damasco vermelho dourado d'Egreja, assim dos altares como das janelas, quinze mil réis // 15.000

Duas capas de seda rochas, mil e duzentos réis // 1.200

Ditas ditas vermelhas, mil e quinhentos réis // 1.500

Vinte opas de sairta, três mil réis // 3.000

Duas umbellas de sede de cores, vinte mil réis // 20.000

Sete casulas de serviço diário, das diversas côres, dois mil réis // 2.000

Um Pelial [pluvial] de damasco branco mil e quinhentos réis // 1.500

Seis cobertas de cadeiras, de chita, seis centos réis // 600

Quatro mangas de cruz, nove centos réis // 900

Uma colcha de seda rôcha e um cochim, mil réis // 1.000

Três cortinas do Sacratio, e duas do ralinho da Communhão, das diversas côres, mil e quinhentos réis // 1.500

Todos os panos pretos que servem na Semana Santa, mil e quinhentos réis // 1.500

Dezeute coporaes, quatro centos réis // 400

(soma) 278.100

fl. 3

Vinte e quatro alvas e vinte e quatro amitos, doze mil réis // 12.000

Quinze toalhas do uso dos altares, dois mil réis // 2.000

Vinte e quatro sanguinhos, duzentos réis // 200

Vinte sete manosterjos, quinhentos réis // 500

Um alcatifado da Capela Mor e dois menores d'outros uzos, quinze mil réis // 15.000

(soma) 307.800

#### Differentes objectos da sacristia exterior

Uma banquetta de madeira prateada composta de seis casteças, e uma cruz com crucifixo, treze mil e duzentos réis // 13.200  
Uma porta de sacrário de madeira sobre dourada, quatro mil e oito centos réis // 4.800  
Duas cruces de madeira e oito castoças da mesma, nove mil e seis centos réis // 9.600  
Duas cruces de madeira procesionaes, mil e duzentos réis // 1.200  
Vinte ramos de flores artificiaes para ornato da Egreja, doze mil réis // 12.000  
Um gavetão com sua frente de quadros sacros e espelho que serve de guardar or ornamentos, setenta mil réis // 70.000  
Um candelabro, dezoito mil réis // 18.000  
Uma caixa de guardar as frontaes, quinhentos réis // 500  
(soma) 129.300

fl. 3v

Duas mezas de pinha, dois mil e quatro centos réis // 2.400  
Quatro cadeiras e quatro mochos, quatro mil e oito centos réis // 4.800  
Vinte bancos, doze mil réis // 12.000  
(soma) 148.500

#### Diferentes objectos na sacristia interior

Quatro armários de pinho, quatro mil e oito centos réis // 4.800  
Uma caixa e um caixão de pinho, dois mil e oito centos réis // 2.800  
Três arquibancos, três mil e seis centos réis // 3.600  
Uma caixa de pinho, quinhentos réis // 500  
Quatro mesas de pinhos, dois mil e quatro centos réis // 2.400  
Oito tabuleiros de pinho, mil e duzentos réis // 1.200  
Oito ferros de gomar, mil e duzentos réis // 1.200  
Três escadas de mão, dois mil e quatro centos réis // 2.400  
Um órgão uzado cincoenta mil réis // 50.000  
Uma estante grande e duas pequenas, doze mil réis // 12.000  
Dezesete tocheiros de pinho, quatro mil réis // 4.000  
Três tachos de cobre, três mil réis // 3.000  
Uma cantoneira de pinho, mil e oito centos réis // 1.800  
Três dúzias de toalhas de linho, três mil e seis centos réis // 3.600  
Três jarros e bacias de fayaça, dois mil e quatro centos réis // 2.400  
Vinte e três cadeiras d'assentos de palhinha, três mil e oito centos réis // 3.800  
(soma) 257.600

fl. 4

Dezanove cadeiras de pau branco, dois mil duzentos e oitenta réis // 2.280  
Oito mezas de pinho, quatro mil e oito centos réis // 4.800  
(soma) 264.680  
O edificio do convento em que se comprehendem todos os dormitórios, graneis, locutórios, mirante, campanário, e cercas anexas, afora a parte do Coro da Egreja e sachristia do sul, vinte contos de réis // 20.000.000  
Somma tudo em geral na quantia de vinte e dois contos oito centos setenta e três mil oito centos réis // 22.873.800

Em fé do que, exarei este termo o qual de pois de lido asigna o Reverendo Ouvidor Interino, Officiaes do Convento e Louvados, menos Victal Rodrigues e Manoel Joaquim Pacheco por declararem não sabiam escrever, perante mim Joaquim Antonio de Medeiros, Escrivão da Fazenda que a escrevi e assignei – Ouvidor Interino Joze de Medeiros Souza – Violante Cherubina de Jesus – Abbadessa – Antonia Emilia do Coração de Maria – Vigaria da Casa – Anna Theodora de Jesus Maria – Escrivã – Jozé Pacheco Botelho, Joze Correa Paicanço, Joze Antonio Pimentel Junior, Luis Jacinto Rapozo – Antonio Joze Tavares – João nicolau Ferreira – O Escrivão da Fazenda – Joaquim Antonio Medeiros

#### Estado Material do Convento

A parte norte d'este edificio, como data da sua fundação, acha-se quase reduzida a uma completa ruina use [sic] esitando por isso ser reparada, como urge o seu estado, e que não pode ser orçado em menos de dois contos de reis – A do sul porem, como é construção moderna, acha-se em perfeito estado habitável, precisando apenas de alguns remontos para sua conservação, e que não podem montar a menos de trezentos mil réis. – Ouvidor Ecclesiastico Interino – Joze de Mediros e Souza – O Escrivão de Fazenda Joaquim Antonio Medeiros – Joze Antonio Pimentel Junior – Luis Jacinto Rapozo. Está conforme = Ponta Delgada dezoito de Junho de mil oito centos e sessenta = O Escrivão de Fazenda = Joaquim Antonio de Medeiros  
Está conforme = Repartição de Fazenda do Districto de Ponta Delgada =  
22 de Fevereiro de 1895

O Official

Jose Maria Botelho [sic]

4. ANTT, Segundo inventário do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (24-01-1895)

**Cópia**

Do inventário aos imobiliários e mobiliários pertencentes ao extinto Mosteiro de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança desta Cidade

Fl 1

**Cópia**

- Rosto -

Mil oitocentos noventa e quatro. Inventario de todos os mobiliários e imobiliários pertencentes ao extinto Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança desta cidade, ordenado por officio do Excelentissimo Delegado do Thesouro do Districto de vinte nove do corrente mez de Dezembro.

= AUTUAÇÃO =

Aos trinta de Dezembro de mil oitocentos e noventa e quatro, autuo o officio ao diante. Eu Manoel Francisco servindo de escrivão de Fazenda o escrevi. = OFFICIO = Numero duzentos e sessenta. Repartição de Fazenda do Districto de Ponta Delgada, vinte nove de Dezembro de mil oitocentos e noventa e quatro. Do Delegado do Thesouro. Ao escrivão de Fazenda do Concelho de Ponta Delgada, para efeitos da descrição e tombo de de todos os mobiliários e imobiliários do extinto Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança desta cidade, se apresentará vossa Senhoria amanhã, trinta, pelas doze horas do dia, na portaria do mesmo Mosteiro, afim de dar começo, com o máximo escrupulo e cautela, ao inventario

fl. 1v

De que se trata. F.J. Moniz de Bettencourt.

= AUTO DE POSSSE =

Auto de posse por parte da Fazenda Pública, do Convento de Nossa Senhora da Esperança da Cidade de Ponta Delgada. Aos trinta dias do mez de Dezembro de mil oitocentos e noventa e quatro, pelas doze horas da manhã, nesta cidade de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores, se procedeu por parte da Fazenda Pública e para cumprimento do paragrapho primeiro do artigo cento onze do Regulamento Geral da Administração da Fazenda Publica de quatro de Janeiro de mil oitocentos e sessenta á posse publica e pacifica da igreja e convento de Nossa Senhora da Esperança da mesma cidade e ilha, realizada por virtude do fallecimento, no dia de hontem, da muito reverenda Abadessa a Excellentissima Senhora Dona Maria Vicencia da Conceição, ultima freira do mesmo convento.

A este acto, que foi revestido de todas as solenidades legaes, assistiram, como representantes da população do Convento a Comissão Directora composta das Excellentissimas Senhoras Dona Maria Augusta, regente, Dona Maria Guilhermina da Conceição, e Dona Maria do Carmo Raposo, vogaes; por parte,

fl. 2

Do Excellentissimo Ministro do Reino, o Excellentissimo Governar Civil do Districto, Douctor Antonio Moreira da Câmara Coutinho de Gusmão; por parte do Excellentissimo Reverendissimo Bispo desta Diocese, o Excellentissimo e Reverendissimo Ouvidor Ecclesiastico de Ponta Delgada, José Caetano Travassos de Lima; representando a policia civil da cidade, o Excellentissimo Doutor Vicente Machado Faria e Maia, administrador deste concelho e seu secretario Illustrissimo Senhor Evaristo Soares de Menezes; pella Igreja do Convento o reverendo Capellão Senhor José António dos Santos Casa Nova; e finalmente por parte da Fazenda Publica na qualidade de empossado o Excellentissimo Delegado do Thesouro no Districto, acompanhado do Illustrissimo Senhor Manoel Francisco de Medeiros, escriptuario de fazenda, servindo no presente, de Escrivão de Fazenda deste Concelho, e de José Maria Botelho, official da Repartição de Fazenda do Districto que este vae subscrever e assignar. Formada a posse do convento, sem reluctancia de pessoa alguma, encarregou o mesmo Excellentissimo Delegado do Thesouro, a guarda e conservação de todos os objectos existentes de portaes a dentro do mesmo Convento, a Ex

fl. 2v

Cellentissima Comissão Ditectora, e ao reverendo Capellão do referido Convento equal guarda e conservação dos objectos que se encontrem na Igreja, Sachristia, até que concluído o respectivo inventario, ressalva o Governo de Sua Magestade sobre o destino a dar aos objectos em ser. Por esta forma se concluiu este acto e o presente termo que vae ser assignado por todas as pessoas presentes, perante mim e comigo José Maria Botelho, official da Repartição de Fazenda do Districto de Ponta Delgada que o subscrevi e assigno. A regente – Maria Augusta Pereira Machado = A vogal – Maria Guilhermina da Conceição = a vogal – Maria do Carmo Sousa Raposo. O conselheiro Governador Civil – Antonio Moreira da Câmara Coutinho de Gusmão. O Ouvidor Ecclesiástico – José Caetano Travassos Lima. O Administrador do Concelho – Vicente Machado de Faria e Maia. O Secretario da Administração do Concelho – Evaristo Soares de Menezes. O Capellão do Convento – Pe. José António dos Santos Casa Nova. – O Delegado do Thesouro – F. G. Moniz de Bettencourt. – Servindo de Escrivão da Fazenda do Concelho – Manoel F. de Medeiros. O Official da Repartição da Fazenda do Districto – José Maria Botelho.

= TERMO DE RESPONSABILIDADE =

fl. 3

Aos trinta dias do mez de Dezembro de mil oitocentos e noventa e quatro, pelas doze horas do dia, no extinto Convento de Nossa Senhora da Esperança desta cidade de Ponta Delgada, sendo presentes o Excellentissimo Delegado do Thesouro deste Districto Francisco Joaquim Moniz Bettencourt, e as Excellentissimas Senhoras Dona Maria Augusta, Dona Maria Guilhermina da Conceição e Dona Maria do Carmo Raposo, depois de tomada posse pelo mesmo Excellentissimo Delegado do Thesouro, em nome da Fazenda Pública, e para cumprimento do disposto no paragrapho primeiro do artigo cento e onze do Regulamento de quatro de janeiro de mil oitocentos e sessenta, de todos os objetos existentes no referido Convento, posse que se realizou por virtude do fallecimento, em vinte nove do mesmo mez e anno, da ultima freira do aludido Convento a reverenda Madre Abbadesa Dona Maria Vicencia da Conceição, emcumbio o referido Excellentissimo Delegado do Thesouro a guarda fiel e escrupulosa, de tudo quanto, de portas a dentro, existia no Convento, áquellas excelentíssimas senhoras, encarregadas da direcção interina do referido Mos –

Fl 3v

Teiró, ate superiormente se ordenar o contrario, declarando as mesmas senhoras, por juramento prestado sobre um livro dos Santos Evangelhos, guardar fielmente e conservar no estado em que presentemente se encontram, o convento e suas dependências, imagens, jóias, mobiliários, responsabilizando-se por qualquer extravio que se possa dar durante o inventario a que se está pcedendo. Em fé do que assignam todos perante mim José Maria Botelho, official de Fazenda do Districto de Ponta Delgada que subscrevi e assigno. A regente – Maria Augusta Pereira Machado. A vogal – Maria Guilhermina da Conceição. A vogal – Maria do Carmo Sousa Raposo. O Delegado do Thesouro – F. G. Moniz de Bettencourt. O Official da Repartição – José Maria Botelho.

= TERMO DE RESPONSABILIDADE =

Aos trinta dias do mez de Dezembro de mil oitocentos e noventa e quatro pelas doze horas do dia, no extinto Convento de Nossa Senhora da Esperança desta cidade de Ponta Delgada, sendo presentes o Excellentissimo Delegado do Thesouro neste Districto, Francisco Joaquim Moniz de Bettencourt, e o muito Reverendo Capellão do mesmo Convento José António dos Santos Casa Nova,

fl. 4

Depois de tomada posse pelo mesmo Excellentissimo Delegado do Thesouro em nome da Fazenda Pública, e para cumprimento do disposto no paragrapho primeiro do artigo cento onze do Regulamento de quatro de Janeiro de mil oitocentos e sessenta, de todos os objetos existentes na Egreja e sachristia do referido convento, posse que se realizou por virtude do fallecimento, em vinte nove do dito mez e anno, da ultima freira do aludido Convento, a Reverenda Madre Abbadessa Dona Maria Vicência da Conceição, incumbio o sobredito Excellentissimo Delegado do Thesouro a guarda fiel e escrupulosa de tudo o quanto existir na mesma Egreja e Sachristia, ao dito Reverendo Capellão, declarando o mesmo, por juramento prestado sobre o livros dos Santos Evangelhos, guardar fielmente e conservar no estado em que presentemente se encontram, imagens, jóias, paramentos e mobiliários, responsabilizando-se por qualquer extravio que se possa dar, durante o inventario a que se está procedendo. Em fé do que se assignam todos perante mim José Maria Botelho, Official da Repartição da Fazenda do Districto de Ponta Delgada que o subscrevi e assigno. - Pe. José António dos

fl. 4v

Santos Casa Nova. – Francisco Joaquim Moniz de Bettencourt. – José Maria Botelho.

= INTIMAÇÃO =

Intimei hoje de manhã, em sua própria pessoa, no extinto Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança desta cidade a Excellentissima Senhora Dona Maria Augusta Pereira Machado, Regente do mesmo Mosteiro, para apresentar no dia quatorze do corrente e seguintes, todos os objectos pertencentes ao mesmo extinto Mosteiro, e confiados á sua guarda, aos peritos nomeados pelo Excellentissimo Delegado do Thesouro deste Districto, para procederem as respectivas avaliações, ficou siente e assigna comigo Manoel Francisco de Medeiros, servindo de escrivão de Fazenda que a escrevi aos onze dias do mez de Janeiro de mil oitocentos e noventa e sinco. – Maria Augusta Pereira Machado – Manoel Francisco de Medeiros.

= RELAÇÃO =

Relação de pessoal existente no Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança no dia vinte e nove de Dezembro de mil oitocentos e noventa e quatro. – Nomes – Qualidade e Idades.

Maria Augusta Pereira Machado, educanda, 68 annos.

Maria Guilhermina da Conceição, educanda, 46 annos.

Maria do Carmo de Sousa Rapozo, educanda, 47 annos.

fl. 5

Catharina Julia do Carmo, educanda, 75 annos.

Maria Carolina Pereira, educanda, 59 annos.

Jchinta Candida, educanda, 56 annos.

Maria José Machado, educanda, 34 annos.

Maria Thereza da Silveira, educanda, 43 annos.

Maria Angelica de Medeiros, educanda, 68 annos.

Carolina Henriqueta de Medeiros, educanda, 67 annos.

Marcella dos Anjos, famula, 63 annos.

Helena do Pila, famula, 58 annos.

Delfina da Glória, famula, 52 annos.

Antonia da Estrela, famula, 53 annos.

Luciana do Menino Jesus, famula, 61 annos.

Florinda da Conceição, famula, 49 annos.

Maria de Jesus, famula, 28 annos.

Jacintha da Esperança, famula, 42 annos.

Benardina do Espirito Santo, famula, 50 annos.

Elisa da Boa Nova, famula, 12 annos.

Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança em Ponta Delgada aos trinta de Dezembro de mil oitocentos e noventa e quatro. – A regente – Maria Augusta Pereira Machado.

= INTIMAÇÃO =

Intimei hoje de manhã em suas próprias pessoas e residências, os senhores Joaquim Candido Abranches e Manoel Ignacio Corrêa, para comparecerem na Repartição de Fazenda deste Concelho, no dia quatorze do corrente

fl. 5v

Pelas dez horas da manhã, e alli, na qualidade de peritos nomeados pelo Excellentissimo Delegado do Thesouro do Districto, para avaliar todas as pratas e jóias existentes no extinto Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança desta cidade, prestarem juramento antes de entrarem no exercício das respectivas funções no mesmo dia. Ficaram sicientes e assignam comigo. – Manoel Francisco de Medeiros, servindo de Escrivão de Fazenda que o escrevi aos onze de Janeiro de mil oitocentos e noventa e cinco. – Joaquim Candido Abranches – Manoel Ignacio Corrêa – Manoel F. de Medeiros.

= TERMO DE JURAMENTO =

Aos quatorze de Janeiro de mil oitocentos e noventa e cinco, nesta Repartição de Fazenda do Concelho de Ponta Delgada, perante mim Manoel Francisco de Medeiros, servindo de Escrivão de Fazenda, compareceram, por haverem sido previamente intimados os senhores Joaquim Candido Abranches e Manoel Ignacio Corrêa, peritos nomeados pelo Excellentissimo Delegado do Thesouro do Districto, para procederem avaliação de todas as pratas, e jóias existentes no extinto Convento de Nossa Senhora da Esperança desta cidade, e lhes deferi o juramento dos

fl. 6

Santos Evangelhos, em hum livro deles, recomendando-lhes que examinassem escrupulosamente as ditas jóias e pratas, e declarassem com verdade e sãa consciência, o valor das mesmas: o que prometteram cumprir. Para constar, se lavrou o presente termo que depois de lido assignam comigo Manoel Francisco de Medeiros, servindo de Escrivão de Fazenda que o escrevi. – Joaquim Candido Abranches – Manoel Ignacio Correa – Manoel F. de Medeiros.

= INTIMAÇÃO =

Intimei hoje de manhã em sua propria pessôa e residencia o senhor Joaquim Pereira dos Santos, alfaiate, para comparecer na Repartição da Fazenda deste concelho, no dia desesete do corrente, pelas dez horas da manhã, e alli, na qualidade de perito nomeado pelo Excellentissimo Delegado do Thesouro do Districto para avaliar todas as alfaias e paramentos que existissem no extinto Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança desta cidade, prestar juramento antes de entrar no exercício das repectivas funções no mesmo dia. Ficou siente, e assigna comigo Manoel Francisco de Medeiros, servindo de Escrivão de Fazenda que o escrevi aos deseseis dias de Janeiro de mil oitocentos e noventa e

fl. 6v

sinco . Manoel F. de Medeiros – Joaquim Pereira dos Santos.

= TERMO DE JURAMENTO =

Aos desesete de Janeiro de mil oitocentos e noventa e sinco, nesta Repartição de Fazendo do concelho de Ponta Delgada, perante mim Manoel Francisco de Medeiros, servindo de Escrivão de Fazenda, comparecêo, por haver sido previamente intimado, o Senhor Joaquim Pereira dos Santos, perito nomeado pelo Excellentissimo Delegado do Thesouro do Districto, para proceder á avaliação de todas as alfaias e oramentos existentes no extinto Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança desta cidade, elle deferio juramento dos Santos Evangelho, em hum livro deles, recomendadndo-lhe que examinasse escrupulosamente as ditas alfaias e ornamentos, e declarasse com verdade e sãa consciencia o valor das mesmas: o que prometteo cumprir. Para cosntar se lavrou o presente termo, o que depois de lido assigna comigo Manoel Francisco de Medeiros, servindo de escrivão de Fazenda, que o escrevi. – Joaquim Pereira dos Santos. Manoel F. de Medeiros.

= INTIMAÇÃO =

Intimo hoje de manhã em suas propreas pessôas e residências, os Senhores José Bento Christiano de Sousa

fl. 7

Manoel de Sousa, Ignacio Joaquim Cabral e Manoel José de Medeiros Silva, para comparecerem na Repartição de Fazenda deste Concelho no dia vinte e hum do corrente, pelas dez horas da manhã, e alli, na qualidade de peritos nomeados pelo Excellentissimo Delegado do Thesouro do Districto, o primeiro e segundo para avaliarem o edificio do extinto Convento de Nossa Senhora da Esperança desta cidade, o terceiro e quarto, para avaliarem os puannos [sic] que existirem no mesmo Convento, e finalmente e quinto, para avaliarem as louças que se encontrassem no mesmo Convento, prestarem juramento antes de entrarem no serviço das respectivas funções, no referido dia. Ficaram sientes e assignam comigo Manoel Francisco de Medeiros, servindo de Escrivão de Fazenda que os escrevi aos desenove de Janeiro de mil

oitocentos e noventa e cinco, não assignando o perito José Bento, por não saber. Christiano de Sousa – Manoel de Sousa – Ignacio Joaquim Cabral – Manoel José de Medeiros Silva – Manoel F. de Medeiros.

= TERMO DE JURAMENTO =

Aos vinte e um dias do mez de Janeiro de mil oitocento e noventa e cinco, nesta Repartição de Fazenda do Concelho de Ponta Del

fl. 7 v

gada, perante mim Manoel Francisco de Medeiros, servindo de Escrivão de Fazenda, compareceram por haverem sido previamente intimados, os Senhores José Bento, Christiano de Sousa, Manoel de Sousa, Ignacio Joaquim Cabral e Manoel José de Medeiros Silva, peritos nomeados pelo Excellentissimo Delegado do Thesouro do Districto, para procederem á avaliação do edificio do extinto Convento de Nossa Senhora da Esperança desta cidade, e dos puannos e louças que no mesmo existissem; e lhes deferi o juramento dos Santos Evangelhos, em um livro deles, recomendadndo-lhes que examinassem escrupulosamente tudo que fosse submetido á sua apreciação, e declarassem com verdadeira e sã consciência, o valor das mesmas: o que prometeram cumprir. Para constar, se lavrou o presente termo que depois de lido, assignam comigo Manoel Francisco Medeiros, servindo de Escrivão de Fazenda que o escrevi. Christiano de Sousa, Manoel de Sousa, Ignacio Joaquim Cabral, Manoel José de Medeiros Silva, Manoel F. de Medeiros.

= RELAÇÃO DOS MOBILIARIOS E IMMOBILIARIOS =

Relação de todos os mobiliários e imobiliários que existem

fl. 8

no extinto Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança desta cidade.

- JOIAS E OBJECTOS DE PRATA –

Numero um – um diadema d’ouro e prata com algumas pedras preciosas, outras de imitação, e muitas sem valor algum, avaliado na quantia de trez contos quinhentos e vinte mil reis = 3.520.000

Numero dous – uma corôa d’ espinhos com algumas pedras preciosas, outras de imitação, e muitas sem valôr algum, avaliada na quantia de quinhentos e oito mil reis = 508.000

Numero trez – uma canna contendo algumas pedras preciosas, aljofres e ouro, no valor de um conto trezentos e deseseis mil reis = 1.316.000

Numero quatro – uma corda d’aljofres, contendo algumas pedras preciosas, perolas, e outras de imitação, no valor de quatrocentos e sessenta e trez mil reis = 463.000

Numero cinco – um relicário com pedras preciosas, no valor de um conto cento e quarente e oito mil reis = 1.148.000

Numero seis – uma corôa de espinhos d’ouro liso, com o peso de quatrocentos e dez gramas; no valor de duzentos e quarenta e seis mil reis.

Numero sete – uma canera contendo tresentos e settenta gramas d’ouro e outenta e cinco grammas de prata, no valor de cento oitenta e sete mil quinhentos e cincoenta reis = 187.550

fl. 8v

Numero oito – um diadema de prata galvanizada, com o peso de mil dusetos e vinte grammas, no valor de trinta e seis mil e seiscentos reis= 36.600

Numero nove – trez anneis com pedras preciosas, no valor de vinte dous mil reis – 22.000

Numero dez – duas capas ornadas d’algumas pedras preciosas, aljofres, e a maior parte de imitação, no valor de dusetos e setenta mil reis – 270.000

Numero onze – uma banquetta de prata composta de seis castiças e uma cruz, tendo esta emblema e laço d’ouro com algumas pedras, pesando a prata vinte kilogrammas e tresentos e sessenta grammas, e o ouro cento vinte dous grammas, no valor tudo de seiscentos noventa e trez mil reis = 693.000

Numero doze – dous castiças pequenos de prata, com o peso de mil oitocentos grammas, no valor de cincoenta e quatro mil reis – 54.000

Numero treze – um thuribulo de prata com o peso de novecentos e trinta grammas, no valor de vinte e sete mil e novecentos reis – 27.900

Numero quatorze – duas salvas de prata com o peso de mil novecentos e noventa grammas, no valôr de cincoenta e nove mil e setecentos reis – 59.700

Numero quinze – duas lâmpadas de prata com o peso de nove mil grammas, no valor de dusetos

fl. 9

Dusetos e setenta mil reis – 270.000

Numero deseseis – sete resplendores de prata pequenos, duas corôas, e uma cruz também de prata, com o peso de cento e oitenta grammas, no valôr de cinco mil e quatrocentos reis – 5.400

Numero desesete – um diadema de prata, grande, que orna a imagem do Senhor dos Passos, com o peso de mil grammas, no valor de trinta mil reis – 30.000

Numero desoito – uma corôa d’espinhos d’ouro, com o peso de duzentos grammas, contendo algumas pedras finas, e outras sem valor da mesma imagem do Senhor dos Passos, no valôr de cento e quinze mil reis – 115.000

Numero desenove – um emblema, deadema e corôa d’espinhos d’ouro, com o peso provável de dusetos cincoenta grammas, tudo no valor de cento cincoenta e sete mil quinhentos reis – 157.500

Numero vinte – seis lâmpadas de prata, com o peso de quinze mil e quatrocentos grammas, no valôr de quatrocentos sessenta e dous mil reis – 462.000

Numero vinte e um – um diadema, seis resplendores, trez corôas, e uma succena, sendo de prata, com o peso de mil cento e quarenta grammas, no valor de trinta e quatro mil e dusetos reis – 34.200

Numero vinte e dous – um crucifixo da invocação do Senhor Santo Christo pequeno, contendo trez esmeraldas pequenas, rubiz de pequeno valôr, diferentes pedras falsas com ornatos de ouro e prata, tudo no valor de duzentos mil reis – 200.000

Numero vinte trez – quatro castiças e duas serpentinas de prata com o peso aquelles de quatro mil seiscentos e cincoenta grammas, no valôr de cento noventa e dous mil e novecentos reis – 192.900

Numero vinte quatro – uma custodia de prata, para servir na hora da Noa, em quinta feira d’Ascensão, com o peso de dez mil oitocentos grammas, no valôr de tresentos e vinte e quatro mil reis – 324.000

= ALFAIAS E PARAMENTOS =

Numero vinte cinco – quatro capas, uma de aJso[sic], uma de shama, uma de seda enramada, e outra de seda lisa, no valôr de cento e oitenta mil reis – 180.000

Numero vinte seis – cortinados de damasco e setim magentos, de ornar a Capella do Senhor Ecce Homo e Côro de baixo, no valôr de quarenta e oito mil reis – 48.000

Numero vinte sete – quatro cobertas de púlpito de damasco de côres, no valôr de doze mil reis – 12.000

Numero vinte oito – dois pavilhões do Santíssimo, sendo um de brocado, e outro de damasco branco

fl. 10

Liso, com seus ornatos, no valôr de quinze mil reis – 15.000

Numero vinte nove - uma colcha de seda enramada, tendo estrelas bordadas a ouro, no valôr de dezoito mil reis – 18.000

Numero trinta – vários cortinados de seda encarnada com pequenos ramos bordados a ouro que ornamentam o andor do Senhor Ecce Homo, no valôr de quinze mil reis – 15.000

Numero trinta e um – dous resposteiros de baêta, usados no valor de três mil reis – 3.000

Numero trinta e dous – dous ditos de damasco de lã das portas das Sachristias, no valor de dous mil e quinhentos reis – 2.500

Numero trinta e trez – desesete opas de merino e uma de seda, encarnadas, no valor de seis mil reis – 6.000

Numero trinta e quatro – seis sanéfas de damasco, usadas, de ornamentar o Côro de cima, no valôr de seis mil reis – 6.000

Numero trinta e cinco – um baldaquino com seu cortinado, no valor de quinze mil reis – 15.000

Numero trinta e seis – trez tapetes para adôrno da capella e côro de baixo, no valôr de sessenta mil reis – 60.000

= MOBILIA E OUTROS OBJECTOS =

Numero trinta e sete – dous lustres de vidro no centro da Igreja, no valôr de dez mil reis – 10.000

Numero trinta e oito – um pianno organizado, no Côro de cima, no valôr de cento e vinte mil reis – 120.000

fl. 10v

Numero trinta e nove – seis bancos de madeira do Brazil, que ornam o côro, no valôr de cinco mil reis – 5.000

Numero quarenta – duas estantes de madeira ordinária do Côro de Cima, no valôr de dous mil e quinhentos mil reis – 2.500

Numero quarenta e um – cinco mochos com assentos de couro e chita, no valor de quatro mil e outocentos reis – 4.800

Numero quarenta e dous – dous ditos do côro de cima com assentos de couro, no valor de dous mil e quinhentos reis – 2.500

Numero quarenta e trez – trinta e duas cadeiras, quatro bancos e trez mesas, espalhadas pelas diferentes grades e quarto de cima da sachristia, no valor de vinte cinco mil reis – 25.000

Numero quarenta e quatro – trez puannos [pianos] velhos, sem teclados e sem cordas, sem valôr algum

Numero quarenta e cinco – cinco caixotes contendo flores e outros aprestos do Andor do Senhor Ecce Homo, no valôr de dous mil e quinhentos mil reis – 2.500

Numero quarenta e seis – um armário de madeira do Brazil, usado, na cella denominada do Senhor Ecce Homo, no valôr de sete mil reis – 7.000

Numero quarenta e sete – um aramario de madeira de pinho, existente na mesma cella, no valôr de dous mil e quinhentos mil reis – 2.500

Numero quarenta e oito – uma commoda de

fl. 11

De nogueira ordenaria, existente na mesma célula, no valôr de trez mil reis – 3.000

Numero quarenta e nove – uma porção de horos [sic] velhos, sem valor, em uma estante de pinho, no valôr de quinhentos reis – 500

Numero cinquenta – seis tocheiros vermelhos, de uso na Egreja, no valor de quatro mil reis – 4.000

Numero cinquenta e um – desoito tocheiros velhos, no valor de quatro mil reis – 4.000

Numero cinquenta e dous – dous candelabros de trez lumes cada um, no valôr de oito mil reis – 8.000

Numero cinquenta e trez – um candelabro de cirio Pachal, no vâlör de cinco mil reis – 5.000

Numero cinquenta e quatro – oito deissas [sic] de pratos grandes, já bastante usados, com a legenda – Ecce Homo – no valôr de quatro mil reis – 4.000

Numero cinquenta e cinco – vinte e quatro compecteiras com seus respectivos pratos e com a mesma legenda, no valôr de dez mil reis – 10.000

Numero cinquenta e seis – compecteiras usadas, a maior parte sem tampas, com a dita legenda, no valôr de mil e oitocentos reis – 1.800

Numero cinquenta e sete – sinco pratos grandes de louça ordenaria, no valor de quinhentos reis – 500

Numero cinquenta e oito – uma bacia e jarro de louça ordenaria, no valor de setecentos e cinquenta reis - 750

Numero cinquenta e nove - uma commoda

fl. 11v

de pinho, existente na sachristia do convento, no valor de dous mil e quinhentos reis – 2.500

Numero sessenta – um armário de madeira ordenaria, existente na sachristia do Convento, no valôr de mil e oitocentos reis – 1.800

Numero sessenta e um – um dito de madeira amarela do Brazil, já usado, no valor de trez mil reis – 3.000

Numero sessenta e dous – vinte oito livros grandes e pequenos para Canto-chão, contendo arte de musica, tudo usado, no valor de dous mil reis – 2.000

Numero sessenta e trez – EDIFICIO – um prédio urbano em que se comprehendem todos os dormitórios, graneis, locutórios, mirante, campanário, e cêrcas anexas, a fóra a parte do côro, igreja e sachristia do sul, no valôr de desoito contos de reis – 18.000.000

Somma o valôr do edificio e mais bens moveis do extinto Convento de Nossa Senhora da Esperança desta cidade, na quantia de vinte e oito contos novecentos cinquenta e cinco mil e nocentos reis. Ponta Delgada 23 de Janeiro de mil oitocentos noventa e cinco.

Servindo de Escrivão de Fazenda Manoel F. de Medeiros – Manoel Ignacio Corrêa –  
Joaquim Candido Abranches – Joaquim Pereira dos Santos – Ignacio Joaquim Cabral –  
Manoel de Sousa – Christianno de Sousa – Manoel

fl. 12

José de Medeiros Silva

Está conforme. Repartição de Fazenda do Concelho de Ponta Delgada

Em 24 de Janeiro de 1895

Pelo Escrivão da Fazenda

Manoel Francisco de Medeiros

## 5. ANTT, Repartição de fazenda do Districto de Ponta Delgada, Instruções para a extinção do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (08/02/1895)

Cópia

Fl. 1

Ministério da Fazenda.

Direcção geral do Proprios Nacionaes.

2.<sup>a</sup> Repartição.

Proce.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 1232 – L.<sup>o</sup> 3.<sup>o</sup>

Ill.<sup>o</sup> Senr.

Acuso a recepção do telegrama e officios da V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de 29 e 30 de Dezembro ultimo e de 19 do corrente, acerca do falecimento da ultima religiosa professa do convento da Esperança d'essa cidade, e das providencias tomadas por V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> por tal motivo. Em aditamento às ordens já expedidas a tal respeito por telegrama de 4 de abril de 1894, comunico a V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> que no desempenho dos serviços inerentes a supressão do mesmo convento, deve satisfazer ás instruções de 31 de maio de 1862 e bem assim ás determinações seguintes:

1. Prover á posse, arrecadação e administração de todos os bens e rendimentos do mesmo convento, entendendo-se para este effeito com a superior auctoridade ecclesiastica, jáprevenida para a parte que lhe compete proceder sobre o assumpto de modo mais conveniente;
2. Por em segura guarda todos os objectos preciosos devidamente relacionados e avaliados até superiormente se resolver sobre o seu destino;
3. Proceder á verificação da existência dos bens constantes do inventario que se lhe remete, compreendendo a descripção e avaliação de objectos de prata no valor de 2.301\$320 reis; alfaias e mais objectos de culto, 307\$800 reis; diferentes objectos na sachristia exterior, 264\$680 reis; e edificios do convento, 20.000\$000 reis, tudo no total de 22.873\$800 reis lavrando termo das faltas

Fl. 2

Encontradas e termo addiccional de todos os bens não descriptos, conforme preceitua o art.<sup>o</sup> 8 das instruções citadas;

4. Elaborar sobre estes documentos, e em vista dos Livros e documentos do cartório do convento o inventario geral de todos os bens moveis, imoveis e créditos do convento, devidamente descriptos e louvados verba a verba, designando-se quanto aos objectos preciosos o peso do metal e o peso e qualidade das pedras que es ornamentam, para ser enviado a esta Direcção, ficando copia d'elle n'essa Repartição para seu serviço;
5. Exigir das auctoridades administrativas, judiciaes e policiaes todas as diligencias necessárias para que a Fazenda entre na posse dos bens e rendimentos sonegados ou desencaminhados, quer em vida quer depois da morte da religiosa;
6. Fazer inscrever nos livros mod.<sup>o</sup> 26 os bens e rendimentos do convento e promover a respectiva cobrança;
7. Exigir prestação de contas ao procurador do convento;
8. Enviar a esta Direcção Geral, depois de prévio exame, o inventario de todos os livros e documentos desnecessários á administração da Fazenda, que devam ser entregues á Inspeção das Bibliothecas e Archivos Publicos, nos termos do Art.<sup>o</sup> do decreto de 29 de dezembro de 1888<sup>720</sup>; outro dos objectos de merecimento

---

<sup>720</sup> Cf. Inventário do arquivo histórico da Biblioteca Nacional de Portugal

artístico, bibliográfico ou histórico, que mereçam ser recolhidos no Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia; e ainda uma terceira dos objectos de aplicação exclusiva ao culto, com exclusão dos indicados para o Museu, que em termo do Art.º

F1.3

- 10.º das instruções aludidas devam ser entregues á auctoridade ecclesiasticas, devendo indicar-se n'essas relações o numero que corresponde a cada objecto no inventario geral;
9. Informar do merecimento do edificio e egreja, acompanhando a informação de uma planta geral em escala reduzida, que solicitará da Direcção das Obras Publicas n'esse districto;
  10. Permitir provisoriamente e até nova ordem a permanência no convento ás pupilas e famulas que constituíam o pessoal da casa e alli se encontraram ao tempo do falecimento da religiosa, ficando a seu cargo a assistência á imagem do Senhor Santo Christo e a guarda a responsabilidade de todos os bens mobiliários que para tal fim lhes forem confiados;
  11. Superintender conjunctamente com o Governador Civil d'esse districto e auctoridade ecclesiastica competente na administração e fiscalização dos rendimentos e oferendas do Senhor Santo Christo e de quaesquer outros da egreja, ficando auctorizados a permitir que as pupilas e educandas do convento se utilizem para seu sustento do rendimento das cercas do convento e da parte que for necessario das esmolas e oferendas do Senhor Santo Christo, sendo a parte restante applicada á conservação do edificio e sustentação do culto;
  12. Sustar até se conhecer da sua importância, a entrega das alfaias o objectos de culto á auctoridade ecclesiastica;
  13. Concluir dentro do mais curto prazo todos os serviços inherentes á supressão do convento e tendentes a

F1.4

- regular a arrecadação e administração do seus bens pela Fazenda;
14. Devolver para esta Direcção, logo que tenha concluído esta dilligencia, o inventario que ora se lhe remete com o que tem de elaborar, acompanhado de todos os documentos que lhe respeitam, e prestar informação circumstanciada do desempenho d'este serviço.

Deus guarde V.ª S.ª Direcção Geral dos Proprios Nacionaes, 8 de Fevereiro de 1895.  
Ill.º Senr. Delegado do Thezouro no districto de Ponta Delgada.

(a) V. Mangualde.  
(assinatura)

## 6. AMNSE, Memorando das obras na Capela do Senhor Santo Cristo e respectiva transladação da Imagem do Senhor Santo Cristo (03-03- 1900)

*Ad constandum in omni tempore*

Neste anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos, tendo-se procedido a renovação da pintura do retábulo e tecto da capella do Senhor Santo Christo dos Milagres do Convento de Nossa Senhora da esperança desta Cidade de Ponta delgada, foi transferida a veneranda Imagem para o Coro de cima e ali, colocada sobre o altar de Nossa Senhora de Belem, onde esteve enquanto duraram os trabalhos da dita pintura, que terminou no dia três do mez de Março do anno acima referido, sendo ella, de tarde transladada então para logar que lhe é próprio na aludida Capella. No dia seguinte, primeiro domingo da quaresma, sendo Regente do Convento a Ex.<sup>ma</sup> Snr.<sup>a</sup> Maria Augusta Pereira Machado, Capellão – parochio quem este escreve, e segundo Capellão o M.<sup>to</sup> revd.<sup>o</sup> Beneficiado da Matriz desta Cidade José Ullisses de Normandia, para mais solenizar esta transladação, com licença do Ex.<sup>mo</sup> e Revd.<sup>mo</sup> Snr. Bispo desta Diocese d'Angra, Dom Francisco José Ribeiro de Vieira de Brito, pelo M.<sup>to</sup> Rvd.<sup>o</sup> Ouvidor deste Districto ecclesiastico, José Augusto da Silva, com assistência dos dois referidos Rvd.<sup>os</sup> Capellaes e de todo o pessoal exclusivo deste Convento, foi celebrado o Santo Sacrificio da Missa sobre o altar da acima mencionada Capella do Senhor Santo Christo dos Milagres, sendo por esta ocasião, dentro da mesma Missa, feita pelo M.<sup>to</sup> Rvd.<sup>o</sup> Celebrante uma pratica sobre o Evangelho do dia.

Para que conste em todo o tempo, eu Padre Manoel Augusto Machado, Capellão – Parochio deste Convento de Nossa Senhora da Esperança, fiz este memorial que vai assignado pelo M.<sup>to</sup> Rvd.<sup>o</sup> Ouvidor, Beneficiado, segundo Capellão, Ex.<sup>ma</sup> Regente e mais Senhoras que o quiserem subscrever com o seu nome.

P.<sup>o</sup> José Augusto da Silva

P.<sup>o</sup> José Ullisses

P.<sup>o</sup> Manoel Augusto Machado

A Regente Maria Augusta Pereira Machado

Catharina Julia do Carmo

Maria Machado

Emilia Quental

Maria Guilhermina da Conceição

Jacintha Candida Meirelles

Maria José Felix Machado

Maria Thereza da Silveira

Maria Amelia Netto [sic]

Maria das Dores Sousa Araujo

Maria Angelica de Medeiros

Carolina Henriqueta de Medeiros

## 7. ANTT, Ofício confidencial do Governador do Distrito de Ponta Delgada sobre o Convento de Nossa Senhora da Esperança (22/10/1942)

Fl. 1

Governo Civil do Districto Autónomo de Ponta Delgada  
Confidencial

Ofício

Ponta Delgada, 22 de Outubro de 1942  
Exmo. Snr. Director Geral da Fazenda Pública  
Lisboa

Existe nesta cidade de Ponta Delgada um Convento (Convento da Esperança), património do Estado, em cuja Igreja é venerado o Senhor Santo Cristo, Imagem do maior culto nestas ilhas. Este Convento, entregue, a Irmandade do Senhor Santo Cristo, está em condições tais que nem o Prelado, nem o Governo pela sua Junta Geral conseguem ter qualquer acção sobre aquele Edifício. E porque se encontra em visita oficial neste Districto o Director dos Monumentos Nacionaes que vai propor a classificação do referido Convento em Monumento Nacional, julgo ser agora ocasião oportuna para regular a sua situação.

Encontra-se ali vivendo algumas religiosas, que tendo sido mandada sair pelo Prelado da Diocese, lhe não obedecem, o que coloca em condições desprimorosas o prestígio da Igreja.

Este Convento tem anexo um terreno que se encontra inculto, sendo do conhecimento de V. Exa. As dificuldades que se encontram para a construção de edificios publicos. Já por várias vezes tenho empregado altos esforços para que aquele terreno seja utilizado pela Junta Geral na construção dos seus edificios, o que nunca consegui atentas as múltiplas dificuldades que as referidas religiosas opõem sempre a esta necessidades.

Nestas condições é meu parecer que:

- a) Ou o Convento continua na posse do Estado e então certamente V. Exa. Tomará outras disposições que não sejam as presentes, possivelmente, até de acordo com quaisquer propostas do Director dos Monumentos Nacionaes.

Fl. 2

- b) Ou o dito Convento passa para a pose definitiva da Igreja.

Em qualquer das hipoteses, estou certo que será modificado o estado actual em que se encontra aquele Convento.

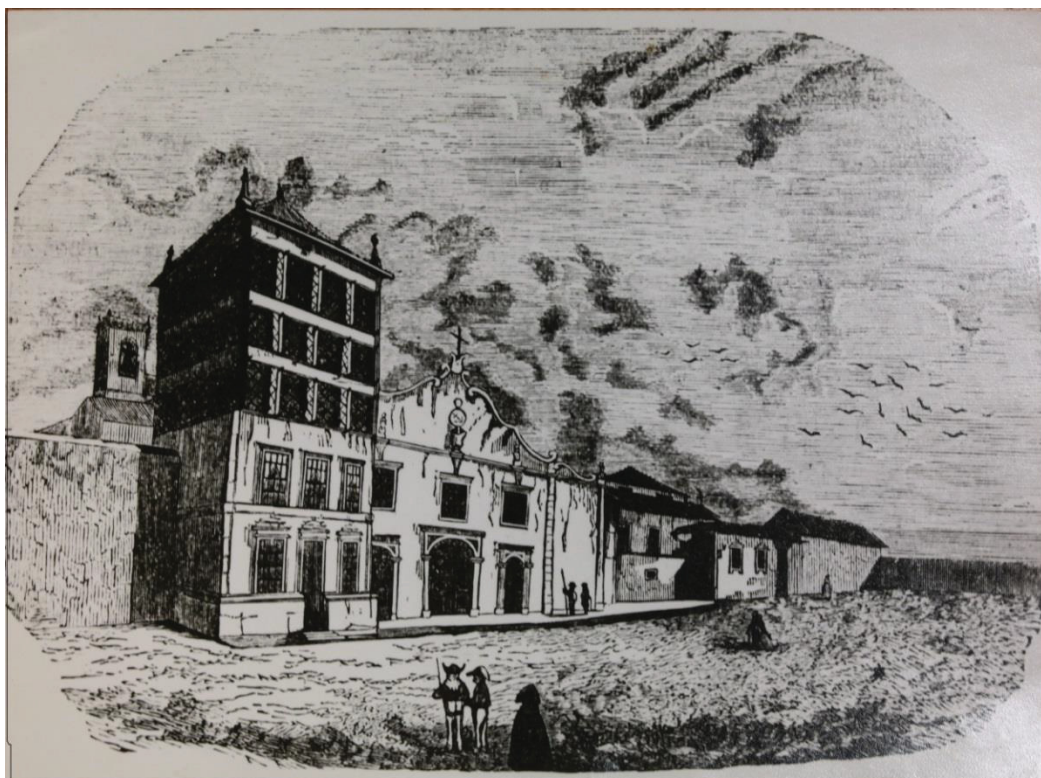
Finalmente, peço a V. Exa. Para obter de Sua Excelencia o Ministro, que desde já seja prometido á Junta Geral ou á Camara Municipal a construção no terreno a que atraz me refiro, de edificios Publicos de especial interesse.

É pois o que se me oferece dizer sobre este assunto, certo que V. Exa. Pelo que acabo de expôr, reconhecerá a necessidade da resolução deste caso, que no estado em que se encontra, não prestigia nenhuma das entidades interessadas.

Apresento a V. Exa. Os protestos da minha consideração

A Bem da Nação

O Governador do Districto  
(Rafael Sergio Vieira)



8. Gravura do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (autor desconhecido, meados séc. XIX atr.)

Fonte: Centro de Informação e Documentação da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas



9. Foto da Igreja de N. Sr.ª da Esperança (2013)

Fonte: Santuário do Senhor Santo Cristo



10. Foto do altar de Belém ou de Jesus, Maria e José (2016)  
Fonte: do autor



11. Foto do coro alto (2017)  
Fonte: Santuário do Senhor Santo Cristo



12. Foto da capela do Senhor Santo Cristo (2017)  
Fonte: Santuário do Senhor Santo Cristo



13. Foto do interior da Igreja de N. Sr.ª da Esperança (2017)  
Fonte: Santuário do Senhor Santo Cristo



14. Foto do pátio do granel e Capela de N. Sr.ª da Paz (2017)  
Fonte: Santuário do Senhor Santo Cristo



15. Foto do pátio da figueira (2017)  
Fonte: Santuário do Senhor Santo Cristo



16. Foto do claustro (2017)  
Fonte: Santuário do Senhor Santo Cristo



17. Foto da cozinha nova (2017)  
Fonte: Santuário do Senhor Santo Cristo



18. Planta Geral do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (1895)

Fonte: Arquivo Nacional da Torre de Tombo

**UNIVERSIDADE DOS AÇORES**  
**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**

Rua da Mãe de Deus  
9500-321 Ponta Delgada  
Açores, Portugal